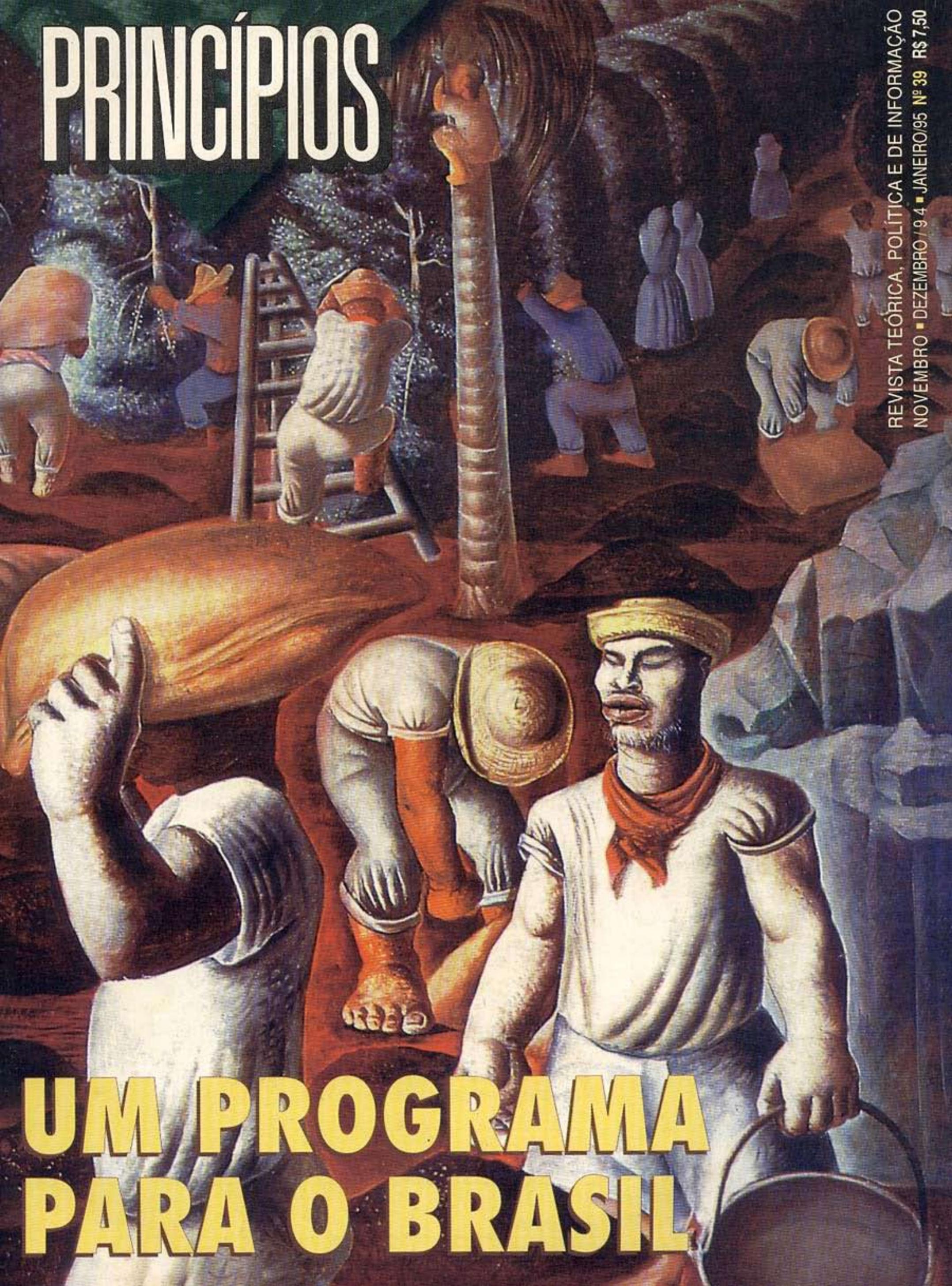


PRINCÍPIOS



REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
NOVEMBRO ■ DEZEMBRO/94 ■ JANEIRO/95 Nº 39 R\$ 7,50

UM PROGRAMA PARA O BRASIL

PRINCÍPIOS

Revista Teórica, Política
e de Informação

Diretor e
Jornalista Responsável
João Amazonas

Editor
Olival Freire Jr.

Comissão Editorial
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
José Carlos Ruy
Walter Sorrentino
Edvar Luiz Bonotto

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Rogério Lustosa (1943-1992)
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
Guimar Prates
Luciana de Souza Bento
Luiz Marcos Gomes
Loreta Valadares

Secretário de Edição
Edvar Luiz Bonotto

Edição de Texto
Maria Betânia Ferreira

Digitação
Sandro Valeriano de Oliveira
Maria Lucília Ruy

Distribuição e Vendas
Divo Guisoni

Administração
Márcia Regina Viotto

Assinaturas
Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica
Limiar Assessoria em Comunicações

PRINCÍPIOS é uma publicação da
Editora Anita Ltda.
Rua Monsenhor Passalacqua, 158
01323-010 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 287-6492

Í N D I C E

O SOCIALISMO VIVE! Comissão Editorial	3
A TRANSIÇÃO AO COMUNISMO REQUER CORRETA ORIENTAÇÃO MARXISTA João Amazonas	4
A LUTA PELO SOCIALISMO GANHA NOVA DIMENSÃO Renato Rabelo	8
OS FUNDAMENTOS DA OFENSIVA NEOLIBERAL Luís Fernandes	16
A CLASSE OPERÁRIA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI João Batista Lemos	21
A REVOLUÇÃO BURGUESA E O PROGRAMA SOCIALISTA José Carlos Ruy	26
FRIEDRICH ENGELS E AS CIÊNCIAS DA NATUREZA Olival Freire Jr.	28
CRONOLOGIA DA VIDA E DA OBRA DE FRIEDRICH ENGELS Edgard Carone e Marisa Midori Deaecto	33
A ARTE DA POESIA Ruy Espinheira Filho	43
VERMELHO SANGUE DOS NEGROS Haroldo Lima	47
ABRAM ALAS PARA A "METADE DO CÉU" Olivia Rangel	52
SOBRE UMA VISÃO DIALÉTICA DO MUNDO José Lourenço Cindra	56
CONSTRUIR OU TOMAR O PODER? A estratégia socialista de Marx a Gramsci Lincoln Secco	61
PROGRAMA SOCIALISTA	71
RESENHA	82

O socialismo vive!

Em tempos em que se apregoa o fim do socialismo, ou a morte do marxismo, é atitude de grande ousadia política e teórica reafirmar a atualidade da perspectiva socialista. Este tem sido o gesto de todos aqueles, no Brasil e no mundo, que não aceitam a iníqua ordem capitalista como futuro para a civilização. A revista PRINCÍPIOS dedica neste número uma grande atenção ao esforço de uma corrente política brasileira em formular perspectivas nesse sentido. Trata-se da elaboração de um novo programa político, socialista, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – um processo que culminou com a aprovação do programa na 8ª Conferência Nacional do partido, realizada em agosto último, em Brasília. A cobertura jornalística aligeirada e superficial de grande parte da imprensa transmitiu para o grande público a idéia de que o PCdoB teria finalmente se curvado ao abandono de uma perspectiva revolucionária. A leitura dos documentos publicados neste número mostrará quão distorcida pode ser tal imagem.

Publicamos, como documento, a íntegra do texto do programa aprovado, e, como artigos, diversas intervenções, elaboradas por dirigentes do PCdoB, que ajudam a esclarecer o pensamento político em desenvolvimento nesse partido. João Amazonas, veterano dirigente comunista, nos remete a uma análise crítica da experiência socialista soviética – a mais desenvolvida neste século – para extrair lições que informam a elaboração do atual programa para um Brasil socialista. Renato Rabelo, vice-presidente nacional do PCdoB, analisa a evolução do pensamento político dos comunistas brasileiros, pondo em evidência o esforço de superação de esquematismos ainda existentes. Assinala claramente que foi no fogo dos acontecimentos de 1989-1990 e na luta pela manutenção da perspectiva socialista e pelo desenvolvimento de uma análise crítica das experiências existentes

que ocorreu um salto de qualidade na compreensão política dos comunistas sobre as lutas e as tendências profundas em curso no Brasil. João Batista, operário, em texto significativamente intitulado “A classe operária no limiar do século XXI”, dedica sua atenção ao problema das condições e do papel da classe operária em um mundo de rápidas transformações, concluindo que “o operariado continua a ocupar o papel central na luta pela transformação social”. Luís Fernandes, cientista político, revela os fundamentos políticos e teóricos da ofensiva neoliberal em curso no mundo e analisa também as particularidades que cercam a aplicação dessa política no Brasil. O jornalista José Carlos Ruy dedica-se à análise da evolução histórica da sociedade brasileira.

O centenário do desaparecimento de Friedrich Engels continua a motivar a publicação de artigos sobre sua obra, esforço que prosseguirá em outras edições. Olival Freire, historiador da ciência, analisa o significado atual das reflexões de Engels sobre as ciências da natureza, e o historiador Edgard Carone nos fornece um interessante roteiro bibliográfico para o estudo da obra de Engels.

A revista homenageia a luta de Zumbi, herói da resistência negra à escravidão no Brasil, através de artigo do deputado Haroldo Lima, voltado ao estudo dos negros nas lutas populares brasileiras. A luta das mulheres e sua recente Conferência em Pequim é assunto de artigo de

Olivia Rangel, presente no evento. Ruy Espinheira, poeta e escritor baiano, em entrevista, fala de sua obra e do panorama cultural brasileiro.

Esses são alguns artigos de uma edição bastante densa da revista PRINCÍPIOS – uma edição capaz de atrair a atenção de todos aqueles que confiam que, se a humanidade tem futuro, e tem, esse futuro será socialista.



A transição ao comunismo requer correta orientação marxista

JOÃO AMAZONAS

A construção do socialismo não é apenas ato de vontade, impulso revolucionário, mas fundamentalmente consciência científica das leis do desenvolvimento histórico

Considero um grande acontecimento na história do movimento operário e progressista do nosso país o lançamento do Programa Socialista, elaborado pelo Partido Comunista do Brasil. Já completamos 73 anos de existência. Desde a fundação do Partido, em 1922, erguemos a bandeira do socialismo científico. Mas não havíamos conseguido dar forma concreta aos objetivos perseguidos.

Em 1954, no 4º Congresso do Partido, aprovamos um Programa que continha sérios erros e teve de ser abandonado. Na Conferência extraordinária de 1962, que reorganizou o Partido, indicamos outro Programa, que definia lucidamente uma orientação revolucionária, mais próxima da realidade brasileira. Carecia, porém, de base teórica sólida e de clara perspectiva estratégica.

Não foi fácil chegar ao Programa Socialista. Este não é uma simples afirmação dos ideais comunistas, nem se baseia em experiência positiva do movimento operário internacional. Suas raízes estão no esforço teórico e ideológico que o PCdoB vem fazendo desde a década de 50 para assimilar em sua essência a grande doutrina criada por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e outros revolucionários proletários.

Podemos dizer que o nosso Programa é, de certo modo, produto da derrocada do socialismo na União Soviética. Tal afirmação pode parecer incoerente, mas encerra uma grande verdade. O movimento operário no Brasil sempre se enriqueceu com as contribuições teóricas e políticas da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, com os êxitos incontestáveis da construção do socialismo. Por insuficiências nossas, absorvíamos sem espírito crítico tudo o que vinha da URSS, revelando, com isso, interpretação dogmática da doutrina marxista-leninista.

A vitória da contra-revolução na União Soviética, em 1957, foi o primeiro e decisivo grande choque que nos ajudou a entender a maneira deformada, unilateral de encarar a teoria e a própria edificação do socialismo – de tal modo que rompemos com o oportunismo da direção do PCB e reconstruímos vitoriosamente o PCdoB.

Durante mais de três décadas, fomos combatentes aguerridos contra o revisionismo contemporâneo que pontificou na União Soviética, a começar por Krushev até Gorbachev, descarado defensor do capitalismo, inimigo dos ideais revolucionários de Lênin e dos bolcheviques.

A derrota final do socialismo na União Soviética, no início dos anos 90, estremeceu convicções idealistas, não dialéticas, que ainda defendíamos. Começamos a ver que a construção do socialismo não era apenas ato de vontade, impulso revolucionário, mas, fundamentalmente, consciência científica das leis do desenvolvimento histórico, com base nas quais se dão os passos necessários ao avanço da nova sociedade. Querer é uma grande coisa. Mas é preciso querer aquilo que se ajuste à realidade objetiva. Não se chega aos fins colimados sem que existam, ou tenham sido criadas, as condições imprescindíveis à realização dos nossos anseios de progresso social.

O dogmatismo não foi fenômeno isolado que atingiu tal ou qual partido. Disseminou-se amplamente no movimento operário internacional, tendo fontes geradoras na própria União Soviética, que insistia em apresentar o seu modelo de revolução e de construção do socialismo como válido para todos os países. Os que discordaram, como Togliatti e outros, não souberam situar-se corretamente, e caíram em posições oportunistas que negavam a revolução proletária.



No exame dos acontecimentos negativos verificados na União Soviética, que culminaram com a volta ao capitalismo, detivemo-nos particularmente numa questão que julgamos decisiva à compreensão dos erros cometidos na construção do socialismo, e que poderia ter grande importância na elaboração do nosso Programa Socialista. Referimo-nos ao período de transição. É um tema pouco estudado e pouco analisado criticamente. No entanto, a experiência vai mostrando que aqui reside uma questão-chave para elucidar variados problemas da revolução e da edificação da nova sociedade.

Marx considerava que, entre a sociedade capitalista e a comunista, medeia o período de transformação revolucionária de uma em outra, ao qual correspondia também um período político de transição, em que o Estado é a ditadura revolucionária do proletariado.

Engels assinalou que à vitória da revolução socialista se seguiria um período de transição extremamente complexo e difícil: "A questão das etapas é das mais difíceis de todas as que poderão advir, pois as condições modificam-se constantemente".

São indicações gerais mas significativas, orientadas para a compreensão das dificuldades que surgiriam com a passagem do poder à classe operária. Não se poderia saber antecipadamente como seria construída em cada país a nova sociedade. Os elementos essenciais à construção decorriam da própria revolução que expropriava a burguesia. Isso não era tudo. A edificação do socialismo é muito mais complexa: aborda não apenas o setor econômico, ainda que fundamental, mas também os problemas sociais, políticos,

culturais e outros que conformam a feição de uma sociedade emergente. Os prazos que comporta cada etapa, os ritmos do desenvolvimento, as especificidades dos diferentes países têm de ser considerados.

Todos esses problemas afloraram como desafios a serem enfrentados com a vitória da Revolução Socialista na Rússia, em 1917. Tanto no campo teórico como no prático, apresentavam-se questões novas, exigindo urgentes soluções. Sem resolvê-las de imediato, surgiram transtornos.

Lênin dizia, no período inicial da Revolução, com espírito autocrítico:

"Cometemos e estamos cometendo muitos erros e sofreremos muitos reveses. Nosso comunismo foi muito apressado, imposto pela guerra e pela impossibilidade de obter mercadorias ou de fazer funcionar as fábricas. (...) Levados pela onda de entusiasmo que havia despertado o povo (...), acreditávamos que podíamos cumprir, apenas por meio desse entusiasmo, tarefas econômicas da mesma magnitude das tarefas políticas e militares realizadas. (...) Supúnhamos possível organizar em forma direta, pela só existência do Estado proletário, a produção estatal e a distribuição estatal de produtos à maneira comunista num país de pequenos camponeses".

A transição e suas particularidades na Rússia tornaram-se temas constantes das preocupações teóricas de Lênin. Não custou muito a proclamar: "Fomos e somos um país de pequenos camponeses, a transição ao comunismo é para nós imensamente mais difícil que em qualquer outra situação". Elaborou uma série de medidas que incluíam o desenvolvimento relativo do capitalismo no campo e nas pequenas empresas, a utilização do capitalismo de Estado, a par do reforço da economia socialista, para vencer as dificuldades e avançar no rumo do comunismo. Para ele, a transição envolvia o conjunto da população. Seria um erro limitá-la a determinados setores sociais.

"Nós, a vanguarda, o destacamento avançado do proletariado, estamos passando **diretamente** ao socialismo; mas o destacamento avançado é só uma pequena parte de **todo** o proletariado que, por sua vez, é só uma pequena parte de toda a população. E para resolver com êxito o nosso passo imediato ao socialismo, devemos compreender que caminhos, métodos, recursos e instrumentos intermediários são necessários para a passagem das relações pré-capitalistas ao socialismo."

Mais adiante, Lênin chegava à importante conclusão de que as cooperativas camponesas faziam parte da economia socialista.

São preciosas essas indicações de Lênin sobre o período da transição. Ele insistiu no fato de que a transição do capitalismo ao comunismo exigia toda uma época histórica. "Não sabemos e não podemos saber – enfatizou – quantas etapas de transição ao socialismo haverá."

Lênin morreu alguns anos depois da Revolução. A União Soviética, sob a direção do partido bolchevique e de Stálin, prosseguiu firme na grande batalha da edificação socialista. E obteve grandes êxitos que mostraram a superioridade desse sistema sobre o capitalismo. De um país atrasado que era, alçou-se à condição de segunda potência industrial do mundo.

Os problemas da transição não tiveram, porém, suficiente destaque nas cogitações dos dirigentes soviéticos. Elaborou-se muito pouco sobre o assunto. Parece que a transição dependia unicamente da realização exitosa de dois ou três Planos Quinquenais. Simplificaram-se demasiadamente questões de grande complexidade.

No 18º Congresso do PC(b)R, em 1939, às vésperas da II Grande Guerra, emitiram-se opiniões duvidosas acerca da transição. O Congresso afirmou categoricamente:

“Terminamos mais outra etapa histórica da Revolução comunista na URSS. Concluímos no fundamental toda uma época de trabalho construtivo, para entrar em uma época nova, a da passagem gradual do socialismo ao comunismo. (...) O terceiro Plano Quinquenal será uma das etapas mais importantes na solução deste magno problema: a passagem ao comunismo completo”.

Essa caracterização da nova época revelou-se inteiramente falsa. A própria vida demonstrou que a União Soviética estava ainda, naquele período, muito distante do ingresso na última etapa da transição do capitalismo ao comunismo.

É discutível, também, a afirmação desse Congresso de que, com o desaparecimento das classes antagônicas, restavam somente classes amigas e solidárias: os operários, camponeses e a intelectualidade. Todavia, emergira, nas condições em que se realizava a construção socialista, extensa camada de classe média, tipicamente pequeno-burguesa, cuja aspiração não podia ser a passagem ao comunismo. É assunto que merece ser pesquisado.

Não há modelo único de transição. Comunismo apressado é um equívoco



Indubitavelmente, na União Soviética, tinha-se instaurado com êxito o regime socialista. As instituições criadas funcionavam normalmente. Os soviets cumpriam suas funções. Consolidava-se a base fundamental do regime. Contudo, a transição não se limita a uma instauração recente do sistema socialista – envolve a construção da nova sociedade de forma definitiva, material e espiritualmente, em seus múltiplos aspectos. Vale salientar que o golpe anti-socialista de Krushev, em 1957, não encontrou resistência, iniciou “pacificamente” a volta ao capitalismo. Evidenciou-se que a sociedade soviética e mesmo a classe operária não tinham assimilado verdadeiramente as idéias e a prática do socialismo científico. Havia muitos vazios a preencher.

Do estudo que vimos fazendo da experiência da União Soviética e países do Leste europeu acerca do período de transição, chegamos a algumas conclusões iniciais, que reputamos importantes para a luta revolucionária do nosso povo e para a elaboração do Programa Socialista.

1ª) É inaceitável o modelo único de transição. As formas de transição devem corresponder à realidade objetiva



de cada país, ao nível do seu desenvolvimento, às suas especificidades nacionais e históricas. Mesmo que fosse inteiramente correto, o modelo soviético não serviria a outros países.

2ª) Os prazos das diversas etapas da transição, dada a complexidade dos problemas que encerram, não podem ser de curta duração. O comunismo apressado é um equívoco. Ainda que o socialismo signifique ritmos de desenvolvimento acelerado, não pode violar as leis da dialética, forçar avanços precipitados, voluntaristas. Procedimentos dessa natureza deixam para trás, irrealizadas, tarefas imprescindíveis à construção da nova sociedade.



Transição é um longo período de luta de classes com suas características próprias

3ª) A transição tem de se apoiar na realidade existente, buscar os elos que permitam pôr em movimento toda a cadeia de desenvolvimento das forças produtivas e do avanço social. A revolução liquida os entraves ao progresso, mas não dá, de imediato, a forma de resolver problemas novos e complicados que exigem soluções adequadas. Lênin, por exemplo, descobriu na NEP e no capitalismo de Estado meios de impulsionar a edificação do socialismo na Rússia de então.

4ª) A transição não se confunde com o caminho pacífico, a paz de classes. É um prolongado período de luta de classes, que apresenta, no entanto, características particulares. Sempre haverá pessoas ou grupos de pessoas dispostos a criar obstáculos à marcha da construção revolucionária. Faz-se a luta direta contra tais forças. Todavia, a batalha de classes, de sentido histórico, se dará também utilizando formas e instrumentos de grande amplitude, capazes de limitar sempre mais, até liquidar, as possibilidades do desenvolvimento capitalista e de assegurar o avanço continuado e consolidado da construção socialista. Lênin dizia que "a ditadura do proletariado não significa a cessação da luta de classes, senão que sua continuação numa forma nova e com novas armas".

Armados dessa experiência e do estudo da realidade brasileira, conseguimos redigir o Programa Socialista. As conclusões a que chegamos sobre a transição ajudam a fundamentação teórica do nosso Programa. Afastamo-nos dos modelos "clássicos" conhecidos para solucionar tarefas básicas da revolução. Distanciamos-nos das velhas formulações extremadas vazias de conteúdo, das soluções estereotipadas.

As indicações apontadas respondem ao nível do desenvolvimento do país, às possibilidades reais da implantação segura, por etapas, do sistema socialista. Ajustam-se perfeitamente ao caminho revolucionário. A via direta, radical, nem sempre conduz ao objetivo almejado. É indispensável recorrer, como dizia Lênin, a instrumentos intermediários para suplantar óbices maiores que dificultam o progresso.

Ao pesquisar a maneira como será construída a nova sociedade, tendo em conta as peculiaridades do nosso país, concluímos que, no Brasil, haverá, possivelmente, três fases fundamentais na transição ao comunismo: a fase preliminar da transição do capitalismo ao socialismo; a fase da socialização plena; e a fase da construção integral do socialismo, com a passagem gradual ao comunismo.

Na primeira fase, da qual se ocupa o Programa, são abordados problemas *iniciais* da construção do socialismo. Destacamos a palavra *iniciais*. De fato, são os primeiros

passos nessa direção. É ilusão pensar que a revolução socialista resolve de passagem os intrincados problemas deixados pelo capitalismo. É preciso dar tempo ao tempo bem utilizado, tentar construir, passo a passo, a base fundamental do novo sistema.

O Programa apresenta soluções originais visando à construção socialista. É o caso da terra, da reforma urbana, da participação das massas na administração pública, da criação das comunidades socialistas, da estruturação das forças armadas.

A questão essencial é o *poder* nas mãos das forças progressistas, um poder novo, apoiado pelas amplas massas trabalhadoras e populares, sob a firme direção do Partido Comunista. Cria-se um Estado democrático que assegure as liberdades para o povo, respeite as divergências que não afetem o novo sistema e resguarde a legalidade socialista. Do ponto de vista teórico, o conteúdo de classe desse novo Estado é uma espécie de ditadura da democracia popular.

Enfim, temos um Programa que responde às necessidades do desenvolvimento histórico do país. Pensamos que o texto não é perfeito em todos os aspectos. Certamente, apresentará incorreções, lacunas, omissões, frutos do nosso conhecimento limitado em questões novas de mais alta relevância. Vamos continuar pesquisando. As indagações teóricas e políticas sobre temas essenciais do Programa não se esgotam com a sua aprovação neste Plenário.

Estamos convencidos de que o Programa representa um grande passo adiante na luta pela transformação revolucionária da sociedade brasileira. Sua aceitação e exata compreensão pelo Partido e pelas massas impulsionarão o movimento socialista e popular no Brasil a um patamar mais elevado.

JOÃO AMAZONAS é presidente nacional do Partido Comunista do Brasil. Este é o texto de sua intervenção especial na 8ª Conferência Nacional do PCdoB.

DIFERENÇA NÃO É SÓ DE FORMA. A DIFERENÇA É CONTEÚDO.

Assine e dê PRINCÍPIOS de presente no final do ano.

Nome _____

Endereço _____ Fone _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Assinatura anual (4 edições) - 30,00

Assinatura bianual (8 edições) - 55,00

Assinatura especial (9 edições: 5 passadas + 4) - 45,00

Brindes: Em qualquer assinatura, um livro. Em 4 assinaturas, você ganha a quinta. Em 2 assinaturas, você ganha uma camiseta da PRINCÍPIOS.

Mandê cheque nominal com seus dados. Se preferir, ligue ou escreva dando nº de cartão Credicard e vencimento. Ou telefone para que enviemos a revista junto com boleto bancário.

Editora Anita Ltda. - Rua Monsenhor Passalaqua, 158 - CEP.: 01323-010 - São Paulo - SP - Tel.: (011)287-6492

Números disponíveis para assinatura especial ou compra avulsa: 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37 e 38. Preço: R\$ 5,00

A luta pelo socialismo ganha nova dimensão

RENATO RABELO

O programa socialista do PCdoB fundamenta-se no esforço para superar velhos esquemas analíticos e na compreensão, em bases concretas, do processo social brasileiro

A realização desta 8ª Conferência Nacional tem a finalidade de cumprir plenamente a resolução mais importante do 8º Congresso Nacional do Partido de 1992, que determinou a elaboração, discussão e aprovação de um novo Programa partidário, definidor do rumo socialista para o Brasil. Desde então, empreendemos uma persistente atividade para cumprir esse objetivo – de início, com a concretização de uma proposta apresentada pela Comissão do Programa, eleita no 8º Congresso, com esse propósito. Logo após, essa apresentação inicial foi submetida à aprovação do Comitê Central, que a transformou em Projeto de Programa em setembro de 1992, encaminhando-a para apreciação e discussão do conjunto do Partido.

A partir daí, durante quase dois anos, transcorreu amplo debate sobre o Projeto apresentado. A discussão no âmbito partidário se estendeu, um *Jornal de Debates* foi editado em duas fases, somando um total de 14 edições, e realizaram-se mais de trinta seminários em vários estados, sendo desses uma parte significativa composta também com a participação de expositores provenientes dos meios universitários, estudiosos de temas específicos e membros de outras correntes políticas.

Essas iniciativas contribuíram para melhor forjar os conceitos e objetivos fundamentais, aprofundar a análise sobre a realidade brasileira e mundial, tornando o novo Programa mais próximo de nossas particularidades e mais viável às condições do Brasil. Desse modo, várias opiniões foram consideradas, modificando e precisando determinadas idéias e pontos de vista expressos no projeto programático. Entretanto, não devemos considerar o Programa, aprovado por esta Conferência, como intocável e encerrado. Apesar de termos conseguido dar grande passo na compreensão teórica, definindo de forma consistente algumas idéias-chaves, é possível que lacunas, imprecisões e defeitos ainda subsistam. Ademais, sabemos da necessidade inevitável – comum a todo programa de longo alcance – de confirmação de muitas formulações pela evolução do movimento revolucionário.

Desafio do desenvolvimento teórico

A crise das experiências socialistas mais importantes de nosso tempo e a sobrevida que o capitalismo vem encontrando para sua reprodução propiciaram as condições subjetivas para o ressurgimento de tendências regressivas nos planos político, ideológico e cultural. Uma vasta onda de retrocesso, não encontrando de imediato maior obstáculo, adiantou-se, desenterrando o que o pensamento mais avançado tinha sepultado. As concepções idealistas, metafísicas, individualistas, privatistas e obscurantistas ganharam forte alento, parecendo inundar tudo, abrindo trânsito ao oportunismo e às contritas conversões em favor do “novo” liberalismo, com ou sem envoltório social-democrata. As noções de “fim da história”, “pós-marxismo”, bancarrota “definitiva” do socialismo, amplamente divulgadas, constituem o produto ideológico dos pensadores e políticos burgueses, fabricado e glorificado nesse ambiente de regressão, em defesa, em última instância, dos interesses capitalistas-imperialistas da fase atual, conhecida como “globalização” da economia.

Em face de tal situação, os comunistas foram jogados diante de um imenso desafio de resistência, análise crítica e autocrítica e renovação. Não bastava, assim, reafirmar a validade e a atualidade de princípios e valores do marxismo-leninismo, ou repetir simplesmente seu legado teórico. Da rica experiência revolucionária transcorrida ao longo deste século, emerge com intensidade e se desenvolve uma visão nova, que procura resgatar a lógica transformadora, radical do marxismo-leninismo, sua essência – “a dialética revolucionária”, a “análise concreta da situação concreta” em um acerto de contas, ao mesmo tempo, com a velha concepção dogmática e reducionista que condicionou um largo período de estagnação teórica. Por conseguinte, a iniciativa mais conseqüente que nos cabe é descobrir como responder ao extraordinário desafio de desenvolver, retirando



A superação do capitalismo ganha nova dimensão

Todo programa partidário tem no seu bojo a definição de um projeto estratégico mais ou menos explícito. O Partido Comunista não tem uma missão histórica conjuntural ou limitada aos marcos da sociedade capitalista. Nessa radicalidade, que se distingue das demais correntes político-ideológicas contemporâneas, a missão comunista baseada no socialismo científico volta a estar no âmago da nova luta pelos ideais comunistas, na atualização da maneira de alcançar o triunfo da revolução proletária e da sua consolidação. A renitente propaganda das classes dominantes capitalistas, nessa virada de século, tem como linha condutora estimular a profusão de paradigmas anti-socialistas, incitar a dispersão de objetivos entre as classes e camadas populares, desacreditar e dividir suas organizações de luta e levá-las ao estreito limite do corporativismo, do economicismo e do imediatismo. Ressurge como questão primordial para explicitação da estratégia revolucionária, atribuição do Partido Comunista, a comprovação, a definição factível de que se pode ir além da sociedade sob o domínio da classe burguesa, superando sua formação econômico-social, indicando um projeto viável.

A luta dos nossos dias pelo socialismo ganha necessariamente nova dimensão e diferente realização, tendo em vista a diversidade de situações, o acúmulo das experiências vividas, a mudança experimentada pela classe operária no seu perfil e na sua composição, o surgimento de novos agentes sociais e o quadro de correlação das forças estratégicas.

Esquematismo dificultou definição do projeto peculiar

O nosso último Programa, aprovado no 7º Congresso de 1988, seguia ainda a linha dos precedentes, moldado por uma etapa de caráter nacional, democrático-revolucionária, ficando a revolução socialista como indicação para uma “segunda etapa”, pouco definida. Apesar da constatação apresentada de que a “burguesia e latifundiários aburguesados” detinham a hegemonia do poder político, da existência de uma classe operária extensa e do predomínio do capitalismo em todo campo, ainda não estávamos liberados para uma “análise concreta da situação concreta”, presos até esse momento a contradições não resolvidas. Assim, concluía-se que as tarefas democráticas e nacionais se “aproximavam” e se “entrelaçavam” com as tarefas socialistas, embora justificando ainda a necessidade de duas etapas revolucionárias de naturezas distintas. Até então, estávamos sob influência de noções abstratas, presos a preceitos esquemáticos, produtos da limitação teórica, que giravam em torno de três eixos: inevitabilidade de duas etapas da revolução nos países dependentes ou semicoloniais; existência de um modelo universal (único) de socialismo; trânsito direto à construção socialista após a conquista do poder político.

Durante certo tempo, em consequência dessas debilidades simplificadoras, nosso pensamento estratégico, refletindo um método vulgar, analisava as duas maiores expe-



do lições do passado, a teoria revolucionária, a herança do marxismo-leninismo, elevando-a ao patamar das mutações sócio-econômicas da atualidade, retomando o caminho para novas grandes experiências transformadoras.

Ao analisar o cerne do movimento histórico da luta pelo socialismo na Rússia, num contexto mundial em que as teses da II Internacional já se encontravam caducas, Lênin concluía que, para tornar realidade a vitória do proletariado, era imprescindível o desenvolvimento teórico — sem uma grande teoria, não pode existir um grande empreendimento revolucionário que supere o capitalismo. Toda a trajetória da Revolução de Outubro demonstrou a justeza dessa noção. As idéias emitidas e as resoluções mais importantes do 8º Congresso do nosso Partido permitiram aumentar a convicção entre nós de que, na atualidade, a perspectiva se reduziria, e seríamos incapazes de contribuir na condução de uma nova torrente histórica no rumo do comunismo, se a doutrina, na sua inteireza, permanecesse fixa, sem um revolvimento que pudesse permitir um avanço à altura dos novos desafios da época. Nesse sentido, a prática atual que envolveu o conjunto do Partido na preparação, debate e elaboração do Programa jogou um duplo papel, adequado às necessidades de hoje: despertou energias criadoras, possibilitando amplo esforço de estudo e de crescimento teórico e, simultaneamente, exigiu soluções práticas para inúmeras indagações e dilemas, permitindo traçar um rumo à própria abstração, não se limitando ao simples trabalho de especulação.

riências revolucionárias deste século, a russa e a chinesa, buscando mais as vias de identidade e a semelhança com a nossa realidade, sem, no entanto, alcançar o modo de sistematização que pudesse instruir a construção de um projeto próprio, peculiar. Em períodos passados, produto de uma metodologia dogmática, procurou-se até mesmo entrever um “feudalismo” na formação histórica brasileira, pela incapacidade de apreciar a singularidade do tipo de produção mercantil-capitalista-escravista do Brasil colonial e sua originalidade de desenvolvimento. Da mesma forma, apresentava-se certa impotência em discernir a especificidade da revolução burguesa a partir de 1930, no Brasil, explicitando sua forma de evolução, condicionada que está pela relação entre burguesia, latifúndio e capital estrangeiro, nas condições de um país capitalista dependente e que atingiu um nível de desenvolvimento médio.

A solução teórica e prática encontrada

Diante dos novos fenômenos e da experiência contida em longa trajetória de nosso Partido nas condições do Brasil, fomos impelidos a repensar e rever nossa estratégia revolucionária, moldar um novo Programa. Isso, entretanto, tornou-se possível porque conseguimos singularmente um avanço qualitativo na nossa percepção, que passou a ser mais realista e dialética. Essa evolução, instigada pela derrota histórica contemporânea do socialismo, foi abrindo caminho para superação de certo abismo teórico (velhos esquemas) e permitiu encarar sob um ângulo concreto as particularidades do processo social brasileiro, levando-nos a considerar que nosso projeto político fundamental tinha restado fixo, incapaz de responder às novas exigências.

Semelhante salto na nossa compreensão deu-se nas vésperas do rico debate preparatório ao 8º Congresso do Partido (1992), quando concluímos que a sociedade brasileira estava madura para a luta pelo socialismo “desde já”. Não foi possível, naquele momento, concretizar novo Projeto, e foi por isso que nossa elaboração se escoou até esta conferência. O acúmulo do fecundo debate, a partir da preparação do 8º Congresso, possibilitou, assim, uma transposição nas limitações conceituais e interpretação mais justa das contradições da realidade.

A solução teórica e prática encontrada, que fundamentou a definição da revolução socialista para o Brasil como objetivo estratégico imediato, deveu-se ao avanço na compreensão de conjunto das experiências transformadoras neste século, que se pode concentrar no enunciado: transição do capitalismo ao socialismo – Marx definia todo o período histórico do socialismo como a “transição revolucionária” ao comunismo. Cabe a Lênin, nas condições da revolução proletária na Rússia, assentar as bases teóricas do que seria o período de transição preliminar, inicial do capitalismo ao socialismo. Infelizmente, contribuição tão decisiva (maio de 1918 a março de 1923) ficou pouco conhecida e marginalizada da evolução do pensamento revolucionário até recentemente. O significativo trabalho de João Amazonas, *Capitalismo de Estado na transição ao socialismo* (1993), procurou resgatar entre nós a importância histórica desse notável aporte de Lênin, que

eleva a compreensão das leis do desenvolvimento social a novo patamar. Ademais, a trajetória da experiência de nosso tempo veio demonstrar que, na situação dos países dependentes e relativamente atrasados, essa transição pode ser mais longa, irregular e acidentada do que se previa.

A nova linha programática

Dessa maneira, a compreensão teórica atingiu patamar mais elevado, possibilitando uma solução conseqüente e condizente com nossa realidade. De forma sucinta, podemos definir desta maneira: a sociedade brasileira é capitalista, de desenvolvimento médio, com o predomínio do poder político pela grande burguesia. Mas isso não é tudo, por ser o capitalismo de tipo dependente, o que cria deformações estruturais e produz um crescimento heterogêneo, restando ainda importantes tarefas democráticas e nacionais, de cunho capitalista, a serem concretizadas. A classe burguesa tornou-se cada vez mais impotente para concluí-las. Como resolver, então, essa dualidade da nossa realidade? Fixando duas etapas revolucionárias que se “entrelaçam”?

Hoje, nossa conclusão é que esse conjunto de medidas de feição capitalista, em nosso país, visto na sua evolução, já é parte constitutiva da fase de transição ao socialismo, de vez que, para realizá-las, não é necessária nenhuma etapa particular ou intermediária. A permanência desse período de transição origina-se da existência de leis objetivas. O estágio do desenvolvimento econômico-social mundial e brasileiro e o caráter da frente única em nosso país (proletariado, massas trabalhadoras, classe média urbana e rural) configuram um quadro objetivo e subjetivo que vai definir a existência dessa fase, na qual a socialização total é inviável. Daí ser necessária a realização gradativa das transformações imprescindíveis, num contexto de uma economia ainda heterogênea.



Transição resulta de ruptura e alia proletariado com toda a sociedade

Entretanto, esse novo período de transição não surge simplesmente como evolução linear. Ele só pode despontar e progredir como resultado de um processo de ruptura, revolucionário, com a ordem burguesa-imperialista, conseqüência da mutação na correlação de forças políticas e sociais, em que o proletariado passa a ser a classe mais poderosa, e, em aliança com o restante da maioria da sociedade, passa a assegurar a tendência da coletivização e da socialização crescentes. Assim, a expressão concentrada para a mudança está no novo poder político da classe mais interessada em superar o capitalismo e construir a nova sociedade.

Nessa fase, a luta de classes continua sob novas condições, não estando definido, em princípio, quem ganha de quem – o socialismo ou o capitalismo. Nossa conclusão, portanto, resume-se na compreensão mais profunda da dimensão histórica e do papel da transição preliminar do



capitalismo para o socialismo, sobretudo nos países dependentes. Essa transição pressupõe toda uma fase de desenvolvimento, que se inicia no momento da conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados, e requer uma reorganização diversificada das relações de produção, com base na propriedade de todo povo, coexistência de planejamento e mercado, até se galgar a construção plena do socialismo.

O novo Programa

O novo Programa que ora submetemos à aprovação desta 8ª Conferência Nacional tem essa linha básica. Ele tem seis capítulos que compõem três partes constitutivas: 1) Os fundamentos teóricos baseados no marxismo-leninismo e a realidade estrutural do capitalismo no mundo e em nosso país; 2) O programa socialista para o Brasil; 3) O caminho para alcançar os objetivos programáticos.

Fundamentos e a realidade

Os fundamentos reafirmam, comprovados na história passada e recente do capitalismo, que o socialismo não é gestado de fora da luta de classes, “não é um ideal pelo qual a realidade terá de se regular” (Marx), mas, ao contrário, é produto das contradições objetivas do sistema capitalista-imperialista, corresponde aos interesses objetivos do proletariado – condição real. Mas não surge automaticamente ou espontaneamente. Para torná-lo realidade material, é preciso intensa participação e intervenção consciente das massas operárias e populares guiadas por sua formação de vanguarda – condição decisiva. A relação dialética entre esses dois fatores – realidade objetiva, direção-decisão –, em um cenário histórico de grandes acontecimentos que possa sacudir o jugo dominante, virando a correlação de forças fundamentais, atingindo o apogeu da crise revolucionária, é que pode gerar o nascimento da nova sociedade. Afirmamos que as modificações da atualidade na sociedade burguesa não alteraram qualitativamente o caráter das relações capitalistas de produção. As mudanças operadas na estrutura das forças produtivas com o advento da Terceira Revolução Tecnológica não fizeram desaparecer, nem muito menos atenuaram, a escravidão do trabalho assalariado. Não estamos, assim, diante de novo modo de produção, mas, ao contrário, os fenômenos de hoje estão

marcados pela tendência à expansão dos monopólios e ao crescimento do capital financeiro em escala nunca vista, com a reestruturação do mercado mundial único, atingindo os mais recônditos rincões do planeta.

Tal processo expansivo não pode ser contido eternamente nos marcos das relações de produção capitalista. Essa realidade econômico-social em desdobramento produz, no plano mundial, a intensificação das contradições fundamentais, exclusão social crescente e generalizada no âmbito do capitalismo, vasta degenerescência moral e decadência ética e política. Jamais se vivenciou uma crise social com tal dimensão e tão concentrada de dantescos dramas humanos. Esse quadro de exacerbação das contradições em todas as esferas da vida social origina, por outro lado, a contra-tendência – a resistência e sua intensificação. Desdobram daí a consciência política, o movimento de idéias, as novas formas de luta e organização das grandes massas, que vão reavivar e desenvolver a tendência transformadora.

Apesar da profundidade da crise estrutural capitalista contemporânea, não acreditamos que as análises catastróficas ou meramente propagandísticas quanto à queda rápida desse sistema possam contribuir para uma nova definição e orientação da luta em geral. A visão materialista-dialética própria do marxismo compreende a evolução social de nosso tempo como um processo complexo de leis absolutas, tendências e contra-tendências dentro do próprio capitalismo, sistema que, dessa forma, se caracteriza essencialmente por tensão permanente e crises evolutivas que podem provocar rupturas e “saltos”. A concepção simplificadora ou unilateral, ao reduzir os pólos das múltiplas contradições dessa estrutura sócio-econômica, avalia sempre subestimando ou superestimando o ritmo ou o momento do desenlace do processo. Nosso esforço deve ser, portanto, no sentido de distinguir na experiência histórica o todo do movimento, o conjunto das relações no âmbito da sociedade, tentando dominar o essencial, a fim de que seja possível avaliar com justeza as condições do curso transformador, dirigindo-o ao objetivo almejado – a nova sociedade socialista.



Modelo neoliberal: restrição de liberdades, deterioração social e avassalamento

No Brasil, a crise estrutural exposta pelo Programa tende a um aprofundamento maior das deformações e contrastes provocados pelo capitalismo dependente. O advento do neoliberalismo como manifestação atual da ideologia do capital financeiro impôs às classes dominantes e às elites nacionais seus paradigmas que serviram de base ao modelo de “desregulação-reestruturação” da economia, que passou a ser implementado no Brasil. Esse modelo vem acentuando a tendência ao avassalamento, restringindo as liberdades democráticas e exacerbando sobremaneira a já deteriorada situação social. Desse modo, a tentativa da

burguesia de superar a duradoura crise brasileira só tem aguçado mais ainda a subordinação do país, não existindo outra alternativa mais vantajosa aos grandes e mais bem situados capitalistas nacionais que a de se tornarem sócios-menores do agressivo capital financeiro e das transnacionais.

Restam à maioria da sociedade as agruras das perdas de direitos sociais, do desemprego, da exclusão, das falências e do prejuízo com o sucateamento de parte significativa da estrutura econômica edificada. Torna-se cada vez mais inviável, sob a direção das atuais classes dominantes, o Brasil defender seus interesses geopolíticos como nação soberana no contexto mundial, construir sua economia própria e alcançar o progresso social e cultural para o povo. Um novo caminho se impõe mais do que nunca: um novo projeto das novas classes tendo por base o proletariado, os trabalhadores da cidade e do campo, os setores progressistas da sociedade – um projeto socialista para o Brasil.

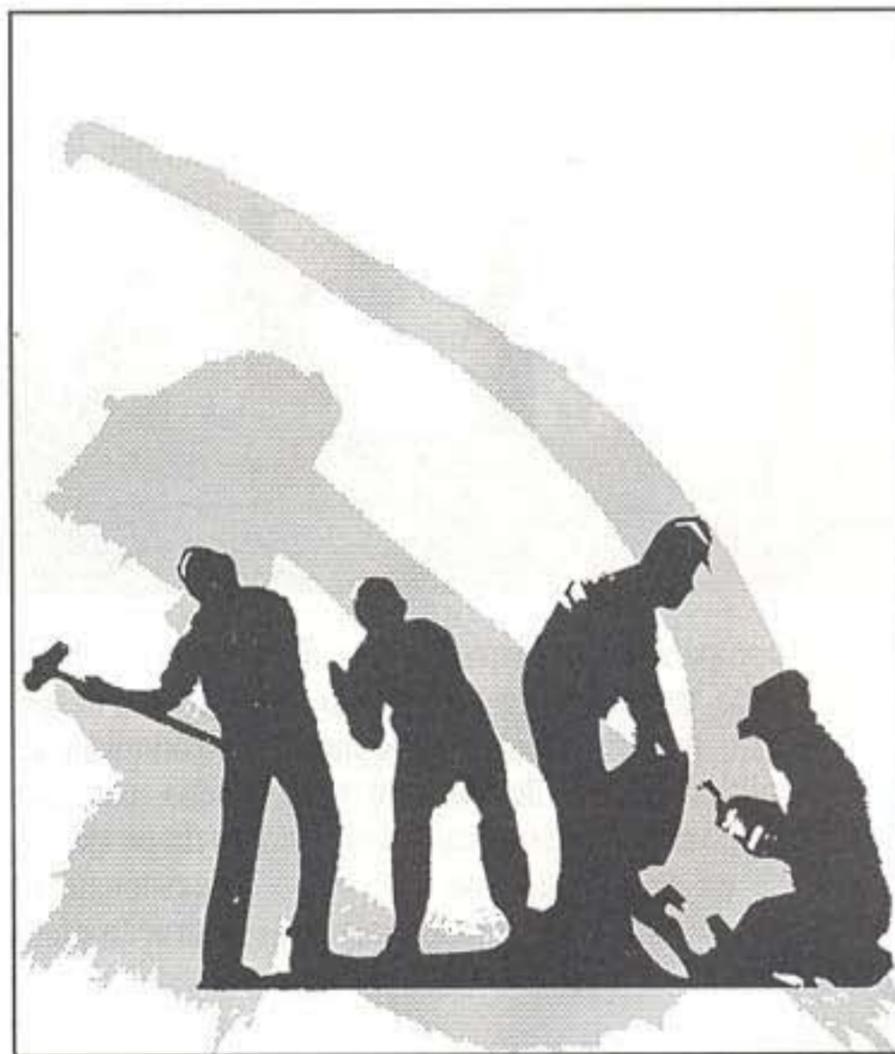
Objetivo central

Na elaboração do programa socialista para nosso país, concentrou-se grande esforço em responder o desafio de torná-lo realista e possível nas condições contemporâneas do mundo e do Brasil, reafirmando, ao mesmo tempo, os objetivos históricos dos comunistas. Em nosso século não se verificaram a crise definitiva do sistema capitalista e o êxito do socialismo em escala mundial, como previa o senso comum do movimento revolucionário. Assim, uma nova estratégia voltada para a realidade brasileira tem exigência ainda maior de estar à altura de nosso tempo, não caindo no lugar comum da generalidade, tendo feição própria e sendo viável. O objetivo do Programa atual relaciona-se com os problemas da primeira fase de transição do capitalismo ao socialismo. Em consequência disso, o Programa apresentado não visa à socialização geral. Entretanto, tendo presente o fim que se pretende atingir, conforme o ideal marxista, nossa perspectiva vai além do alcance da estratégia de transição, não se esgota aí. O objetivo superior – o comunismo – depende, para ser alcançado, do êxito da transformação revolucionária, sendo esta realizada pela construção socialista, ao longo de vasto período histórico.

Perseguindo esse rumo, o Programa atual assinala que, no Brasil, esse largo espaço de transformações do capitalismo ao comunismo pode percorrer grosso modo “três fases” fundamentais: transição preliminar do capitalismo ao socialismo; socialização plena; construção integral do socialismo e passagem gradual ao comunismo. Essas fases, evidentemente, na sua interação, não estão sujeitas a limites rígidos, podendo apresentar, conforme a variedade do desenvolvimento histórico, diferentes formas de aproximação, duração e desdobramento.

Poder político

Encontra-se na mudança do poder político o ponto de viragem, a inversão da tendência capitalista dependente pela tendência da transição ao socialismo. Para isso, o Programa propõe como essencial a instauração de uma República de trabalhadores e de amplas massas do povo, unindo



a população e integrando as diversas regiões do país. Essa República tem sua origem em uma frente única – coalizão da classe operária e trabalhadores da cidade e do campo com setores médios da população. Ela está baseada em um Estado que vai sendo construído com a hegemonia do proletariado, o qual procura estreitar a união com os aliados, visando ganhá-los no rumo da edificação socialista. A viabilização desse processo de unidade requer a constituição de uma organização do poder político de base popular, concretizada em um Estado democrático, mas não liberal, ordenado por “leis estabelecidas pelos órgãos eletivos”, fontes da nova legalidade no curso da transição ao socialismo.



Um novo regime popular será contrário a todas as desigualdades

O novo regime popular, como expressão da soberania da maioria real da sociedade, é erguido para superar o caráter formal da democracia política da ordem burguesa e edificar a nova ordem jurídico-institucional baseada no interesse do proletariado e dos trabalhadores em geral. Esse regime é contrário à desigualdade de gênero, discriminação étnica, de raça e de religião. Ademais, pode ser considerado o pluralismo de partidos e organizações políticas, desde que respeitem a legalidade da nova ordem de transição socialista. Os atributos fundamentais do regime político democrático-popular, diferentemente do regime burguês liberal, resumem-se em discussão e eleição de candidatos em assembleias populares; representação especial de entidades populares e profissionais, a fim de garantir propor-

ção que expresse a dimensão dos mesmos na sociedade; conjugação de funções legislativas e executivas no mesmo órgão de poder. Em resumo, o eleitor adquire um poder real, e não formal, e a maioria social passa a ter representação majoritária, e não minoritária.

Construção econômica

É importante considerar que não basta o poder estar nas mãos das novas forças sociais. Tem sido sempre mais difícil consolidar o novo poder do que conquistá-lo. Nas condições históricas em que o capitalismo predomina mundialmente, a nova classe dominante e seus aliados vão estar diante do grande desafio de manter, ampliar e desenvolver as forças produtivas e a produtividade média do trabalho a partir do sistema herdado. O trânsito à construção socialista não sucede de maneira direta, simples. Assim, o Programa define que, em termos gerais, além da forma coletiva de propriedade de todo o povo e de uma parte do povo, "haverá espaços para o desenvolvimento capitalista", estabelecendo então um sistema econômico diversificado, cujas características fundamentais são as seguintes: a economia socialista é a base principal do desenvolvimento e dirige o processo de crescimento; deve ser constituída inicialmente pelas empresas estratégicas e fundamentais que compõem os meios de produção, o Fundo Nacional Agrário e as áreas de exclusiva exploração do Estado; as nacionalizações atingirão os bancos, visando ao controle do sistema financeiro e de outros setores básicos de circulação de produtos. A componente capitalista assumirá especialmente o formato de capitalismo de Estado. Esse novo sistema de direção da produção social, proposto por Lênin, é essencialmente um capitalismo funcionando sob controle do Estado proletário, distinto, portanto, do capitalismo de Estado onde a classe dominante é a burguesia. É um modo de propriedade adequado para a fase inicial da construção socialista, nas condições semelhantes às do Brasil, de desenvolvimento retardado, em que o novo poder concebe empreendimentos com empresários particulares, nacionais e estrangeiros, utilizando várias formas como concessão, associação, consociação, arrendamento, visando, principalmente, ao desenvolvimento tecnológico avançado. Compõem ainda esse sistema econômico diversificado a propriedade privada de pequenas e médias empresas nos vários ramos de atividade, e a cooperativização com duplo caráter: socialista e privado.

Planejamento econômico para dirigir o desenvolvimento no rumo do progresso social



A reorganização da economia, nesse processo de transição preliminar, tem como objetivos montar as bases do novo sistema econômico e desenvolver amplamente as forças produtivas, utilizando diferentes formas de produção,

tendo em vista a predominância do socialismo. Por conseguinte, o planejamento econômico central é imprescindível, a fim de se dirigir o desenvolvimento no rumo pretendido. Entretanto, a economia de mercado e a lei do valor ainda estarão funcionando de maneira extensa, sinalizando as exigências dos componentes sociais. São, portanto, importantes indicadores na formação dos preços. Isso acontece porque a diversidade de modos de propriedade e gestão dessa fase vai condicionar a existência de vários agentes econômicos autônomos envolvidos pelos mecanismos de compra e venda.

Esse mercado não terá função reguladora direta da produção, cabendo isso ao plano estabelecido. É preciso ressaltar ainda uma questão essencial: quem comanda o mercado é o novo Poder Popular. Portanto, o controle e a regulação da economia podem ser realizados em função de um sistema articulado de planejamento e mercado, cuja forma de equilíbrio só a realidade concreta poderá informar.

Organização e desenvolvimento agrário

O Programa atual procura também uma alternativa viável, nessa primeira fase de transição, para a reorganização agrária e seu desenvolvimento, baseada na complexa realidade do campo brasileiro.

A penetração capitalista em nosso país se estendeu por todo o interior, mantendo a antiga estrutura do monopólio da terra e das grandes culturas para exportação. Disso resultou um desenvolvimento diferenciado, com zonas de exploração intensiva da terra ao lado de regiões improdutivas, arcaicas, de grande extensão. A proletarianização cresceu amplamente, e se formaram também extensa burguesia e pequena burguesia agrárias, ao lado de propriedades camponesas atrasadas.

Diante dessa realidade acentuadamente contrastante, o processo de coletivização no campo brasileiro, nessa fase, deve levar em conta a união básica do proletariado (assalariados agrícolas como componente do proletariado) com os camponeses pobres (semiproletários), em aliança com a pequena burguesia do campo, a neutralização da camada de empresários agrícolas e o impedimento da existência da propriedade latifundiária. Por isso, o caminho apontado pelo Programa estabelece uma orientação geral que se define por uma posição intermediária e transitória. Não haverá nacionalização da terra, pelo menos em determinado período, adotando-se o critério da fixação do teto máximo para as propriedades rurais, segundo as diferentes regiões do país; o excedente desse limite constituirá um Fundo Nacional Agrário, de propriedade de todo o povo, que o Estado poderá utilizar visando ao atendimento das necessidades do amplo desenvolvimento das áreas rurais, e também para garantir acesso à terra a todos os que nela queiram trabalhar.

Na realidade, a alternativa proposta pelo Programa é de uma nacionalização parcial, realizada por meio do sistema de Fundo Agrário, que se formará com o excedente das grandes propriedades do campo. Ao mesmo tempo, será permitida, dentro das condições estabelecidas nesse período, a exploração da propriedade do solo por capitalistas de médio e grande porte. No caso da grande propriedade ter-

ritoral de exploração intensiva e contínua, o que sobrepasar do teto máximo não poderá, logicamente, ser desmembrado da propriedade, porém esse excedente territorial passa a ser patrimônio do Estado (FNA), que poderá arrendá-lo ao proprietário da própria unidade, preservando assim sua continuidade produtiva.

Junto ao objetivo antilatifundiário, mas que não é ainda anticapitalista, o Programa defende meios de proteção e incentivos aos pequenos e médios produtores, e, tendo em mente o começo da construção das relações de produção socialista no campo, propugna pelo desenvolvimento do processo de cooperativização e da criação de centros agrícolas de pesquisa e estudo, além de utilização de tecnologia avançada em empreendimentos-modelo, estatais.

Os trabalhadores rurais terão apoio estatal. O campo será reorganizado



Os assalariados agrícolas, além do fortalecimento dos seus sindicatos classistas, poderão ser organizados em cooperativas de prestação de serviços, com pleno apoio estatal, visando somar e ampliar seus direitos. No quadro conjunto, o que se pretende é reorganizar a estrutura produtiva do campo, na fase de transição inicial, sem uma mudança abrupta, utilizando formas progressivas de socialização, atingindo imediatamente a grande propriedade territorial, impedindo a desordem e a queda da produtividade ou prevenindo qualquer aliança dos setores médios rurais com a contra-revolução.

Finalmente, não se pode perder de vista que o processo produtivo do campo deverá estar subordinado ao plano geral de desenvolvimento econômico, respaldado no interesse da maioria.

Questões fundamentais do desenvolvimento social e geral

O Programa atual se estende na indicação e proposição das questões fundamentais do desenvolvimento social e geral na primeira fase de transição, partindo da situação do país:

- situa e trata de maneira concisa os problemas do urbanismo e da habitação em uma realidade como a do Brasil, em que os grandes centros urbanos incharam rapidamente, deteriorando o bem-estar da maioria urbana;

- defende o princípio de que todo trabalhador tem direito a uma habitação decente, em ambiente saudável e a baixo custo, utilizando, para isso, a via da nacionalização do solo urbano;

- destaca que, em última instância, “o objetivo primordial da construção socialista” é a elevação permanente do nível das condições de vida material e espiritual do povo trabalhador;

- aponta a necessidade da participação das grandes massas, de maneira independente, no complexo da cons-



trução social e defesa ambiental, forjando um espírito de comunidade socialista;

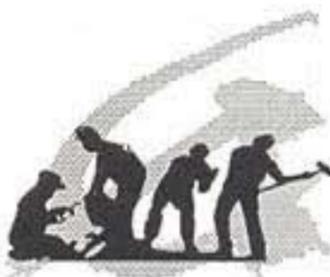
- ressalta que o governo deve garantir a todos os cidadãos condições dignas de vida, acesso universal à assistência, à saúde e à seguridade social;

- destaca como tarefa essencial da transição para o socialismo o desenvolvimento da cultura, da ciência e da tecnologia;

- enfatiza a necessidade de mobilização de grandes esforços para construção de uma nova cultura, em luta contra o obscurantismo e a alienação social, com a participação das massas trabalhadoras;

- propõe a reforma educacional em função das aspirações da maioria, liquidação do analfabetismo, desenvolvimento das artes em todas as modalidades e disseminação cultural entre o povo;

- defende a real democratização dos meios de comunicação, com os quais, hoje, a classe dominante exerce sua dominação, propagando um pensamento único, impondo seu senso-comum de idéias e concepções decadentes e reacionárias; propõe inverter essa situação, com o acesso dos trabalhadores e do povo aos meios de ampla comunicação social, através de várias formas de controle dos canais de televisão e das estações de rádio pelo Estado, fundações sociais e culturais, centros de pesquisa, universidades;



Disseminação das idéias progressistas e novas entre as amplas massas

- enfatiza a importância da prioridade aos recursos suficientes para formação em larga escala de pessoal técnico-científico de alta qualificação e para criação de instituições sólidas de educação e investigação científica;

- preconiza a difusão da teoria social mais avançada – o marxismo – e do conhecimento científico nos seus vários domínios, a fim de enraizar entre as massas as idéias e concepções progressistas;

- conclui com a defesa do internacionalismo de raiz classista – proletária –, em apoio a todas as lutas dos povos

contra a exploração e a opressão capitalista-imperialista, por sua emancipação nacional e social;

- defende o apoio e a solidariedade aos países e nações que mantêm a bandeira da construção da sociedade socialista;

- termina ressaltando que a luta intransigente em defesa da soberania e da independência constitui uma das grandes tarefas da nossa época, porque é inseparável da luta pela conquista do socialismo; ao mesmo tempo, o internacionalismo proletário, atualmente, é também a defesa da soberania nacional.

O caminho para alcançar os objetivos programáticos

A aplicação deste Programa nos seus pontos fundamentais está subordinada ao êxito do grande empreendimento revolucionário concreto que possa conquistar a República de trabalhadores e amplas massas populares, a fim de tornar realidade a transição para o socialismo. Mas esse é um “caminho de árdua disputa com as classes retrógradas que dominam o país” (Projeto de Programa). Percorrer esse caminho requer clareza do objetivo traçado, ação decidida e persistente contra as forças inimigas e uma série de procedimentos políticos e organizativos com vistas à acumulação de forças do campo progressista e revolucionário.

Para isso, o processo viável, demonstrado pela nossa experiência, diz ser indispensável atuar no curso dos acontecimentos políticos cotidianos, partindo do nível da batalha existente, radicalizando com base na ampliação alcançada, tendo presentes nossos objetivos maiores. A compreensão expressa no Programa é de que a conquista do socialismo resulta do amadurecimento das contradições objetivas no Brasil e no mundo. Porém nada disso acontece arbitrária ou espontaneamente. A luta pelo objetivo socialista requer vontade revolucionária, ação consciente da classe mais interessada – o proletariado. Para a ação se tornar consciente, é imprescindível a formação avançada e organizada da idéia-força (Partido Comunista) que possa conduzir o complexo empreendimento revolucionário. Daí ser, para nós, tarefa histórica de primeiro plano construir incessantemente o Partido, multiplicar a força e a influência do PCdoB, elevar seu nível teórico, habilitá-lo a cumprir o Programa Socialista que apresentamos aos trabalhadores e ao povo.

**Trabalho constante:
reunir
todos os interessados
na real
democratização**



Entretanto, a causa do socialismo não pode ser obra somente do proletariado. As condições atuais exigem a construção de uma poderosa frente que expresse os reclamos mais elevados da defesa da soberania e da independência nacional, da democratização ampla e profunda da vida do país e de defesa e ampliação dos direitos sociais. A reunião de todos os partidos, organizações políticas,

personalidades, agrupamentos defensores do Brasil, interessados em batalhar por esses objetivos, constitui-se num trabalho constante. Esse sistema articulado nesses três objetivos de luta faz parte da nossa tática geral visando à aglutinação e ao crescimento das forças progressistas e democráticas. Ao mesmo tempo, esses objetivos só serão alcançados com a vitória revolucionária.



**Formas de luta:
retirar
lições do movimento
prático
e ir adiante**

Têm grande importância, também, as formas de luta necessárias à consecução dos objetivos programáticos. Elas podem assumir variada característica e se desenvolver, conforme o movimento de fluxo e refluxo, em um ritmo de avanços e recuos. O nível de radicalização dos métodos de luta depende da correlação de forças em cada situação. Seria irreal prever a forma definida das batalhas futuras. A experiência recente no Brasil demonstra que as grandes campanhas de sentido progressista, como as da anistia, diretas-já, *impeachment* do Presidente da República, obtiveram êxitos significativos e atingiram certa radicalidade, ganharam a maioria da sociedade, colocaram grandes massas em movimento. Portanto, a metodologia correta é retirar as lições do movimento prático, distinguindo a tendência que vai prevalecendo na definição mais atualizada das formas de luta, impedindo, assim, a cópia ou a artificialização. Ainda vivemos em meio a convulsionado panorama teórico e ideológico. A ação constante dos ideólogos da classe dominante burguesa-imperialista procura moldar um senso comum de que é “utopia” substituir o modo de produção capitalista, “científico” seria mantê-lo. Nesse sentido, suas instituições teriam caráter natural, perene. Mas para nós, comunistas, que assumimos o ponto de vista do proletariado revolucionário, a historicidade do capitalismo e a sua transitoriedade se tornam visíveis, constatação básica da concepção marxista.

Acreditamos que galgar o patamar da elaboração do Programa Socialista para o Brasil seja uma grande vitória, em resposta aos muitos desafios históricos a que estamos submetidos. Para os comunistas brasileiros, abre-se uma perspectiva nova, aumenta nossa convicção para a luta. Este é um passo fundamental para a construção do futuro do Brasil, apesar de sabermos que temos muito ainda a fazer nesse sentido. Empunhando a bandeira do socialismo em nosso país, o Partido Comunista do Brasil dá sua parcela de contribuição para a retomada do movimento transformador deste século, e pelo triunfo do ideal comunista.

RENATO RABELO é vice-presidente nacional do Partido Comunista do Brasil. Este é o texto de sua intervenção especial na 8ª Conferência Nacional do PCdoB.

Os fundamentos da ofensiva neoliberal

LUÍS FERNANDES

O neoliberalismo não está em voga por mero modismo. Ele se relaciona ao movimento concreto de reformulação do capitalismo atual

É motivo de imensa satisfação e honra, para mim, poder apresentar novamente uma intervenção especial num fórum nacional de reflexão e deliberação dos comunistas brasileiros. Esses sentimentos são redobrados pela presença aqui, hoje, de inúmeras delegações estrangeiras, muitas das quais compostas por companheiros com quem tive o prazer de desenvolver laços não só de camaradagem, mas também de amizade, no cumprimento de diferentes tarefas internacionais, ao longo dos últimos anos.

O tópico que me coube abordar nesta intervenção é um tema tão central quanto polêmico no atual debate político nacional e internacional: a natureza do neoliberalismo e as conseqüências de sua transformação em projeto hegemônico e dominante na maior parte do mundo capitalista neste fim de século.

Trata-se, efetivamente, de um tema muito em voga. O próprio Presidente Fernando Henrique por duas vezes procurou questionar a sua relevância, inicialmente qualificando a discussão sobre o tema de mero "nhem-nhem-nhem", e, mais recentemente, afirmando que sua própria política deveria ser caracterizada como neo-social, e não neoliberal. Mas sua insistência em desqualificar o debate sobre o tema só aguça o interesse e a curiosidade sobre o mesmo (algo como as repetidas declarações dos cartolas do futebol de que seus técnicos estão "prestigiados", quando os times não andam bem das pernas). No discurso da esquerda, por outro lado, o termo passou a ser incorporado de forma excessivamente genérica e indiscriminada, como qualificativo pejorativo para toda e qualquer política e/ou ação com a qual não se está de acordo.

O risco desse tipo de abordagem é perder de vista as especificidades do projeto em curso, dificultando a exploração das múltiplas contradições que ele deslança. Num período de defensiva dos movimentos revolucionários, populares e democráticos de maneira geral, trata-se, efetivamente, de uma limitação fatal. A verdade é que o tema do neoliberalismo não está em voga por mero modismo. Ele se relaciona a um

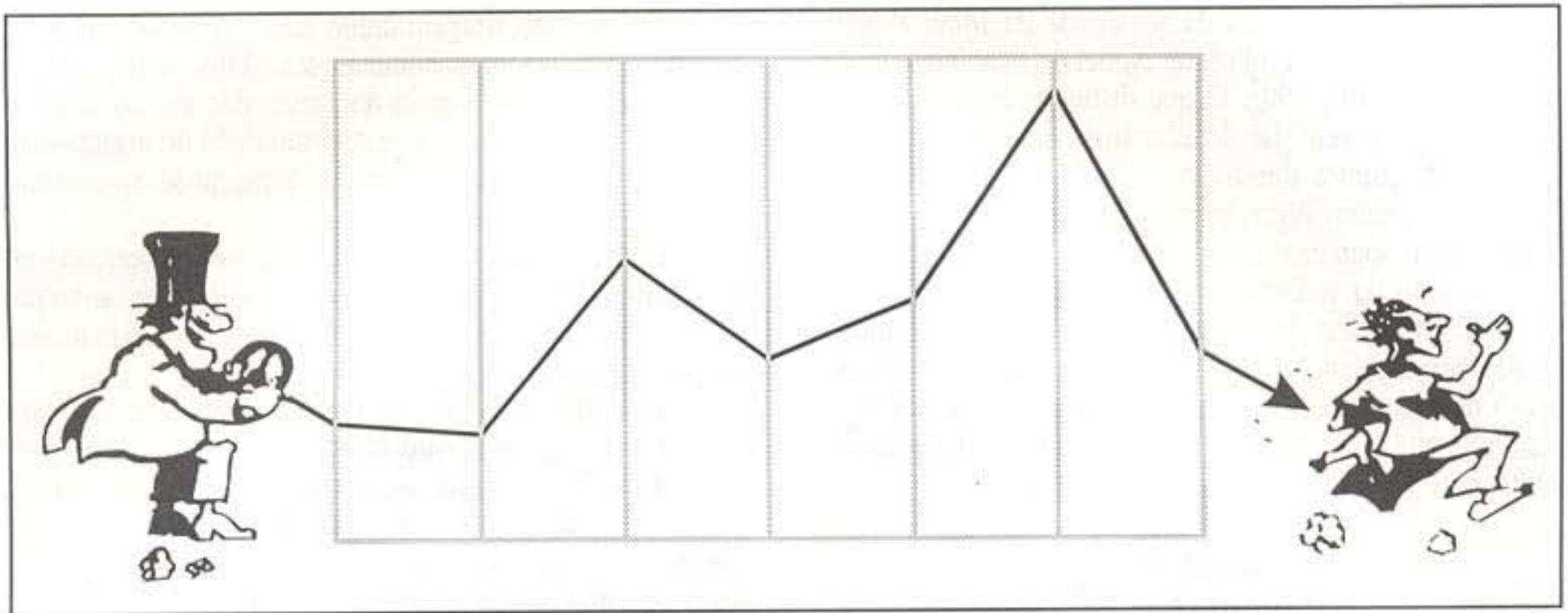
movimento muito real e concreto para a reconfiguração institucional do capitalismo, que toma corpo e se torna dominante hoje na maior parte do mundo. Considerados a sua profundidade e o seu alcance, trata-se de um movimento de certo fôlego que deverá marcar e configurar a evolução brasileira e mundial por algum tempo. Por isso mesmo, uma compreensão adequada e precisa do fenômeno é crucial para os comunistas e a esquerda em geral.

Fundamentos do liberalismo clássico

O liberalismo surgiu como doutrina e movimento de cunho progressista no século XVIII, em luta contra o obscurantismo da dominação religiosa, o despotismo dos Estados absolutistas e as restrições mercantilistas à formação de um mercado global único sob a égide do processo de industrialização capitalista. No âmbito da teoria do conhecimento, o empirismo de Hume, Bekeley e Bentham se opôs à proclamação dogmática de verdades oficiais de fundo religioso.

Referenciado em direitos individuais naturais (estruturados sobre o direito à propriedade privada), o pensamento político liberal de Locke e John Stuart Mill, passando por de Tocqueville, criticou sistematicamente o escopo dos Estados autocráticos, proclamando a inviolabilidade da esfera de direitos individuais/privados. Já no âmbito do pensamento econômico, a defesa da liberdade de mercado contra o sistema mercantilista recebeu fundamentação teórica nas obras dos fisiocratas, Adam Smith e David Ricardo, que lançaram, assim, as bases da economia política clássica.

Enquanto o advento e expansão do capitalismo cumpria papel progressista e até revolucionário no mundo, inaugurando uma nova forma de vida moderna, o liberalismo permaneceu uma corrente essencialmente progressista e avançada (embora claramente ligada ao interesse da primeira potência capitalista do mundo – a Inglaterra – em subordinar o conjunto do globo ao seu predomínio industrial).



Com a consolidação do novo mercado global capitalista sob hegemonia inglesa em meados do século XIX, no entanto, a dimensão opressiva e espoliadora do capitalismo se sobrepôs à sua dimensão emancipadora e progressista inicial, e o próprio liberalismo clássico se transformou, de corrente progressista, em ideário conservador voltado para a justificação ideológica das novas iniquidades imperantes. À sua esquerda, emergiam o movimento socialista, baseado no movimento operário em ascensão, e o próprio marxismo, como alternativa teórica e política emancipadora. A crise de identidade do liberalismo progressista nesse período é bem evidenciada pela evolução intelectual de um dos seus maiores epígonos, John Stuart Mill, que chegou ao fim da sua vida como defensor convicto da perspectiva socialista.

**Liberalismo clássico
acabou
marginalizado na
primeira
metade do século XX**



De ideologia ascendente e, em seguida, dominante no século passado, o liberalismo clássico acabou sendo progressiva e inteiramente marginalizado pelos desenvolvimentos mundiais na primeira metade do século XX (incluindo duas guerras mundiais e a depressão mundial mais profunda da história do capitalismo). Ele não sobreviveu aos golpes sucessivos desferidos pela emergência do novo protecionismo nos Estados Unidos, Alemanha e Japão; do capitalismo de Estado na Europa continental; do socialismo na União Soviética; das experiências de industrialização tardia induzidas pelo Estado na Europa do Leste e na América Latina; da montagem dos primeiros pilares do Estado de Bem-Estar em Estados do Norte da Europa sob administração social-democrata; e da própria ascensão do nazi-fascismo. A sorte do liberalismo parecia definitivamente selada ao fim da Segunda Guerra, com o socialismo aparentemente destinado a reproduzir no mundo a mesma trajetória triunfal que o liberalismo havia vivenciado um século antes.

Fundamentos do neoliberalismo

Desacreditados e na defensiva, uma série de pensadores liberais se reuniram no pós-guerra para discutir as bases de uma ofensiva contra as teorias e práticas socialistas e “intervencionistas” então predominantes. Uma primeira tentativa de reaglutinação e renovação do pensamento liberal já havia sido tentada em 1938, com a formação do Centro Internacional de Estudos para a Renovação do Liberalismo em Paris, mas este foi desarticulado com o início da guerra.

O mesmo grupo básico se recompôs de forma ainda mais ampliada na Suíça, em 1947, formando a chamada Sociedade de Mont Pèlerin. Essa articulação (que perdura, com composição e configuração variadas, até os dias de hoje) teve papel fundamental no lançamento das bases teóricas do novo liberalismo – o neoliberalismo. Os principais inspiradores desse relançamento do liberalismo foram os conhecidos expoentes da “Escola Austríaca” do pensamento econômico, Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek. O livro deste último, intitulado *O caminho da servidão*, pode ser considerado o texto fundador do neoliberalismo¹.



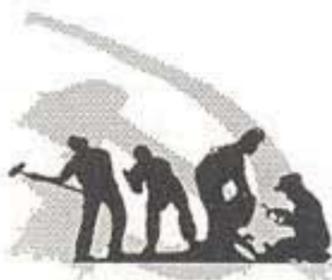
**O neoliberalismo
nasce
anti-socialista e
ainda
mais reacionário**

Além dos dois economistas austríacos citados, a Sociedade contava com outros intelectuais de renome (ou que viriam a se tornar extremamente renomados em seguida): Karl Popper no âmbito da teoria do conhecimento; Milton Friedman, mentor do que viria a ficar conhecido como a “Escola de Chicago” no pensamento econômico; o sociólogo francês Raymond Aron; entre outros. Eram integrantes do grupo, ainda, intelectuais que desempenhariam papel destacado na reorganização das economias capitalistas na Europa do pós-guerra, nomeadamente Ludwig Erhard na Alemanha Ocidental e Luigi Einaudi na Itália. Nada

menos de sete integrantes da sociedade de Mont Pèlerin foram agraciados com o Prêmio Nobel de Economia, todos entre os anos '70 e '90². O que distingue as formulações desse neoliberalismo das do liberalismo clássico? Eu destacaria as seguintes questões:

1. Em primeiro lugar, trata-se de uma corrente em luta direta com o socialismo, os Estados de Bem Estar viabilizados (direta ou indiretamente) por ele e os esforços de superação do atraso das antigas colônias que recorreram ao Estado como promotor crucial do desenvolvimento. Desse ponto de vista, trata-se de uma corrente que já (re)nasce com uma nítida e clara orientação reacionária (diferente do antimerchantilismo do liberalismo original).

**Neoliberalismo: a
acumulação
é prioridade e a
desigualdade
é sempre inevitável**



2. Como desdobramento disso, o neoliberalismo ressurge expurgado de todos os elementos potencialmente progressistas e emancipadores que compunham o seu ideário original. Em particular, abandona-se a referência à igualdade dos seres humanos (central à teoria clássica dos direitos naturais) para afirmar e justificar a desigualdade social como inevitável (e positiva) consequência da liberdade humana (entenda-se liberdade para propriedade e acumulação privada). Isso marca o claro deslocamento da perspectiva liberal da esquerda para a direita do espectro político no mundo, ao longo dos dois últimos séculos.

3. Por fim, face às evidências históricas de graves falhas na operação da "mão invisível" do Mercado Livre (sobretudo nas primeiras décadas do século XX), o neoliberalismo admite a adoção de certas medidas sociais compensatórias por parte do Estado, desde que limitadas a um atendimento mínimo e particularizado dos setores mais fortemente excluídos, no sentido de reconduzi-los à própria economia de mercado.

Assim, na sua versão original, o neoliberalismo apresenta novas bases teóricas para propugnar a subordinação incondicional ao mercado como panacéia para a solução dos problemas da modernidade, e critica a intervenção estatal como uma desgraça a ser evitada a todo custo. A radicalidade dessa renovação doutrinária do liberalismo é tamanha que Hayek chega mesmo a defender, no seu livro *Desestatização do dinheiro*³, o fim do monopólio da emissão de moeda pelos Bancos Centrais dos estados modernos!

As bases da presente ofensiva neoliberal

Definido nesses termos mais estritos, o neoliberalismo não é, de fato, aplicado em lugar nenhum, e está muito longe de se tornar a corrente hegemônica ou predominante no mundo. É disso, por sinal, que se vale o Presidente Fernando Henrique para negar a relevância da sua discussão. Mas essa formulação doutrinária mais dura é a fonte

intelectual de uma viragem muito real e concreta nas políticas de gestão macroeconômica e social que se impuseram em grande parte do mundo ao longo dos último quinze/dezesseis anos. Como já tive oportunidade de argumentar em outros textos, acredito que essa viragem se assenta sobre três pilares fundamentais:

1. a desestatização de forças produtivas (revertendo as nacionalizações efetuadas nos países capitalistas, sobretudo no pós-guerra, e desmontando o setor socializado das antigas economias socialistas no Leste);

2. a desregulação das atividades econômicas (eliminando ou reduzindo drasticamente os controles de preços; as barreiras às importações, à entrada de capital estrangeiro e à remessa de lucros; as tarifas de proteção da indústria local; a intervenção do Estado na operação de segmentos do mercado, incluindo o mercado de trabalho; etc.);

3. a particularização de direitos e benefícios (revertendo ou esvaziando padrões universais de proteção social estabelecidos em diversos países no pós-guerra, com o advento do socialismo ou a emergência dos Estados de Bem-Estar).

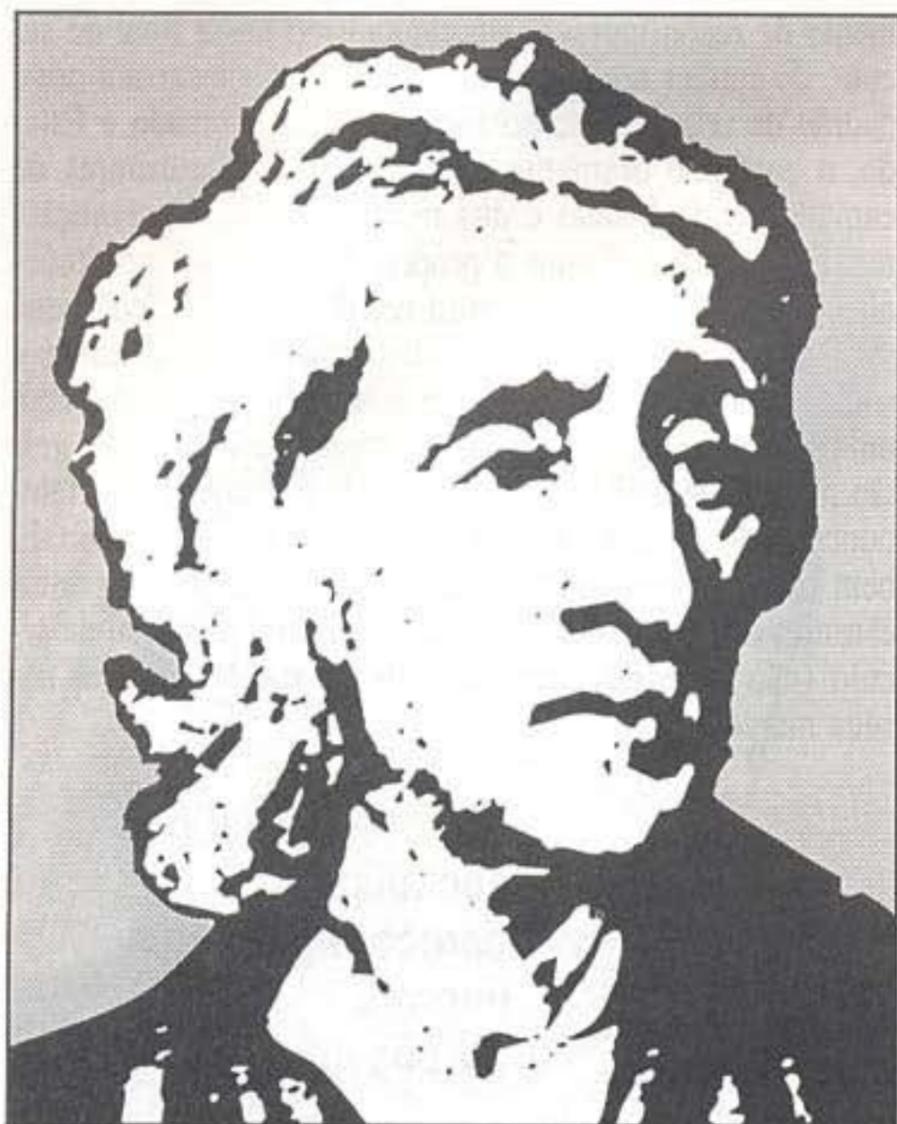
Outras políticas e medidas importantes se somam a essas (como a redução brusca dos déficits fiscais via contenção de gastos públicos, a redução da carga fiscal sobre empresas e investimentos, uma política de manutenção de taxas de juros relativamente elevadas etc.), mas acredito que as três indicadas acima marcam a base fundamental e distintiva da presente ofensiva neoliberal. Esta se orienta, de maneira geral, para o desmonte de estruturas fundamentais do socialismo e do capitalismo de Estado, montadas no mundo ao longo deste século.



**Anos 80: neoliberalismo
se espalha
pelo mundo. Anos 90:
a ofensiva
chega ao Brasil**

Seja na sua forma doutrinária original ou na sua versão mais operacional e prática, o neoliberalismo permaneceu relativamente isolado e marginalizado no debate político e teórico mundial até o final dos anos '70. A partir da eleição de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos, a viragem na política macroeconômica e social indicada anteriormente se espalhou rapidamente pelo mundo. Alastrou-se pela Europa Ocidental, dobrando as resistências iniciais de governos social-democratas como os de Mitterrand na França e Papandreou na Grécia. Na América Latina, impôs-se no final dos anos '80 (tendo o Chile, a partir de 1973, e a Bolívia, a partir de 1985, como experiências isoladas anteriores).

A pressão para a sua implementação, aqui, foi reforçada pelo chamado "Consenso de Washington", estabelecido entre técnicos ligados aos organismos multilaterais de financiamento (FMI e Banco Mundial). No Brasil, apesar de algumas medidas precursoras tomadas já no final do governo Sarney, foi só com a posse do governo Collor, em 1990, que a ofensiva neoliberal efetivamente tomou corpo.



Locke

Ela foi derrotada politicamente na luta vitoriosa pelo *impeachment* e contra a revisão da Constituição, mas voltou com a eleição de Fernando Henrique no ano passado. No início dos anos '90, essa ofensiva avançou, ainda, sobre os escombros dos antigos países socialistas no Leste, e atingiu importantes Estados da África e da Ásia. O próprio governo do Partido do Congresso da Índia, que sempre procurou explorar as contradições da guerra fria adotando uma política de desenvolvimento "não alinhado", com fortes doses de intervenção estatal, também sucumbiu às pressões da escalada neoliberal nesse período, colocando em risco a própria integridade nacional desse país com quase um bilhão de habitantes e múltiplas divisões étnicas, religiosas, sociais e nacionais.

As bases objetivas da hegemonia neoliberal

O caráter fulminante e avassalador da presente ofensiva neoliberal no mundo revela não se tratar de mero projeto intelectual ou político artificial, desconectado de bases materiais e objetivas no desenvolvimento capitalista contemporâneo. Entre as bases objetivas, eu destacaria as seguintes:

1. Por um lado, parece-me que a força dessa ofensiva está relacionada com o esgotamento dos principais paradigmas de desenvolvimento que acabaram predominando na evolução mundial do século XX, sobretudo no pós-guerra: o esgotamento do modelo do Estado *keynesiano*, evidenciado na crise fiscal dos Estados de Bem-Estar e materializado no surgimento do fenômeno da estagflação nos países capitalistas centrais nos anos 70; o esgotamento do modelo de desenvolvimento capitalista dependente erigido em boa parte do chamado Terceiro Mundo, materia-

lizado na crise do endividamento externo no início dos anos 80; o esgotamento do modelo soviético de desenvolvimento extensivo, evidenciado no colapso do antigo campo socialista no Leste, em 1989/1991.

2. Por outro lado, a ofensiva se relaciona com o novo papel assumido pelos mercados financeiros e monetários altamente globalizados neste fim de século. Basta lembrar que o valor das divisas que circulam em apenas um dia de operação do mercado monetário de Londres equivale ao PIB do México no ano inteiro (um dia e meio de operação nesse mercado suplanta o PIB anual do Brasil). E, dadas as diferenças de fuso horário, mercados de divisas operam de forma ininterrupta e interligada nos principais centros financeiros do mundo, 24 horas por dia. As políticas neoliberais se apresentam como as mais capacitadas para atrair esse capital flutuante, de modo a financiar um novo ciclo de desenvolvimento.

3. Por fim, o desmonte, via privatização, das estruturas do capitalismo de Estado e do socialismo abre novas fontes de acumulação para os grandes grupos monopolistas privados, permitindo-lhes reverter (pelo menos temporariamente) a tendência à queda da taxa de lucro embutida na própria dinâmica do sistema capitalista.

Perspectivas e contradições da ofensiva neoliberal

Que conseqüências advêm para os povos da presente ofensiva neoliberal, e quais são as suas perspectivas? Destacaria quatro ordens principais de questões:

1. Embora tenha tido sucesso relativo na contenção das pressões inflacionárias (mais nos países centrais e menos nos países dependentes), o neoliberalismo foi incapaz de lançar o sistema capitalista em um novo ciclo de desenvolvimento sustentado e reverter a tendência declinante geral nas taxas de crescimento. Ao contrário, os maiores exemplos de sucesso econômico neste final de século (sem entrar no mérito de sua eficácia social) foram justamente os de países que não adotaram o modelo neoliberal e persistiram com forte intervenção estatal nas suas economias e sociedades: os chamados Tigres Asiáticos, e, sobretudo, a China Socialista (sem falar no Japão, que mantém o melhor desempenho econômico entre os "Sete Grandes"). A adoção de medidas neoliberais tem levado ao reforço de atividades especulativas, em detrimento de atividades produtivas, acentuando o caráter parasitário do sistema capitalista como um todo.

2. Em toda parte onde foi adotado, o neoliberalismo agravou as desigualdades sociais e a polarização entre ricos e pobres. Intensificou o processo de exclusão, fragmentação e segmentação social, ao mesmo tempo que enfraqueceu e/ou minou a ação de proteção e compensação social pelo Estado. Em todo o mundo, a viragem econômico-social implementada pelo neoliberalismo vem sendo acompanhada por uma viragem política de cunho antidemocrático. Isso se materializa tanto no recrudescimento de movimentos e manifestações de cunho racista, xenófobo e fundamentalista, quanto na adoção de medidas cada vez

mais restritivas da democracia representativa e do pluralismo democrático. Movimentos no sentido da restrição do pluralismo e da representação proporcional vêm se desdobrando simultaneamente em lugares tão díspares e longínquos quanto a Itália, o Sri Lanka e o Brasil. Todos visam impedir ou dificultar que a insatisfação popular com o custo social das medidas neoliberais se expresse politicamente nos órgãos representativos.

4. Por fim, a viragem de cunho neoliberal implica o desmonte de instrumentos fundamentais de soberania dos países em desenvolvimento, muitos dos quais conquistaram sua independência há poucas gerações. Implica, portanto, o reforço e a intensificação da dominação imperialista sobre os países dependentes. Estes perdem, inclusive, o direito de construir sociedades mais justas no interior de suas fronteiras, na medida em que se tornam reféns da necessidade de criar condições vantajosas para atração do capital itinerante dos mercados globalizados (o que inviabiliza a montagem de uma base tributária socialmente progressiva).

O projeto neoliberal traz as contradições. Esquerda precisa expor uma alternativa



Essas questões indicam que a implantação do projeto neoliberal enseja a intensificação de múltiplas contradições e variados movimentos de resistência: dos trabalhadores e demais setores diretamente atingidos por suas políticas, das correntes e personalidades empenhadas em defender a democracia e a liberdade contra a maré autoritária, dos países e povos dominados procurando resgatar ou preservar sua dignidade e soberania, e dos setores empresariais forjados nos padrões anteriores de desenvolvimento, afetados pelo atual desmonte dos mecanismos de proteção estatal. Elas apontam, ainda, para o agravamento das tensões e dos conflitos entre os diferentes grupos monopolistas e seus respectivos Estados de origem, na ânsia de delimitar territórios econômicos de exploração privilegiada, no âmbito da ofensiva neoliberal. No Brasil, o projeto enfrenta, ademais, as contradições específicas oriundas do próprio porte continental do país e do grau medianamente desenvolvido e bastante diversificado da sua economia (o que dificulta a sua acomodação na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista com base no receituário neoliberal – um drama semelhante ao enfrentado pela Rússia e pela Índia).

Cabe aos comunistas e à esquerda de maneira geral explorar ao máximo esse leque de contradições, para erigir uma alternativa eficaz e viável à ofensiva neoliberal no Brasil e no mundo.

Considerações finais

Gostaria de concluir resumindo o principal argumento desta intervenção: o neoliberalismo se constitui num movi-

mento de reconfiguração do capitalismo neste final de século, de caráter reacionário, que visa estabelecer um novo padrão de relacionamento entre empresa, mercado e Estado, a partir do desmonte e/ou retração das estruturas do capitalismo de Estado e dos mecanismos de intervenção/regulação estatal. Como o próprio Milton Friedman reconhece, trata-se de uma “contra-revolução intelectual”, que vem inspirando desenvolvimentos políticos, econômicos e sociais análogos. Não pode ser confundido, portanto, com um novo padrão tecnológico ou com novas técnicas de gestão microeconômica (embora se entrelace com eles). Tampouco pode ser considerado uma “fase” do capitalismo. É, bem mais, uma resposta determinada a desenvolvimentos estruturais e conjunturais do capitalismo neste final de século (não necessariamente a única resposta possível nos seus marcos).



Situação atual dos socialistas parece aquela dos liberais do pós-guerra

Considero bastante adequada, precisa e útil a analogia estabelecida por João Amazonas entre a atual ofensiva neoliberal e as duas grandes ofensivas anteriores contra os trabalhadores e os povos, na era do imperialismo: a corrida de expansão colonial na virada do século e a ascensão do nazi-fascismo nos anos 20 e 30. Em ambos os casos, as ofensivas eram alimentadas por desenvolvimentos objetivos do capitalismo, mas não se confundiam com estes, e nem eram as únicas alternativas possíveis de desenvolvimento capitalista. Diante da aparente verdade única do neoliberalismo, os pensadores socialistas se encontram, hoje, em situação semelhante à dos pensadores liberais no imediato pós-guerra: temos de remar contra a maré, enfrentando o desafio de renovar e desenvolver a teoria socialista para dar respostas adequadas, convincentes e viáveis aos problemas dos nossos dias. Precisamos, enfim, de uma Sociedade de Mont Pèlerin vermelha, socialista. Os debates e resoluções desta 8ª Conferência Nacional do PCdoB constituem um passo decisivo nessa direção.

LUÍS FERNANDES é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense e membro da Direção Nacional do PCdoB. Este é o texto de sua intervenção na 8ª Conferência Nacional do PCdoB.

Notas

(1) HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

(2) FONSECA, Odemiro. *Crônica de uns liberais impertinentes: The Mont Pèlerin Society*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993, p.37.

(3) HAYEK, Friedrich. *Desestatização do dinheiro*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1986.

A classe operária no limiar do século XXI

JOÃO BATISTA LEMOS

*Levanta-se hoje forte polêmica em torno da classe operária.
As mutações no mundo do trabalho ainda confirmam o operariado no papel
central na luta pela transformação social?*

As últimas décadas deste século têm sido marcadas por profundas mudanças no chamado mundo do trabalho. As transformações em curso decorrem principalmente do desenvolvimento objetivo das forças produtivas. Dão-se, contudo, no interior do capitalismo, e são condicionadas pelas relações de produção próprias desse sistema.

Nos países mais avançados, que consumaram nas primeiras décadas deste século a transição de economias agrárias para industriais (alterando a composição demográfica, em especial da População Economicamente Ativa – PEA – entre campo e cidade), as mudanças nos três setores da economia (primário, secundário e terciário) são acompanhadas por mutações de classes e grupos sociais.

O campo sofreu um expressivo esvaziamento. Nos países desenvolvidos, apenas 4% dos trabalhadores empregados estão na agricultura. O chamado setor secundário (onde se destaca a indústria de transformação), que cresceu sensivelmente durante o processo inicial de urbanização, está registrando um declínio relativo tanto de sua expressão econômica mais global como, em especial, de sua importância como provedor de empregos.

Verifica-se, em contrapartida, o crescimento do setor terciário, embora não em dimensão adequada para absorção da mão-de-obra liberada pelos dois outros setores. Com as inovações tecnológicas modernas (que, em conjunto, e na velocidade em que se desenvolvem, configuram uma terceira revolução técnico-científica, centrada principalmente na área da informática), eleva-se como nunca a produtividade e opera-se cada vez mais a substituição de trabalho vivo por trabalho morto. Só encontramos paralelo para esse processo na revolução industrial do século XVIII, que substituiu a ferramenta pela máquina-ferramenta.

Conforme previa Karl Marx, ao analisar os impactos sociais da automação, a produção passa a depender cada vez menos do trabalho operário e cada vez mais das máquinas instaladas no sistema produtivo, bem como do nível geral de desenvolvimento da ciência:

“À medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregados do que frente aos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, que, por sua vez, não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção”.

Conforme define o sociólogo francês Jean Lojkin, a automação “flexível”, característica da atual revolução tecnológica, “designa a passagem da máquina-ferramenta ao sistema de máquinas auto-reguladas. Isso implica a capacidade de a automação substituir não somente as mãos humanas, como também as funções cerebrais requisitadas pela vigilância das máquinas-ferramentas”. A flexibilidade e a integração dessas máquinas se opõem à base técnica rígida e à segmentação do sistema mecânico e organizacional desenvolvidos pelo *taylorismo* e *fordismo*. Nas empresas flexíveis e integradas, a verticalização dá lugar à horizontalização da produção com as “terceiras”, as subcontratadas, conectadas em escala nacional ou mundial, criando-se a tendência à descentralização da produção em empresas de menor porte. Substitui-se o trabalho parcelarizado pelo trabalho por fluxos produtivos através das equipes, células de produção ou Círculos de Controle de Qualidade – CCQ. Com a reengenharia, muda-se o chão da fábrica e enxuga-se a mão de obra.

A produção em série cede lugar à produção com maiores variações e dirigida pela demanda. A hierarquia rígida é substituída por uma hierarquia enxuta, que utiliza chefes de equipes muitas vezes escolhidos pelos próprios operários. Essas são, entre outras, mudanças ocorridas no processo produtivo.

As potencialidades e contradições

O avanço da produtividade impulsiona a liberação de trabalho vivo independentemente do modo de produção no

qual se verifica. Esse fenômeno tem um sentido geral progressista. A redução do tempo de trabalho necessário para a produção de bens e mercadorias abre na história a possibilidade de operar mudanças radicais na sociedade, em especial no mundo do trabalho. O volume a cada dia maior de produção pode inaugurar uma era de fartura e garantir a satisfação mais ampla dos consumidores, superando a escassez, a fome, a miséria. Ao mesmo tempo, numa situação de pleno emprego, com o grau de produtividade alcançado e em perspectiva, é viável uma substancial redução da jornada, capaz de conferir ao trabalho um outro significado. Em vez de um suplício, seria uma atividade mais atraente, criativa, que pouco a pouco se confundiria com o domínio, hoje certamente mais nobre, das artes, da filosofia e da ciência.

Sob o capitalismo, crescem o desemprego e outros efeitos altamente perversos



Sob as relações de produção capitalista, tal cenário é impossível. O crescimento da produtividade nesse sistema causa, em vez da redução da jornada, desemprego estrutural e em massa, além de outros efeitos perversos para os trabalhadores e contraditórios para a burguesia:

1) Desemprego estrutural, que no capitalismo decorre das novas condições de produção de bens e serviços: CNC (Controle Numérico Computadorizado) na indústria, o sistema *on line* nos bancos, a leitura ótica nos supermercados, os equipamentos eletrônicos nos hospitais e outros. Essas inovações estão levando a uma significativa redução do tempo socialmente necessário para a produção. No mercado de trabalho, estão diminuindo as áreas de compensação e absorção de mão-de-obra, destruindo-se definitivamente postos de trabalho e até profissões. A população trabalhadora vai sendo composta por um segmento de empregados mais ou menos estáveis e uma grande massa excluída do processo produtivo. Tal situação coloca para a sociedade a necessidade premente de uma mudança radical na gestão do trabalho, com a redução da jornada, requalificação profissional e realocação da mão-de-obra.

2) Expressivo crescimento do subproletariado, do trabalho temporário, precário e outros vinculados à economia informal. Desse incremento de trabalhadores, um contingente expressivo é composto por mulheres. Segundo Helena Hirata, no Japão, em 1980, 20% das mulheres trabalhavam em tempo parcial, em condições precárias. Na França, entre 1981 e 1986, 80% do volume de emprego gerado em tempo parcial foi preenchido pela força de trabalho feminino, de acordo com Ricardo Antunes. Visando à maximização do lucro, o capital hoje prioriza empregar um número menor de trabalhadores estáveis, e flexibiliza o grosso da mão-de-obra com trabalho temporário e terceirizado. Aí se combinam a exploração da mais-valia absoluta e relativa.



3) Aumenta o controle do trabalho pelo capital, através da desqualificação profissional, com a simplificação dos trabalhos complexos que subsistiam no interior das fábricas fordistas (de ferramenteiros, torneiros-mecânicos e projetistas, que tinham maior estabilidade na empresa e liderança entre os operários) através da apropriação do saber operário, transferido para os programas das máquinas. Surge a polivalência, com o trabalhador operando simultaneamente de três a cinco máquinas. Além disso, a microeletrônica permite o registro do trabalho que está sendo realizado e o aumento da sua intensidade.

4) Novas doenças ocupacionais: se, de um lado, as mudanças no processo de produção liberam o assalariado de trabalhos penosos, perigosos, e mesmo do desgaste físico, de outro, provocam novas doenças ocupacionais como o *stress*, esgotamento psicológico e Lesões por Esforço Repetitivo (LER). O cérebro é "sugado" e controlado pela máquina. No coração do *toyotismo* surge o *karoshi*, termo que se refere à morte súbita no trabalho, provocada pelo ritmo e intensidade alucinantes da produção.

As contradições dentro da globalização da economia

A substituição de trabalho vivo por trabalho morto reflete-se na alta composição orgânica do capital, pondo em movimento a tendência à queda nas taxas de lucro. Ao lado desse fator, o crescimento do setor terciário e do desemprego estrutural (cujo custo é elevado) subtrai recursos do setor produtivo. Essas estão entre as principais causas da atual crise do sistema capitalista. Diante dessa situação, a burguesia idealiza e coloca em prática a política neoliberal, que representa a antítese do *keynesianismo*, adotado como solução para a crise dos anos 30. Advoga a redução do Estado, a eliminação de direitos sociais, o desmanche da previdência e seguridade, o desemprego em massa, divisão e pulverização dos sindicatos, desregulamentação e arrocho dos salários.

Vale ressaltar, também, a ofensiva contra a soberania das nações dependentes, forçadas a uma abertura indiscriminada de suas economias para os grandes monopólios imperialistas e à subordinação a uma nova divisão internacional do trabalho, onde é reservado às grandes potências o papel de supridoras do saber, da pesquisa e da alta tecnologia, enquanto se impõe ao Terceiro Mundo a produção em setores industriais de menor relevância. Segundo o Banco Mundial, 80% das indústrias estão concentradas, atualmen-

te, nos países mais pobres, enquanto nos países ricos mais de 60% da População Economicamente Ativa já estão empregados no setor terciário. A distribuição da população operária do mundo também reflete essa nova realidade: entre 1960 e 1990, os efetivos industriais passam de 250 a 450 milhões, mas os Estados Unidos, o Japão e a Comunidade Econômica Européia, juntos, só têm um quinto deles.

O objetivo maior do neoliberalismo é a recomposição das margens do lucro capitalista



Política traçada pelos grandes grupos monopolistas sediados nos países imperialistas, o neoliberalismo tem como objetivo maior a recomposição das margens de lucro e, a partir disso, a superação da crise, inaugurando novo ciclo de prosperidade. Esse é o objetivo, que, entretanto, parece não estar sendo atingido. Essa saída vai na contramão da história e aprofunda, em vez de solucionar, a crise.

O operariado brasileiro

País do chamado Terceiro Mundo, de capitalismo dependente, o Brasil viveu um processo de industrialização relativamente tardio, se comparado ao das nações européias, dos Estados Unidos e do Japão. Ainda em 1960, a agricultura ocupava 54% da População Economicamente Ativa (PEA). Em consequência, a classe operária brasileira é nova. Registra um crescimento quantitativo sensível a partir dos anos 40, e também teve o perfil alterado, concentrando-se em grandes unidades industriais, com a implantação das empresas automobilísticas e a industrialização pesada.

Em 1980, a urbanização do país já se havia completado, com 69,8% da PEA nas cidades, enquanto a agricultura empregava 30,2% da mão-de-obra, conforme o IBGE. O esvaziamento do campo continuou, de forma que, em 1990, esse percentual caiu para 22,8%. Tais mudanças acontecem de forma desigual nas diferentes regiões do país. A luta dos camponeses ainda joga um papel destacado no movimento social.

Observa-se a afirmação das novas tendências do mercado de trabalho verificadas nos países mais avançados. Ocorre declínio relativo do emprego industrial, crescimento do setor terciário, avanço do trabalho precário e, igualmente, surgimento e ampliação dos chamados novos atores. São fenômenos que se desenvolvem condicionados pela dependência econômica que caracteriza o capitalismo nacional.

Em 1990, existiam 40,2 milhões de trabalhadores assalariados no país (65% do total de trabalhadores). Destes, apenas 38% tinham carteira profissional assinada. Do total de crianças brasileiras entre 14 e 18 anos, pelo menos 18% trabalham fora para ajudar em casa. Entre 1990 e 1992, somente em São Paulo, desapareceram meio milhão de empregos apenas no setor industrial, devido ao processo ace-

lerado de subordinação à economia globalizada. Conforme a amostragem domiciliar (PNAD/IBGE) de 1990, 54,4% da PEA estava ocupada no setor terciário, enquanto a indústria empregava apenas 22,8%, o mesmo percentual da agricultura. Em 1980, o setor respondia por 26% do emprego no país. Cabe considerar ainda que, entre 1960 e 1980 (período da industrialização pesada), as maiores taxas de crescimento de emprego foram registradas pela construção civil, serviços de utilidade pública, instituições financeiras, educação, saúde e recreação. A participação do conjunto desses ramos na PEA não agrícola aumentou de 12,4% em 1940 para 18,2% em 1960 e 28,2% em 1980. Esse setor da classe trabalhadora (empregado no comércio, prestação de serviços, governo, transporte e comunicação etc.) sofreu e vem sofrendo um dramático processo de proletarização; tem encabeçado importantes lutas contra o arrocho dos salários e está destinado a ter um papel fundamental, ao lado do operariado industrial, dos trabalhadores rurais e dos estudantes, na luta contra a ofensiva neoliberal e em defesa do socialismo.

O papel da classe operária e a luta consciente

Teóricos da burguesia elaboram teses cujo centro reside em "provar" que a atualidade retira o papel histórico da classe operária. Os principais argumentos referem-se à redução tendencial da classe e às mudanças radicais do processo produtivo, que retirariam, ao mesmo tempo, a sua força e papel central na sociedade. A proliferação de novos atores e movimentos sociais, que surgiram na cena política, teria substituído a luta de classes. Marx, ao evidenciar o papel histórico da classe operária, enfoca a questão quantitativa como um elemento acessório em seus argumentos, que não compõe o núcleo central de suas conclusões teóricas. A centralidade da classe operária se coloca em função do seu insubstituível papel na valorização do capital e do espaço que ocupa no processo produtivo, o que faz com que apenas essa classe possa reunir as condições necessárias para subverter a ordem burguesa.



A idéia de uma fábrica sem homens é falsa e ideológica

Apesar do crescimento absoluto da classe operária, a generalização das inovações tecnológicas aponta para a sua redução, mas isso não significa o seu desaparecimento. O trabalho humano dos operários é fundamental em qualquer tipo de produção, por mais automatizada e informatizada que seja. A idéia de uma fábrica sem homens é falsa e nitidamente ideológica.

A produção está cada vez mais dependente do trabalho coletivo, tanto intra-empresa quanto inter-empresas (fornecedoras subcontratadas). Esse é um outro efeito da revo-

lução tecnológica, que exige maior integração entre as diversas fases do processo produtivo. O mapeamento desse processo, realizado pelos operários, possibilita maior conhecimento do processo global da produção, e também a identificação dos pontos estratégicos. O processo de produção fica mais vulnerável à ação dos trabalhadores. Para o capital, é fundamental implementar os métodos participativos de parceria e de envolvimento dos operários, através de novas técnicas gerenciais.

A questão de fundo a ser analisada não é a redução, mas sim as transformações ocorridas no perfil e composição da classe operária. As máquinas auto-reguladas, ao mesmo tempo que alienam ainda mais o trabalhador, exigem maior grau de escolaridade e capacidade de operar com símbolos e codificações. Isso explica, de uma certa maneira, o aumento significativo de jovens no mercado de trabalho. A integração das atividades relacionadas a projetos e planejamento com a produção incorpora os técnicos e engenheiros na criação de valor e amplia os conceitos de "trabalhador coletivo" e "classe operária". Enfim, pode estar se forjando uma nova classe operária com maior capacidade intelectual e com potencialidade para compreender o processo de exploração. As modificações que ocorrem no perfil e composição da classe, com as novas tecnologias, não apontam para a sua dissolução, e sim para um aprofundamento de sua centralidade.

Novos atores sociais

Por outro lado, o aumento e a diversificação dos atores sociais não supõem o desaparecimento das classes sociais, nem da luta entre elas, que representa o eixo fundamental da sociedade de classes. De fato, prolifera, em todo o mundo, um grande número de movimentos sociais. Com isso, a cena social e política se torna cada vez mais complexa. Esse fenômeno é resultado das modificações sociais e econômicas, ocorridas principalmente no pós-guerra. O aumento e a urbanização da população mundial, o crescimento econômico ilimitado e descontrolado sem preocupações ambientais, o extraordinário avanço do setor de serviços, sobretudo nas áreas de educação, saúde, transportes urbanos e informação, o crescimento do número de estudantes universitários como um fenômeno de massas, tudo isso gera contradições que não encontram respostas no capitalismo. Estudar e compreender essa nova complexidade de conflitos é fundamental para entendermos a extensão e o aprofundamento das lutas na época atual.

Essa nova realidade requer explicações de novo tipo. Esses movimentos têm sua própria identidade e dinâmica, e é dessa maneira que devem ser entendidos. Mas é fundamental que se compreenda que esses movimentos contribuem, através de suas reivindicações e lutas, para solapar a estabilidade da dominação burguesa. No entanto, não vão à radicalidade para superar o capitalismo. A luta de classes e a vitória da classe operária são pressupostos para a solução dos antagonismos da sociedade atual. Fica mais evidente a aproximação entre os operários e o conjunto dos assalariados urbanos e rurais, estudantes e intelectuais.



O fator consciente

O desenvolvimento das forças produtivas vai engendrando, objetivamente, as condições para o rompimento com seu invólucro capitalista. O grande problema colocado para a classe operária é o fator consciente. Além do abalo provocado pela derrota histórica do socialismo, as mutações tecnológicas estão atingindo profundamente sua subjetividade. Hoje o operariado vive uma crise de identidade, decorrente da maior diversificação de sua composição – o que torna mais complexa e difícil a formação da consciência de classe. Esse fenômeno reflete-se no enfraquecimento de suas organizações e na crise do sindicalismo, com nítida tendência de redução das taxas de sindicalização. Essa situação é explorada pelo capital que, através de seus agentes, incentiva o surgimento de um neocorporativismo por parte dos trabalhadores empregados estáveis, a concorrência entre os próprios operários, a xenofobia e o racismo (principalmente na Europa e nos Estados Unidos), ao desenvolver os valores individualistas reforçados pela mídia burguesa. Essas tendências são alimentadas pelos oportunistas do sindicalismo de negócios, de resultados e até mesmo sociais-democratas.

O papel do Partido

Antes de tudo, a classe operária precisa encontrar a si mesma. Ela vive no curso de uma 3ª Revolução Tecnológica. Historicamente, o proletariado sofreu o impacto de duas revoluções industriais, e, no processo da luta de classes, foi recompondo sua identidade de classe. No entanto, isso não opera espontaneamente – depende da mediação do partido, que desenvolve a ciência social revolucionária e atua como força dirigente na transformação social. São enormes e, ao mesmo tempo, instigantes os desafios para nos colocarmos à altura desse empreendimento histórico.

Os desafios

1. Além da agitação e da luta política, faz-se necessário desenvolver um trabalho fecundo e a longo prazo de organi-

zação partidária por local de trabalho, através das células e comitês de empresa. Tal trabalho compreende vários níveis:

a) dentro das empresas: ajudar os trabalhadores na luta concreta contra os efeitos perversos que acompanham as mutações tecnológicas no capitalismo, de forma que tomem consciência do processo de exploração e entendam, enquanto classe, a sua importância determinante no processo integrado, nacional e mundial, da produção das riquezas da sociedade. Gramsci foi elucidativo, nesse sentido:

“O operário somente pode conceber-se a si mesmo como produtor se se considera como parte inseparável de todo o sistema de trabalho que se resume no objeto fabricado; somente se viver a unidade do processo industrial, que requer a colaboração do peão, do operário qualificado, do empregado de administração, do engenheiro, do diretor técnico.”

b) Os sindicatos classistas precisam se readequar para melhor defender os assalariados. Cumprirão o seu papel na medida em que contribuirão para a elevação da educação e da solidariedade de classe dos trabalhadores, ajudando, ao mesmo tempo, na implantação das organizações de base, pressuposto fundamental de sua concepção de classe.

c) Com o desemprego estrutural, os bairros populares ganham maior importância na organização e educação dos operários, na ação de solidariedade e de luta dos trabalhadores desempregados e empregados.

d) Em vista das inovações tecnológicas que estão a exigir maior grau profissional e de escolaridade dos operários, o trabalho político com a juventude nas escolas profissionais, técnicas e de terceiro grau (engenharia, informática etc.) deve merecer maior atenção do Partido.

O Programa do PCdoB vai no sentido oposto da ofensiva do neoliberalismo



2. Lutar pelo aprofundamento da democracia hoje golpeada pelo governo neoliberal de FHC. Lutar pela garantia e ampliação das liberdades políticas e sindicais. A luta pela democracia deve compreender também a batalha pela igualdade de condições sociais, nelas incluídas o direito ao trabalho, saúde, moradia, educação em todos os níveis, lazer, cultura e o direito legal de organização autônoma dos trabalhadores nas empresas, assim como a participação na gestão das escolas profissionalizantes e técnicas.

Essas lutas estão relacionadas com o caminho para alcançar o socialismo, como assinala o nosso Programa, que vai no sentido inverso da ofensiva neoliberal, ajuda a elevar a consciência política e social da massa trabalhadora e faz desenvolver a unidade com outros setores sociais, com a sociedade civil, partidos políticos, com os excluídos, os Movimentos dos Sem-Terra, Mulheres, Negros e Estudantes.

3. Intensificar a educação socialista, como meio de elevação da consciência “em si” dos trabalhadores a consciência “para si”. Levar os operários a compreenderem me-

lhor essa outra forma de luta de classes, a luta teórica, é fundamental para a conquista da hegemonia política e ideológica do proletariado. Não é por menos que os capitalistas, além de possuírem o monopólio da mídia, se escudam em teóricos burgueses que propagam a idéia de perpetuação do capitalismo. Utilizam-se também dos métodos participativos e de envolvimento dos operários dentro das empresas, e contam com o apoio de seus agentes no meio do movimento operário e sindical. A educação socialista assume o papel de impulsionar a luta operária pelos seus direitos e recupera sua perspectiva revolucionária e histórica.

Penso que esses três níveis de embates são inseparáveis para desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores, o que não depende só do Partido, mas também das próprias experiências do proletariado.

Conclusão

Não podemos confundir a 3ª Revolução Técnico-Científica com neoliberalismo, desenvolvimento das forças produtivas materiais e humanas com o seu invólucro capitalista-imperialista. Pelo contrário, esse progresso extraordinário está levando a um patamar insustentável a contradição da produção social com a apropriação privada, ao mesmo tempo que desenvolve as potencialidades para a sua superação. Nas palavras de Karl Marx:

“O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual, aparece como uma base miserável [para o desenvolvimento da sociedade]. O sobretrabalho da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não-trabalho de uns poucos deixa de ser a condição para o desenvolvimento dos poderes do intelecto. Com isso se desmorona a produção fundada no valor de troca.”

No neoliberalismo, as inovações tecnológicas são utilizadas para a maximização do lucro, o que leva a maior concentração e centralização do capital. De outro lado, surge, como consequência, a feroz exclusão social de milhões de trabalhadores do trabalho e do progresso alcançado, o que significa a pauperização da maioria dos assalariados, o desemprego estrutural crescente e a degradação do trabalho e da sociedade. Cria-se uma situação explosiva.

O proletariado não tem outra saída a não ser a luta pela revolução social. E, com a conquista do poder político, pode-se edificar a nova sociedade em outras bases, socialistas, onde o sobretrabalho será substituído gradativamente pelo tempo livre, e o progresso técnico não será mais privilégio de poucos, mas estará a serviço do bem-estar de toda a sociedade.

Nesse sentido, mais do que nunca é bem vindo o Programa Socialista do nosso Partido. Poderá jogar um grande papel na formação de uma consciência revolucionária do operariado brasileiro.

JOÃO BATISTA LEMOS é membro da Direção Nacional do PCdoB. Este é o texto de sua intervenção especial na 8ª Conferência Nacional do PCdoB.

A revolução burguesa e o Programa Socialista

JOSÉ CARLOS RUY

O Programa Socialista do PCdoB reflete as mudanças sociais, políticas e econômicas deste século, que tornaram o capitalismo dominante na sociedade brasileira

Qual foi a mudança essencial que ocorreu na sociedade brasileira nas últimas décadas, e que impõe a necessidade de um programa socialista para o país?

Esta intervenção é uma tentativa de responder a essa questão. A frágil democracia brasileira só foi alcançada após a derrocada da ditadura militar de 1964, e está registrada de forma avançada na Constituição de 1988, sob permanente ameaça das classes dominantes desde sua promulgação.

A tese aqui defendida é a de que podemos estar assistindo aos derradeiros embates da revolução burguesa no Brasil, onde as tarefas democrático-burguesas já foram cumpridas e a luta pelo socialismo se impõe como uma necessidade histórica.

O desenvolvimento da revolução burguesa

A revolução burguesa é um processo histórico prolongado, pelo qual o capitalismo se torna hegemônico nas formações econômico-sociais e submete toda a produção material. Ela tem uma fase de longa duração, marcada pelas transformações sociais e econômicas que levam ao capitalismo, e uma fase mais curta, em que a burguesia completa seu domínio com a conquista do poder político.

Em seu desenvolvimento histórico, a revolução burguesa conheceu dois padrões de alianças de classes. O primeiro apareceu nas revoluções clássicas, quando a burguesia dirigiu a luta da plebe urbana contra a aristocracia latifundiária feudal, ação que foi o estopim para a revolução camponesa que liquidou os privilégios feudais.

O segundo padrão de alianças de classes, que Lênin chamou de *junker*, ou via prussiana, também conhecido como "revolução pelo alto", anunciou-se depois das revoluções de 1830 e 1848, na Europa, e se consolidou depois da Comuna de Paris, em 1871. Nessa época, a classe operária estreou na luta política com um programa próprio, independente e autônomo, que sacudia a hegemonia burguesa e disputava com

ela a direção política do conjunto da sociedade, principalmente dos trabalhadores e dos camponeses.

Desde então, a burguesia deixou de ser revolucionária. Abandonou a bandeira de liberdade, igualdade e fraternidade. Seus aliados agora eram a aristocracia e os militares, e seu programa fundamental era a defesa da propriedade privada ameaçada pelo sonho socialista dos operários.

Essa mudança essencial no padrão de alianças de classes da burguesia marca a luta pela democracia e pelo socialismo desde então. Este é o tempo da revolução proletária, quando os trabalhadores deixam de ser aliados seguros para os objetivos burgueses. Ao contrário da burguesia, os trabalhadores querem uma democratização real, e não apenas formal.

A revolução burguesa no Brasil

Os passos iniciais da mudança da sociedade brasileira rumo ao modo de produção capitalista e à hegemonia burguesa ocorreram na época em que, nos países dominantes, a burguesia havia abandonado o caminho revolucionário, e estava adiantada na senda conservadora.

Essa realidade mundial teve reflexos importantes em nosso país, onde o capitalismo – juntamente com a burguesia industrial e o proletariado – nasce num quadro internacional dominado pelo imperialismo. Este impõe sua lógica e interesses à divisão internacional do trabalho, englobando de forma subordinada e dependente as nações de passado colonial e favorecendo a pilhagem imperialista dessas nações pelos agentes diretos do exterior ou por seus aliados internos, principalmente a burguesia mercantil e a oligarquia latifundiária, cujos interesses coincidem com os da exploração externa, e que se fortalecem com ela.

No Brasil, o fim da escravidão, em 1888, do Império, em 1889, e da República Velha, em 1930, são marcos dessa revolução burguesa a fogo lento. O fim da escravidão



sinalizou o trânsito para um novo modo de produção, baseado teoricamente na liberdade de força de trabalho, e em sua remuneração parcialmente monetária. A República, por sua vez, significou a adoção, pela primeira vez no país, de um sistema jurídico claramente capitalista, embora o novo modo de produção ainda fosse pouco desenvolvido e convivesse com traços herdados do passado escravista. Eram características de um período de crise e transição entre o escravismo e o capitalismo, situado mais ou menos entre a Guerra do Paraguai (1865/1870) e a Revolução de 1930.

Com a Abolição e a República, a mesma aliança de classes que dominou durante o Império continuou à frente do Estado brasileiro. Sob seu domínio, a economia brasileira esteve – desde o período colonial – profundamente integrada ao mercado mundial, com um lugar definido e subordinado na divisão internacional do trabalho: produzir matérias primas e alimentos para o mercado mundial.

Setores das classes médias urbanas, principalmente militares (cujo movimento, nos anos 20, ficou conhecido como “tenentismo”), estiveram na oposição à oligarquia desde o começo da República. Aos poucos, a classe operária juntou-se a esse coro. Ainda imatura, pequena, mas com uma vanguarda combativa, ela era suscetível à influência dos “pelegos” ligados ao governo ou aos patrões; de anarquistas que a afastavam da luta política; ou de social-democratas que limitavam sua luta ao campo econômico. O campesinato, por sua vez, mourejava sob a carga opressiva da herança escravista.

A consequência da luta democrática desses setores médios deu frutos em 1930, quando foi dado importante passo no desenvolvimento democrático burguês, com o alargamento do pacto político dominante, incorporando esses setores vitoriosos à velha aliança de proprietários que vinha do passado. A burguesia industrial pôde, pela primeira vez, participar de forma direta nos mecanismos de governo. O sistema eleitoral foi moralizado, sendo criados mecanismos para a participação controlada e subordinada dos operários no jogo político, com grandes dificuldades para legalizar seus partidos – particularmente o Partido Comunista do Brasil – e severos obstáculos às liberdades sindical, de reunião, de associação, de livre manifestação do pensamento e de intervenção no debate político.

O padrão de alianças de classes típico da revolução pelo alto, o caminho conservador da transformação burguesa da sociedade, é nítido no processo histórico da burguesia brasileira, no qual os agentes históricos foram os militares descontentes (os “tenentes”), e a participação popular foi limitada e indesejada.

Esses foram os protagonistas da profunda transformação capitalista vivida pela sociedade brasileira em nosso século. Esse processo, que tornou o modo de produção capitalista hegemônico, completou-se somente após o Estado Novo, consolidando esse *status* depois da II Grande Guerra.

A conquista da hegemonia capitalista na formação econômico-social brasileira é pressuposto para que a revolução burguesa se complete. Ela ocorreu num quadro em que a burguesia deixou de ser revolucionária, e se acomodou com as forças do passado. Apesar de honrosas exceções, representadas por personalidades avançadas do campo da burguesia, as bandeiras democrático-burguesas passaram para as mãos da classe operária e demais setores populares, que foram paladinos da democracia e da independência nacional.

Mas a ditadura aberta – como a de 1964, que aprofundou o desenvolvimento capitalista dependente e associado do país – é uma situação excepcional, e a burguesia precisa construir formas institucionais que legitimem seu domínio, garantam sua estabilidade e articulem as demandas das diferentes facções em que a classe dominante se divide.

Na crise atual do Estado brasileiro, as principais forças dirigentes da grande burguesia monopolista, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por exemplo, organizam o coro daqueles que desejam construir um aparelho governamental adequado ao atendimento de seus interesses de classe. Clamam por um Estado pequeno, barato e eficiente, capaz de implementar políticas favoráveis ao desenvolvimento de seus negócios e assegurar a lógica do desenvolvimento capitalista no país.

Querem também uma legislação partidária e eleitoral adequada para sua hegemonia. Por isso, pretendem limitar o número de partidos políticos (criando dificuldades enormes para a organização dos partidos ligados ao povo, entre eles o Partido Comunista do Brasil) e introduzir o voto distrital (completo ou misto), capaz de garantir a eleição de seus candidatos e impedir surpresas eleitorais.

Esses são sinais fortes do encerramento da revolução burguesa no Brasil, momento em que a burguesia esforça-se por completar a subordinação da máquina do Estado aos seus interesses.

É contra esse programa classista da burguesia que a vanguarda da classe operária propõe aos demais trabalhadores assalariados do campo e da cidade, às classes expoliadas pelo grande capital monopolista e pelo imperialismo, seu próprio programa: o Programa Socialista, inspirado no atual nível de desenvolvimento histórico alcançado pelo povo brasileiro.

JOSÉ CARLOS RUY é jornalista. Este é o texto de sua intervenção na 8ª Conferência Nacional do PCdoB.

Friedrich Engels

e as ciências da natureza

OLIVAL FREIRE JR.

Especialista que dominava a cultura científica de seu tempo, o companheiro de Marx fundamentou a visão dialética do conhecimento científico

A melhor forma de homenagear os que desapareceram é investigar o significado de sua obra (sua ação e reflexão) para os dias atuais. Trata-se de um *clássico*, de uma obra perene na história da civilização, ou de obra *efêmera*, transitória? Da vasta reflexão de Engels quero destacar para exame o tema das suas análises sobre ciências da natureza e matemática. Essa escolha carrega, sem dúvida, um viés profissional, mas traz a vantagem de singularizar a contribuição de Engels na vasta obra elaborada em conjunto com Karl Marx, sendo também tema de grande relevância nas sociedades contemporâneas. Ciências da natureza eram preocupação comum a Marx e Engels, mas era maior a especialização de Engels nessas questões, exceto no caso das matemáticas. Essa singularidade da contribuição de Engels é fato reconhecido pelo próprio Marx, que diversas vezes referiu-se, em cartas entre 1873 e 1883, ao valor teórico do projeto de Engels de escrever uma obra sobre a dialética e as ciências naturais¹.

Examinando, de início, as motivações que levaram Engels e Marx a dedicarem tanta atenção ao desenvolvimento das matemáticas e das ciências da natureza. A leitura do conjunto dos fragmentos de suas correspondências versando sobre o tema, bem como de suas obras publicadas, nos permite destacar duas motivações, pela sua atualidade. Há, nessa obra, toda uma preocupação com a análise da influência das “visões de mundo” na formulação das próprias idéias científicas, e, reciprocamente, influências das idéias científicas na constituição das “visões de mundo” — preocupação expressa nitidamente na *Dialética da natureza* de Engels. Trata-se claramente de uma preocupação com a dimensão filosófica, e também social, das idéias científicas. Note-se que uma preocupação com a dimensão filosófica das inovações científicas atravessou todo o século XX, sendo inclusive uma preocupação academicamente bem definida. Uma preocupação com a dimensão social das idéias científicas esboçou-se nos anos 30 com os trabalhos de marxistas como Hessen e Bernal e de sociólogos

não marxistas como Merton e Weber, mas só adquiriu carta de cidadania acadêmica no pós-Segunda Guerra.

A outra motivação, de imensa atualidade, diz respeito à influência das inovações científicas na produção material. Marx preocupa-se especialmente com a influência da química na agricultura e com a possibilidade de transmitir energia elétrica com altas tensões a grandes distâncias. Observe-se também que foi exatamente no curso do século XIX, em especial na segunda metade, que, pela primeira vez na história, teorias científicas foram aplicadas à produção, configurando o que chamamos de *tecnologia* para distinguir das técnicas onde não há essa aplicação consciente de princípios científicos. As indústrias química e elétrica estão entre as primeiras beneficiadas por essa interação. Apenas para realçar essa característica inovadora, é bom lembrar que a revolução industrial, tendo a máquina a vapor como carro chefe, não foi antecedida pela ciência; pelo contrário, o surgimento da disciplina termodinâmica, pelas mãos do engenheiro francês Sadi Carnot, no início do século XIX, sucedeu ao uso em larga escala da máquina a vapor. Desnecessário frisar, neste final de século XX, a contemporaneidade do papel da ciência na produção dos bens materiais. A luta política em curso no mundo, e nestes dias no Brasil em particular, em torno da questão das patentes, nos diz claramente que ninguém subestima esse papel da ciência. As reflexões engelsianas sobre as ciências da natureza são, portanto, atuais, e por isso clássicas, por se tratarem de reflexões sobre problemas atuais, contemporâneos. Resta agora examinar o valor intrínseco dessas reflexões. Mas, antes, comento algumas razões mais conjunturais que levaram Engels à sua preocupação com as ciências da natureza.

Marx e Engels buscaram apoio nas novas aquisições científicas nas ciências da natureza para os conceitos e teorias que haviam elaborado sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista. Marx, ao ler *A origem das espécies*, de Darwin, escreveu para Engels: “neste livro se encontra o



Caricatura feita por Engels sobre o círculo de jovens hegelianos de Berlim

fundamento histórico-natural de nossa idéia²". Não se trata, contudo, de uma perspectiva positivista de estender para a sociedade categorias e métodos próprios das ciências da natureza (no sentido da "física social" *comteana*), mas, sim, de buscar apoios em outras disciplinas científicas para conceitos sobre a sociedade, já elaborados com metodologia própria. Trata-se de uma busca de implicações filosóficas mais amplas, decorrentes de certos resultados das ciências da natureza. A posição de Engels sobre a relação ciências da natureza e ciências da sociedade está bem expressa em carta de Engels para Marx³ onde ele analisa a pretensão de Podolinski, darwinista e socialista ucraniano, de extrair lições das ciências da natureza para a luta pelo socialismo. Após analisar o conteúdo concreto dos problemas postos, Engels conclui:

"Podolinski, partindo desta descoberta muito valiosa, se extraviou por caminhos equivocados porque esteve tratando de encontrar na ciência da natureza uma nova demonstração da verdade do socialismo, e com isto confundiu a economia com a física".

Outra razão para a atenção devotada às ciências da natureza, foi combater a influência, crescente na segunda metade do século XIX, de associação entre ciências da natureza e um materialismo de tipo mecanicista ou mesmo vulgar. Os porta-vozes dessa identificação eram muitas vezes membros atuantes do próprio movimento socialista, como Büchner, ou então acadêmicos que se pretendiam socialistas, mas divergiam em questões essenciais das formulações engelsianas e marxianas, como Dühring. Foi essa motivação propriamente militante que levou Engels a escrever o *Anti-Dühring* e a iniciar os estudos sobre a pretendida obra *Dialética da natureza*, inconclusa devido ao

seu envolvimento com a edição de *O capital*, após o desaparecimento de Marx, em 1883.

Com isso, considero infundada a tentativa de certos autores de ver nas preocupações de Engels com as ciências da natureza uma influência positivista, como se Engels, e mesmo Marx, buscassem legitimar as conclusões de seu estudo das sociedades nos êxitos das ciências naturais, transpondo destas últimas conceitos, teorias ou métodos para o estudo da sociedade. No desenvolvimento do marxismo, contudo, cristalizaram-se significativas influências positivistas, indo-se ao ponto de buscar nas ciências da natureza (especificamente no materialismo dialético) o fundamento para o estudo da sociedade (materialismo histórico)⁴. Não se pode, contudo, encontrar, no próprio pensamento de Marx e Engels, raízes teóricas para essa tendência. No Brasil, no início dos anos 80, essa questão foi levantada por Adelmo Genro Filho, que, pretextando a crítica a tendências naturalistas no seio do marxismo, em especial no *Materialismo dialético e materialismo histórico*, de Stálin, considerou Engels o responsável teórico pelo que denominou de "dogmatismo naturalista", propondo-se a tarefa de escrever o que chamou de *Anti-Engels*. A ausência de fundamento para uma tese dessa natureza foi bem demonstrada em resposta esclarecedora de Caio Navarro de Toledo, intitulada, significativamente, *O anti-engelsismo: um compromisso contra o materialismo*⁵.

Muitos pensadores marxistas têm, ao longo de todo o século XX, valorizado as reflexões de Engels sobre as ciências da natureza como estudos que estabeleceram uma *dialética da natureza*. Defendem esse estudo engelsiano pelo seu lado ontológico, isto é, pretendem que Engels teria demonstrado que as leis e categorias dialéticas ope-

ram na própria natureza, *logo* operam também na sociedade e no pensamento. Acredito que tais tentativas procuram o valor desses estudos pelo lado errado, ou, pelo menos, pelo seu lado mais controverso, e deixam de lado o valor maior dessas reflexões, que considero inquestionável. Tal valor está presente na sua dimensão epistemológica, isto é, enquanto análise crítica do conhecimento científico existente. Deter-me-ei, mais adiante, nesse último aspecto, mas quero antes tecer alguns comentários sobre aquela dimensão ontológica.

O projeto de Engels – fundar a dialética na natureza, ou nas ciências da natureza, é um projeto que tem coerência lógica em termos de unidade e economia de pensamento. A dialética hegeliana era consistente porque se tratava de uma dialética do pensamento, dos conceitos, sendo a realidade material (que, para os materialistas, tem existência independente dos conceitos) para Hegel – expressão do idealismo clássico alemão – uma realização do espírito; logo, das idéias. Para se compreender melhor a consistência das formulações de Hegel, é bom lembrar que este se voltou contra a pretensão universalizante da mecânica newtoniana, por perceber conflitos entre a dialética e certas visões subjacentes àquela disciplina científica. É bem verdade que fez isso sem muito êxito. Quando Marx busca preservar o núcleo racional da dialética hegeliana, mas considerando que “o ideal não é senão o material transposto e traduzido no cérebro humano” (Marx, *O capital*, posfácio da segunda edição), fica colocado o problema de evidenciar o núcleo racional hegeliano no *material*, e não mais no *ideal*. Marx e Engels resolveram esse problema com êxito, se considerarmos o material como a história, em especial a história das sociedades humanas. Resolver esse mesmo problema considerando natureza e sociedade era algo inscrito na lógica teórica do programa de Marx e Engels. Foi também, e nunca será demais frisar, uma tarefa que Marx não chegou a enfrentar, e que Engels deixou *inacabada*. É também uma tarefa não isenta de problemas, inclusive teóricos.

Evidenciar os princípios da dialética na natureza ainda é um projeto aberto



A principal dificuldade, a nosso ver, é que a busca de princípios dialéticos na natureza passa, obviamente, pela investigação desses princípios nas teorias das ciências da natureza. Dificuldades para identificar esses princípios na formulação dessas teorias sempre poderão ser atribuídas ao insuficiente desenvolvimento da própria ciência. É o caso, por exemplo, da lei dialética da negação da negação, difícil de ser evidenciada, mesmo em teorias bem estabelecidas. Além disso, muitos cientistas contemporâneos argumentam que o coroamento de uma teoria física só ocorre quando tais teorias são axiomatizadas, e axiomas não são, seguramente, os melhores meios para evidenciar princípios dialéticos. Observe-

se, nesse sentido, posição de Michel Paty em polêmica com Mario Bunge, quando o primeiro argumenta que Bunge procura a dialética no local errado, nas teorias axiomatizadas – e, como não a encontra, refuta a dialética nas ciências da natureza – quando os aspectos dialéticos ficam evidenciados no estudo, ainda recente, do *processo de produção* das novas teorias⁶. Nesse sentido, a atitude teórica mais razoável é considerar o projeto engelsiano de evidenciar os princípios da dialética operando na natureza como um problema aberto ainda hoje, bem menos elaborado que dialética hegeliana e dialética marxista (materialismo histórico). Penso que as leis da dialética, como enunciadas por Engels, no *Dialética da natureza*, não podem ser tomadas pelos marxistas como obra acabada, mas como simples ponto de partida para o desenvolvimento da própria dialética⁷.



Insights de Engels prenunciaram as teorias do nosso século sobre a natureza

O valor atual da reflexão de Engels em *Dialética da natureza* deve ser buscado na condição de uma reflexão filosófica sobre a natureza como a conhecemos pelas teorias científicas. Logo, é também reflexão sobre as próprias teorias científicas. É, portanto, epistemologia, compreendida esta última como crítica do conhecimento científico existente. Epistemologia não pode ser identificada à gnosologia enquanto teoria do conhecimento. Esta última é um problema filosófico mais vasto que, contudo, pode ser instruído pela análise crítica das teorias científicas existentes. Nessa direção, a epistemologia compõe com outras disciplinas (metodologia, história, sociologia) um campo interdisciplinar próprio, só constituído no curso deste século, que permite a análise crítica multilateral do fenômeno ciência moderna. A epistemologia é essencial para a história das ciências e só pode ser adequadamente desenvolvida tomando-se por base a ciência em seu processo histórico. Epistemologia e história das ciências são campos abertos, em desenvolvimento, com significativas contribuições externas ao campo marxista. Veja-se, por exemplo, contribuições, entre outras, de Bachelard, Popper e Kuhn.

A história da própria constituição da ciência moderna, no século XVII, tem se revelado profundamente dialética, mas só nos fins do século XIX e início do século XX evidenciou-se que ciência moderna tem história sem fim, com sucessão de teorias igualmente científicas. O surgimento de novas teorias pode configurar-se como verdadeira revolução científica. A negação das teorias anteriores tem o sentido da negação dialética, não se tratando de destruição da teoria anterior, mas de delimitação de sua validade. Essa característica foi inaugurada na matemática com as geometrias não-euclidianas, e na física com as teorias relativísticas e quânticas.

Dos estudos inacabados de Engels sobre as ciências da natureza, a reflexão mais profunda, a meu ver, é a análise



crítica da disciplina científica que havia adquirido um elevado grau de acabamento no século XIX, a mecânica clássica, formulada originariamente por Isaac Newton no século XVII, com desenvolvimentos ulteriores de Maupertuis, Euler, D'Alembert, Lagrange, Laplace e Hamilton, entre outros. Tais críticas foram formuladas em período no qual a "sacrossanta" mecânica newtoniana desfrutava o seu apogeu entre os cientistas, e não se acumulavam problemas que indicassem uma possível crise nos fundamentos dessa teoria.

Apoiando-se exclusivamente em considerações filosóficas de ordem dialética, Engels considerou o tipo de determinismo implícito na mecânica clássica como forma de fatalismo⁸, e, em uma das mais belas páginas literárias da história da ciência⁹, defendendo um universo que evolui, desenvolve-se no espaço e no tempo, criticou a mecânica newtoniana pela sua cosmologia (logo, pela sua visão de mundo implícita) estacionária, sem história, sem desenvolvimento, enfim, um mundo dominado por uma descrição fatalista.

O leitor, instruído cientificamente pelas aquisições da física do século XX, verá nesses *insights* engelsianos um prenúncio das teorias relativísticas e quânticas, e da cosmologia do nosso século, admirando-se, portanto, da imensa atualidade das idéias engelsianas nas ciências da natureza, e, principalmente, admirando-se do valor, para o desenvolvimento da cultura, da análise crítica dos conhecimentos científicos existentes. No seu esforço de crítica ao que poderíamos chamar de newtonianismo, nem sempre Engels formulou os melhores argumentos¹⁰, mas a fraqueza destes, revelada apenas com o desenvolvimento ulterior da ciência e da história da ciência, não diminui o valor atual dos manuscritos inacabados de Engels enquanto obra crítica, em especial de crítica ao mecanicismo.

Arrisco a conjectura de que, se a *Dialética da natureza* tivesse sido efetivamente publicada em fins do século passado, seu impacto na cultura e na ciência teria sido com-

parável à influência – suprema ironia para a história do marxismo – da crítica à mecânica desenvolvida por Ernst Mach. Suprema ironia porque, como se sabe, Mach foi um dos principais alvos da crítica de Lênin no *Materialismo e empiriocriticismo*. A crítica de Lênin dirigia-se, contudo, ao Mach filósofo, e não ao Mach físico, como aliás ressaltado por Lênin. A contribuição de Mach a que me refiro prende-se precisamente à sua crítica epistemológica à mecânica newtoniana, e contribuiu para abalar a confiança ilimitada que se tinha na ciência newtoniana e, desse modo, ainda que indiretamente, para abrir caminho ao surgimento da teoria da relatividade.

Detive-me, até aqui, na consideração das reflexões de Engels sobre as ciências da natureza, deixadas em estado inacabado nos fragmentos da *Dialética da natureza*. Elas têm uma inequívoca dimensão filosófica, mas não esgotam a reflexão filosófica própria de Engels, presente em obras como o *Anti-Dühring* e o *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Não pretendo elaborar sobre essa dimensão mais abrangente da obra de Engels, também objeto de intensas e prolongadas controvérsias na história do marxismo, mas comentar um aspecto que me parece objeto de reiteradas incompreensões. Trata-se do sentido da atitude crítica de Engels face à obra de Kant.



Engels criticou aspectos da obra de Kant, mas não esqueceu o papel do sujeito consciente

A crítica de Engels se volta contra o agnosticismo e o apriorismo kantianos, e não contra o papel ativo do sujeito na elaboração do conhecimento¹¹. Isso não foi bem compreendido por vastos círculos do marxismo no nosso século, que retrocederam, no terreno da teoria do conhecimento, da posição engelsiana para uma posição empirista, a exemplo da consideração da "teoria do reflexo" como um sucedâneo para uma teoria do conhecimento. A defesa do materialismo, ou do realismo, face ao idealismo, ou à sua vertente convencionalista, não é incompatível, contudo, com um papel ativo para o sujeito. No que pesem imprecisões, ou mesmo insuficiências, nas formulações filosóficas de Engels, Marx e Engels não eram empiristas, nem indutivistas; ao contrário, defenderam a *história*, e não qualquer critério lógico, como garantia de que o conhecimento pode representar o real, pois é dele, em última instância, derivado. Marx sustentou que "a questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*...", na segunda tese das *Teses sobre Feuerbach*¹². A propósito, observo que a complexidade da elaboração de uma teoria do conhecimento foi melhor compreendida por Lênin não quando da elaboração do *Materialismo e empiriocriticismo*, em 1908, mas sim a partir de 1914, quando aprofundou seus estudos em filosofia, lendo Hegel e Aristóteles, por exemplo. Entre suas anotações, não desenvolvidas

ulteriormente¹³, encontramos fragmentos que revelam uma compreensão sobre a questão mais aprofundada que aquela formulada em 1908. A incompreensão, no âmbito do marxismo, que aqui apontamos, revelou-se ainda mais grave porque toda a ciência do século XX aprofundou a natureza abstrata (ideal) do objeto das ciências, com a matemática adquirindo, no caso das ciências da natureza, verdadeiro papel criador de conhecimentos novos, e não de mero instrumento para expressar idéias concebidas clara e intuitivamente¹⁴.

As formulações de Engels sobre as ciências da natureza são, portanto, de grande significado para a história e a filosofia contemporânea das ciências. São reflexões a serem incorporadas ao patrimônio teórico do marxismo, evitando tendências, presentes no nosso século, seja de reduzir as ciências naturais a meros integrantes das forças produtivas, desconsiderando sua dimensão cultural mais ampla, seja de reduzi-las a meros reflexos ideológicos, equívoco presente no fenômeno, de triste lembrança, do *lyssenkismo*¹⁵. Compreender a relativa autonomia do desenvolvimento científico seria uma aquisição duradoura para o futuro do socialismo. Exemplo prático dessa compreensão, a ser incorporada positivamente ao legado do marxismo, foi a atitude de Lênin face à Academia de Ciências, herdada da época czarista, nos primeiros anos do jovem poder soviético. A manutenção da Academia de Ciências, de sua autonomia e de seus quadros científicos, mesmo nas difíceis condições materiais de uma guerra, revelou compreensão de que a ciência se apóia no tênue fio da continuidade. A sabedoria de Lênin foi mais avançada que a dos revolucionários franceses de 1789, que fecharam a tradicional Academia de Ciências de Paris¹⁶.

Concluo afirmando que Engels é precursor de uma disciplina cujas características ainda não estão plenamente configuradas, que toma por objeto de estudo, para uma análise crítica, a própria existência da ciência moderna. Uma crítica marxista à ciência moderna contribuiria para retirar sustentação de correntes irracionistas (ditas pós-modernas) que se apóiam no sentimento dos que têm presenciado as explosões atômicas e os desastres ecológicos e resvalam para o equívoco da crítica unilateral ao papel das ciências nas sociedades contemporâneas.

OLIVAL FREIRE JR. é Doutor em História pela USP e Professor do Instituto de Física da UFBA. Este artigo é uma versão da exposição feita na PUC/SP no seminário dedicado ao centenário da morte de Engels e na 8ª Conferência Nacional do PCdoB.

Notas

(1) Ver, em especial, Carta de Engels a Marx, 30/5/1873, com o projeto de escrever sobre a dialética nas ciências naturais, e de Marx a W. Liebknecht, 7/10/1876, sobre sua opinião acerca do significado do projeto de Engels. In MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Cartas sobre las ciencias de la naturaleza y las matematicas*. Barcelona:

Anagrama, 1975, pp.78-80 e 89. A maior competência de Engels para executar tal projeto está bem evidente, por exemplo, nas discussões entre os dois sobre o valor da obra de Pierre Trémaux, sobre o papel do solo no mecanismo da evolução; ver Cartas de Marx a Engels, 7/8/1866, 13/8/1866, 3/10/1866; de Engels a Marx, 10/8/1866, 2/10/1866 e 5/10/1866, e Marx a L. Kugelmann, 9/10/1866. In *Cartas*, pp.48-57.

(2) Carta de Marx a Engels, 19/12/1860. In *Cartas*, p.22.

(3) Carta de Engels a Marx, 19/12/1882. In *Cartas*, pp. 109-112.

(4) Para uma exposição mais desenvolvida de meu pensamento sobre essa questão, ver FREIRE JR., Olival - Sobre "As raízes sociais e econômicas dos 'Principia' de Newton", *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 9, pp. 51-64, 1993.

(5) GENRO FILHO, Adelmo. "Introdução à crítica do dogmatismo", *Teoria & Política*, 1, 1980, 81-95, e, "Sobre Engels e o dogmatismo", *Teoria & Política*, 3, 1981, 112-144; NAVARRO TOLEDO, Caio. "O anti-engelsismo: um compromisso contra o materialismo", *Teoria & Política*, 2, 1980, 91-116. Agradeço a Duarte Pereira ter chamado a minha atenção para esse relevante debate.

(6) PATY, Michel. "Note sur la dialectique et l'évaluation des theories". *La Pensée*, 188, pp.125-7, 1976.

(7) Um estudo circunstanciado e recente, nessa direção, é o de João Maria de Freitas Branco - *Dialética, ciência e natureza - Um estudo sobre a noção de "dialética da natureza" no quadro do pensamento científico moderno*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990. Esse interessante estudo resente-se de uma dificuldade, talvez inevitável, de uma compreensão superficial sobre certos tópicos da história do pensamento científico. É o caso da controvérsia sobre a interpretação da física quântica, onde o autor identifica a posição de Engels, face ao problema do determinismo, com as posições de Einstein e Planck. Argumentei, em outro lugar, que a posição de Engels e de Gramsci sobre essa questão seria mais próxima da posição de Niels Bohr e de Paul Langevin. Ver FREIRE JR., Olival. *Estudo sobre interpretações (1927-1949) da teoria quântica: epistemologia e física*, dissertação de Mestrado, USP, 1991, publicado em A.I. Hamburger (org) - *Caderno sobre ensino de conceitos em Física*, v. III, USP, 1991, FREIRE JR., Olival. "L'interprétation de la mécanique quantique selon Paul Langevin", *La Pensée*, 292, 117-134, 1993.

(8) ENGELS, Friedrich. *Dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3. ed., 1979, p.177-80.

(9) Prefácio da *Dialética da natureza*.

(10) A exemplo da defesa que faz da hipótese da nebulosa, formulada por Laplace; e da sua dúvida quanto à autoria de Newton na elaboração do cálculo diferencial de forma independente de Leibniz. A análise, no século XX, de manuscritos newtonianos até então desconhecidos nos revelou que aquele Newton criticado por Engels era mais precisamente o Newton que nos foi transmitido pelo século XVIII que uma reconstituição da obra newtoniana. Ver WESTFALL, Richard S. *A vida de Isaac Newton*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

(11) Para uma análise mais detalhada desta questão, ver DAN, Clara. "Empirismo y realismo de Marx a Piaget", in GODELIER et alii. *Epistemología y marxismo*. Barcelona: Martínez Roca, 1974, pp.180-209.

(12) Escritas por Marx em 1845, mas, só publicadas em 1888, após a morte de Marx, por Engels, como apêndice à edição de seu livro *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*.

(13) Publicadas postumamente com o título *Cadernos filosóficos*.

(14) Para uma análise atual desta questão ver o livro de Michel Paty *A matéria roubada*. São Paulo: EDUSP, 1995.

(15) Para uma análise desse aspecto ver FREIRE JR., Olival. "Ciência e filosofia na experiência socialista". *Princípios*, 21, 1991, pp.70-78.

(16) Ver GRAHAM, Loren. *Science in Russia and the Soviet Union*. Cambridge University Press, 1993.

Cronologia da vida e obra de Friedrich Engels

EDGARD CARONE E MARISA MIDORI DEAECTO

75 anos de uma existência que atravessou o século XIX, envolveu-se nas principais lutas operárias e democráticas e ajudou a edificar o pensamento científico do proletariado

1820	28 novembro	Nasce em Barmen Friedrich Engels, filho de Friedrich Engels (industrial têxtil) e Elizabeth Von Haar.
1830	27/29 julho	Revolução de Julho na França.
1834	outubro	Ingressa no Instituto Elberfelder.
1836		Em Paris, funda-se a Liga dos Justos, formada por trabalhadores artesãos. É a primeira organização política dos trabalhadores alemães.
1837	15 setembro	Engels abandona os estudos pressionado por seu pai e inicia os cursos para obter o título de Técnico Mercantil. Começa a trabalhar na Oficina de Heinrich Leopold, dono de uma grande empresa comercial.
1839	março/abril	Engels publica no <i>Telegraph Für Deutschland</i> , de Hamburgo, seu escrito anônimo "Briefe aus dem Wuppertal", e publica seus primeiros artigos até fins de 1841. Seus trabalhos seguintes aparecerão com o pseudônimo de Friedrich Oswald. Nesse período, até a segunda quinzena de março de 1841, em Bremen, estuda literatura e filosofia nas horas livres.
1840	7 de julho	Guilherme Frederico IV sobe ao trono da Prússia.
1841	fins de março	Engels abandona Bremen e regressa a Barmen.
	final de setembro	Engels vai cumprir serviço militar em Berlim, numa brigada de artilharia. No tempo livre, assiste às aulas na Universidade de Berlim, como visitante; estabelece estreitas relações com o grupo de jovens hegelianos; escreve e publica vários artigos nos quais critica as concepções reacionárias de Friedrich Schelling, filósofo idealista, professor da mesma universidade.
	segunda quinzena de outubro	Estuda a obra de Ludwig Feuerbach, <i>A essência do cristianismo</i> .
1842	de 12 de abril a dezembro	Colabora na <i>Gazeta Renana</i> , editada em Colônia, sob a direção de Karl Marx. Escreve para esse periódico vários artigos sobre a vida política e social.
	8 de outubro	Abandona Berlim e regressa a Barmen.
	meados de novembro	Parte para a Inglaterra, a fim de estudar comércio na fábrica de tecidos de seu pai, Ermen & Engels, em Manchester. No caminho, pára em Colônia e, na redação da <i>Gazeta Renana</i> , tem seu primeiro encontro com Marx.
	dezembro/agosto de 1844	Estuda as relações sociais e políticas na Inglaterra e as condições de vida e trabalho dos operários ingleses. Escreve vários artigos para a <i>Gazeta Renana</i> . Estabelece contato com os dirigentes do movimento cartista; participa de reuniões organizadas pelo grupo em Manchester e colabora em sua imprensa; trava conhecimento com discípulos de Robert Owen, socialista utópico inglês, e frequenta regularmente as reuniões dominicais no Salão de Ciência de Manchester. Na Inglaterra, estuda as obras dos economistas ingleses representantes do socialismo e do comunismo utópicos.
1843	maio/junho	Entra em contato com a direção da Liga dos Justos, em Londres – organização secreta dos operários comunistas alemães –, onde conhece Heinrich Bauer, Joseph Moll e Karl Schapper.
	novembro	Colabora no periódico cartista <i>The Northern Star</i> e também no seminário socialista utópico <i>The new moral world</i> , através do artigo "Êxitos do movimento pela transformação social do continente". Inicia-se sua amizade com dirigentes do movimento cartista, George Harney e Georg Weerth.
1844	final de fevereiro	Em Paris, aparece o primeiro número dos <i>Anais franco-alemães</i> , onde Engels, entre outras coisas, escreve um "Ensaio crítico sobre economia-política".
	4 - 6 de junho	Levante dos tecelões da Silésia, na Alemanha.

1844	28 de agosto	Engels aproveita sua viagem à Alemanha para passar dez dias em Paris, onde visita Marx. Esse encontro marcou o começo de sua amizade e o trabalho conjunto. Em Paris, conhece os dirigentes do movimento democrático e socialista da França e aceita a proposta de Marx de criticar conjuntamente os jovens hegelianos.
	agosto/outubro	Publica no periódico <i>Vorwärts</i> , editado em Paris, com a participação de Marx, dois artigos sobre os caminhos sociais na Inglaterra.
	6 de setembro	Viaja de Paris para Barmen.
	segunda semana de setembro/março de 45	Em Barmen, trabalha no livro <i>A situação da classe operária na Inglaterra</i> , aproveitando sua permanência nessa cidade para conhecer os socialistas democratas da província do Reno, a fim de difundir a propaganda revolucionária.
1845	3 de fevereiro	Marx é expulso de Paris e viaja para Bruxelas.
	8 a 15 de fevereiro	Engels profere duas conferências na Assembléia de Elberfeld, propagando as idéias comunistas.
	final de fevereiro	Primeira obra comum de Marx e Engels, intitulada <i>A sagrada família ou Crítica da crítica crítica</i> , editada em Frankfurt.
	meados de abril	Engels chega a Bruxelas, para visitar Marx.
	final de maio	Edição de <i>A situação da classe operária na Inglaterra</i> em Leipzig.
	julho/agosto	Marx e Engels fazem uma viagem à Inglaterra, para estudar a moderna literatura econômica inglesa e conhecer mais sobre a vida econômica e política da Inglaterra e sobre o movimento operário inglês. Em Londres, Marx e Engels se encontram com o J. Harney, K. Schapper, J. Moll e outros dirigentes da Comuna de Londres e da Liga dos Justos.
1846	fevereiro	Marx e Engels fundam em Bruxelas o Comitê da Correspondência Comunista, que tem como objetivo a coesão ideológica e orgânica dos representantes mais adiantados do movimento operário e socialista de diversos países.
	15 de agosto	Representando o Comitê da Correspondência Comunista de Bruxelas, Engels viaja para Paris a fim de estabelecer contato com representantes notáveis do pensamento socialista e comunista e incorporá-los no Comitê. Propõe-se a orientar os membros das comunas parisienses para superarem a influência dos representantes do socialismo verdadeiro.
	outono	Nas reuniões dos operários alemães em Paris, Engels faz propaganda das idéias do comunismo e critica as utopias pequeno-burguesas de Proudhon e as concepções do socialismo verdadeiro de Karl Grün.
1847	abril	Engels publica como complemento à <i>Ideologia alemã</i> seu trabalho <i>Os verdadeiros socialistas</i> .
	final de janeiro	Marx e Engels passam a fazer parte da Liga dos Justos, a convite de seus dirigentes, para participarem da reorganização do programa.
	11 de abril	Reunião da Dieta Confederada da Prússia, em Berlim.
	abril/maio	Em numerosos lugares na Alemanha surgem revoltas e greves em razão das más colheitas.
	2 de junho	Inaugura-se em Londres o primeiro Congresso da Liga dos Justos, que foi o Congresso Constituinte da Liga dos Comunistas. Engels participa ativamente em sua organização, fazendo parte da elaboração dos novos estatutos que haveriam de ser ratificados pelos congressos seguintes.
	início de julho	O livro de Marx <i>A miséria da filosofia</i> , em resposta ao de Proudhon, <i>A filosofia da miséria</i> , é editado em francês, em Bruxelas.
	final de julho	Engels vai a Bruxelas visitar Marx.
	final de agosto	Marx e Engels organizam em Bruxelas a Associação Alemã de Trabalhadores.
	setembro/fevereiro de 1848	Marx e Engels colaboram na <i>Gazeta alemã</i> de Bruxelas.
	27 de setembro	Engels participa do banquete internacional dos democratas em Bruxelas, onde decide fundar a Associação Democrática.
	meados de outubro	Engels regressa de Bruxelas a Paris.
	final de outubro a novembro	Por encargo do Comitê de Paris da Liga dos Comunistas, trabalha nos princípios do Comunismo, <i>Projeto de Programa da Liga dos Comunistas</i> .
	29 de novembro/8 de dezembro	Marx e Engels participam do segundo Congresso da Liga dos Comunistas em Londres. Encarregam-se de redigir o programa da Liga.
	29 de novembro	Engels fala em um encontro internacional de democratas, dedicado ao aniversário da Insurreição Polaca de 1830.
	30 de novembro	Apresenta informe sobre problemas econômicos em reuniões da Sociedade Cultural de Londres, de operários alemães.
17 de dezembro	Viagem de Londres a Bruxelas. Marx e Engels começam a escrever o <i>Manifesto do Partido Comunista</i> .	
final de dezembro	Engels viaja de Bruxelas para Paris.	
1848	início de janeiro	Início dos acontecimentos revolucionários no sul da Itália. Revolução em Palermo.

1848	segunda quinzena	Marx conclui o trabalho sobre o <i>Manifesto do Partido Comunista</i> . No final do mês, os manuscritos são enviados para impressão em Londres.
	fim de janeiro	Engels é desterrado de Paris, por atividade revolucionária junto aos operários, mudando-se para Bruxelas.
	2 a 24 de janeiro	Revolução na França.
	24 de fevereiro	É publicado em Londres o <i>Manifesto do Partido Comunista</i> , primeiro documento programático do comunismo científico.
	5 de março	Desterrado pelas autoridades belgas, Marx chega a Paris com sua família. Engels escreve para a redação do periódico <i>Northern Star</i> uma carta denunciando as ações ilegais do governo belga no que diz respeito a Marx e sua esposa. Essa carta é publicada em 25 de março.
	início de março	Por iniciativa de Marx, funda-se em Paris o Clube dos Operários Alemães. Nas reuniões do Clube, Marx se pronuncia contra os planos aventureiros de "exportação da revolução", formulados pela emigração pequeno-burguesa em Paris.
	11 de março	Em Paris, constitui-se o CC da Liga dos Comunistas. Marx é eleito presidente.
	13 de março	Iniciam-se os movimentos revolucionários em Viena.
	18 e 19 de março	Início da revolução na Alemanha. Combates de barricadas em Berlim.
	21 de março	Engels parte de Bruxelas para Paris, incorporando-se imediatamente ao trabalho junto ao Comitê Central da Liga dos Comunistas.
	21 - 29 de março	Marx e Engels trabalham sobre as <i>Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha</i> , programa político da Liga dos Comunistas, na revolução democrático-burguesa alemã. As <i>Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha</i> foram publicadas juntamente com o <i>Manifesto Comunista</i> e distribuídas aos operários ingressantes no Comitê.
	6 de abril	Marx e Engels abandonam Paris e chegam a Colônia em 11 de abril, depois de passarem dois dias em Mainz, onde são feitos os preparativos para a publicação da <i>Nova Gazeta Renana</i> .
	15 de abril	Engels viaja a Barmen e a outros lugares da Renânia.
	18 de abril	Reunião da Assembléia Nacional da Alemanha, na Igreja de São Paulo, em Frankfurt.
	20 de maio	Engels retorna a Colônia.
	22 de maio	Reunião da Assembléia Constitucional prussiana em Berlim.
	31 de maio	Aparece o primeiro número da <i>Nova Gazeta Renana</i> , em 1 de junho. Marx é redator-chefe e Engels é vice-redator.
	23 - 26 de junho	Insurreição do proletariado em Paris. A <i>Nova Gazeta Renana</i> publica regularmente artigos sobre a marcha da insurreição. O autor da maioria deles era Friedrich Engels.
	13 de setembro	É organizado em Colônia, por iniciativa da <i>Nova Gazeta Renana</i> , Assembléia que elegeu uma Comissão de Segurança, devido à crise política alemã e à ameaça da contra-revolução.
	26 de setembro	Devido à derrota do levante em Frankfurt e à declaração de estado de sítio em Colônia, é suspensa a edição da <i>Nova Gazeta Renana</i> . Engels corre perigo de ser preso, partindo para Bruxelas, de onde segue para a Suíça. De lá escreve vários artigos para a <i>Nova Gazeta Renana</i> .
12 de outubro	Reaparece a <i>Nova Gazeta Renana</i> .	
8 de novembro	Contra-revolução na Prússia.	
1849	meados de janeiro	Engels retorna da Suíça, onde participa ativamente da Associação dos Trabalhadores, em Colônia.
	7 de fevereiro	Processo judicial contra a <i>Nova Gazeta Renana</i> , acusada de injúrias às autoridades. Marx e Engels pronunciam no processo discursos defendendo não somente o periódico, mas também a liberdade de imprensa na Alemanha. O tribunal absolve-os.
	24 de fevereiro	Marx e Engels participam de um banquete em homenagem à Revolução de Fevereiro da França.
	28 de março	A Assembléia Nacional, reunida em Frankfurt, aprova a constituição.
	início de maio	Em Dresden, Palatinado, Baden e na província do Reno, começa a luta armada em defesa da Constituição Imperial.
	10 - 15 de maio	Engels se encontra em Elberfeld, onde havia começado a insurreição. Por encargo do Comitê de Segurança, dirige os trabalhos de fortificação e exige armas para os operários. Sob pressão da burguesia local, temerosa de que Engels proclamasse a república vermelha, o Comitê de Segurança recomenda que ele deixe a cidade. Não querendo semear a divisão entre os insurgentes, em 15 de maio abandona Elberfeld e retorna a Colônia.
	18 de maio	É publicado o último número da <i>Nova Gazeta Renana</i> , em tinta vermelha, no dia 19 de maio.
	19 de maio	Marx e Engels partem de Colônia, passando por Frankfurt, sudoeste da Alemanha.
	3 de junho	Marx viaja a Paris por encargo do Conselho Central Democrático do Palatinado.
	13 de junho a 12 de julho	Engels se alista como voluntário no exército insurgente de Baden-Palatinado, combate no destacamento revolucionário a mando do general Willich, participa na elaboração de planos de operações militares e intervém pessoalmente em quatro grandes batalhas.
	19 de julho	Marx é notificado pelas autoridades francesas sobre seu desterro de Paris.

1849	meados de julho/início de outubro	Engels está na Suíça. Em Lausanne, escreve os ensaios "A campanha alemã pela Constituição Imperial".
	24 de agosto	Marx emigra para Londres, onde organiza o trabalho do CC da Liga dos Comunistas e funda o Comitê de ajuda aos emigrados alemães.
	início de outubro	Engels abandona a Suíça e, através da Itália, dirige-se à Inglaterra, para se reunir com Marx.
	10 de novembro	Engels chega a Londres. É eleito para o Comitê Central reorganizado, da Liga dos Comunistas; participa ativamente no trabalho da Sociedade Cultural dos Trabalhadores Alemães e no Comitê social-democrata de ajuda os emigrados alemães.
1850	março	Marx e Engels escrevem <i>Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas</i> , onde são dadas indicações aos dirigentes locais da Liga sobre problemas táticos e organizacionais.
	novembro	Seguindo a proposta do Comitê de Londres da Liga dos Comunistas, o CC de Colônia da Liga dos Comunistas expulsa da organização o grupo de Willich-Schapper por atividade cisionista.
	meados de novembro	Engels muda-se para Manchester. Começa a trabalhar na oficina da Casa Ermen & Engels, o que lhe permite ajudar economicamente a família de Marx.
	final de novembro	Engels começa o estudo sistemático da arte militar.
	dezembro	Engels inicia o estudo do idioma russo.
1851	maio - junho	São detidos na Colônia os membros do Comitê Central da Liga dos Comunistas e vários membros ativos da organização. Os agentes da polícia prussiana reforçam a vigilância sobre Marx e Engels.
	junho de 1851 - 1862	Marx e Engels colaboram nos periódicos cartistas <i>Notes to the people</i> , <i>The people's paper</i> , <i>Friend of the people</i> ; prestam ajuda ao movimento.
	agosto de 1851 - 1862	Marx colabora no periódico progressista norte-americano <i>New York Daily Tribune</i> . Engels presta constante ajuda a Marx em seu trabalho para o periódico: escreve uma série de artigos com o título "Revolução e contra-revolução na Alemanha", publicados posteriormente com o nome de Marx e outros mais. No decorrer de dez anos, Marx e Engels escreveram no <i>The New York Daily Tribune</i> numerosos artigos sobre problemas do movimento de libertação nacional, relações internacionais, economia e política dos principais países capitalistas.
	outubro de 1851 - 1852	Engels estuda as línguas eslavas, história e literatura dos povos eslavos, além de obras da literatura clássica russa.
	3 de dezembro	Em uma carta a Marx, Engels faz profunda caracterização do golpe de Estado de 2 de dezembro na França. Vários pensamentos dessa carta foram desenvolvidos por Marx em sua obra <i>O 18 de Brumário de Luís Bonaparte</i> .
	dezembro de 1851/março de 1852	Marx escreve <i>O 18 de Brumário de Luís Bonaparte</i> , onde desenvolve a teoria da revolução. A partir da experiência dos acontecimentos da Revolução de 1848 - 1849 na França, Marx faz a importante dedução de que o proletariado necessita romper a máquina do Estado burguês. Em maio de 1852, essa obra foi publicada na revista <i>Die Revolution</i> , de Nova York, editada por J. Weydemeyer.
1852	maio/junho	Marx e Engels escrevem o panfleto "Os grandes homens da emigração", dirigido contra os líderes da emigração pequeno burguesa, denunciando seu arrivismo e sua ânsia de popularidade.
	outubro-dezembro	Devido ao processo iniciado em Colônia contra os destacados dirigentes da Liga dos Comunistas, Marx e Engels publicam em vários periódicos declarações e artigos que denunciam a atuação da polícia prussiana. Marx escreve também o panfleto "Revelações sobre o processo contra os comunistas de Colônia". O livro foi publicado em Basileia, em janeiro de 1853.
	17 de novembro	Ao se intensificar a reação no continente europeu e serem detidos muitos membros ativos da Liga dos Comunistas, o Comitê de Londres da Liga dos Comunistas se declara dissolvido e proclama inoportuna a ulterior existência da Liga no continente.
1853	maio/junho	Engels estuda a história dos países do Oriente e o idioma persa.
	4 de outubro de 1853 - 30 de março de 1856	Guerra da Criméia. Marx e Engels seguem as operações militares, analisam os acontecimentos e publicam uma série de artigos sobre a guerra e suas perspectivas, a situação dos países bélicos e a possibilidade da revolução na Europa.
1855	final de junho - setembro	Engels escreve o trabalho "Os exércitos da Europa", publicado na revista norte-americana <i>Putnam's Monthly</i> , editada em Nova York.
1856		Viaja para a Irlanda com Mary Burns, sua esposa.
1857		Crise econômica mundial. Marx e Engels trocam informações e observações sobre o desenvolvimento da crise na Europa e nos Estados Unidos, considerando-a como o prólogo de uma nova ascensão revolucionária.
1858		Estuda Ciências Naturais.
1859	fevereiro - 9 de março	Trabalha no folheto "O Pó e o Reno", no qual desmascara o bonapartismo e defende a via democrática revolucionária da unificação tanto da Alemanha como da Itália.
	29 de abril - 10 de novembro	Guerra da França e Itália contra a Áustria.
	maio - agosto	Marx e Engels colaboram no periódico <i>Das Volk (O Povo)</i> , órgão da Sociedade Cultural de Operários Alemães, de Londres. Em seus artigos, elaboram importantes problemas sobre teoria revolucionária e tática do problema operário.
	11 de junho	É publicada, em Berlim, a obra de Marx <i>Contribuição à crítica da economia política</i> , fascículo primeiro.

1859	3 - 15 de agosto	Engels escreve uma resenha sobre a <i>Contribuição à crítica da economia política</i> , publicando-a no periódico <i>Das Volk</i> .
	dezembro	Estuda o livro de Darwin, <i>Sobre a origem das espécies</i> , a base da seleção natural.
1860	2 de março - 6 de abril	Engels permanece em Barmen devido ao falecimento de seu pai.
	abril	O trabalho de Engels <i>Sabóia, Nice e Reno</i> aparece anônimo em Berlim.
	12 - 25 de maio	Engels visita sua mãe, muito enferma, em Barmen.
	agosto/novembro de 1860	Colaboração na <i>New American Cyclopaedia</i> publicada em Nova York.
	do outono a 1861	Engels redige trabalhos de temas militares para o <i>Allgemeine Militär-Zeitung</i> de Darmstadt e para o <i>The Volunteer Journal for Lancashire and Cheshire</i> .
1861	abril - abril de 1865	Guerras de Secessão nos Estados Unidos. Engels escreve artigos sobre a guerra civil norte-americana no <i>New York Daily Tribune</i> e no <i>Presse</i> , de Viena.
1862	24 de setembro	Bismarck é nomeado primeiro-ministro da Prússia.
1863	6 de janeiro	Mary Burns, companheira de Engels, falece em Manchester.
	22 de janeiro - abril de 1864	Levante no reino da Polônia contra sua ocupante, a Rússia czarista. Marx e Engels preparam um trabalho sobre a luta de libertação nacional do povo polaco, mas esse trabalho não é concluído.
	23 de maio	Funda-se a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, em Leipzig. Fernando Lassale é eleito presidente da Associação.
1864	1º de fevereiro - 1º de agosto	Guerra da Prússia e da Áustria contra a Dinamarca.
	9 de maio	Falece Wilhelm Wolf em Manchester.
	1 de julho	Engels se torna co-proprietário da firma Ermen & Engels.
	10 de setembro - meados de outubro	Engels viaja para a Silésia.
	28 de setembro	Em um encontro operário internacional, celebrado em Sain Martin's Hall (Londres), adota-se a resolução de fundar a Associação Internacional dos Trabalhadores.
	4 de novembro	Marx expõe detalhadamente, em uma carta a Engels, as circunstâncias da fundação da Internacional e a história da criação dos documentos programáticos da nova organização proletária.
	7 de novembro	Engels expressa sua satisfação em razão da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, numa carta a Marx.
	24 de novembro	Marx envia a Engels o recém publicado Manifesto Institucional e os Estatutos Provisoriais da Associação Internacional dos Trabalhadores.
	final de 1864 - fevereiro de 1865	Marx e Engels colaboram no periódico <i>Social Demokrat</i> .
1865	final de fevereiro	O trabalho de Engels <i>A questão militar prussiana e o Partido Alemão dos Trabalhadores</i> é publicado em Hamburgo.
1866	final de janeiro - 6 de abril	Engels trabalha numa série de artigos sobre o problema polaco, dirigidos contra os <i>proudhonistas</i> que faziam caso omissivo da questão nacional. Neles, o autor fundamenta a posição do proletariado sobre o movimento de libertação nacional dos povos oprimidos. Os artigos são publicados no periódico <i>The commonwealth</i> , órgão da Internacional, com o título "Por que a classe operária se preocupa com a questão polonesa?"
	1 de maio	Engels escreve a Marx sobre a importação dos operários alemães de Edimburgo pelos patrões ingleses, para utilizá-los como mão-de-obra barata, e pede ao Conselho Geral para adotar medidas contra a entrada de um novo grupo de trabalhadores alemães na Inglaterra.
	4 de maio	Em nome do Conselho Geral, Marx adverte os trabalhadores da Alemanha contra a intenção dos patrões ingleses de recrutá-los para trabalhar, utilizando-os logo como <i>esquirolas</i> . O texto é divulgado em vários periódicos sob o título "Advertência".
	16 de junho - 26 de julho	Guerra entre a Prússia e a Áustria.
	20 de junho - 6 de julho	Engels publica no diário <i>The Manchester Guardian</i> uma série de artigos sobre a guerra austro-prussiana.
	3 a 8 de setembro	Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em Genebra.
1867	primeira quinzena de junho	Engels se interessa pelas modernas teorias da Química.
	5 de julho	Engels viaja à Suécia, à Dinamarca e à Alemanha. Em Hannover, visita Ludwig Kugelmann.
	2 a 8 de setembro	Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em Lausanne.
	14 de setembro	É publicado o primeiro tomo de <i>O capital</i> , em Hamburgo.
	outubro - julho de 1868	Engels publica várias resenhas sobre o primeiro tomo de <i>O capital</i> , em diferentes periódicos burgueses, democratas e liberais, bem como na imprensa operária.
1868	abril	Engels redige um resumo de <i>O capital</i> .
	5 - 7 de setembro	Reunião da Associação das Organizações Trabalhadoras Alemãs, em Nuremberg. A Associação declara sua integração, por iniciativa de Auguste Bebel e Wilhelm Liebknecht, à corrente da Associação Internacional dos Trabalhadores, em Bruxelas.

1869	26 de janeiro	Ernest Jones falece em Manchester.
	fim de março - início de abril	Engels estuda as linguas holandeso-frisonas.
	1 de julho	Deixa de trabalhar na Casa de Manchester. A partir desse momento, dedica-se inteiramente ao trabalho partidário, científico e publicista.
	início de agosto	Publica um ensaio biográfico sobre Marx, no periódico <i>Die Zukunft (O Futuro)</i> e no suplemento do periódico <i>Demokratisches Wochenblatt (Seminário Democrático)</i> .
	7 - 9 de agosto	Congresso da fundação do Partido Operário Social- Democrata da Alemanha, em Eisenach.
	6 - 11 de setembro	Congresso da Associação Internacional de Trabalhadores, em Basileia.
	6 - 23 de setembro	Engels viaja com sua segunda mulher, Lizzy Burns, e com a filha caçula de Marx, Eleanor, para a Irlanda.
	2 de outubro	O primeiro número do <i>Volkstaats</i> , órgão do Partido Social Democrata (de Eisenach), aparece em Leipzig. Marx e Engels são colaboradores do periódico.
1870	maio - meados de julho	Engels trabalha em extensa exposição da história irlandesa, mas o trabalho resulta em fragmentos.
	19 de julho	Início da guerra franco-prussiana.
	19 - 23 de julho	Por encargo do Congresso Geral, Marx escreve o <i>Primeiro Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores</i> sobre a guerra franco-prussiana, no qual revela o verdadeiro caráter da guerra e exorta aos operários alemães a não permitirem que a guerra contra a França bonapartista se converta em uma luta contra o povo francês.
	29 de julho - 18 de fevereiro de 1871	Publicação de 59 artigos sobre a guerra franco-alemã no <i>Pall Mall Gazette</i> .
	4 de setembro	Com a notícia da derrota do exército francês em Sedan, instalou-se a revolução em Paris, derrubando o regime do II Império e proclamando a República Francesa.
	6 e 9 de setembro	Marx trabalha no <i>Segundo Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores</i> sobre a guerra franco-prussiana. Utiliza material sobre a Alsácia e a Lorena, enviado por Engels.
	7 de setembro	Engels se encontra em Manchester com E. Dupont, membro do Conselho Geral, e examina com ele o estado de coisas na França e a fundação do partido operário como prioridade do proletariado francês.
	20 de setembro	Engels muda-se para Londres com sua esposa.
1871	4 de outubro	Engels é eleito membro do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Realiza as funções de correspondente para a Bélgica, Itália, Espanha, Portugal e Dinamarca, e de membro do comitê de finanças.
		Proclamação do Império Alemão em Versalhes.
	18 de março - 28 de maio	Devido à vitória da revolução proletária em Paris e à proclamação da Comuna, Marx e Engels organizam ações de massa dos trabalhadores em apoio à Comuna de Paris. Nas reuniões do Conselho Geral, discutem-se questões relacionadas com os acontecimentos em Paris, para onde são enviados representantes do Conselho Geral. Marx e Engels mantêm comunicação permanente com a Comuna, prestando ajuda através de conselhos e recomendações. Após a queda da mesma, organizam uma ampla campanha em sua defesa.
	21 de março	Numa reunião do Conselho Geral, Engels pronuncia um discurso acerca da revolução em Paris.
	28 de março	Solene proclamação da Comuna de Paris.
	março - abril	A Comuna promulga os decretos sobre a abolição do recrutamento militar e a substituição do exército permanente pelo povo armado; decreta o arrendamento do poder administrativo nas circunscrições de Paris e assenta-o nas mãos da Comuna; separa a Igreja do Estado; entrega as oficinas inativas aos trabalhadores das associações de produção etc.
	12 de abril	O periódico <i>Volkstaat (Estado do Povo)</i> publica a declaração de Engels "Sobre a greve dos operários cigarreiros de Amberes", no qual exorta os operários alemães a prestarem ajuda aos grevistas.
	9 de maio	Na reunião do Conselho Geral, Engels informa o curso da luta dos comunistas de Paris contra as tropas de Versalhes; informa também sobre as greves na Espanha e na Bélgica.
	30 de maio	O artigo de Marx "A guerra civil na França" é aceito unanimemente pelo Conselho Geral da Associação Internacional de Trabalhadores.
	meados de junho a meados de julho	Engels traduz a "Guerra Civil na França" do inglês para o alemão, para sua publicação no <i>Volkstaat</i> .
	junho a dezembro	Marx e Engels organizam a ajuda aos emigrados da Comuna de Paris.
17 a 23 de setembro	Conferência da Associação Internacional de Trabalhadores, em Londres, sob a direção de Marx e Engels.	
25 de novembro	Em vista da ativação dos <i>bakuninistas</i> na Espanha, Engels, em carta ao Conselho Federal Espanhol da Internacional de Madrid, refuta as calúnias dos mesmos contra o Conselho Geral e a Conferência de Londres.	
29 de novembro	Engels escreve uma declaração do Conselho Geral para a redação do periódico <i>Il proletario italiano</i> , na qual mostra o significado da luta política para a emancipação da classe operária.	
1872	final de maio	A circular redigida por Marx e Engels sobre "A resposta à divisão na Internacional" se torna pública em Genebra.
	26 de junho	O trabalho de Engels <i>Contribuição ao problema da moradia</i> é publicado em uma série de três artigos, no <i>Volkstaat</i> , e individualmente, em Leipzig.

1872	meados de setembro	Marx e Engels assistem em Haia ao Congresso da Associação Internacional de Trabalhadores.
	6 de setembro	Os participantes do congresso em Haia aceitam mudar a sede do Conselho Geral para Nova York.
	outubro	Engels escreve o artigo "Da autoridade" e envia-o a Bignami.
	outubro de 1872 - agosto de 1873	Marx e Engels se correspondem sistematicamente com os líderes da Internacional nos Estados Unidos, Espanha, Itália, Alemanha e outros países, explicando os acordos do Congresso de Haia.
1873	final de maio	Engels elabora o primeiro rascunho de sua <i>Dialética da natureza</i> , na qual trabalhará até 1883 com interrupções.
	final de outubro	Falece a mãe de Engels, em Engelskirche.
	31 de outubro - 2 e 5 de novembro	O periódico <i>Volksstaat</i> publica uma série de artigos de Engels sobre a revolução na Espanha, sob o título: "Os bakuninistas em ação".
	dezembro	No anuário italiano <i>Almanacco Repubblicano</i> são publicados artigos de Marx ("O indiferentismo político") e de Engels ("Da autoridade").
1874	verão	Engels prepara a terceira edição de sua obra <i>A guerra camponesa na Alemanha</i> . Faz algumas alterações no prefácio escrito em 1870. Essas alterações, segundo Lênin, contêm recomendações ao movimento operário alemão, que se havia fortificado prática e politicamente.
1875	18 - 28 de março	Em uma carta a Auguste Bebel, dirigente do Partido Operário Social Democrata da Alemanha, Engels expõe sua opinião sobre a unificação das organizações operárias políticas alemãs – o Partido Operário Social Democrata (<i>eisenacheanos</i>) e a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (<i>lassalianos</i>). Critica duramente o projeto de programa e todo o sistema de dogmas lassalianos que ele contém.
	5 de maio	Marx envia à Alemanha as observações críticas ao projeto do programa confeccionado para o congresso de unificação dos <i>eisenacheanos</i> e <i>lassalianos</i> , que havia de celebrar-se em Gotha. Em carta adjunta dirigida a Brake, Marx escreve acerca das vias para superar a cisão no movimento operário alemão, estabelecendo que nos problemas ideológicos são inadmissíveis os compromissos. Posteriormente, esse documento, denominado <i>Crítica ao Programa de Gotha</i> , foi publicado pela primeira vez em 1891 sob a iniciativa de Engels.
	22 - 27 de maio	Congresso de unificação em Gotha. Forma-se o Partido Operário Socialista da Alemanha.
1876	maio/junho de 1878	Engels trabalha na obra <i>A subversão da ciência pelo senhor Dühring</i> (conhecida como o <i>Anti-Dühring</i>). Aparece como uma série de artigos, a partir de Janeiro até Dezembro de 1877 e desde maio até julho de 1878, no <i>Vorwärts</i> e em forma de livro, em 1878, em Leipzig.
1877		Marx escreve <i>Da história crítica</i> , capítulo X, para a segunda parte do livro de Engels (<i>Economia Política</i>), onde critica as concepções de Dühring sobre a história da economia política.
	24 de abril	Guerra russo-turca
	meados de junho	A pedido de Brake, Engels escreve para <i>Volks-Kalender</i> (<i>Calendário do povo</i>) uma breve biografia de Karl Marx. Essa biografia é publicada em 1878.
1878	início	Engels escreve o artigo "As ciências naturais no mundo dos espíritos", que inclui posteriormente na <i>Dialética da natureza</i> .
	março	O periódico norte-americano <i>The labor standard</i> publica a série de artigos "Os trabalhadores europeus em 1877", onde se analisam a luta de classes e o movimento revolucionário de diferentes países da Europa.
	12 de setembro	Lizzy Burns falece em Londres.
	19 de outubro	Para sufocar o movimento operário e socialista na Alemanha, o Governo de Bismarck incita provocações e faz passar no Reichstag a "Lei contra as tendências perigosas e nocivas da social-democracia".
1879	meados de setembro	Marx e Engels escrevem carta circular dirigida a Auguste Bebel, Wilhelm Liebknecht, Wilhelm Bracke e outros líderes da social-democracia alemã, criticando a tomada de uma postura oportunista e conciliadora.
	28 de setembro	O <i>Sozialdemokrat</i> , primeiro número do órgão central da social-democracia alemã, que luta na ilegalidade, aparece em Zurich; Marx e Engels passam a ser colaboradores do mesmo.
1880	janeiro - primeira quinzena de março	Visando à propaganda das idéias do comunismo científico na França, a pedido do socialista francês Paul Lafargue, Engels reelabora o terceiro capítulo do <i>Anti-Dühring</i> , que aparecerá sob o título <i>Do socialismo utópico ao socialismo científico</i> . Traduzido por Paul Lafargue, foi publicado na <i>Revue socialiste</i> , em 20 de março, 20 de abril e 5 de maio, e logo num folheto com o título "Socialismo utópico e socialismo científico".
	fim de fevereiro	Engels escreve o artigo "O socialismo do senhor Bismarck", para o periódico <i>Egalité</i> (<i>Igualdade</i>), órgão do Partido Operário francês.
	início de maio	Marx e Engels conferenciam em Londres com Jules Guesde e Paul Lafargue acerca do programa do Partido Operário francês. O programa, em seu conjunto, foi elaborado com a participação de Marx e Engels, sendo aprovado em novembro, no Congresso de Havre.
1881 - 1882		Engels estuda a história da Alemanha, escrevendo <i>Contribuição à história dos antigos germanos e O período dos francos</i> .
1881	21 de março	Marx e Engels enviam uma saudação ao encontro eslavo celebrado em Londres, em honra do décimo aniversário da Comuna de Paris.

1881	maio - agosto	Engels publica vários editoriais no periódico <i>The labour standard</i> .
	2 de dezembro	Jenny, esposa de Marx, falece em Londres.
1882	21 de janeiro	Marx e Engels escrevem o prefácio para a edição russa do <i>Manifesto do Partido Comunista</i> , preparada por G.V. Plejánov, onde deduzem que a Rússia constitui o destacamento de vanguarda do movimento revolucionário na Europa.
	dezembro	Engels conclui a edição alemã de <i>Do socialismo utópico ao socialismo científico</i> e inclui como suplemento o artigo "A marca", ensaio de história do desenvolvimento da propriedade agrária na Alemanha desde a marca, comunidade dos antigos, até os anos setenta do século XIX.
1883	11 de janeiro	Falece Jenny Marx-Longuet, filha mais velha de Marx. Engels lhe dedica uma necrologia.
	14 de março	Falece Karl Marx, em Londres, sendo enterrado no dia 17, no cemitério de Highgate. Engels pronuncia uma homenagem póstuma.
	7 de novembro	Engels escreve o prefácio para a terceira edição do primeiro tomo de <i>O capital</i> , após terminar as correções que Marx fazia há três anos.
1883 - 1895		Engels prepara novas edições e traduções de várias obras de Marx e também suas. Escreve introduções para a maioria delas.
1883 - 1885		Prepara a edição do tomo segundo de <i>O capital</i> . O livro é editado no início de julho de 1885, com prefácio de Engels. Na Suíça, é fundado o grupo Emancipação do Trabalho, primeira organização marxista russa.
1884 - 1895		Segue atentamente o desenvolvimento do movimento socialista na Inglaterra, mantém contato permanente com Eleanor, filha de Marx, E. Aveling, E.B.Bax e outros líderes socialistas. Informa os socialistas de outros países sobre o estado do movimento inglês.
1884 - 1890		Segue a luta da classe operária alemã na situação da vigência da lei de exceção contra os socialistas e, nas cartas a J.F. Becker e F.A.Sorge, expressa satisfação pelos consideráveis êxitos alcançados nessa luta.
1884	início de outubro	É editada, em Zurich, <i>A origem da família, a propriedade privada e o Estado</i> .
	outubro	Em Zurich, são editados artigos de Marx, sob o título <i>Trabalho assalariado e capital</i> , selecionados por Engels.
1885	janeiro	Em Stuttgart, é lançada a primeira edição alemã da obra de Marx, <i>A miséria da filosofia</i> , prefaciada por Engels.
	fim de fevereiro de 1885 - janeiro de 1894	Prepara a edição do tomo III de <i>O capital</i> .
	23 de abril	Em carta a V.I. Zasúlich, expressa sua satisfação pela aparição na Rússia de partidários da teoria de Marx, conceituando esse acontecimento como um grande progresso que terá imensa significação para o sucessivo desenvolvimento do movimento revolucionário; assinala como inelutável o advento de uma revolução autenticamente popular na Rússia.
	início de julho	É publicado em Hamburgo o tomo II de <i>O capital</i> , organizado e prefaciado por Engels.
	outubro	A "Contribuição à história da Liga de comunistas", de Engels, é publicada como prefácio da terceira edição alemã da obra de Marx, <i>Revelações sobre o processo dos comunistas em Colônia</i> .
1886	abril - maio	Engels publica no <i>Neue Zeit</i> a obra <i>Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã</i> , que em 1888 aparece em Stuttgart como nova edição corrigida. A essa edição são acrescentadas as teses sobre Feuerbach, de Marx.
	abril	O ensaio de Engels "Sobre a história do campesinato prussiano" é publicado como prefácio ao trabalho de Wilhelm Wolf <i>A milionária silesiana</i> , em Zurich.
	7 de dezembro	Juan Felipe Becker morre em Genebra. Engels publica no <i>Sozialdemokrat</i> uma nota necrológica.
1887	início de janeiro	Traduzido por S. More e E. Aveling, é publicado o tomo I de <i>O capital</i> , em Londres, com prefácio de Engels.
	junho	A introdução de Engels ao folheto de Borkheim, <i>Em memória aos patriotas alemães assassinados, 1806-1807</i> , aparece em edição avulsa em Zurich.
	8 de agosto - 29 de setembro	Engels viaja com Eleanor Marx-Aveling, Eduardo Aveling e Karl Schorlemmer aos Estados Unidos e Canadá.
	outubro - dezembro	Em carta ao Lafargue, Engels insiste em que os líderes do Partido Operário francês declarem oficial e publicamente sua reprobção incondicional do <i>boulangismo</i> como tendência profundamente hostil ao proletariado.
1889	janeiro - maio	Engels colabora na preparação do Congresso Internacional dos Trabalhadores Socialistas, em Paris.
	14 de julho	Abertura do Congresso dos Trabalhadores Socialistas, em Paris, no qual é fundada a II Internacional. Nesse momento, foi aprovada uma resolução sobre a celebração do 1º de maio, em todos os países.
	outono de 1889 - verão de 1890	Engels prepara a 4ª edição alemã do tomo I de <i>O capital</i> , estabelecendo a redação definitiva do texto e das notas. Escreve um prefácio.
1890	fevereiro - agosto	"A política exterior do czarismo russo", de Engels, é publicado na revista russa <i>Social-Democrat</i> e em idioma alemão no <i>Neue Zeit</i> , em abril e maio.
	4 de maio	Engels participa na manifestação do 1º de maio, em Londres.

1890	fim de maio de 1890 à primeira quinzena de junho de 1891	Trabalha (com intervalos) preparando a quarta edição de seu livro <i>A origem da família, da propriedade privada e do Estado</i> ; para isso, lê novas obras, em particular os livros de M.M. Kovalevski. A 4ª edição é lançada no final de outubro - início de novembro de 1891.
	1 a 26 de julho	Engels viaja com Karl Schorlemmer para a Noruega.
	30 de setembro	Abolição da lei anti-socialista aprovada pela Dieta alemã, em 1878.
	11 e 12 de outubro	Congresso do Partido dos Trabalhadores da França, em Lille.
	12 a 18 de outubro	Congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha, em Halle.
	28 de novembro	Engels completa 70 anos e recebe as saudações de diversas organizações de todo o mundo.
1891		Em várias cartas a Bebel e outros líderes do Partido Social-Democrata da Alemanha, Engels critica a redação do periódico <i>Vorwärts</i> , órgão central do partido, por erros de caráter oportunista.
	janeiro	Publica no <i>Neue Zeit</i> , acrescida de prefácio, as <i>Glosas Marginais ao Programa do Partido Operário Alemão</i> , de Marx.
	março	<i>A Guerra Civil na França</i> , de Marx, aparece com uma introdução de Engels para o 20º aniversário da Comuna, em Berlim.
	3 de maio	Engels participa da grande manifestação dos trabalhadores em Londres.
	18 a 29 de junho	Engels envia sua "Crítica ao projeto do programa social-democrata" à direção do partido, antes do Congresso de Erfurt.
	16 a 22 de agosto	Segundo Congresso Internacional dos Trabalhadores, em Bruxelas.
	8 a 20 de outubro	Viaja para a Irlanda e Escócia, com Luisa Kautsky e Mary Ellen Rosher.
	14 a 20 de outubro	Congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha.
	início de dezembro	O artigo de Engels "O socialismo na Alemanha" aparece no <i>Almanach du parti ouvrier pour 1892</i> e em idioma alemão no <i>Neue Zeit</i> .
1892	20 de abril	Engels escreve, para a edição inglesa de seu folheto <i>Do socialismo utópico ao socialismo científico</i> , introdução que logo será traduzida para o alemão e publicada no <i>Neue Zeit</i> ; posteriormente, será traduzida em vários idiomas.
	14 de maio	Engels polemiza com Bebel, em Londres, sobre os problemas do movimento operário.
	27 de junho	Karl Schorlemmer falece em Manchester. Engels assiste ao enterro.
	novembro	Publica a breve biografia de Karl Marx no <i>Dicionário manual de Ciências Políticas</i> .
1893	13 e 14 de janeiro	Fundação do Partido Trabalhista Independente em Bradford (Inglaterra).
	1 a 20 de março	Engels publica a série de artigos "Pode a Europa desarmar-se?", no <i>Vorwärts</i> . Também aparecem logo em edição própria.
	31 de março	Na casa de Engels, é celebrado um encontro de socialistas, disputados nos parlamentos da Alemanha, França e Inglaterra: Bebel, Lafargue, Burns.
	abril	Escreve carta de congratulações aos operários franceses, austríacos e espanhóis, devido à jornada de 1º de Maio; firma o significado dessa festa para a coesão internacional dos trabalhadores.
	7 de maio	Toma parte da manifestação do 1º de maio em Londres.
	9 de julho	Faz seu testamento: deixa parte dos bens à Biblioteca do Partido Social-Democrático da Alemanha e a maior parte deles para as filhas e netos de Marx.
	1 de agosto a 29 de setembro	Viaja para Alemanha, Suíça e Áustria.
	12 de agosto	Participa da última sessão do Congresso Internacional dos Trabalhadores Socialistas, em Zurich, e pronuncia o discurso de encerramento em inglês, francês e alemão.
	14 de setembro	Engels fala a uma assembléia social-democrata em Berlim.
1894	14 a 16 de setembro	12º congresso do Partido dos Trabalhadores francês.
	fim de setembro - princípio de outubro	O trabalho de Engels <i>História do cristianismo antigo</i> aparece no <i>Neue Zeit</i> .
	21 a 27 de outubro	Congresso do Partido Social-Democrata alemão, em Frankfurt.
	fim de novembro	O trabalho de Engels <i>A questão agrária na França e Alemanha</i> aparece no <i>Neue Zeit</i> .
	início de dezembro	O tomo III de <i>O capital</i> é editado em Hamburgo, incluindo um prefácio de Engels.
1895	janeiro	Engels começa a preparar a edição completa das obras de Marx e suas próprias.
	14 de fevereiro a 6 de março	Escreve a introdução para a edição da <i>Luta de classes na França</i> , de Marx.
	início de abril	Engels começa a preparar o IV tomo de <i>O capital</i> .
	meados de junho a 24 de julho	Engels permanece pela última vez em Eastbourne, onde é visitado por Eleanor Marx Aveling, Laura Lafargue, Eduardo Aveling e Victor Adler, entre outros.
	5 de agosto	Falece em Londres.
	27 de agosto	Suas cinzas são lançadas ao mar nas proximidades de Eastbourne, de acordo com seu desejo.

Bibliografia de Engels publicada no Brasil

ENGELS, Friedrich

- A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* Rio de Janeiro: Alba, 1934.
- A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* São Paulo: Nosso Livro, 1934.
- A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* Trad. Abguar Bastos. Nova ed. Rio de Janeiro: Calvino, 1944. (Coleção Estudos Sociais, 9).
- A origem da família da propriedade e do Estado.* Trad. Mário Rangel. Rio de Janeiro: Incahuassi, 1945 (Coleção Popular de Obras Sociais).
- A origem da família, da propriedade e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L.H.Morgan.* Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Vitória, 1960.
- A origem da família da propriedade privada e do Estado.* Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- A origem da família da propriedade privada e do Estado.* 8. ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- A questão da habitação.* Trad. edição francesa pela equipe da Aldeia Global. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979 (Coleção Fundamentos).
- A questão da habitação.* Trad. Darnis Karepovs. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- Anti-Dühring: refutação às teorias de E. Dühring.* Trad. Luis Monteiro. São Paulo: Cultura Brasileira, 1934.
- Anti-Dühring: filosofia, economia política, socialismo.* Trad. Abguar Bastos. Rio de Janeiro: Calvino, 1945.
- Anti-Dühring.* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Pensamento Crítico, v. 9).
- Contribuição à história do cristianismo primitivo.* Rio de Janeiro: Alba, 1934.
- Dialética da natureza.* Trad. R. Argentiére. Notas de J.B.S. Haldane. S. Paulo: Alba, 1962.
- Dialética da natureza.* Prof. de J.B.S. Haldane. Rio de Janeiro: Leitura, 1964.
- A dialética da natureza.* Monólogo de J.B.S. Haldane. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Pensamento Crítico, v. 8).
- As guerras camponesas na Alemanha.* Trad. B.A. Montenegro. Rio de Janeiro: Vitória, 1946 (Coleção Clássicos do Marxismo).
- As guerras camponesas na Alemanha.* São Paulo: Grijalbo, 1977. (Tradução da equipe editorial Grijalbo)
- Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã.* São Paulo: Unitas, 1932?
- Luiz Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã: ensaio de filosofia dialética.* Versão e introdução de Hylário Correa. Curitiba: Guaira, 1946 (Estante do Pensamento Social, 2).
- Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã.* Trad. José Severo de Camargo Pereira e Maria Helena Raimo de Oliveira. Prefácio de Leandro Konder. São Paulo: Fulgor, 1962.
- Encadernado com: *Do socialismo utópico ao socialismo científico.* São Paulo: Fulgor, 1962.
- Introdução à obra de Karl Marx.* "As lutas de classes na França". Trad. Olavo Anibal Nascentes. Rio de Janeiro: Horizonte, 1946 (Clássicos do marxismo, 12).
- "Karl Marx". In: *O marxismo.* Curitiba: Guaira, 1945.
- Marx.* Trad. Heitor Ferreira de Lima. São Paulo: Cultura, 1943 (Vidas Luminosas, 8).
- O cristianismo primitivo: estudos dialéticos das origens de uma religião.* Introd./trad. Hylário Correa. Curitiba: Guaira, 1945.
- "Princípios do Comunismo". In: *Karl Marx e Friedrich Engels, Manifesto Comunista.* Rio de Janeiro: Estudos Sociais, 1931.
- Princípios do Comunismo.* 3. ed. São Paulo: Unitas, 1934. 45p.
- Princípios do Comunismo.* Rio de Janeiro: Horizonte, 1946.
- Princípios do Comunismo.* Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.
- Socialismo utópico e socialismo científico.* São Paulo: Unitas, 1932.
- Socialismo utópico e socialismo científico.* Rio de Janeiro: Alba, 1934.
- "Do socialismo utópico ao socialismo científico". In: *Introdução ao estudo do marxismo.* Trad. Abguar Bastos e José Zacarias de Carvalho. Rio de Janeiro: Calvino, 1945. p. 9-67 (Col. Estudos Sociais, 22).
- Do socialismo utópico ao socialismo científico.* Rio de Janeiro: Horizonte, 1945 (Clássicos do marxismo, 4).
- Socialismo utópico e socialismo científico.* São Paulo: Athena, 1945.
- Do socialismo utópico ao socialismo científico.* Trad. Almir Matos. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.
- Do socialismo utópico ao socialismo científico.* Trad. José Severo, C. Pereira e Maria Helena C. de Oliveira. Pref. Leandro Konder. São Paulo: Fulgor, 1962, p. 7-84. Encadernado com *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã.*
- Do socialismo utópico ao socialismo científico.* Trad. Roberto Goldkorn. 2. ed. São Paulo: Global, 1980 (Coleção Basei).
- Do socialismo utópico ao socialismo científico.* Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.
- Socialismo utópico e socialismo científico.* São Paulo: S.D.P. (Coleção Sociológica).

ENGELS, Friedrich et alii

- O marxismo.* São Paulo: Unitas, 1933.
- O materialismo, filosofia do proletariado.* São Paulo: Nosso Livro, 1934.
- "O materialismo, filosofia do proletariado". *Engels, Lafargue, Lenine, Pumarega, Gueux e Bukharin. O materialismo, filosofia do proletariado.* São Paulo: Nosso Livro, 1934 (Compilação de E.I.Alba).
- "Trechos escolhidos sobre literatura e arte". *Marx, Engels, Lenine e Stalin, Trechos escolhidos sobre Literatura e Arte.* Trad. Eneida. Rio de Janeiro: Calvino, 1945.
- "Discurso proferido no enterro de Marx, no cemitério Highgate, a 17 de março de 1883". *Kautsky, Lenine, Plekanov, Rosa Luxemburgo. O Marxismo.* São Paulo: Unitas, s.d.p.
- O papel do trabalho na formação do macaco em homem.* ENGELS, Friedrich, OAKLEY, Kenneth B. Universidade Popular. 1. ed. São Paulo: Global, 1982.
- O socialismo jurídico.* ENGELS, Friedrich, KAUTSKY, Karl. São Paulo: Tupi, 1991 (Anexo: Cartas de Engels a Laura Lafargue).

ENGELS, Friedrich. e MARX, Karl

- A filosofia alemã (1ª cap.) seguido das Teses sobre Feuerbach.* São Paulo: Editora Moraes, 1984.
- A ideologia alemã (primeira parte).* Trad. Waltensir Dutra e Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- A ideologia alemã (Feuerbach).* Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira (3. ed.). São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- Cartas filosóficas e o Manifesto Comunista de 1848.* São Paulo: Moraes, 1987.
- Cartas filosóficas e outros escritos.* São Paulo: Grijalbo, 1977.
- Contribuição para uma história da América Latina.* Trad. Cláudio Alberto Martins. São Paulo: Ed. Populares, 1982 (Coleção América Latina – Série Nossa História, Nossos Problemas, v. 13).
- Manifesto Comunista.* Trad. Otávio Brandão. 1. ed. Porto Alegre, PCB, 1924, 40p. (Traduzido da edição francesa de Laura Lafargue)
- Manifesto Comunista.* São Paulo: Estudos Sociais, 1931.
- Manifesto Comunista.* 2. ed. São Paulo: Unitas, 1934.
- Manifesto do Partido Comunista.* Trad. Eneida. Rio de Janeiro: Calvino, 1945 (Edições Populares, 7).
- Manifesto Comunista.* Rio de Janeiro: Horizonte, 1945 (Clássicos do Marxismo, 1).
- Manifesto Comunista.* Rio de Janeiro: Incahuassi, 1945.
- Manifesto Comunista.* Trad. Sá Carvalho. Rio de Janeiro: Triângulo, 1945. Precedido de ensaio de Lênin.
- Manifesto do Partido Comunista: edição do centenário (1848-1948).* Rio de Janeiro: Vitória, 1948.
- Manifesto Comunista,* s.l.p. Mirante, 1950.
- Manifesto do Partido Comunista.* 3. ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1954. (Biblioteca da Nova Cultura).
- Manifesto do Partido Comunista.* 4. ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1960.
- Manifesto do Partido Comunista.* 5. ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1963.
- O Manifesto Comunista de 1848.* Org. Harold J. Laski. Trad. Regina Lúcia F. de Moraes (1. ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- O Manifesto Comunista de 1848.* Org. Harold J. Laski. Trad. Regina Lúcia F. de Moraes (2. ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- Manifesto do Partido Comunista – Revolução em Quadrinhos.* Trad. Rodolfo Marcenaro. Versão Edson da Silva Coelho. (várias edições). São Paulo: Versus, 1979.
- O Manifesto Comunista.* Trad. Regina F. de Moraes. (3. edição). Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- Manifesto do Partido Comunista.* Rio de Janeiro: Cátedra, 1985.
- Manifesto do Partido Comunista.* Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Global, 1987. (Coleção Universidade Popular).
- Manifesto do Partido Comunista.* Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 1988 (Clássicos do Pensamento Político).
- Manifesto do Partido Comunista.* 7. ed.. São Paulo: Global, 1988 (Coleção Universidade Popular).
- Manifesto do Partido Comunista.* São Paulo: Anita Garibaldi, 1989. (Coleção Teoria, 3).
- Obras escolhidas.* Trad. Almir Matos. 2. ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. 3v.
- Obras escolhidas.* Trad. Almir Matos. Rio de Janeiro: Vitória, 1956. 3v.
- Para conhecer a História.* Trad. W. Duarte. São Paulo: Projeto, 1977.
- Protecionismo e livre comércio.* "Materiais referentes à teoria sindical". São Paulo: Nosso Livro, 1934 (Prefácio de Engels).
- Sindicalismo.* Trad. José Roberto Marinho. São Paulo: CHED, 1980 (1. ed.).
- Sindicalismo.* Trad. José Roberto Marinho. São Paulo: CHED, 1981. (2. ed.).
- Textos sobre educação e ensino.* São Paulo: Moraes, 1983. n

A arte da poesia

Entrevista com

RUY ESPINHEIRA FILHO

O poeta, romancista e professor Ruy Espinheira Filho fala sobre o olhar do artista frente ao mundo e o processo de criação, e diz que os poetas sempre viveram com os pés no chão.

Um dos mais expressivos poetas contemporâneos, Ruy Espinheira Filho nasceu em Salvador, Bahia, em 1942. A infância, no entanto, passou no interior, entre Poções e Jequié. De volta à capital no começo dos anos 60, quando faz o curso clássico no Colégio Central da Bahia, começa a escrever seus primeiros trabalhos. "Só bem mais tarde, em 1974, resolvi publicar meu primeiro livro de poemas", conta Ruy. "Por minha conta, em uma gráfica em Feira de Santana, com um dinheiro que ganhei num concurso literário – poesia e ensaio – na Universidade Federal da Bahia." Era *Heléboro*, edição de quinhentos exemplares, distribuídos entre amigos e escritores. Carlos Drummond de Andrade definiu o livro como "poesia concentrada e de sutil expressão".

A partir daí, Ruy não parou mais. Publicou crônicas e foi cronista do jornal *Tribuna da Bahia* de 1969 a 1981. Em 1979, a editora *Civilização* publica *Julgado do vento*, segundo livro de poemas, e, em 1981, o autor vence o Prêmio Nacional de Poesia Cruz e Souza, do estado de Santa Catarina, ao qual concorreram 2.300 poetas de todo o país, com *As sombras luminosas*. Editou ainda três livros juvenis e, em 1990, reuniu seus poemas num volume da Editora *Brasiliense*: *A canção de Beatriz e outros poemas*. "Situo-me, na poesia, numa vertente muito desconhecida, cujos poetas costumam sentir o mundo, a vida, o tempo, em que tentam expressar os efeitos em si mesmos dessa difícil caminhada", diz. "O que quero dizer é que a poesia é, para nós, algo bem acima da mera inteligência organizada. Assim, não a confundimos com os enganosos frutos de habilidades e cacoetes de grupos e movimentos, por mais que soframos sob as ditaduras que se sucedem – e às vezes duram décadas – na República das Letras."

Atualmente, Ruy Espinheira Filho divide seu tempo entre a preparação de poemas e ensaios e as aulas de literatura que ministra na Universidade Federal da Bahia. No final de julho, conversei com o autor em sua casa próxima a Salvador, no município de Lauro de Freitas. Contando com sugestões de Arnaldo Xavier e Antônio

Cury para esta entrevista, falamos sobretudo de poesia e da vida.

Roniwalter Jatobá

PRINCÍPIOS – O poeta, certamente, não vive numa redoma de cristal. Hoje, estamos assim: globalização da economia e da cultura; formação de blocos econômicos; vírus letais, ebola e aids; terrorismo high tech e a ampliação dos desequilíbrios sociais no mundo inteiro. São aspectos que repercutem no processo de criação. Como você, com sua poesia, se situa nesse contexto histórico?

RUY – O poeta é apenas um ser humano. Assim, os impactos do mundo e da vida o atingem como a qualquer um. Ou melhor: atingem ainda mais, devido à sua particular sensibilidade, que capta tanto o que está acontecendo quanto o que vai acontecer. Aquela história de que os artistas são "as antenas da raça", como dizia Ezra Pound, não é só frase de efeito, é coisa séria. Eles percebem, mesmo, antes dos outros. Vêm adiante. Não é à toa que os poetas são chamados de vates, isto é, capazes de vaticinar, profetizar. Se o mundo tivesse o costume de ouvir a voz dos artistas, suas advertências, muita situação trágica poderia ser evitada. Quantas vezes os artistas denunciaram, por exemplo, o nazismo, antes que ele atingisse a monstruosidade a que chegou? Inúmeras vezes e em toda a parte. Mas o mundo, infelizmente, preferiu dar ouvidos à retórica da trapaça, do interesse mais vil, que terminou na peroração dos canhões, do genocídio, do cogumelo atômico. E o pior é que não aprendemos convenientemente as lições. Os artistas de hoje, como os de ontem, põem sua sensibilidade a serviço de todos, mas poucos nos escutam. Seja como for, eles, os artistas, continuarão fazendo o que sempre fizeram – trabalhando pelo homem, para o homem, tentando iluminar a vida. A idéia de que um poeta é alienado, um vivente do mundo da Lua, é absolutamente idiota. Os poetas – como todos os artistas – sempre viveram com os pés na Terra. Por isso sabem, por isso percebem. E se envolvem

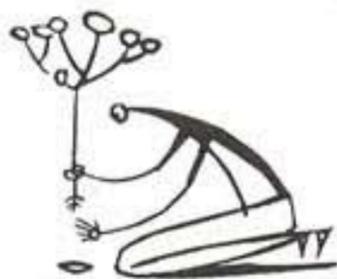
com tudo o que diz respeito à condição humana. Nada que é humano é alheio a eles, como no verso de Terêncio. Quanto à minha literatura, não é exceção, sou um homem entre os homens, e o que escrevo emana dessa condição.

PRINCÍPIOS – *Dá para ficar alheio à situação da maioria da população brasileira com seus problemas sociais crônicos?*

RUY – Não, não dá. Mas isso não significa que o artista tem que ficar toda hora soltando manifestos e gritos de revolta e desespero. Isso ele também pode fazer, e deve fazer, e às vezes tem mesmo que fazer, mas sua obrigação maior é realizar a melhor arte possível. E com toda a liberdade, sem compromisso com siglas, partidos e quejandos. Porque seu único compromisso é com o Homem, com a vida, aos quais serve com a sua arte.

PRINCÍPIOS – *Sua poesia, às vezes, reflete com emoção o drama dos párias, como o dia-a-dia de uma prostituta no poema “A canção de Beatriz”, de A canção de Beatriz e outros poemas. Há, porém, uma crítica, sobretudo jornalística, que torce o nariz para textos sobre a situação marginal de brasileiros, como se vivêssemos no Primeiro Mundo, ou como se quisesse que os escritores tapassem o sol com uma peneira. O que você acha disso?*

**“De tão colonizados,
às vezes,
até pensamos que
somos do
Primeiro Mundo”**



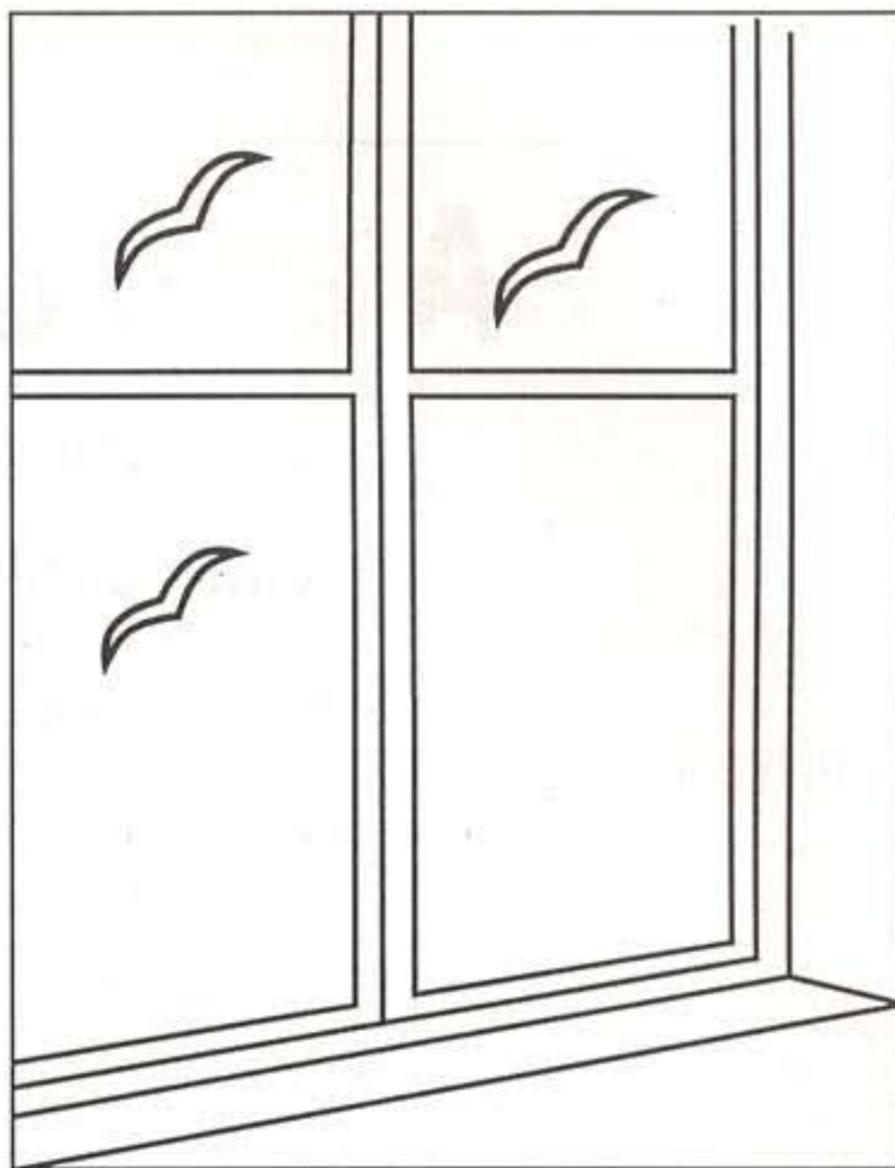
RUY – Nunca estivemos tão colonizados como hoje. Tão colonizados que, às vezes, até pensamos que pertencemos ao Primeiro Mundo. Arranhamos algum inglês, bebemos álcool importado, comemos sanduíches plastificados – e esquecemos o Brasil. Coisa de macaquitos. E macaquitos pedantérrimos, como vemos nessa tal “crítica jornalística” a que você se refere. Mas o artista sabe que só pode produzir arte digna desse nome se estiver atento ao seu meio e ao seu tempo. Quanto ao mais, o chamado Primeiro Mundo não é só Hollywood, museus e maravilhas eletrônicas. Ele é também o Harlem, a Bósnia-Herzegovina, o neonazismo. No entanto, aqui ficamos nós, deslumbrados com o Primeiro Mundo, sem pensar que o deslumbramento é algo que ofusca e, a partir de certo ponto, cega.

PRINCÍPIOS – *A poesia produzida nos anos 70 foi abundante, e muitos poetas deixaram seus registros sobre o cotidiano da época. Em qualidade, salva-se alguém do período?*

RUY – Dos que conheço, não. Foi uma geração que, meio sufocada pela ditadura, fez o possível para gritar sua revolta, mas o grito foi apenas grito, não chegou a se conformar como arte.

PRINCÍPIOS – *Também nos anos 70 a geração de poetas parece que ficou assinalada por uma crise contínua, dividida entre concretismo, práxis, Violão de rua – tendências que se digladiaram na década anterior. Houve avanços?*

RUY – De vez em quando alguém se ergue para dizer que a poesia está em crise. Ora, a crise é a atmosfera da



arte. Mais: é a sua própria essência. Toda criação é, sempre, crítica. O que faltou aos poetas da geração mencionada foi orientação, ou seja, leitura, estudo. Se eles tivessem conhecido a reflexão estética de Mário de Andrade, que foi quem melhor pensou a literatura entre nós, não se teriam deixado aviltar pelas influências a que você se refere. Quanto ao *Violão de rua*, que a Civilização Brasileira publicou entre 1962 e 1963 (três números ao todo), sua proposta era clara: a difusão de uma poética claramente engajada na luta em favor da justiça social, da revolução socialista etc. Eticamente, perfeito. Esteticamente, discutível (com exceções, claro). Quanto a “avanços”, não vi nada. Na verdade, não sei bem o que se chama “avanço” em matéria de arte.



**“Não se faz poesia com
programas de
gabinete, mas com
vida,
muita vida”**

PRINCÍPIOS – *Como você situa a sua poesia em relação a essas tendências?*

RUY – Minha poesia vem da tradição da poesia luso-brasileira. Influências mais marcantes: Camões, Pessoa, Bandeira, Drummond, entre dezenas de outros. Quanto aos movimentos ditos vanguardistas de 45 para cá, considero-os pobres e reacionários. Não se faz poesia com programas de gabinete, palavras de ordem, mas com talento, sensibilidade, estudo e estudo. E com vida, muita vida. As tais vanguardas são cheias de “verdades”, de fórmulas, de im-

posições que, no final, acabam gerando apenas – *mutatis mutandis* – uma espécie de neoparnasianismo, com o criador substituído pelo ourives balaquiano. A forma é o seu conteúdo, como diria o poeta norte-americano Jack Gilbert, para quem a poesia não é apenas uma felicidade formal, pois deve haver, acima da técnica, uma voz cantando significativamente a vida do homem. Assim, minha poesia rejeita essas tais tendências – que, felizmente, já morreram, embora certas pessoas ainda não saibam disso...

“O poema é um universo uno, completo, que começa e acaba em si”



PRINCÍPIOS – *Você é cronista, romancista e poeta. Em que gênero se sente melhor?*

RUY – Na poesia. Ela me acompanha desde a infância.

PRINCÍPIOS – *Dizem que a poesia baiana está sendo feita por autores da música popular, como Gilberto Gil e Caetano Veloso. É isso mesmo, não conhecem o que é feito ou não sabem o que é poesia? Enfim, quem é quem na poesia da Bahia?*

RUY – Na verdade, isso não só é dito da poesia baiana como já foi dito, por um desses concretistas de plantão, da poesia brasileira como um todo. Gil e Caetano são grandes compositores, mas eu não os chamaria de poetas, como não chamaria de compositor o João Cabral de Melo Neto. Ora, direis, certas letras de música são poemas. Não, digo eu, não são. Alguns poemas, sim, podem ser musicados, assim como as melodias recebem letras, mas continuam sendo poemas e as letras continuam sendo letras. O poema é um universo uno, completo, que começa em si e em si acaba. Cumpre-se plenamente e basta-se a si mesmo, gerando sua própria música, seus próprios ritmos e significados. A letra de música não: é parte de algo maior – a composição. Toda a “orquestração” do poema, por assim dizer, está no poema. Na canção popular, é adicionada à letra (ou vice-versa). Agora, algumas letras têm alto valor poético, o que é outra coisa. Um valor às vezes bem maior do que o da maioria dos poemas que rolam por aí. Mas continuam sendo letras – não poemas. Como certos romances densamente poéticos continuam sendo romances. Por fim, não se pode ver no caso nenhuma pendenga de superioridade/inferioridade. Tanto o poema quanto a letra de música são obras de arte, cada qual com suas características. Tanto num quanto noutra podem-se fazer coisas admiráveis – ou porcaria. Chamar um letrista de poeta não é, pois, um elogio – é só bobagem. Assim, se alguém me pergunta dos poetas da Bahia, os nomes que lembro são os de Antônio Brasileiro, Florivaldo Mattos, Myriam Fraga, Affonso Manta, Fred Souza Castro, Jehová de Carvalho, Carlos Anísio Melhor, Roberval Pereyra, Ildásio Tavares, Maria da Conceição Paranhos, Cid Seixas, João Carlos Teixeira Gomes, Adelmo Oliveira – para ficarmos só nesses autores que fazem, realmente, poemas.

PRINCÍPIOS – *E no Brasil?*

RUY – Ah, o Brasil é muito vasto, há muita gente escrevendo e que não conheço, mesmo porque as nossas editoras não estão interessadas em poesia, preferem ficar em cima da imbecilidade consumidora de livros de tarô, magia, auto-ajuda, psicologismos baratos e que tais. Mas citarei três poetas com quem mantenho correspondência constante: Paulo Henriques Britto, Alexei Bueno e Jayro José Xavier, os dois primeiros do Rio e o terceiro de Niterói.

PRINCÍPIOS – *No poema “As meninas”, do livro Julgado do vento, a última frase é assim: “O passado não passa”. As suas raízes poéticas buscam rumo também no futuro?*

RUY – Tudo o que nós temos, de fato, é o passado. É dele que somos feitos. O que somos é o que fomos. Quanto ao futuro, creio que aí é só terreno das possibilidades. Ele não existe, e, quando existir, não será mais futuro, será presente – que logo será passado. Mas, deixando de lado as filosofias, prefiro responder citando Manuel Bandeira: “O futuro diz o povo que a Deus pertence. A Deus? Ora, adeus!”



“Não gosto do poder nem dos poderosos, geralmente figuras pouco higiênicas”

PRINCÍPIOS – *Artistas de vários segmentos políticos antagônicos sempre mantiveram aproximações – formação de grupos “estéticos” (irmãos Campos e Ferreira Gullar, no concretismo) e governamentais (Carlos Drummond de Andrade, no período getulista, e, hoje, Jorge Amado e João Ubaldo Ribeiro, na República Nova e no Estado ACM). Com exceção de mordomias, a proximidade com o poder faz bem?*

RUY – Creio que há aí duas perguntas. Quanto aos grupos, nunca fui chegado. Nunca apreciei trabalho em grupo, muito menos em se tratando de algo tão pessoal quanto a criação estética. O que acaba acontecendo é que tudo dá em conchavo, igrejinha, máfia. O sujeito deixa de fazer arte (se é que a fez em algum tempo) e passa a desenvolver uma espécie de sindicalismo que não tem mais nada a ver com criação, é só politicagem em busca do poder na República das Letras. E a palavra *poder* me leva à segunda pergunta, que respondo dizendo que o poder nunca me fascinou, muito pelo contrário. Não gosto do poder nem dos poderosos, geralmente figuras muito pouco higiênicas. A aproximação com o poder, para quem tem estômago capaz de tanto, pode ser útil, sim, mas o poder não concede as suas benesses gratuitamente. Cobra caro, pesadamente caro. No mínimo, exige silêncio. Geralmente, porém, exige mais: cumplicidade. Assim, como não quero me sentir amordaçado por minhas próprias transigências, e menos ainda suportar viver com patifes, mantenho-me longe do poder e dos poderosos. E mais ainda: crítico-os sempre que posso, que um dos deveres do artista é apontar a nudez do rei.

PRINCÍPIOS – *Poetas e prosadores, principalmente engajados em partidos de esquerda, têm necessidade – e von-*

tade – de criar uma arte atuante e de qualidade, mas, infelizmente, a grande maioria morre na praia. Em nosso ponto de vista, pecam sobretudo pela falta de leitura, pois muitos não leram a boa literatura brasileira, nem mesmo os clássicos do período soviético. Há outros pecados?

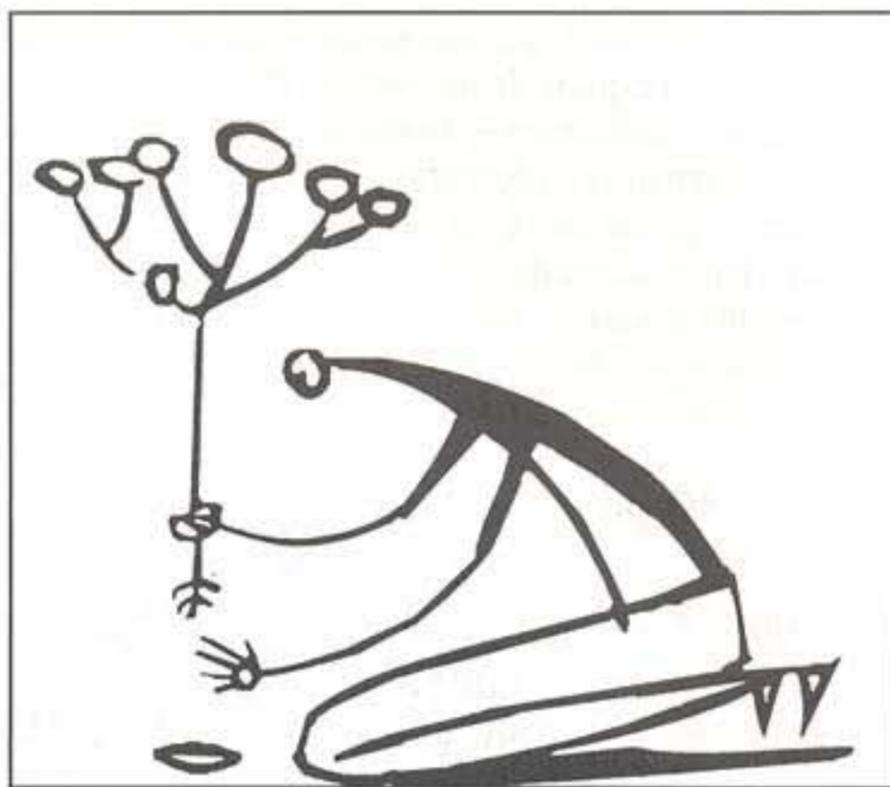
RUY – Literatura nunca é coisa fácil de se fazer – e uma das mais difíceis é a literatura engajada, que acaba se transformando em panfleto, cartilha, xaropada “edificante” que ninguém agüenta. Quando o artista se torna excessivamente intencional acaba fazendo besteira. Digamos que ele seja um bom lírico, mas ache que, por questões de credo político, deve escrever poesia de combate. O resultado é óbvio: fracasso. É algo muito complicado esse negócio de se traçarem programas para a arte. O artista deve se manter livre, pois só assim pode criar plenamente. Veja Drummond: num determinado momento, principalmente em *A rosa do povo*, produziu uma poesia social que é a melhor já escrita entre nós. Mas aquilo nasceu-lhe de dentro, das emoções deflagradas pela história, não de mera atitude metingueira. E há mesmo, em diversos casos, falta de leitura e de vivência adequadas. O que prevalece é a boa intenção, mas não é com boa intenção que se faz boa literatura. E às vezes a boa intenção é tão descontrolada que acaba falsificando situações e forçando a barra na construção de heróis totalmente inverossímeis.

“Só alcançaremos justiça social com o socialismo, jamais no capitalismo”



PRINCÍPIOS – Apesar da fragmentação das referências ideológicas, do neoliberalismo caboclo tipo FHC, o socialismo está vivo. É, a nosso ver, a melhor opção para a humanidade, ao contrário da diretriz egoísta do capitalismo, que, inclusive, vem aumentando a miséria, em benefício de poucos. Como o poeta vê o mundo, hoje?

RUY – O mundo, na verdade, nunca foi grande coisa. O homem, fiel à sua natureza de predador, faz miséria desde a sua origem. Mas é muito pior do que os outros predadores, pois é predador de sua própria espécie. *Homo homini lupus*. E continua o mesmo no mundo de hoje – vejamos as guerras, as tiranias, os fanatismos assassinos. Mas continuamos a lutar para controlar esse animal, essa fera, o que só poderá ser conseguido com educação e justiça social. Justiça social que, a meu ver, só alcançaremos realmente com o socialismo, jamais com esse capitalismo hidrófobo que trucidou os mais fracos. No caso do Brasil, estamos vivendo um momento altamente preocupante. O Estado deve ser um meio, não um fim. Um meio posto a serviço do cidadão, tanto para cobrar-lhe deveres como para garantir-lhe direitos. No Brasil, porém, o Estado só se interessa pelo que pode tirar do cidadão, passou de meio a fim, e nada faz para desfazer o clima de “salve-se quem puder!” E quem pode? Só os poderosos, os ricos, os que sempre formaram a “elite” do país. Que sempre estiveram



a salvo e agora estão mais a salvo do que nunca, com o FHC investindo pesadamente na omissão do Estado – pelo menos quando se trata de direitos do trabalhador, funcionários, sem-terra etc. Ou muito me engano, ou, em breve, o país estará dividido em duas classes: os muito ricos, uns poucos, e os miseráveis, quase todos.

PRINCÍPIOS – O que vem aí de novo na sua produção literária?

RUY – Um livro de poemas, já contratado pela Nova Fronteira, e um romance, aguardando decisão na Civilização Brasileira. Estou também iniciando um longo ensaio sobre Criação, Arte e Crítica na obra de Mário de Andrade.



“Mário de Andrade foi quem melhor pensou a literatura e a arte no Brasil”

PRINCÍPIOS – Por que Mário?

RUY – Porque, como já disse antes, ele foi quem melhor pensou a literatura – e a arte em geral – no Brasil. Não foi somente o papa do Modernismo. Foi mais, muito mais. Fazendo arte – poesia, conto, romance, teatro – e escrevendo sobre quase tudo – literatura, artes plásticas, música, folclore – deixou-nos uma herança tão rica que ainda hoje, 50 anos depois da sua morte, continua a nos oferecer riquezas novas. Só as lições que encontramos em sua correspondência – até o momento, foram publicados, se não me engano, 17 volumes – já lhe valeriam a imortalidade. Uma dessas grandes lições foi dada à pintora Anita Malfatti, e vale para todos nós. Quando Anita se rendia ao conservadorismo, como se rendeu, e se entregava a questões estéticas, ele lhe escreveu lembrando que arte não era aquilo – opção por técnicas, estilos etc. – mas algo bem mais alto e profundo, porque arte, escreveu ele, “é feita com carne, sangue, espírito e tumulto de amor”. Enfim, a riqueza do Mário está aí, só precisamos nos apossar dela – que é o que ele queria. ■

Vermelho sangue dos negros

HAROLDO LIMA

Ele foi derramado em três combates memoráveis de nossa história: o de Palmares, há três séculos; o de Canudos, há 100 anos; e o da guerrilha do Araguaia, há 25 anos

Branco soldado Antônio; Manuel, mulato pardo; negro, negro de carvão, era o soldado Romão. Antônio leu um papel, circulava entre os soldados de mão em mão, escondido. "Soldado, que fazes tu?", o papel lhe perguntava. "Vais teu fuzil apontar contra os grevistas de Santos, teus irmãos trabalhadores?" Eram em Santos três soldados, de baioneta calada. Quando soube o coronel, contado por um tenente, dos resmungos dos soldados, meteu na cinta o revólver, se encaminhou para o quartel. Os soldados resolveram sortear quem entre eles com o coronel falaria. Eram em Santos três soldados, de baioneta calada. Branco soldado Antônio; Manuel mulato pardo; negro, negro de carvão, era o soldado Romão. Nem começaram a falar. Eram em Santos três soldados, os três num muro encostados. Eram em Santos três soldados, vermelho sangue dos três!

Os subterrâneos da liberdade, II, Jorge Amado

"Vermelho sangue de três negros" simboliza três acontecimentos memoráveis da história do Brasil: a guerra de Palmares, que agora completa 300 anos; a de Canudos, que fará 100 anos; e a guerrilha do Araguaia, que se avizinha dos 25. Os três negros foram Zumbi, Pajeú e Osvaldão.

Palmares, Canudos e Araguaia foram expressões de conflitos sociais e políticos de suas épocas, e tiveram entre si, como idéia comum, a perene busca da liberdade. Zumbi, Pajeú e Osvaldão surgiram nessas lutas, nelas se engrandeceram, e por elas e com elas foram trucidados. Restaram-lhes passaportes garantidos para a história imortaldade dos heróis.

O herói é expressão personalizada e sublimada de um evento de significado histórico. O seu feito decorre do feito de sua gente, levado a píncaros de grandiosidade, a partir de seu exemplo. Seu talento vem da sua capacidade de traduzir em ação concreta e audaz a aspiração de seu grupo e de seu momento. Seu desempenho decorre de sua integração com as massas e sua época.

Isolado do seu povo e dos ideais de seu tempo, uma personalidade marcante pode até afirmar-se em algum campo de atividade. Dificilmente tornar-se-á figura emblemática de um movimento. A vivência profunda com a comunidade a que pertence é que lhe dá a sintonia fina com sua gente, permitindo-lhe traduzir, na palavra, na ação e na emoção, seus sentimentos e anseios.

Todo projeto histórico que mobiliza massas humanas o faz hasteando bandeiras grandiosas. A bandeira da liberdade é das mais fulgurantes e das que mais incendeiam corações.

A luta pela liberdade apresenta, como tudo no mundo, grande diversidade de formas, aparecendo sempre com as particularidades do espaço e do tempo onde floresce. E assim permeia toda a história humana: límpida e direta, na peleja contra a escravidão e a opressão; difusa, mas presente, quando outros objetivos predominam. Frequentemente leva multidões a gestos impetuosos e sacrifícios inauditos, onde a ténpera do combatente se eleva a níveis inacreditáveis. É aí que surgem os heróis – filhos de grandes lutas – indivíduos que, vivendo com elas, vivem para elas, sendo suas representações máximas e legendárias.

Os heróis populares são quase sempre desconsiderados pela historiografia oficial, pela sua origem plebéia ou pelas causas não convencionais que abraçaram. Mas não são esquecidos pelo povo, que lhes perpetua a memória em resistência ideológica admirável. Suas façanhas são transmitidas às gerações seguintes, enaltecidas, romanceadas, cantadas em prosa, verso e música. Seus nomes são dados a crianças, lugares, entidades e cidades onde viveram.

Semelhanças nas diferenças

Zumbi, Pajeú e Osvaldão viveram a luta pela liberdade em sua concretude histórica, e, por isso, tiveram experiências práticas muito diferentes, mas que guardam significativas semelhanças.

A despeito das motivações iniciais, os três e seus liderados foram inexoravelmente levados, pelo sonho libertário que viveram, a enfrentar o poder central do momento.

Zumbi e seu povo, em Palmares, no século XVII, no Brasil colônia, rebelados contra a escravidão e pretendendo estruturar uma organização própria, em liberdade, desencadearam a fúria de um regime escravocrata – o Reino de Portugal – que lhes fez guerra.

Pajeú e sua gente, em Canudos, no século XIX, nos albores da República, reagindo à opressão e aos desmandos que lhes negavam a vida comunitária que queriam, provocaram a ira do poder recém-implantado, que lhes respondeu com guerra.

Osvaldão e seus homens, no Araguaia, no terço final do século XX, com o país já medianamente desenvolvido, mas em tempo de arbítrio, opondo-se à tirania que se alastrava, suscitaram a represália do poder central, sob a forma de guerra.

Palmares, Canudos e Araguaia foram movimentos pela liberdade social e política.

Palmares foi o primeiro grandioso projeto de vida organizada e livre construído no Brasil por ex-escravos rompidos com o cativo. A luta ali era diretamente libertária. O quilombo foi a forma de estruturar, em território livre, a atividade econômica e a resistência.

O traço comum entre Palmares, Canudos e Araguaia: busca da liberdade



Canudos foi a promessa de redenção da vida áspera dos sertões através da união com um Conselheiro. Multidões atendiam ao chamado profético por causa das condições dramáticas da exclusão social, da opressão do latifúndio e do atraso gritante do sertão desassistido. A resistência aos ataques desenfreados do governo teve a marca de uma luta contra a opressão e pela libertação social, sob a forma, sobretudo no início, de uma jornada messiânica.

O Araguaia foi o gesto inesperado, de insubmissão decidida, perpetrado por brasileiros rebelados, conscientes da alta missão que tinham de barrar (ou começar a fazê-lo) a marcha do autoritarismo no país, que parecia inexorável. O poder central, ditatorial, era posto em questão, na forma de um movimento local em defesa dos direitos do povo, porém com perspectiva mais ampla.

Esse traço comum – a busca da liberdade – deu aos combatentes das três lutas aquela abnegação desvolta, doação profunda e espírito de sacrifício, que só aparecem, e aparecem incondicionalmente, nas jornadas grandiosas.



As figuras estóicas de Zumbi, Pajeú e Osvaldão foram plasmadas na luta. Originariamente, nenhum dos três era o vulto central dos movimentos que os notabilizaram.

Em Palmares, a personagem principal no início era o rei Ganga-Zumba. Seu sobrinho, Zumbi, foi escolhido chefe, após a morte do rei, não por ser seu parente, pois o rei tinha filhos, mas por ter conquistado, ao cabo de longas lutas, a liderança incontestada.

Em Canudos, o líder dos primeiros tempos era um beato, Antônio Conselheiro, liderança carismática de grande apelo, que atraía multidões com suas pregações e rebeldia. No curso da guerra foi que apareceu o chefe monumental das operações que a própria guerra forjou – Pajeú.

No Araguaia, Osvaldão tampouco era inicialmente a figura-chave, num contexto em que se encontravam veteranos dirigentes comunistas como Maurício Grabois e Ângelo Arroio, e onde, na fase preparatória, até o próprio João Amazonas esteve. O nome de Osvaldão ocupa a posição de destaque no curso das operações guerreiras, tal qual os outros.

Zumbi, Pajeú e Osvaldão se distinguiram, assim, por qualidades militares descobertas, testadas e desenvolvidas a partir do nada, nas batalhas. Dos três, só Osvaldão tinha curso militar básico, de oficial da reserva do Exército Brasileiro, que lhe tinha dado idéias iniciais de comando.

A qualidade de comando a que os três chegaram, o sentido militar tático e estratégico que desenvolveram, eles demonstraram elevando a um potencial extremamente superior as forças inicialmente precárias que comandavam. Os contingentes legalistas que os enfrentaram, numericamente poderosos e infinitamente mais bem armados, foram por eles contidos, até certo ponto desbaratados, desnorteados. No balanço do potencial de fogo e preparo militar dos combatentes, nas três situações, tudo se passou como se fosse a luta de um Davi contra Golias. E o Golias afinal venceu, mas após muitas perdas, muita demonstra-

ção de fraqueza interior, muito apelo a ignomínias e muito tempo.

No quilombo de trezentos anos

Em Palmares, depois de sessenta e dois anos de resistência heróica e vitoriosa, o governo de Pernambuco contratou, para fazer frente ao famoso quilombo, nada menos que um dos mais sanguinários bandidos da época – Domingos Jorge Velho.

Jorge Velho era um paulista que se notabilizara como assassino frio de levas indígenas, um genocida profissional. É claro que não matava “de graça”, mas contratado por autoridade “competente”. Seu serviço tinha nome de respeito, “sertanismo de contrato”. Os grupos que comandava tinham brancos e muitos índios.

Palmares foi o primeiro reino-república de negros fora da África



Estava Jorge Velho, em 1685, ocupado na missão que lhe deram de dizimar os índios tabajaras, oroazes e cumiharões, no interior do Piauí, quando recebeu o chamado do governador de Pernambuco, Souto Maior, que o encaminhava para outra missão – a de exterminar os palmarinos. Depois de delongas, demora para acertar os termos altamente vantajosos da guerra que iria fazer e tempo para cumprir interpostas missões, como esmagar os índios janduis, Domingos Jorge Velho finalmente chega a Palmares, em dezembro de 1692, ostentando o título de mestre-de-campo.

Na primeira e impetuosa investida feita sobre os mocambos de Palmares, Jorge Velho pagou caro a subestimação dos adversários, os quilombolas, então comandados por seu líder insigne – Zumbi. O mestre-de-campo amargou derrota completa. Com suas forças desbaratadas, recolheu-se a Porto Calvo, a espera de reforços.

Quase um ano após, em novembro de 1693, já reforçado, o sertanista contratado desencadeia nova investida contra Palmares, e de novo é barrado por Zumbi, seus homens e sua tática da “cerca tríplice”. Recua, acampa, e, em janeiro de 1694, recebe grandioso apoio, em homens e munições, e até peças de artilharia. O bandoleiro tinha agora sob seu comando três mil homens e canhões.

De novo atirou-se sobre Palmares, que resistiu bravamente. Os homens do bandoleiro-pago-para-matar sitiavam o mocambo mais importante, conhecido por Macaco, diretamente defendido por Zumbi. A resistência foi encarniçada. Desigual. Demorou vinte e dois dias. Foram faltando munições aos palmarinos, até que Zumbi tenta uma retirada estratégica. Na madrugada do dia 6 de fevereiro, sorrateiros, centenas de negros procuram romper o cerco inimigo. Infelicidade: foram descobertos. No ato são dizimados cerca de 400; assassinados em seguida em outros mocambos outros tantos; desbaratados, feridos e perdidos, centenas. Palmares

caiu assim, depois de 65 anos de existência, resistência, luta, vida e glória. Foi o primeiro reino-república de negros fora da África. Tinha uma população de 20 mil pessoas.

Mas, se no dia 6 de fevereiro de 1695 Palmares foi tomada, não o foi com o seu grande líder Zumbi. Este evadiu-se. Pelos meses seguintes, à frente de poucos sobreviventes, continuou a luta, realizando operações de guerrilha, fustigando seus algozes. A partir de informação prestada por um seu auxiliar, barbaramente torturado por Domingos Jorge Velho, foi encontrado. Resistiu indomável com vinte homens, até serem todos mortos. Era o dia 20 de novembro de 1695, há trezentos anos. É por isso que os movimentos negros do Brasil querem ver transformada essa data em Dia Nacional da Consciência Negra. Nada mais justo.

E o sertão viraria mar

Em Canudos, logo no início da República, levas e levas de sertanejos, fugidos da seca, expulsos pelo latifúndio, sem eira nem beira, aglutinavam-se em torno de uma figura carismática de pregador, profeta e organizador social, Antonio Conselheiro. Na força de seu simbolismo, o sertão viraria mar... Negros, egressos da escravatura, “pessoal 13 de maio”, como eram chamados, também para lá se dirigiam em busca de trabalho e do respeito negado nas cidades ao ex-escravo.

Não havia por que fazer-lhes guerra. Não era um ajuntamento de bandoleiros ou de foragidos. Era um grupo numeroso de brasileiros pobres, camponeses atribulados com a dura luta pela vida, sem qualquer apoio, sofrendo as conseqüências de fenômenos econômicos, políticos e climáticos que transcendiam a sua compreensão, com suas crenças ecléticas e primitivas, com sua moral própria que coibia saques em fazendas, com seus líderes toscos, embora pujantes, e com suas opiniões sobre sistemas de governo – monarquia ou república – inteiramente desprovidas de conteúdo ou conseqüência.



Canudos era a maior aglomeração humana do interior da Bahia, na época

O esforço extraordinário que desenvolviam estava dando certo, apesar de não contarem com nada, a não ser com unidade em torno de liderança forte e com capacidade de organização. Canudos crescia.

Entretanto, o sistema do latifúndio se sentiu questionado, a Igreja se sentiu desafiada e o Estado se sentiu ameaçado. E uma guerra foi feita contra esse reduto, com mobilização nacional de tropas, participação direta do Exército, as mais modernas armas existentes, sob o comando de generais.

Canudos, a maior aglomeração humana do interior da Bahia na época – 30 mil habitantes – sofreu o assédio de quatro campanhas, uma de tropas estaduais, três de tropas federais, estas totalizando mais de 12 mil homens.

O estado de espírito com que enfrentaram Conselheiro e sua gente era o da destruição completa, como patenteia o desejo expresso pelo Presidente Prudente de Moraes ao se despedir no Rio de Janeiro de uma força expedicionária que ia aos sertões da Bahia: "...que não fique pedra sobre pedra".

Pajeú foi a figura admirável que despontou dessas campanhas entre o poder e os pobres. Era um homem acima dos prognósticos: audácia acima da coragem, liderança incontestada e golpe de vista tático instantâneo. Quando a quarta campanha se aproximava de Canudos, em cerco mortal, Pajeú sentiu a necessidade de atrair as forças do governo para uma armadilha. Euclides da Cunha conta o episódio: "O inimigo (os homens de Canudos) aparece outra vez. Mas célere, fugitivo... Dirigia-o Pajeú. O guerrilheiro famoso visava à primeira vista um reconhecimento. Mas, de fato... tinha objetivo mais inteligente: provoca um delírio de descargas e um marche-marche doido... Desapareceu. Surgiu logo depois, adiante... Passou, num relance, acompanhado de poucos atiradores, por diante, na estrada. Não foi possível distingui-los bem. Trocadas algumas balas desapareceram... Duas horas depois, ao transpor o general o teso de uma colina, o ataque recrudescer de súbito... O tiroteio frouxo... transmutou-se numa fuzilaria furiosa... Não se via o inimigo... metido dentro das trincheiras-abrigos... e encoberto nas primeiras sombras da noite que descia. A situação era desesperadora. Triunfara o ardil. Os expedicionários... haviam imprudentemente enveredado... pela paragem desconhecida, acompanhando, sem o saberem, um guia ardiloso e terrível, com que não contavam - Pajeú".

Guerrilha do Araguaia: o gesto mais firme contra o regime ditatorial implantado no País



Quando a última expedição fechava o cerco sobre Canudos, Pajeú, que sempre emboscara o adversário bem antes de Canudos, agora estava ali, vendo seu reduto ser emboscado. De repente, localizou o ponto mais fraco do seu inimigo e lançou sobre ele ataque fulminante. A surpresa e impetuosidade foram tais que o cerco ficou em perigo e, em decorrência, a própria quarta expedição. Os três generais presentes no teatro de operações tiveram de fazer grande concentração de forças para repelir o golpe de Pajeú. Conseguiram. Em 24 de julho de 1897, morreu Pajeú, como morrem os heróis: em meio a uma empreitada intrépida. Foram necessários três generais para abatê-lo...

Sob a proteção do verde

O Araguaia - a guerrilha do Araguaia - foi o gesto mais resolutivo que se levantou no Brasil contra o regime ditatorial implantado no país na década de sessenta. Simboliza a disposição do povo brasileiro de reagir, a preço do que for necessário, a tentativas tirânicas. Para detê-lo, foi feita a maior mobilização de tropas no Brasil desde a II Guerra Mundial.

Orientados pelo PC do Brasil, à medida em que ficavam inviáveis a atividade política e a resistência nas grandes cidades, homens e mulheres, jovens e pessoas de meia idade começaram a se deslocar para o Araguaia (os primeiros, a partir de 1966). Cuidavam de roça, tocavam pequenos comércios, prestavam serviços à população. E, como não tinham ilusões, preparavam-se para a defesa.

De fato, tropas regulares atacaram a região, no dia 12 de abril de 1972. A pretensão era liquidar rapidamente aqueles "subversivos", que, entretanto, responderam com a guerrilha na selva. Ao cabo de quatro meses, o grosso das tropas se retirou. Seu objetivo não fora atingido. A guerrilha do Araguaia estava de pé.

Naqueles ermos bravios da região do Araguaia, nunca se vira contar a história de homens que enfrentaram e ganharam do Exército, apetrechados de tudo, com dois generais, o Viana Moog e o Antonio Bandeira. Por isso, os "homens da mata" retornaram como heróis.

Houve uma segunda e curta campanha, de dois meses, em que os resultados não foram diferentes. Com baixas, a guerrilha sobreviveu.

No período que se seguiu, de aproximadamente um ano, com o grosso das tropas fora do Araguaia, os "homens da mata" ressurgiram de novo da vastidão verde que os protegia. E desenvolveram intenso trabalho político junto à população.

Para derrotar a guerrilha do Araguaia, as forças armadas governamentais tiveram de fazer uma terceira e aparatosa campanha, de outubro de 1973 a janeiro de 1975, com a participação de inúmeras unidades militares, das três armas e das polícias, e com serviços de engenharia construindo estradas, e tropas de elite, sob o comando do general Hugo de Abreu.

O Araguaia revelou sua figura emblemática, Osvaldo Orlando da Costa. Seu porte atlético de ex-campeão carioca de boxe pelo Botafogo, e seus quase dois metros de altura, justificavam seu apelido, Osvaldão. Mineiro de Passa-Quatro, também era Mineirão.



Soldado atingido por Osvaldão tinha bala cravada na testa ou no coração

Em Osvaldão, funde-se o relato de seus feitos com a imaginação com que o viam. Sua coragem, força, pontaria e bondade, que eram grandes, na boca do povo se tornaram lendas. Espíritos "baixavam" em sessões do "terecô", o candomblé local, para dizer que Osvaldão era imortal. Alguns testemunhavam ter visto o Saci - da mitologia regional - pessoalmente ajudando Osvaldão a levantar cargas enormes. Soldado atingido por Osvaldão tinha bala cravada no meio da testa, ou bem em cima do coração. Ao comprar de uma mulher aflita por falta de dinheiro o único bem que ela tinha e que estava vendendo, um cachorro, deu-lhe o dinheiro e fez-lhe um pedido - guardar o cachorro até que ele pudesse vir apanhá-lo.



A criatividade popular emoldura um personagem com as cores vibrantes das qualidades exageradas, quando quer homenageá-lo. Os poetas também assim procedem, como nesses registros sobre Osvaldão: "Percorria a floresta com a habilidade de um Oxóssi caçador, dirigido pelos ventos, protegido pelas águas doces do rio-mar". "Desapareceu a 25 de dezembro de 1973. Mas, não morre em dia de Natal quem é do povo e nele vive. Renasce nos sonhos das crianças – iluminando-as, ou nas assombrações dos reacionários – acusando-os." "Zumbi redivivo na dimensão moderna de um guerreiro de raça negra, a mais proletária de todas as raças e por isso vanguarda e sentinela de todas as conquistas libertárias"¹.

A virulência secular

A tradição das classes dominantes no Brasil é de virulência no enfrentamento das lutas por reivindicações sociais. A crueldade é uma constante. Na análise comparativa de Palmares, Canudos e Araguaia, a despeito da enorme distância que separa essas lutas no tempo, salta aos olhos a utilização dos mesmos métodos torpes empregados pelos legalistas, o que faz desses fatos históricos episódios de guerra suja.

Permeando os grandes momentos dessas guerras de libertação, têm relevo e despertam repugnância as bestialidades consumadas pelas forças legalistas.

Domingos Jorge Velho, o comandante das forças da "ordem" vitoriosas em Palmares, certa feita cortou a cabeça de duzentos índios, simplesmente por não quererem ir à guerra de Palmares. Enquanto esperava reforços do poder central, vestiu diversos negros capturados com roupas infectadas por doenças contagiosas e os remeteu a Palmares. Zumbi, depois de morto, foi degolado. Sua cabeça foi espetada em um poste e ficou exposta por muito tempo na principal praça de Recife, para intimidar quem pretendesse se inspirar no exemplo de luta do grande rei negro. Vã pretensão. Trezentos anos depois, Zumbi vai se transformando em um dos maiores heróis da luta pela liberdade no Brasil, fonte de inspiração de levas de brasileiros.

A crueldade contra os sertanejos perpassou toda a guerra de Canudos. Instituiu-se a *gravata vermelha*, degola repugnante de todos aqueles em que se conseguiam pôr as mãos. O episódio do Beatinho é doloroso. Na última campanha, antevendo a derrota, Beatinho saiu sozinho e pro-

pôs um entendimento com o general Artur Oscar. Tinha um grupo que propunha se entregar em troca da vida. O general deu-lhe a palavra: "A vida será garantida". César Zama, político e intelectual baiano, contemporâneo dos fatos, conta o resto: "Beatinho voltou ao arraial; reuniu um grupo superior a mil indivíduos, composto de mulheres, crianças, velhos, feridos, enfermos e, horas depois, com toda essa gente, que até às pedras inspirava compaixão, foi ter ao quartel general. Estavam todos profundamente convencidos de que o compromisso de honra de um general brasileiro seria satisfeito. O que se passou depois não se qualifica... Beatinho e todos os infelizes que o acompanharam, sem exceção de um só, foram friamente degolados. Atrocidades tais não se descrevem, nem se comentam"².



Cada campanha militar começava com regime de muito terror

No Araguaia, cada campanha militar começava com a implantação de um regime de terror contra a população camponesa indefesa. Nas áreas de atuação da guerrilha, quase todos os homens válidos foram presos no início da terceira campanha. O espancamento de populares era usual. Os presos eram toturados. Muito choque elétrico. Alguns tomaram tantas pancadas que enlouqueceram³. Houve um pequeno comerciante que, depois de espancado brutalmente, foi amarrado em um pau e exposto nas ruas de S. João do Araguaia⁴. Buracos foram abertos, dois metros de profundidade, cobertos de arame farpado, onde os presos, com pés e mãos algemados, ficavam depositados. Padres e freiras sofreram também toda sorte de torturas. Relatório da CNBB considera impublicáveis as torturas sofridas pela irmã Maria das Graças, no lugar chamado Palestina⁵. E a prática da degola, do corte das cabeças, voltou a ser usada amplamente, como demonstram fotos apresentadas de terríveis interrogatórios realizados à época, em Brasília⁶.

HAROLDO LIMA, PCdoB/Ba, é membro do Comitê Central e da Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil. Exerce seu quarto mandato como deputado federal. Foi líder de sua bancada por sete anos e é, atualmente, vice-líder do PCdoB na Câmara dos Deputados.

Notas

(1) LIMA, Solange. "Herói negro do Araguaia, Zumbi redivivo", lido da tribuna da Câmara dos Deputados em 13/4/88.

(2) ZAMA, Cesar. *Libelo Republicano acompanhado de Comentários Sobre a Guerra de Canudos*, publicação da UFBA, número 139, p. 38.

(3) *Revista Guerrilha do Araguaia*, 2 ed., p. 25, Anita Garibaldi.

(4) PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*, Global, p. 48.

(5) Id, p. 55.

(6) Id, p. 62.

Abram alas para a “metade do céu”

OLÍVIA RANGEL

Nada será como antes depois de Beijing. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher reuniu 35 mil mulheres de 185 países, numa diversidade de cores, raças, línguas, profissões e costumes

“Metade do céu” é uma expressão surgida na China revolucionária para referir-se às mulheres.

Mesmo numa avaliação inicial da IV Conferência e do Fórum Paralelo, salta à vista a magnitude e a importância desse grande acontecimento político. Mais de três mil ONGs realizaram cinco mil seminários, conferências e *workshops*, além das 21 plenárias, que abordaram temas mais gerais, como as consequências do processo de globalização para as mulheres, militarização, violência e pobreza e estratégias para a cidadania e participação política, estratégias pós-Beijing etc. Foram levantadas também cinco tendas regionais (América Latina e Caribe, África, Ásia, América do Norte e Europa e Árabe) e sete para grupos específicos – negras, lésbicas, jovens, portadoras de deficiências, indígenas – com programação própria. Os temas abordados satisfaziam todos os interesses e gostos, desde violência doméstica, gênero, prostituição infantil, passando por aborto, saúde e direitos reprodutivos, até situação das lésbicas, negras, islâmicas etc. Uma vasta gama de cores, credos, raças, línguas e dialetos, opiniões políticas, orientações sexuais, costumes e vestimentas evidenciava a pluralidade e a riqueza do movimento de mulheres em todo o mundo.

Em meio a essa enorme diversidade, entretanto, alguns eixos em comum podiam ser discernidos. Pode-se afirmar que o movimento de mulheres se pronuncia contra a chamada Nova Ordem imposta pelas grandes potências. É verdade que as críticas ainda são fundamentalmente contra as consequências do reajuste estrutural na vida das mulheres, e não se formulou ainda uma crítica mais geral e profunda ao projeto. Mas a luta pela emancipação feminina está, sem dúvida, num processo de politização crescente, e na contramão do projeto neoliberal.

A imprensa não divulgou, mas em Hairou, onde se realizava o Fórum Paralelo, muitas foram as manifestações de rebeldia das mulheres contra a dívida externa, os ajustes econômicos, o bloqueio a Cuba. No último dia do Fórum,

cerca de 60 mulheres de 9 países da América Latina e Caribe criaram uma Rede Feminista Socialista (veja quadro). Também houve protestos na Conferência Oficial, em ato por justiça econômica e social.

As organizações não-governamentais emitiram um documento final cujo eixo central é a crítica ao modelo econômico mundial, que, segundo as ONGs, “gera grande riqueza material para alguns, deixando muitos outros na pobreza”. O documento afirma ainda que o capitalismo leva à degradação do meio ambiente e ao esgotamento de recursos naturais. Mesmo a Plataforma de Ação, embora reflita em cores mais pálidas o posicionamento e as reivindicações das massas femininas, faz um diagnóstico da atual situação mundial, do processo de feminização da pobreza, e garante os avanços de conferências anteriores, como a do Cairo.

Longo processo de luta

Beijing foi fruto de uma longa seqüência de acontecimentos em que a ONU foi obrigada a refletir o processo social objetivo de entrada das mulheres no mercado de trabalho, de seu crescente papel no desenvolvimento econômico e social e do fortalecimento da luta feminina por igualdade nas relações entre os sexos.

Esse longo e doloroso processo tem seus primórdios em denúncias isoladas da opressão feminina, como os escritos de Safo (624 AC); começa a dar sinais de vida na Revolução Francesa; e ganha corpo em meados do século XIX; passa pela corajosa luta das sufragistas e desemboca nas grandes manifestações feministas da década de 60.

O primeiro reconhecimento internacional dos direitos femininos ocorreu oficialmente com a Carta das Nações Unidas de 1945, que estabelece o princípio da igualdade entre homens e mulheres; passa por convenções sobre a igualdade de salários (1951), sobre direitos políticos, inclusive o de



Manifestação das delegadas brasileiras na China

voto (1952), a ampliação da concepção de igualdade dos direitos econômicos e sociais (1967). Avança nas três conferências internacionais sobre a mulher, reconhecendo os direitos de mulher como direitos humanos e destacando o papel das mulheres no desenvolvimento (veja quadro).

Diagnóstico da situação da mulher

Desde a conferência de Nairóbi, a situação da mulher progrediu em muitos aspectos, graças à ação continuada e consistente dos grupos, entidades e organizações não-governamentais de mulheres em cada país, que se refletiu na mobilização realizada pela comunidade internacional. No entanto, os avanços obtidos não foram suficientes para atingir a igualdade de gênero.

O mundo de hoje se caracteriza pelo aumento da pobreza, do desemprego e da exclusão social. E esse processo de crise, aprofundado pelo projeto neoliberal, tem cara feminina, abatendo-se com maior força sobre as mulheres. Dados da própria ONU revelam que o trabalho não remunerado e sub-remunerado efetuado pelas mulheres atinge uma cifra da ordem de 11 bilhões de dólares. A subavaliação do trabalho feminino reduz seu poder de compra, impede direito de propriedade e acesso ao crédito, reduz sua condição social. As mulheres são responsáveis por 2/3 das horas trabalhadas no mundo, recebem 10% do salário e detêm apenas 1% da propriedade. E, no entanto, elas ocupam em média apenas 10% dos lugares no parlamento e 6% das posições nos ministérios dos governos nacionais. Somente em seis países – Dinamarca, Finlândia, Países Baixos, Noruega, Seycheles e Suécia – as mulheres ocupam mais de 30% no parlamento e nos ministérios. Num país do Primeiro Mundo como a Inglaterra, 4,6 milhões de mulheres têm renda inferior a 40 dólares semanais, contra 400 mil homens na mesma situação. No próspero Japão, as mulheres ganham, em média, 60% dos salários masculinos, e continuam presas à tradição de que devem ser primosas donas de casa.

No Brasil, o desemprego crescente, a vertiginosa queda do valor real dos salários e a degradação das condições sociais empurram milhões de mulheres para o mercado informal, sem direitos trabalhistas, para a sofrida convi-

vência com a fome, a mortalidade infantil, a prostituição de crianças, a violência.

Segundo relatório da Human Rights Watch, o Brasil é o país que mais se destacou no mundo, nos últimos cinco anos, na prática da violência doméstica contra a mulher. A maternidade e o trabalho doméstico permanecem como encargos que se somam à busca do sustento e da sobrevivência. A falência da políticas públicas, o sucateamento das poucas delegacias de mulheres, o fechamento de creches já conseguidas agravam ainda mais esse quadro.

Sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, as brasileiras estão perdendo conquistas da luta democrática. Em que pesem algumas exceções, os conselhos da condição feminina perderam seu espaço de atuação política e autônoma e transformaram-se em meros apêndices institucionais dos governos estaduais. A reforma da Constituição e da previdência só fazem agravar esse quadro, acenando com a retirada de direitos como licença-maternidade, aposentadoria cinco anos antes dos homens etc.

Na contramão da “nova ordem”

A IV Conferência se realiza num momento histórico adverso. As duas primeiras (1975 e 1980) ocorreram numa conjuntura mundial de ascensão da democracia e de avanço na integração dos direitos das mulheres como parte da democracia. A terceira (1985) se realizou num período de ocaso de ditaduras, de crescimento de conquistas sociais e de direitos políticos. A Conferência de Beijing ocorreu numa situação de hegemonia mundial das idéias neoliberais, de exclusão social, de aprofundamento da desigualdade social e de gênero. Dois grupos de pressão se destacavam: o primeiro, comandado pelos EUA e União Européia, tentava dificultar a análise das políticas macroeconômicas dos ajustes estruturais e suas conseqüências sobre os países em desenvolvimento; o segundo, capitaneado pelos fundamentalistas muçulmanos e pelo Vaticano, procurava impedir que mulheres e meninas aumentassem suas conquistas, principalmente no campo de direitos humanos, reprodutivos e sexuais.

As mulheres foram a Beijing lutando contra a perda de conquistas sociais e direitos legais, para que não houvesse retrocesso em relação às conferências anteriores. E esse objetivo foi alcançado, depois de avanços e recuos na batalha contra todas as forças que pretendiam frear a luta das mulheres, seja do ponto de vista das pressões econômicas, seja das idéias conservadoras. Ainda que a Plataforma de Ação tenha de rosa-pálido o que as mulheres pintaram de vermelho vivo, temos agora instrumentos para um salto na mobilização do movimento.

A Plataforma de Ação, aprovada após acirrada batalha entre forças conservadoras e progressistas, pode representar um passo adiante na emancipação feminina, se os governos se dispuserem a efetivá-la. O movimento de mulheres desponta com uma grande força, apontando soluções inovadoras para os problemas da humanidade, na contramão do pensamento conservador e do projeto neoliberal.

As mulheres e as Nações Unidas

A Conferência de Beijing foi fruto de um longo processo de luta das mulheres e de medidas adotadas pela comunidade internacional. A seguir, as principais medidas da ONU quanto à questão da mulher:

- 1945 - Adoção da Carta das Nações Unidas – 1º instrumento internacional estabelecendo o princípio da igualdade entre os sexos
- 1946 - Criada a Comissão da Condição Feminina com o objetivo de promover os direitos políticos, econômicos e sociais das mulheres
- 1949 - Assembléia Geral adota a Convenção pela Abolição do Tráfico de Seres Humanos e da Exploração da Prostituição
- 1951 - Organização Internacional do Trabalho (OIT) adota a Convenção sobre a Igualdade de Remuneração entre a Mão-de-obra Feminina e Masculina por Trabalho de Igual Valor
- 1952 - Assembléia Geral adota a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1º instrumento jurídico internacional afirmando a igualdade de direitos políticos, inclusive o direito de votar)
- 1957 - Adotada a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, atribuindo à mulher o direito de manter ou trocar sua nacionalidade, independente do marido
- 1960 - Adotada a convenção da OIT sobre a discriminação no emprego e na profissão
- 1962 - Assembléia Geral adota a Convenção sobre o Consentimento ao Casamento, Idade Mínima para o Casamento e Registro do Casamento
- 1967 - Adotada a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação sobre a Mulher – amplia o conceito de igualdade de direitos econômicos e sociais
- 1972 - Assembléia Geral designa 1975 como Ano Internacional da Mulher, com o objetivo de chamar a atenção sobre os problemas das mulheres
- 1974 - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas recomenda a realização de uma Conferência Mundial sobre a Mulher em 1975, junto com o Ano Internacional da Mulher
- 1974 - 1ª Conferência Mundial sobre a Mulher (realizada no México) adota o 1º Plano de Ação Mundial e lança a primeira década da mulher com o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”
- 1976 - Assembléia Geral cria o Fundo de Contribuições Voluntárias para a Década da Mulher (embrião da UNIFEM) e o Instituto Internacional de Pesquisa e Formação para a Promoção da Mulher
- 1979 - Assembléia Geral adota a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação sobre a Mulher
- 1980 - 2ª Conferência Mundial sobre a Mulher (Copenhague) examina os avanços obtidos na metade da década
- 1985 - 3ª Conferência Mundial sobre a Mulher (Nairóbi) adota as Estratégias de Ação para a Promoção da Mulher até o ano 2000
- 1985 - Fundo de Contribuições Voluntárias é ampliado transformando-se em Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), organização autônoma associada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- 1986 - Publicação do primeiro estudo mundial sobre o Papel das Mulheres no Desenvolvimento
- 1990 - Comissão da Condição Feminina analisa a aplicação das Estratégias de Ação e recomenda a organização da IV Conferência
- 1991 - Publicação da obra: “As mulheres no mundo – atualidades e estatísticas”, com dados que revelam a situação de desigualdade e o volume de contribuições econômicas das mulheres
- 1992 - Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco92), no Rio de Janeiro, reconhece o papel essencial desempenhado pelas mulheres na salvaguarda do meio-ambiente
- 1993 - Assembléia Geral adota a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres
- 1993 - Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena) analisa violência contra a mulher e outras questões referentes a seus direitos humanos
- 1994 - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo) – pela primeira vez a mulher é reconhecida como parte integrante do desenvolvimento, e são reconhecidos seus direitos reprodutivos. O aborto é considerado como questão social e de saúde pública
Cúpula Mundial pelo Desenvolvimento Social leva em conta problemas das mulheres – declaração contém chamado ao engajamento visando à igualdade entre os sexos
- 1995 - IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing), com o lema “Ações pela Igualdade, Desenvolvimento e Paz”



Manifestação das delegadas brasileiras na China

A Plataforma de Ação afirma que as mulheres são as principais vítimas da pobreza. Depois de muita negociação, os países do Grupo dos Sete (G7) aceitaram dizer que “as instituições financeiras internacionais devem estudar novas formas de ajudar os países endividados”. Recomenda que os governos e os sindicatos implantem ou reforcem leis que garantam a igualdade entre trabalhadores de ambos os sexos.

Embora as cotas não sejam defendidas explicitamente, recomenda-se que os governos tomem medidas apropriadas visando encorajar os partidos a integrar mulheres em posições elegíveis e de direção na mesma proporção que os homens.

Para garantir que o programa aprovado seja colocado em prática, o documento propõe que “os governos orientem todos os ministérios para que revejam suas políticas, segundo uma perspectiva de gênero e sob a luz da Plataforma de Ação”.

Depois de muita disputa, o bloco conservador (constituído pelos fundamentalistas islâmicos, o Vaticano e alguns países latino-americanos, como Argentina, Honduras e Guatemala) foi obrigado a aceitar que “os direitos reprodutivos devem ser reconhecidos como direitos básicos de todos os casais” e que “os indivíduos devem decidir livre e responsabilmente o número de filhos que pretendem ter”.

Mantendo os avanços da Conferência do Cairo, o texto trata do aborto como questão social e de saúde pública, e sugere que os governos “considerem a possibilidade de revisar as leis que prevêem medidas punitivas contra as mulheres que tenham feito abortos ilegais”. Pela primeira vez, num documento internacional, reconhece-se que “os direitos humanos das mulheres incluem seu direito a ter controle e decidir livre e responsabilmente questões relacionadas com sua sexualidade, incluindo saúde sexual e reprodutiva, livres de coerção, discriminação e violência”.

O documento também reflete as transformações ocorridas nas relações familiares. Embora reconhecendo a família como “unidade básica da sociedade”, não exclui “outras formas de família”, uma abertura no sentido de reconhecer as uniões não-legalizadas e, inclusive, os lares homossexuais.

Depois de Beijing

Nada será como está. Nada será como antes. Beijing mostrou que as mulheres têm enorme capacidade de mobi-

lização, enfrentam com garra os obstáculos e dificuldades e estão unidas por profunda ânsia de emancipação. Embora haja diferentes propostas estratégicas para o *empowerment* da parcela feminina do globo, o grosso do movimento compreende que a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres se entrelaça com a luta pela justiça social e contra a discriminação racial e étnica.

A contundente crítica das ONGs ao processo de feminização da pobreza e ao projeto neoliberal, refletida de forma esmaecida na Plataforma de Ação, evidencia que as mulheres não querem se integrar nessa “nova ordem mundial”, e sim criar um mundo novo. Querem relações mais solidárias de gênero, mais justiça, mais democracia, mais liberdade.

Cabe agora às entidades, grupos e ONGs dar prosseguimento a esse embate, reivindicar a efetivação dos compromissos assumidos, fiscalizar a aplicação dos programas e propostas da Plataforma de Ação.

Constituída Rede Feminista Socialista da América Latina e Caribe

No decorrer do IV Fórum de ONGs paralelo à IV Conferência Mundial da ONU em Pequim, participantes de vários países latino-americanos e do Caribe, além de representantes de Portugal, Espanha e Marrocos, decidiram constituir uma Rede Feminista Socialista. Seus objetivos são permitir o intercâmbio sistemático de experiências, a discussão e reflexão de temas teóricos e políticos relativos à mulher, articulando a perspectiva de gênero com a perspectiva socialista.

A rede é ampla e aberta à participação de todas as mulheres que se sintam identificadas com essa proposta, pertençam ou não a partidos políticos.

A rede está organizada por sub-regiões e países. Foram definidas as seguintes regionais: Caribe (coordenada por Cuba); América Central (coordenada pelo Panamá); Cone Sul (coordenada pelo Brasil e pela Argentina); Região Andina (coordenada pela Venezuela); Residentes Latinos nos Estados Unidos, Canadá e Região Ibérica (coordenada pela Espanha).

Dentro de um ano, a Rede deverá realizar uma reunião, aproveitando a realização do Encontro Latino-Americano de Organizações Populares. Nesse período, a rede deverá realizar debates e discussões em níveis nacionais e sub-regionais sobre os seguintes temas: a) plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher; b) feminismo e socialismo e c) neoliberalismo.

OLIVIA RANGEL é membro da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher do PCdo B e secretária geral da União Brasileira de Mulheres. Colaborou Gilse Cosenza, presidente da UBM e dirigente da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher.

Sobre uma visão dialética do mundo

JOSÉ LOURENÇO CINDRA

O entendimento da dialética tem muita importância para a ciência na atualidade. Com conceitos menos rígidos, a lógica dialética contém a lógica formal e vê a natureza e o pensamento na sua complexidade

A passagem da ignorância para o conhecimento é um processo longo e complexo, contraditório e historicamente condicionado. Da matemática à física, da química à biologia e à sociologia, uma análise mais cuidadosa deverá sempre mostrar a importância crescente do método dialético para a compreensão da realidade. Do mesmo modo que da mecânica clássica à teoria da relatividade e à mecânica quântica, os fatos obrigaram os físicos a reverem suas teorias, a introduzirem novos conceitos (às vezes paradoxais), com a condição de que, em geral, as equações dessas teorias mais sofisticadas se reduzam às da física clássica – desde que certos parâmetros não ultrapassem determinados valores (princípio de correspondência). Assim também as leis da lógica dialética devem ser compatíveis com os princípios da lógica formal, sempre que determinadas condições estiverem presentes (abstração razoável da idéia de movimento e das mudanças em geral). O princípio de correspondência garante aquele núcleo invariante, subjacente a todas as mudanças e transformações; aquilo que leva à negação da negação não ser uma neutralização, não ser uma trivialidade. Isso garante também que todo conhecimento, apesar de limitado e historicamente condicionado, tenha uma certa veracidade, apresente momentos de fatores absolutos. E, rigorosamente falando, nem tudo é somente relativo. Em toda teoria existem aspectos relativos e absolutos.

Acreditamos que uma visão dialética poderá tornar o mundo inteligível, apesar de sua complexidade e variedade de detalhes. A compreensão adequada da relação entre liberdade e necessidade e uma postura racional dialética são as únicas garantias contra toda e qualquer manifestação de obscurantismo, contra as mistificações políticas e sociais, que visam simplesmente confundir e degradar o ser humano, criando dificuldades e obstáculos desnecessários, impedindo o desenvolvimento social.

As origens da dialética

As leis fundamentais do pensamento ensinadas até hoje são as leis da lógica formal ou lógica aristotélica:

1) *A lei da identidade (principium identitatis)*, afirmando que A é A (*omne subjectum est predicatum sui*) ou $A = A$;

2) *A lei da não-contradição*: A não é B , que apenas representa a forma negativa da primeira lei;

3) *A lei do terceiro excluído (principium exclusi tertii)*, asseverando que duas proposições contrárias, excluindo-se uma à outra, não podem ser, ao mesmo tempo, ambas verdadeiras. Portanto, ou A é B ou A não é B . A veracidade de uma dessas asserções implica necessariamente a falsidade da outra e vice-versa, ficando assim excluída qualquer possibilidade de existência de um meio-termo. A verdade apresenta-se como exclusão do erro¹. Do ponto de vista da lógica formal, uma afirmação é absolutamente verdadeira ou absolutamente falsa.

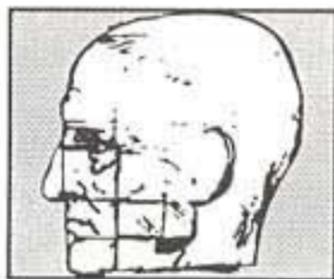
Essas leis levam a crer que qualquer questão bem formulada deve ser respondida com um sim ou não bem categórico, e nunca com um sim e um não simultâneos. Tudo isso está mais ou menos de acordo com o chamado bom senso. Em geral, essas leis são válidas. No entanto, há situações em que as leis da lógica formal são insatisfatórias. E isso acontece, precisamente, onde entra a idéia de movimento, e, em geral, quando o ser é visto como parte de um todo, quando é levada em conta a sua concatenação universal, entrando em cena a categoria da totalidade. Isso ocorre porque o movimento em si já apresenta aspectos contraditórios. Estando em presença de uma contradição de natureza intrínseca, devemos recorrer a outros critérios para adequação do raciocínio. Apesar de sua generalidade aparente, a lógica formal não é adequada para a compreensão satisfatória de todos os fenômenos naturais e de aspectos importantes da vida social. Na tentativa de abarcar toda a realidade cambiante – quando a categoria de movimento passa a desempenhar um papel fundamental –, tornou-se necessário recorrer a um instrumental lógico mais flexível e mais sutil. Esse tipo de raciocínio está baseado no poderoso método dialético, cuja origem remonta à antiguidade



clássica. Um dos precursores da dialética foi Heráclito de Éfeso, que em cerca de 500 a.C. expressava pensamentos de natureza filosófica em que a unidade dos contrários e o vir-a-ser representavam aspectos fundamentais. Tudo indica que Heráclito acreditava na existência de um mundo animado de eterno movimento, sendo o fogo sua substância primordial.

O fogo seria o substrato invariante subjacente a todas as mudanças e alterações da natureza. “Este mundo, que é o mesmo para todos, não foi criado pelos deuses nem pelo homem, mas sempre foi, agora é, e sempre será um fogo eternamente vivo, queimando com medida e com medida se apagando” – assim falava Heráclito².

**A visão de Heráclito,
já dialética,
não foi atentamente
considerada
pelos estudiosos**



Essa maneira de ver as coisas, em forma de aforismos, numa linguagem um tanto poética e imprecisa, mas que já era uma visão dialética, nem sempre mereceu a devida atenção dos estudiosos. A história da filosofia ocidental haveria de percorrer um longo e tortuoso caminho, cheio de vicissitudes, até chegar aos tempos modernos, para então o pensamento dialético alcançar sua plenitude na filosofia clássica alemã. Se Heráclito punha ênfase nas mudanças e na efemeridade das coisas, Parmênides de Eléia, outro filósofo de grande importância para o surgimento do pensamento racional, é o precursor de uma tradição filosófica em muitos aspectos oposta à de Heráclito. Parmênides considerava as mudanças ilusórias, afirmando que o ser é uno, imutável e indivisível. O pensamento de Parmênides serviu de base para a filosofia de Platão, principalmente no tocante às essências e verdades eternas e imutáveis do mundo das idéias.

Aristóteles, discípulo de Platão, o codificador da lógica formal, com seus cânones e silogismos imutáveis, é, em muitos aspectos, um metafísico, mas é também, às vezes, dialético. Aristóteles criou as categorias filosóficas, conceitos muito gerais visando explicar o ser e suas transformações. Entre as principais categorias aristotélicas, acham-se os pares *matéria e forma*, *potencialidade e atualidade*. Aristóteles pretendia, por meio da antítese entre potencialidade e atualidade, resolver o antigo problema do devir, o enigma proposto pelos eleatas. Aristóteles mostrou não haver um abismo entre o ser e o não-ser. O ser é o não-ser que se atualiza, é a passagem da potencialidade para a atualidade. Há, portanto, elementos do pensamento dialético. Mas Aristóteles manifesta tendências nitidamente metafísicas, ao propor uma causa primeira ou primeiro motor como origem de todos os movimentos. Ele foi também metafísico ao dividir o universo em duas esferas apresentando propriedades diametralmente opostas: a esfera dos fenômenos terrestres ou mundo sublunar, região da matéria ordinária e corruptível, e a esfera celeste ou região supralunar, domínio etéreo, eterno e imutável. E foi o lado metafísico e especulativo do pensamento aristotélico que, em fins da Idade Média, passou a ser valorizado, em detrimento do aspecto dialético de sua filosofia³.

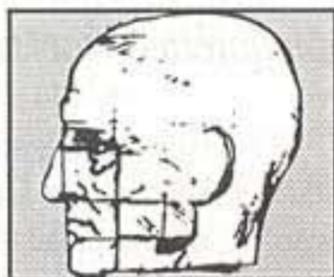
A dialética nos tempos modernos

O desenvolvimento das ciências naturais, desde Galileu a Laplace e de Descartes a Fresnel, veio corroborar a tese de que o pensamento científico avança segundo leis que ultrapassam os moldes da lógica formal com seus silogismos, seus cânones imutáveis e suas verdades eternas. Quando os matemáticos do século XVII introduziram as grandezas infinitesimais, quando Cauchy e Weierstrass elaboraram o conceito de passagem ao limite de uma função, estavam lidando com operações contraditórias e conceitos paradoxais, do ponto de vista da lógica formal. O raciocínio matemático mostrou ser de natureza essencialmente dialética. E todo o desenvolvimento posterior das ciências físico-matemáticas mostrou ser cada vez mais contraditório e inesperado, se o julgarmos segundo os cânones da lógica aristotélica. Constatamos, assim, a importância crescente do método dialético.

Foi na Alemanha que o pensamento dialético veio a ter maior desenvolvimento. Pensadores de primeira grandeza tiravam as últimas conseqüências das doutrinas metafísicas. Immanuel Kant mostrava, na *Crítica da razão pura*, os limites do poder da razão especulativa, quando esta envereda a explicar certos princípios fundamentais da realidade. Surgem então, segundo ele, as chamadas antinomias da razão (*die Antinomien der Vernunft*). O sucessor de Kant é Hegel, considerado o sintetizador de toda uma tradição filosófica, uma espécie de Aristóteles dos tempos modernos. Sendo Hegel um filósofo idealista objetivo, seu sistema apresentava muitas falhas e pretensões arbitrárias, não obstante ser seu método dialético de grande interesse para uma geração subsequente de filósofos, entre eles Karl Marx, com sua filosofia dialético-materialista.

Retomando, até certo ponto, a abordagem dialética de Heráclito, Hegel cria um sistema filosófico, cujo *leitmotiv* é a idéia de que as mudanças incessantes se devem às contradições internas das coisas. O método proposto por Hegel baseia-se no princípio de que tanto o pensamento como o ser são essencialmente dialéticos, ou seja, as contradições estão tanto no pensamento como no ser. As antinomias de Kant mostram, segundo Hegel⁴, que o pensamento cai em contradição quando procura conhecer o infinito. A dialética, para Hegel, é a passagem imanente de uma definição para outra, onde se verifica que essas definições formuladas através do entendimento são contraditórias, unilaterais e limitadas. Spinoza já dizia que toda definição é uma negação (*omnis determinatio est negatio*). Introduzindo o conceito de fronteira, aparece também contradição: se, por um lado, a fronteira pertence ao ser, por outro, ela representa um momento de sua negação. A essência de tudo que é finito está na tendência a *superar* a si mesmo. O verbo *aufheben*, em alemão, significa tanto suprimir, superar, como também conservar, no sentido dialético de que, em geral, em qualquer processo natural ou movimento social, há mudanças, mas há também permanência: algo sempre se conserva; há um núcleo invariante. Portanto, não se trata de uma negação qualquer, de uma negação trivial, mas de uma negação dialética propriamente dita.

O método dialético, apesar de universal em caminhos, tem sutilezas e exige flexibilidade



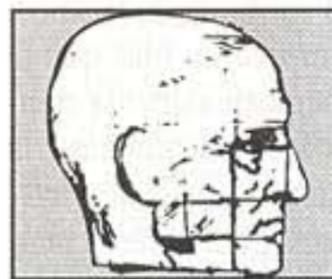
Resumindo, podemos dizer que, segundo Hegel, toda afirmação, toda definição (tese), sendo limitada e unilateral, traz necessariamente contradições em si, suscitando o aparecimento de sua negação (antítese), mas o desfecho se dá com outra negação, a negação da negação (síntese). E, assim, sucessivamente. Cada tema, cada questão tem suas características próprias, suas contradições específicas. Por isso, o método dialético, apesar de universal em suas possibilidades, tem também suas sutilezas. Nem sempre constitui uma tarefa fácil aplicá-lo livre das especulações idealistas e fazer com que ele seja um instrumento adequado para a investigação da realidade, utilizá-lo criteriosamente em substituição à lógica formal. O método é sutil, exigindo, sobretudo, flexibilidade e ausência de dogmatismo. Às vezes, tentaram aplicar esse método num contexto extremamente sectário e dogmático, e, por isso, os resultados deixaram muito a desejar. Aí está um dos motivos por que, apesar de suas grandes possibilidades, o método dialético ainda não encontrou a devida aceitação consciente entre os especialistas mais exigentes. Muitos vêm nele uma espécie de abordagem quase mística, uma fonte de confusões, de lugares-comuns e de armadilhas para o pensamento, muito próxima da sofística. E, em determinadas situações, isso pode ser verdade. Mas a culpa não é do método em si: o erro está na incompreensão dos fundamentos da dialética.

Às vezes, pratica-se a dialética sem saber que se está pensando dialeticamente. Por outro lado, pode acontecer de falar-se em dialética, quando, na realidade, se está raciocinando metafisicamente. A grandeza e as dificuldades do método dialético residem no fato de ele tentar abarcar os fenômenos e processos da natureza e da vida social, tendo em vista a sua concatenação com outros fenômenos, a sua totalidade. Por outro lado, historicamente, o surgimento de uma mentalidade científica, acompanhado do impetuoso desenvolvimento das ciências, só se tornou possível isolando-se determinados setores da realidade a serem estudados. Esse é o fundamento do método analítico, uma abordagem de grande importância do ponto de vista gnoseológico.

Apesar de tudo, não é difícil perceber que, em geral, a ciência não se beneficia apenas da análise. Haverá sempre um momento em que uma síntese se faz necessária. Análise e síntese se complementam, mas nunca são totalmente separadas. Aí encontramos um aspecto importante do raciocínio dialético.

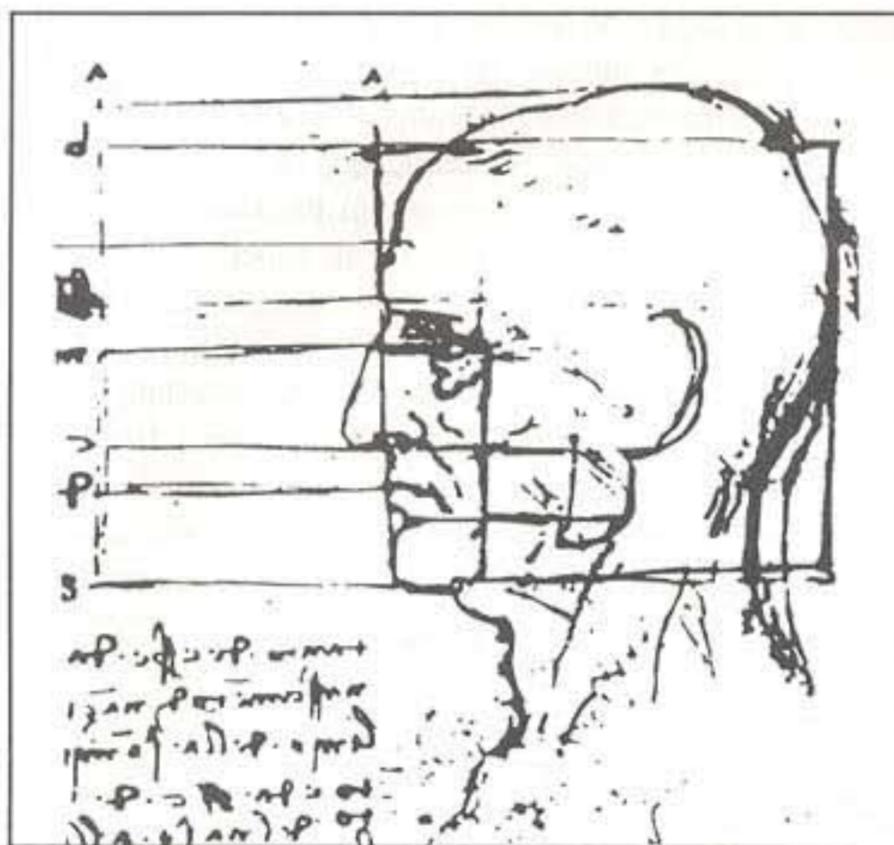
A lógica dialética elaborada por Hegel é uma lógica das contradições. Ela restringe a validade dos postulados da lógica formal, sem, contudo, negá-la completamente. As leis da lógica formal continuam basicamente válidas, desde que façamos abstração do movimento. Como disse Lefebvre: "A lógica formal, como a gramática, tem um alcance apenas relativo e uma aplicação limitada. Em geral, a lógica formal está mais propensa a uma visão estática da realidade⁵".

A abstração da idéia de movimento é, em determinadas condições, permissível. Mas, quando estamos em presença de um processo de crescimento, de diferenciação, no sentido do desenvolvimento dos seres vivos, ou mesmo em se tratando da forma mais simples de movimento, que é o movimento mecânico, a lógica formal é inadequada. O movimento em si já é uma contradição. Essa contradição havia sido constatada pelo eleata Zenão, discípulo de Parmênides. E, se a ciência moderna, introduzindo o conceito de passagem ao limite, foi capaz de dar uma explicação satisfatória para a realidade do movimento mecânico, isso não invalida a asserção anterior. Podemos aceitar a tese de que a operação de passagem ao limite é um caso particular de emprego do raciocínio dialético.



As contradições estão no coração íntimo das coisas. Em tudo há conflito e união

Vejam, agora, algumas leis da lógica dialética, basicamente descobertas por Hegel, no âmbito de seu sistema de idealismo objetivo, e posteriormente divulgadas, sob uma forma mais didática, por Friedrich Engels⁶. São elas: *lei da unidade e luta dos contrários*, *lei da negação da negação* e *lei da transformação de quantidade em qualidade*. A primeira dessas leis afirma que o ser traz a contradição em seu âmago. As contradições estão no coração mesmo das



coisas. Em tudo há um aspecto conflitante, mas também há união; pode haver uma certa polaridade intrínseca; deve haver uma coerência relativa; há, enfim, o que chamamos de unidade dialética. Todo conceito, toda afirmação, toda interpretação devem ser entendidos como relação, como limitação, e, num sentido mais amplo, como uma relação entre o todo e as partes, entre o geral e o particular.

Já a lei da negação da negação nada mais é que uma expressão condensada do princípio hegeliano de *tese*, *antítese* e *síntese*. A negação da negação não é uma neutralização. Muito pelo contrário, ela constitui a essência de todo desenvolvimento, o movimento imanente que impele todo ser finito para além de si mesmo.

A terceira lei exprime o fato de que normalmente a natureza dá saltos. Variações quantitativas sucessivas chegam a um ponto de ruptura do processo, onde surgem novas fases ou qualidades. Corolário imediato dessa lei é que o todo é diferente da soma de suas partes. E, na teoria do conhecimento, a lei da transformação da quantidade em qualidade exclui, por princípio, uma hipótese reducionista ao estilo do positivismo. Engels, na sua obra *Dialética da natureza*, diz o seguinte:

“Na Natureza, todas as diferenças qualitativas se baseiam seja em uma composição química diferente ou em diferentes quantidades ou formas de movimento (energia) ou, coisa que acontece quase sempre, em ambas. Torna-se, portanto, impossível modificar a qualidade de um corpo, sem fornecer-lhe matéria ou movimento, isto é, sem provocar uma mudança quantitativa no corpo em questão.”

Lefebvre, em obra já citada, diz:

“Qualidade e quantidade revelam-se inseparáveis, como dois aspectos de existência concretamente determinada. Mas esses dois aspectos não se misturam, não se confundem numa unidade abstrata. Processa-se uma espécie de luta surda, de conflito (embora ainda não se possa falar aqui, nessa análise do real, de ‘forças’ propriamente ditas) entre esses dois lados do ser, que se afirmam e se negam solidariamente um ao outro. No devir, a qualidade determinada, o ‘algo’, resiste (por assim dizer) e dura. A quantidade, então, não é mais que uma determinação

indiferente da coisa, que não lhe é essencial, pois nesse nível a coisa aumenta ou diminui sem alteração profunda. Depois, surge um momento em que a qualidade é envolvida, arrastada, superada. Um ser novo, uma nova qualidade aparece. E o momento em que a qualidade desaparece, em que é criada uma outra qualidade, é também o momento no qual a quantidade manifesta que ela não era inessencial à coisa, mas fazia parte de sua essência.”

Dialética nas ciências naturais e na matemática

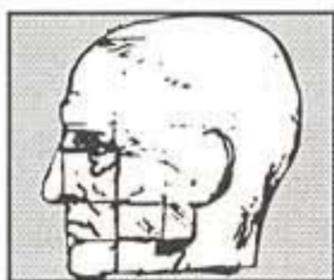
Nas ciências naturais, a dialética se manifesta de dois modos. Primeiro, do ponto de vista ontológico: podemos ver que a dialética está presente na própria natureza. Para isso, basta verificar que as leis da dialética, enumeradas anteriormente, aplicam-se aos fenômenos e às leis naturais, às formas de movimento da matéria. Em segundo lugar, a dialética está presente nas ciências da natureza como uma atividade humana historicamente condicionada. Nesse aspecto epistemológico propriamente dito, uma abordagem dialética permite perceber uma série de regularidades, que, de outro modo, permaneceriam confusas e ininteligíveis. Poderíamos citar apenas alguns exemplos ilustrativos, sem a pretensão de esgotar um tema demasiado rico de nuances e detalhes. Há uma série de fatos na história das ciências que mostram claramente o desenvolvimento não linear e contraditório das idéias e dos conceitos científicos. Algumas idéias e conjecturas que, aparentemente, se tornaram obsoletas e falsas, já quando vistas de uma perspectiva histórica mais ampla, não o são. Vemos, então, que elas foram apenas dialeticamente superadas, mas não eliminadas. Um exemplo típico é a interpretação da natureza da luz. Se nos tempos de Newton, e, principalmente, depois dele, a teoria corpuscular parecia ser predominante, já no início do século XIX, graças aos trabalhos de Young e Fresnel, ganhava aceitação a teoria ondulatória da luz, que, depois da grande síntese feita por Maxwell, supunha-se ter finalmente triunfado. Acontece, no entanto, que alguns fenômenos logo em seguida observados – por exemplo, o efeito fotoelétrico descoberto por Hertz – mostravam limitações na teoria ondulatória. E na aurora do século XX, nos primórdios da teoria dos quanta, surgia uma nova concepção no tocante à natureza da luz. Trata-se da teoria fotônica proposta por Einstein, explicando satisfatoriamente uma série de fenômenos contraditórios do ponto de vista da teoria ondulatória. Parece haver aí uma espécie de síntese dialética entre a antiga teoria corpuscular e a teoria ondulatória, de reconhecimento geral mais recente.

Ainda outro exemplo: no século XVIII, a eletricidade era tida como um fluido imponderável. Depois dos trabalhos de Faraday, passou a ser vista como uma forma de movimento. Essa é a visão de Engels, apresentada, em linhas gerais, na *Dialética da natureza*. Mas, com a descoberta do elétron por J. Thomson, em fins do século XIX, foi restabelecido seu aspecto corpuscular. Isso ainda não era tudo: com o surgimento da teoria de De Broglie, o elétron passa a ser visto como uma entidade mais com-

plexa, possuindo propriedades corpusculares e ondulatórias ao mesmo tempo.

É importante ressaltar que Engels concebia sempre o movimento inseparável da matéria. Por isso, há indícios de que, mesmo antes da descoberta do elétron, ele já se preocupasse com o portador material da eletricidade. Ele considerava um passo decisivo a concepção segundo a qual a eletricidade era um movimento retroativo sobre as moléculas do corpo, causado pelo éter lumífero, que penetrava toda a matéria ponderável. O mesmo ocorria em relação à teoria do éter, que deveria abrir uma perspectiva no sentido de se explicar o substrato material da eletricidade⁷.

**Pensamento dialético,
para Hegel,
exige ver o infinito
e o finito.
Um depende do outro**



Na matemática, o conceito de passagem ao limite de uma função serviu para fundamentar o cálculo diferencial e integral. O cálculo havia sido descoberto independentemente por Newton e Leibniz, no século XVII. Durante muito tempo, houve controvérsias quanto aos fundamentos lógicos desse novo ramo da matemática. Só no início do século XIX, graças, principalmente, aos trabalhos de Cauchy e Weierstrass, o cálculo iria adquirir bases sólidas. Ao passarmos das grandezas finitas para as grandezas infinitesimais, que são as diferenciais, surgem novas propriedades que parecem violar as leis da lógica formal. O próprio Karl Marx, autor de *O capital*, interessou-se por esse assunto. Nos *Manuscritos matemáticos*, publicados pela primeira vez em 1968, ao mesmo tempo em alemão e russo, Marx procurou interpretar o processo de derivação como um movimento real. Ele explica a diferenciação como um processo dialético, onde, em particular, se manifesta a lei da ne-

gação da negação, de maneira transparente e criativa⁸. Novas propriedades surgem, também, ao passarmos de coleções finitas para coleções infinitas de objetos, havendo, aí, um salto de qualidade. Na realidade, essas questões não são novas. Os gregos antigos, e, em particular, Zenão de Eléia, já se haviam ocupado de alguns aspectos desse problema, tentando negar a realidade do movimento, com base nas contradições entre continuidade e descontinuidade, entre finito e infinito. Hegel, por sua vez, constata que o pensamento dialético exige que se considere o finito e o infinito na sua unidade dialética, um não existindo sem o outro. Um estudo exaustivo dos conjuntos infinitos foi feito pelo matemático alemão Georg Cantor. Ele estabeleceu critérios de comparação para conjuntos infinitos não numeráveis.

JOSÉ LOURENÇO CINDRA é professor do Departamento de Física e Química da UNESP – Guaratinguetá.

Notas

- (1) PLEKHANOV, G. *Os princípios fundamentais do marxismo*. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 91.
- (2) *Heráclito de Éfeso*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Col. Pré-Socráticos)
- (3) LLANOS, Alfredo. *Introdução à dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- (4) HEGEL, G. *Ciência da lógica*. t.1. Moscou: 1974 (em russo).
- (5) LEFEBVRE, H. *Lógica formal/lógica dialética*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. pp. 83 e 212.
- (6) ENGELS, F. *A dialética da natureza*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- (7) KEDROV, B. *Klassifizierung der Wissenschaften*. t.1. Moscou: Progresso, 1975. p. 405.
- (8) GERDES, Paulus. *Karl Marx: arrancar o véu misterioso à matemática*. Maputo, Moçambique: TLANU, 1983. (brochura 5)

Avante!
AUMENTOS IMEDIATOS DE ABONOS E PENSÕES
SEM ANOS DE SERVIÇO
Temos uma orientação clara e segura e a consciência tranquila.

SEM ANOS DE SERVIÇO



BIMESTRAL

ASSINATURAS

Assine as publicações regulares do Partido Comunista Português – PCP
Remessa pelo correio a partir de São Paulo - SP (portes incluídos)

- **AVANTE!** Jornal semanal, 24 números, 6 meses R\$ 60,00
- **AVANTE!** Jornal semanal, 12 números, 3 meses R\$ 30,00
- **O Militante** Revista bimestral, 6 números, 1 ano R\$ 18,00

Remeta-nos um cheque no(s) valor(es) acima, indicando:

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____



DISTRIBUIDOR NO BRASIL

Ebrasil – Livros Portugueses

Rua Genebra, 161 - Bela Vista

Tel.: (011) 606-0877 e 604-1748 - Fax: 232-7021

CEP 01316-010 - São Paulo - SP

**Solicite
catálogo**

Construir ou tomar o poder?

A estratégia socialista de Marx a Gramsci

LINCOLN SECCO

Qual o papel da coerção e do consentimento na dominação de classes nos Estados modernos? Marx, Lênin, Mao e Gramsci enfrentaram essa questão na busca dos caminhos da revolução

"Por hora é necessário assimilar a verdade indiscutível de que um marxista deve ter em conta a vida real, os fatos exatos da realidade, e não seguir agarrando-se à teoria de ontem, que, como toda teoria, no melhor dos casos, só traça o fundamental, o geral, só abarca de um modo aproximado a complexidade da vida."

Lênin

"A teoria, amigo meu, é cinza; mas a árvore da vida é eternamente verde."

Goethe

A noção de Estado ampliado em Gramsci não serviu para descaracterizar a teoria marxista do Estado desenvolvida embrionariamente por Marx, Engels e Lênin, mas sim para asseverar que o papel do Estado nas democracias ocidentais do século XX ultrapassava o nível da mera coerção. O núcleo do Estado para Gramsci, assim como em Marx, permanece sendo a força que assinala a distinção entre sociedade política e sociedade civil. Ele partia da definição do centauro de Maquiavel, meio humano, meio animal, para afirmar a duplicidade de fatores em que se assentava todo o poder: a coerção sobre os governados e o voluntário consentimento destes para a dominação.

O consentimento está ligado precipuamente ao conceito de sociedade civil¹, que, em Gramsci, refere-se a uma zona intermediária entre a estrutura econômica e a superestrutura jurídico-política do Estado, fazendo também parte da superestrutura. É constituída pelo conjunto das "instituições privadas de hegemonia" que são responsáveis pela difusão da ideologia dominante na sociedade, e também das ideologias críticas: escolas, Igrejas, meios de comunicação, partidos políticos, associações de bairro, sindicatos etc. A coerção vincula-se ao aparelho burocrático-militar ou "Estado Restrito"(Gramsci). Um esboço da evolução do pensamento marxista sobre o Estado, a política e a superestrutura em geral é importante para a compreensão da estratégia revolucionária no "ocidente"(seguindo aqui a di-

cotomia gramsciana, que não é necessariamente geográfica, entre "ocidente" mais desenvolvido politicamente e "oriente" menos avançado).

Marx e Engels entendiam que "a sociedade civil abarca todo o intercâmbio material dos indivíduos, em uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas²". Portanto, como parte da base econômica da sociedade, isso levou-os a definir o Estado, em contraposição, como um comitê executivo "para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa³".

Posteriormente, porém, os dois autores admitiram uma visão da faceta superestrutural da sociedade civil, bem como o fato de que não havia correspondência direta entre uma classe social e seus representantes políticos, a não ser em última instância. Destarte, em *O 18 Brumário*, Marx tem por objeto exatamente a sociedade civil como fenômeno superestrutural:

"[Na França] o Estado manietta, controla, regulamenta, vigia e tutela a sociedade civil. (...) A Assembléia Nacional perdia toda a influência efetiva, se ao mesmo tempo não simplificasse a administração do Estado, não reduzisse o mais possível o exército de funcionários e finalmente não deixasse a sociedade civil [bürgerliche Gesellschaft] e a opinião pública criar os seus órgãos próprios⁴".

É claro que Marx, nesse trecho, não fala da sociedade civil senão como o conjunto dos partidos, jornais, associações etc., que participaram da revolução de 1848. Na *Crítica do Programa de Gotha*, o termo "sociedade" aparece com o mesmo sentido superestrutural, quando se afirma que o Estado deve ser um órgão subordinado à sociedade⁵. Embora ainda não ultrapassem inteiramente o fetichismo do Estado⁶ como "aparelho", "comitê", "órgão" etc., Marx e Engels definiram o cerne da teoria do Estado ao asseverar o traço essencial da relação social que lhe é subjacente: a coerção e a unidade, em última instância, dos interesses de classe da burguesia. Como disse Engels, em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*:

“E o Estado moderno, por seu turno, é apenas a organização que a sociedade burguesa a si própria deu para manter de pé as condições exteriores gerais do modo de produção capitalista, contra abusos tanto dos operários como dos capitalistas individuais. O Estado moderno, seja qual for a sua forma, é o Estado dos capitalistas, o capitalista total ideal [*der ideelle gesamtkapitalist*]”⁷.

Em *O capital*, Marx analisa o objeto teórico, o modo de produção capitalista. Define três classes fundamentais: os capitalistas, os operários e os proprietários fundiários. Dentro dessas classes, Marx deriva as frações de classes contraditórias entre si: os representantes do capital comercial, os arrendatários capitalistas, os prestamistas e os prestatários (no que tange à determinação da taxa de juros), os banqueiros etc.; também os trabalhadores se subdividem em produtivos e improdutivos, subsumidos ao Estado, ao capital comercial, bancário, ou executores de funções improdutivas no interior até mesmo da indústria⁸. Embora haja contradições entre essas frações de classes, elas são secundárias em relação à contradição principal, entre produtores e expropriadores de mais-valia.

Isso corrobora a definição supracitada de Engels no que tange às determinações gerais constitutivas do Estado capitalista. A explicação desse fato não advém de uma visão imanentista ou metafísica da classe operária como portadora de uma vontade revolucionária frente ao Estado burguês, mas sim de condições objetivas materiais potencializadas na prática política socialista, e que podem ou não ser assumidas subjetivamente pelas classes subalternas: a contradição insanável entre capitalistas e trabalhadores, bem como a unidade básica entre todos aqueles que vivem e reproduzem seus rendimentos às expensas de trabalho alheio não-pago, derivam da extração da mais-valia social retirada de toda a classe trabalhadora e apropriada na forma de um lucro médio proporcional ao *quantum* de capital adiantado pelo capitalista:

“Abstraindo isso [a exploração adicional acima da média], um capitalista que em sua esfera de produção não empregasse nenhum capital variável, e portanto nenhum trabalhador (o que, na realidade, é um pressuposto exagerado), estaria tão interessado na exploração da classe trabalhadora pelo capital e derivaria seu lucro de mais trabalho não-pago da mesma forma que um capitalista que (novamente um pressuposto exagerado) empregasse apenas capital variável, despendendo, portanto, todo o seu capital em salários.

(...) Temos aí, pois, a prova matematicamente exata de por que os capitalistas, por mais que em sua concorrência mútua se comportem como irmãos inimigos, de fato formam uma verdadeira maçonaria em confronto com o conjunto da classe trabalhadora⁹”.

Conseqüentemente, tanto os capitalistas industriais em ramos de maior ou menor composição orgânica do capital quanto os que emprestam a juros e auferem seus lucros no mercado financeiro, ou os comerciantes, formam uma unidade orgânica em última instância; da mesma forma, tanto os operários produtivos quanto os trabalhadores improdutivos são explorados de alguma forma pelo capital¹⁰.

Embora muitos teóricos lamentem que o capítulo de *O capital* dedicado às classes sociais se restrinja a mais ou menos vinte linhas, a teoria das classes subjacente às análises econômicas é rica o suficiente para dar conta de gran-

de parte das determinações conceituais genéricas do capital. Entretanto, é evidente que essas determinações se referem ao capital em geral, à “essência” (num sentido apenas didático) da relação social que o engendra; ele possui um caráter substancial universal, independente das múltiplas formas concretas que assume, e desconhece, por exemplo, a mediação da concorrência entre os diversos capitais existentes na realidade, como Marx asseverou muitas vezes¹¹.

As determinações conceituais universais do modo de produção capitalista são ontologicamente irreduzíveis à particularidade multifacetada da realidade concreta. Elas são um momento indispensável do conhecimento revolucionário, que parte do concreto e se eleva até às determinações mais sutis e abstratas, para só depois empreender a viagem de retorno ao concreto pensado, reproduzido no pensamento – não como um “mar das individualidades empíricas” (Hegel), não como um conjunto de particularidades fetichizadas, e sim incorporando as leis tendenciais que reproduzem os movimentos da estrutura, mas não dispensam o momento de “catarse” (Gramsci). Nesse momento, o nível econômico, por muitas mediações, se torna superestrutura na consciência dos homens, que compreendem as limitações objetivas de seus atos na prática concreta numa realidade concreta:

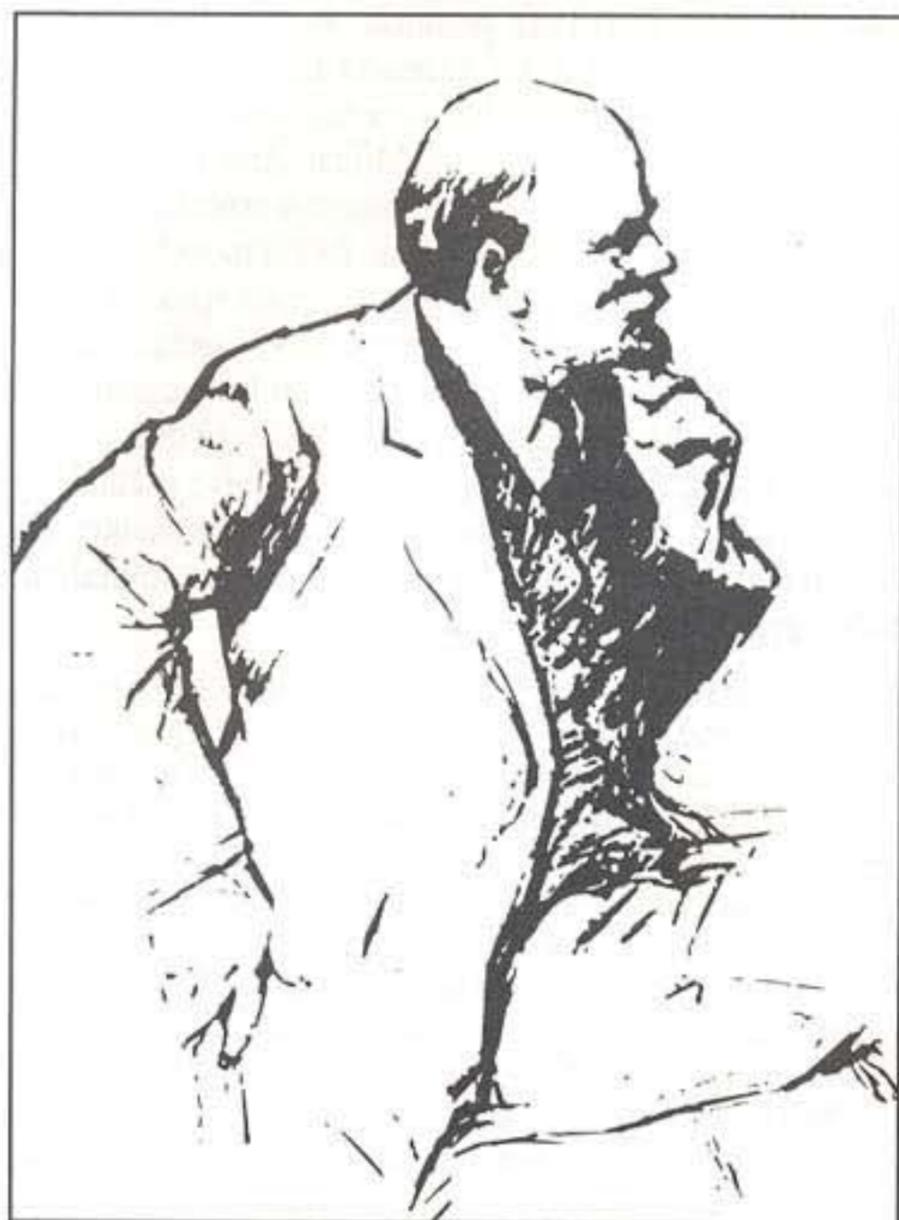
“Pode-se empregar o termo ‘catarse’ para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa também a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’¹²”.

Esse momento de “catarse” pode ser negligenciado pelo dogmatismo, cuja base alimentou tanto o sectarismo de esquerda quanto o revisionismo de Bernstein: o esquerdismo, especialmente, se caracteriza ainda hoje pela defesa de princípios abstratos do marxismo sem a correspondente mediação da prática e da compreensão da realidade concreta (quando não se empobrece mais ainda ao defender palavras de ordem concretas, mas que foram transpostas mecanicamente de outras realidades históricas).

A estratégia oriental (Lênin)

A Revolução Russa, pelo seu significado histórico e impacto político, elevou justamente seu maior líder a uma posição teoricamente proeminente no movimento socialista internacional. Lênin não foi apenas um gênio da política e o maior teórico marxista do século XX, com contribuições notáveis no campo da crítica da economia política e na elaboração de uma estratégia marxista para a revolução (algo que foi preocupação marginal nos escritos dos clássicos, exceto o último Engels). Ele foi um líder revolucionário cuja ação imprimiu marcas indeléveis na história contemporânea.

Muito do que Lênin circunscreveu explicitamente à sua realidade concreta, com citações e parágrafos claros e evidentes, foi “universalizado” por outros, o que contribuiu para obscurecer o real conteúdo universalizante do seu pensamento. Esse conteúdo reside em grande parte no



Lênin

prosseguimento da análise marxista da economia política – algo olvidado e substituído por algumas das suas fórmulas políticas perfeitamente adaptadas à realidade russa, mas não generalizáveis.

No que diz respeito ao Estado, ele pouco desenvolveu a teoria marxista anterior que definira as suas determinações gerais constitutivas e o seu núcleo coercitivo; mas, *nota bene*, quando Lênin indicou caminhos analíticos para uma compreensão mais sofisticada do papel do Estado na Europa ocidental, abriu horizontes teóricos sofisticados para alguém que agia num terreno nacional politicamente tosco, com um Estado feudal absolutista tardio.

Não cabe aqui fazer um inventário descritivo, que exigiria o estudo das monumentais obras completas, do pensamento político de Lênin — resta apenas fixar o momento extremo e historicamente mais importante de sua produção: o período entre a revolução burguesa de fevereiro de 1917 e a revolução bolchevique de outubro de 1917. Esse momento é caracterizado por Lênin como peculiar à Rússia e expresso no conceito de “dualidade de poderes”. Num artigo publicado no *Pravda* em 9 de abril de 1917, ele afirma:

“Em que consiste a dualidade de poderes? Em que junto ao governo provisório, **governo da burguesia**, se formou **outro governo**, débil ainda, embrionário, mas existente sem dúvida alguma e em vias de desenvolvimento: os *soviets* de deputados operários e soldados¹³”.

Nesse mesmo artigo, Lênin se pergunta quanto à derrubada imediata do governo provisório e responde:

“Sim e não! Sim, porque é um governo burguês e oligárquico; não, porque ele se sustenta não apenas pela coerção, mas graças a um pacto direto e indireto, formal e efetivo, com os *soviets* (...); pois se assenta no ‘apoio’ que dá à burguesia o **segundo** governo, o *soviet* (...)”¹⁴”.

O caminho do poder não está no blanquismo ou no *putsch*, pois “os operários conscientes têm que ganhar a maioria: enquanto não exista violência contra as massas, não haverá outro caminho para chegar ao poder¹⁵” (veja-se que a violência revolucionária é sempre uma resposta à violência do opressor). Lênin discerne o núcleo do Estado (a violência) da forma de dominação (o “apoio”, o “pacto” do poder com as massas). Antes de fevereiro, sob a ditadura czarista, a violência revolucionária; depois de fevereiro, a preparação para “ganhar a maioria”.

Trata-se de todo um lapso de tempo histórico em que a revolução é permanente, nas condições específicas da dualidade de poderes russa, em que esta tende ao esfacelamento rápido, porque, em tais condições, o “pacto” não podia, de uma hora para outra, e sem uma longa tradição democrático-burguesa lentamente construída pelo equilíbrio dinâmico das classes sociais, institucionalizar-se como no Ocidente, incorporando os trabalhadores à cidadania formal, até mesmo com conteúdos sociais substanciais. A luta de classes na Rússia não podia tornar-se fator de legitimação de uma ordem burguesa. Por isso, os bolcheviques deveriam abdicar do direito à tomada do poder sob o pretexto evolucionista da Segunda Internacional – o de que era preciso deixar o capitalismo se desenvolver sob hegemonia burguesa para que ele naturalmente desembocasse no socialismo. Gramsci respondeu a esse argumento:

“Os revolucionários criarão eles mesmos as condições necessárias para a realização completa e plena do seu ideal. E hão de criá-las em menos tempo do que aquele que foi utilizado pelo capitalismo¹⁶”.

Num projeto de plataforma política para o Partido Bolchevique escrito em 10 de abril de 1917, Lênin define “o cimento de classe sobre o qual descansa o ‘acordo’ ” entre os *soviets* e o governo provisório, adjetivado de “tácito” e “inconsciente”¹⁷. Claro, não se trata de um projeto conspirador e consciente, mas de uma subsunção ideológica ao regime *kerenskista*. Sendo assim, “a maioria dos *soviets* locais entrega voluntariamente o poder do Estado à burguesia e ao seu governo provisório¹⁸”.

Em seguida, Lênin define a dualidade de poderes pelo seu caráter puro, restrito, como “duas ditaduras”, pois o governo provisório, cujo presidente do conselho de ministros era o príncipe Lvov (até julho de 1917), não se apoiava num ordenamento jurídico-constitucional, e sim na força contra os czaristas. Fundamentado nesse raciocínio, o líder bolchevique diz uma de suas célebres frases: “Em um Estado não podem existir dois poderes”. Obviamente, o adjetivo que modifica o último substantivo da frase deve ser “armados”, pois Lênin se refere à sua realidade específica, por ele definida como peculiar, onde duas classes antagônicas coexistem não como detentoras de um poder meramente ideológico e cultural, mas **armado**. Isso traz

uma equação para o problema do Estado: num mesmo Estado podem coexistir dois poderes institucionalizados política, cultural e ideologicamente por longo tempo, mas nunca dois poderes coercitivos, senão num lapso de tempo curto. Isso porque o poder de coerção ameaça diretamente a natureza de classe do Estado, e o confronto violento torna-se inadiável. A exceção em que a dualidade de poderes armados pode prolongar-se é representada pelos países de condições mais orientais, em que o terreno nacional permite grande mobilidade das tropas, e o Estado restrito (coercitivo) não está unificado, como na China até os anos 40.

Na Rússia, a resolução violenta da dualidade de poderes era iminente, mas nem por isso Lênin descurou da tarefa imediata de seu partido e da forma que a revolução assumia naquele momento: a luta ideológica, “luta que pode e deve livrar-se unicamente com as armas ideológicas, pela persuasão amistosa¹⁹”. Veja-se que, mesmo numa situação de violência iminente, Lênin não defende o blanquismo, a insurreição a qualquer custo; ao contrário, prega alianças e compromissos com a renúncia de “uma parte das reivindicações próprias²⁰”, em nome de um acordo com “nossos adversários mais próximos, aos partidos ‘dirigentes’ da democracia pequeno-burguesa: os esseristas e os mencheviques²¹”. Trata-se de uma aliança tática, diferente de uma ligação orgânica e estratégica, como a que se dá entre operários e camponeses, mas a evolução da situação política não permite mais qualquer acordo como esse que Lênin chegou a propor publicamente²².

Mao Tsé-tung

Outro revolucionário marxista que deixou indicações estratégicas importantes para a luta de classes no Ocidente foi, paradoxalmente, Mao Tsé-tung. Apesar de agir num terreno nacional onde a sociedade civil era mais “primitiva” do que a russa, portanto em condições políticas ainda mais distanciadas do Ocidente, ele soube relevar alguns aspectos substanciais imprescindíveis do marxismo: a necessidade de mediações entre os princípios abstratos e a realidade concreta; o papel da cultura e dos intelectuais; a revolução como um processo de longa duração; a análise de classes em sua especificidade concreta e, corolário disso, uma política de alianças; a dialética das contradições principais e secundárias e do aspecto principal e secundário de cada contradição; etc.

Num de seus raros artigos filosóficos, de notável importância, escrito em 1936, Mao desenvolveu a idéia de práxis, impugnando qualquer reducionismo praticista e anti-teoricista:

“A prática social do homem não se reduz a sua atividade na produção, mas tem muitas outras formas: a luta de classes, a vida política, as atividades científicas e artísticas; em resumo, o homem como ser social participa em todos os domínios da vida prática da sociedade²³”.

Em agosto de 1937, o líder chinês escreveu sua obra filosófica mais importante (assim ressaltada mais tarde por Althusser no seu *A favor de Marx*), particularmente num

momento mais estéril da produção teórica dos partidos comunistas, marcado pelos excessos burocráticos e anti-teoricistas do stalinismo²⁴. Escrito como base de suas conferências no Instituto Político e Militar Anti-Japonês, *Sobre a contradição* definia dialeticamente o aspecto principal e secundário de cada contradição de forma móvel, de acordo com o momento histórico; tratava-se de uma visão simultaneamente estrutural das contradições sociais, admitindo a primazia, em última instância, da base econômica e da prática material, e uma visão histórica, em que, articulados numa totalidade, os aspectos principal e secundário mudam de posição e se tornam sobredeterminantes de acordo com o momento. Essa visão genético-estrutural era assim definida:

“É verdade que as forças produtivas, a prática e a base econômica desempenham por regra geral o papel principal e decisivo; quem nega isso não é materialista. Mas há que admitir também que, sob certas condições, as relações de produção, a teoria e a superestrutura desempenham, por sua vez, o papel principal e decisivo. Quando o desenvolvimento das forças produtivas se faz impossível sem uma mudança das relações de produção, essa mudança desempenha o papel principal e decisivo. A criação e divulgação de uma teoria revolucionária desempenha o papel principal e decisivo em determinados momentos, referindo-se aos quais disse Lênin: ‘Sem teoria revolucionária, não pode haver tampouco movimento revolucionário’. (...) Quando a superestrutura (política, cultura, etc.) obstaculiza o desenvolvimento da base econômica, as transformações políticas e culturais passam a ser o principal e decisivo. Estamos indo contra o materialismo ao afirmar isto? Não²⁵”.

Durante alguns meses do ano de 1930, predominou no Partido Comunista Chinês (PCC) a chamada linha de Li Li-San, transposição dogmática das formas de luta da Revolução Russa para a China. Li Li-San, então o principal líder do PCC, organizou levantamentos armados aventureiros nas principais cidades chinesas, todos derrotados. Até 1935, essa linha permaneceu, modificada por outros líderes que defenderam a bolchevização do PCC. Até 1936, o partido e o Exército Vermelho haviam perdido 90% dos seus membros e das suas bases de apoio logístico.

Para se ter uma idéia, o PCC, preso à influência soviética, proclamara, em novembro de 1931, em Kiangsi, a República Soviética da China, controlando seis distritos; em 1934, Chiang Kai-Shek (líder nacionalista do Kuomintang) lidera uma ofensiva anticomunista com 500 mil homens apoiados por aviões de combate contra as bases do PCC; em outubro, após muitas derrotas, o Exército Vermelho do PCC inicia a retirada de Kiangsi e Hunan: 100 mil comunistas partem para a longa marcha terminada em outubro de 1935 por apenas 9 mil sobreviventes²⁶. Essa situação levou Mao à condição de líder máximo do PCC, com uma proposta de guerra popular prolongada e de retirada estratégica:

“O caráter prolongado de nossa guerra está determinado pelo fato de que as forças reacionárias são poderosas, enquanto que as forças revolucionárias só crescem de forma gradual. Aqui, a impaciência é prejudicial, e preconizar a decisão rápida é errôneo²⁷”.

Partia-se da noção do enorme poder do inimigo, da debilidade do PCC, da necessidade de um trabalho político



Mao Tsé-Tung

permanente junto às massas camponesas e de uma adequada política de alianças. Num texto de março de 1926, Mao já fazia uma análise das classes sociais na China, dando primazia à aliança do proletariado com o campesinato (campo popular) e com a burguesia nacional²⁸. Esse período, da primeira guerra civil revolucionária, se abre em 1924 e se encerra com o massacre de Xangai em 1927, e a burguesia nacional abandona o campo popular e se torna um “apêndice da grande burguesia”. No período seguinte, a segunda guerra civil revolucionária, de 1927 a 1937, o PCC encontra-se afastado e oposto à burguesia e detém a “hegemonia absoluta” no campo popular²⁹. Inicia-se então a fase da guerra de resistência contra o Japão, em que o PCC alia-se ao Kuomintang para derrotar o invasor fascista. Entre 1945 e 1949, ocorre a terceira guerra civil revolucionária, e o PCC alia-se à pequena burguesia urbana, à burguesia nacional de esquerda e ao campesinato; dirigidos pela classe operária, eles formam o seu próprio Estado³⁰, consoante define Mao em junho de 1949.

Alguns viram nessa guerra popular prolongada um parentesco com a guerra de posições *gramsciana*. Isso pode, evidentemente, ser estabelecido tanto na relevância que Mao confere aos aspectos políticos e superestruturais em geral quanto na idéia da estratégia de guerra prolongada aliada a uma tática de batalhas de decisão rápida, pois, conforme Göran Therborn:

“Para ambos, a revolução socialista é uma guerra prolongada, não resultante de um só golpe insurrecional. Ambos pensam que o problema da mobilização não se reduz a ganhar a maioria da classe operária, mas que é igualmente importante vincular a luta do pro-

letariado com a de outras classes e estratos oprimidos. Gramsci utiliza uma metáfora militar, ‘guerra de posições’, para fazer ressaltar a importância vital que, dentro de sua estratégia, concede à ideologia. Por outro lado, a idéia de Mao da guerra popular se referia de maneira não-metabólica à guerra de desgaste que a tecnologia proletária de organização militar estava travando³¹”.

Mas as semelhanças não apagam as diferenças e especificidades, porque Mao agia num terreno nacional e histórico muito diferenciado do Ocidente europeu – fato por ele mesmo afirmado no seu famoso artigo de janeiro de 1930 e desconsiderado por autores como Macciochi e Therborn:

“Apesar de que as forças subjetivas da revolução chinesa são débeis na atualidade, o é também toda a organização (o poder, as forças armadas, os partidos etc.) das classes dominantes reacionárias, organização que se baseia na atrasada e frágil estrutura social e econômica da China. Assim se explica porque a revolução não pode explodir imediatamente nos países da Europa Ocidental, onde, ainda que as forças da revolução sejam talvez algo mais poderosas que na China, as classes dominantes reacionárias têm um poderio muitas vezes superior ao que possuem as classes dominantes reacionárias de nosso país³²”.

A “organização” superestrutural abrange desde o núcleo coercitivo do Estado até a sociedade civil primitiva chinesa, restrita aos partidos débeis e às poucas universidades, sindicatos etc.; o Estado, por seu turno, também é débil, pois não é suficientemente centralizado — como se vê, são características ainda mais atrasadas que as da Rússia. No Ocidente, as classes dominantes, assim parece indicar Mao, dispõem daquilo que falta à China: um poder armado unificado e partidos políticos sólidos.

Isso levou Mao a defender a dominância da guerra de movimento na revolução chinesa, pois, para um Exército Vermelho sem munições e suprimentos, sem grandes bases de apoio e num território imenso e pouco industrializado e urbanizado, a guerra de posições só pode ser eventual. Aqueles que contrariavam o caráter guerrilheiro e a mobilidade do Exército Vermelho agiam erroneamente “como se fossem governantes de um grande Estado” (Mao), com uma retaguarda técnica e industrial que permitiria uma guerra de posições. Mao percebeu que o Estado era uma resultante da correlação de forças da sociedade chinesa, e que, nesse caso específico, a dualidade de poderes podia se prolongar por muito tempo, posto que a unidade de classe do Estado chinês era inorgânica mesmo do ponto de vista militar, com chefes militares locais, o exército do Kuomintang, a ocupação japonesa, a defecção de setores de esquerda da burguesia nacional e a presença militar do PCC em parte do território. Por isso, a “república democrática de operários e camponeses”, proclamada na época em que os comunistas estavam afastados da burguesia nacional (segunda guerra civil revolucionária) era definida por Mao não propriamente como um Estado pleno, pois o “nosso poder está todavia muito longe de ter a forma completa de um Estado³³”.

Só com o desenvolvimento da revolução, quando o PCC consolidou grandes territórios fortificados e com produção maior, a guerra de posições assumiu importância, mas

nunca na forma exclusivamente política e cultural sem a dominância do aspecto militar. O prolongamento da revolução chinesa foi um prolongamento *de movimento* e militarizado, nunca uma guerra de posições *gramsciana* que reduz o movimento apenas ao momento de desbaratar o núcleo coercitivo do Estado. Essa distinção é fundamental para que se evitem desvios militaristas em formações sociais industrializadas e complexas.

A estratégia "ocidental"³⁴ (Gramsci)

Estado Ampliado

Sociedade Civil	Estado Restrito
Hegemonia	Sociedade Política
Instituições Privadas de Hegemonia	Aparelho Burocrático-Repressivo
Consenso	Coerção

A noção de Estado ampliado não surge, como já foi dito, em oposição à teoria embrionária desenvolvida por Marx e Engels, e sim com outro estatuto categorial, para asseverar que o papel do Estado ocidental ultrapassava o nível da mera coerção. Entretanto, o núcleo da coerção se localiza, tal qual em Marx, na distinção sociedade política X sociedade civil.

Para o proletariado, isso implica a capacidade de construir uma hegemonia sobre o conjunto das classes subalternas, na forma de uma direção moral e intelectual que precede o segundo momento, em que se conquista o poder de Estado e se desbarata a máquina repressiva burguesa, substituindo-a pelo proletariado armado: nesse momento, a hegemonia se define como consenso mais coerção.

A noção de hegemonia como direção e síntese de interesses de várias frações de classes subsumidos aos interesses da classe operária encontrou em Gramsci a sua elaboração teórica superior. O comunista sardo não se limitou a repetir os "clássicos", mas incorporou novos elementos à análise: a hegemonia não é apenas a "representação" que se esgota no processo de luta política, ela é a tradução da idéia de "classe universal" hegeliana para o terreno da práxis.

Mas, ao fazer isso, Gramsci seguiu os passos do jovem Marx, o qual já adotava, na Introdução à *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843), o conceito de "classe universal", cujos objetivos se confundem com os de toda a sociedade. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels afirmavam:

"A classe revolucionária aparece de antemão só pelo fato de contrapor-se a uma classe, não como classe, senão como representante de toda sociedade, como toda massa da sociedade, frente à classe única, a classe dominante. E pode fazê-lo assim, porque no início seu interesse se harmoniza (...) com o interesse comum de todas as demais classes não dominantes (...) ³⁵".

Não há dúvida de que Marx propugnava um arco de alianças cuja delimitação é rigorosamente idêntica à de Gramsci: em torno das "classes não dominantes". Essa mesma posição atravessa o *Manifesto comunista*, *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* etc. no que tange à ação do



Gramsci

proletariado na sua revolução, anticapitalista, onde não aparece como apêndice de outras classes.

Há um modelo de hegemonia sugerido por Gramsci, que, ao contrapor hegemonia + coerção no Ocidente à predominância de coerção (Oriente), em termos simplificados, constitui um enorme avanço teórico nem sempre ressaltado em suas conseqüências políticas. Nicola Matteucci, insuspeito pela sua interpretação *croceana* e liberal de Gramsci, notou bem o conteúdo desse modelo:

"Mas ele (Gramsci) parece oscilar entre duas tipologias: aquela que contrapõe hegemonia-domínio, direção-ditadura, consenso-força, e aquela que, ao invés, contrapõe a ditadura com hegemonia à ditadura sem hegemonia. Certamente a segunda é mais evidente; e é também mais próxima a Lênin, porque, na medida em que se vê na sociedade política a sede da ditadura, se continua a ver o Estado, qualquer forma que este assuma (liberal ou autoritária), como o instrumento do domínio, como a organização da violência ³⁶".

Ou seja, o Estado, além do seu papel ideológico, torna-se condição *sine qua non* para a supremacia de uma classe. Portanto, ao proletariado não cabe somente dirigir amplas massas desfavorecidas, tornando-se protagonista de suas reivindicações, mas destruir o Estado burguês e constituir a sua ditadura (conteúdo de todo Estado moderno, seja enquanto conteúdo dominante, como no absolutismo feudal ou no regime fascista da burguesia, seja apenas determinante e sub-reptício, como no regime parlamentar). Essa linha interpretativa é também apresentada por Gruppi, que tenta depurá-la de confusões ressaltando o conceito de *supremacia* em Gramsci.

"A supremacia é domínio e direção. Pode-se dizer que é domínio e hegemonia. A hegemonia avança com a afirmação da capacidade de direção política, ideológica e moral daquela que, até tal momento, era uma classe subalterna ³⁷".

Antes da prisão, Gramsci já caminhava no sentido de uma reflexão madura sobre a disputa pela hegemonia, mas sem ilusões quanto à amplitude das alianças possíveis à classe operária. Seu ponto de partida era Lênin e a política de Frente Única do III Congresso da Internacional Comunista. Se é verdade que o próprio Lênin admitia até mesmo a variação das formas institucionais do poder socialista no Ocidente, afirmando a especificidade e as circunstâncias da Revolução de Outubro (vide *A revolução proletária e o Renegado Kautski*), o próprio Gramsci definia o "leninismo" como doutrina da hegemonia do proletariado³⁸, na famosa *Carta ao Comitê Central do PCUS* de outubro de 1926. O problema que ele se colocava era exatamente traduzir para a realidade italiana a política leninista de aliança operário-camponesa, pois "(...) o princípio e a prática hegemônica do proletariado são as relações fundamentais de aliança entre operários e camponeses³⁹".

E, referindo-se singularmente à Itália, em "A questão meridional", texto inacabado de setembro de 1926, diz Gramsci:

"O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora – que significa, na Itália, dadas as reais relações de classe existentes, que o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas⁴⁰".

Essa formulação gramsciana é uma das mais clarividentes de sua obra, e destaca o que é muito olvidado: a hegemonia não é tanto um estágio quanto um processo. Nesse sentido, é correto entender a hegemonia, num primeiro momento, como constituição da capacidade de direção operária sobre classes aliadas: nesse ínterim, a luta ideológica é dominante, sem excluir a preparação militar e os ensaios de confronto violento, luta econômica etc. Esse momento inicial do processo corresponde ao conceito de hegemonia como direção e consenso ativo dos aliados. A conquista da hegemonia prepara uma possível ruptura revolucionária⁴¹.

Uma vez rompido o poder de dissuasão da burguesia e instaurada a ditadura do proletariado, porém, a classe operária faz-se dirigente e dominante sobre toda a sociedade, portanto hegemônica; tendo transformado o Estado burguês e dirigido uma revolução, a tarefa de construção de uma nova sociedade pressupõe o alargamento da direção intelectual da classe operária, em detrimento do seu poder de coerção. A luta mais inglória se inicia: a conquista de mentes e corações para o comunismo (a "vontade coletiva" de Gramsci). Esse processo tende à reabsorção do Estado pela sociedade civil e ao desaparecimento das classes sociais. Em síntese, a hegemonia, enquanto processualidade, pode ser entendida como direção moral e intelectual num primeiro momento, e ditadura mais consenso num segundo momento, sem excluir as interconexões entre os dois momentos.

O segundo momento da hegemonia, coerção revestida de consenso, implica o momento estratégico da quebra violenta do núcleo do poder burguês (Estado restrito) e de instauração da ditadura do proletariado, conteúdo do regi-

me político que podemos definir como *democracia socialista* ou *República Democrática* (Engels). Destarte, certos institutos da democracia burguesa permanecem, dependendo das circunstâncias históricas, e convivem com a institucionalização do poder próprio das classes subalternas (conselhos, sindicatos, partidos, associações locais etc.).

Toda essa reflexão teórica parte da análise do *Risorgimento* (processo de unificação da Itália) comparativamente à Revolução Francesa. No *Risorgimento* ocorreu uma revolução passiva, ou "revolução sem revolução", através da qual a burguesia industrial setentrional, por uma série de compromissos com a aristocracia dominante, engendrou uma mudança conservadora na Itália, sem criar um novo Estado e um novo aparelho de hegemonia que fosse capaz de incorporar amplas massas populares à cidadania. O Partido da Ação (de Garibaldi), embora representasse os interesses populares, não se apoiava em nenhuma classe histórica específica e não se colocava um programa político que levasse em conta os interesses dos camponeses meridionais; já os moderados de Cavour conseguiram decapitar o Partido da Ação através do que Gramsci denomina *transformismo*, ou a absorção, nos quadros dos moderados, dos principais intelectuais orgânicos das camadas populares. A ausência de jacobinismo no *Risorgimento* levou a uma modernização conservadora que não operou transformações profundas nas estruturas arcaicas da sociedade italiana.

Desses ensinamentos Gramsci retirou a estratégia de constituição prévia da hegemonia do proletariado no Ocidente antes da conquista do poder especificamente político. Na Rússia, isso nem sempre foi possível porque o Estado era restrito, e cabia aos revolucionários não apenas criar uma institucionalidade própria, mas também uma institucionalidade democrática clássica sem tradição alguma, o que não só fracassou como permitiu a burocratização.

A estratégia insurrecional dos bolcheviques era adaptada à sua realidade concreta, embora não fosse meramente explosiva, pois incorporava o acúmulo de forças e o convencimento ideológico dos *soviets*. Ora, o momento da destruição do "Estado restrito", do núcleo duro do poder burguês, exige a ação insurrecional – dois dos fatores que diferenciam a estratégia bolchevique da "ocidental" são o tempo de acúmulo de forças e a complexidade desse acúmulo.

Conclusão

A dialética entre *Estado ampliado* (sociedade civil mais sociedade política) e *Estado restrito* (sociedade política) permite uma analogia: em Marx, o valor não é uma coisa, mas uma relação social de coerção econômica para extração de mais-valia, relação essa que *aparece* mediatizada pelo valor de troca. No mercado, tanto produtores de mais-valia como capitalistas aparecem como iguais; também o Estado ampliado é uma relação social entre as classes na sociedade burguesa "ocidental", cujos aparelhos, sejam ideológicos, sejam de coerção, *expressam* o equilíbrio dinâmico entre o poder real de cada classe, mas o fundamento desse equilíbrio reside, em última instância, na coerção.

Também o fundamento da relação de valor reside numa coerção de natureza econômica. O valor é uma relação

social que precisa ser representada, simbolizada num signo de valor concreto que a realize. No pensamento, a mercadoria aparece como valor de uso e valor de troca (este, separado materialmente daquele). Essa cisão que autonomiza o valor de troca, dando-lhe existência própria e separada, é simbolizada pelo dinheiro como potência autônoma, poder externo e alienado dos produtores de mercadorias. A atividade dos produtores, numa sociedade capitalista, se objetiva em mercadorias, cujo valor de troca é a forma social que medeia todo o intercâmbio e o entrelaçamento global desses múltiplos produtores; ou seja, o valor de troca, cindido da materialidade sensível e particularizada do produto, se autonomiza numa forma de existência puramente social: dinheiro.

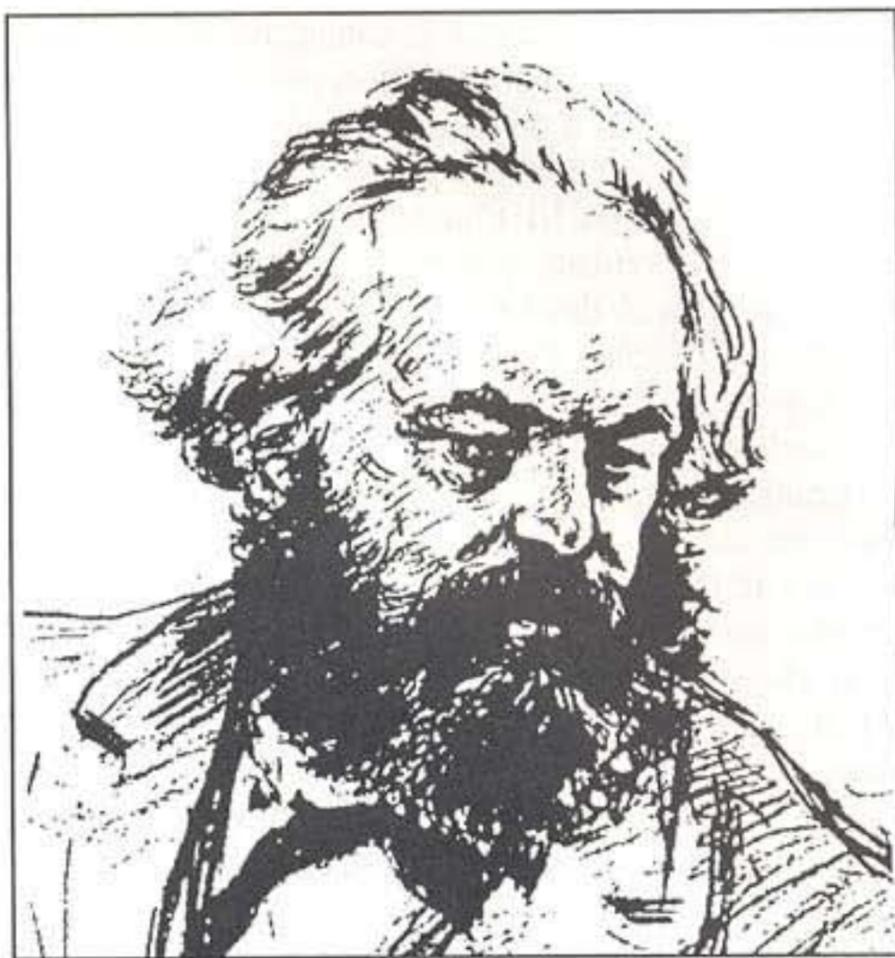
Também o Estado, como aparato, não passa de representação, signo de uma relação social que não poderá ser abolida em pouco tempo, mas cuja correlação de forças precisa mudar para se iniciar o seu processo de extinção; os operários não mudam o caráter da relação de valor com meras conquistas parciais, como maiores salários ou uma parcela maior da mais-valia tributada pelo Estado e revertida para os de baixo na forma de salário indireto (isso tudo, se obtido *ceteris paribus*, apenas reduz a taxa de lucro, mas não elimina a exploração).

A relação entre forma, valor e Estado é mais do que uma analogia, é uma correspondência definida pelo próprio Marx em *O capital* (capítulo 47, volume III) quando trata da gênese da renda fundiária capitalista. Há uma similitude entre a forma econômica de exploração e a relação de dominação política, sendo que esta “retroage de forma determinante sobre ela” (Marx):

“É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos (...) que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de Estado⁴²”.

O fundamento dessa relação é coercitivo e expresso na propriedade privada jurídica dos meios de produção; no capitalismo, a forma salário, como notou Marx amiúde em *O capital*, oculta essa coerção sob uma aparência de consentimento voluntário que pode transitar até o salário por peça, em que o voluntarismo dos trabalhadores é maior (se pensarmos nas novas técnicas japonesas de administração, em que a atividade do operário não apenas legitima a propriedade privada, mas a introjeta subjetivamente, então poderemos estender assustadoramente as assertivas marxianas); o caráter coercitivo do trabalho assume dominância no modo de produção escravista ou no modo de produção asiático, e é oculto sob a forma salário no modo de produção capitalista. Marx notou a sucessão histórica dessas formas assumidas pela exploração:

“A forma salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em (...) trabalho pago e trabalho não-pago. Na corveia, distinguem-se espacial e temporalmente, de modo perceptível para os sentidos, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra. No trabalho escravo,



Marx

vo, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus meios de subsistência, em que, portanto, realmente só trabalha para si mesmo, aparece como trabalho para seu dono. Todo seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não-pago aparece como trabalho pago. Ali, a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; aqui, a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado⁴³”.

Também Florestan Fernandes asseverou a natureza violenta do regime capitalista:

“(...) o regime de classes é o mais violento de todos. O que se explica sociologicamente por causa do modo de produção, que exige uma expropriação do trabalho organizada e crescentemente intensificável; da ordenação da sociedade civil, que estabelece a concentração de classe, ou seja, coloca nas mãos da burguesia quase toda a riqueza, prestígio social e poder, e com isso requer uma forte institucionalização da dominação de classe direta e, por conseguinte, uma “supremacia” ou “hegemonia” burguesa que pode mudar de formas ao longo da evolução histórica do capitalismo industrial, mas não muda de funções latentes e manifestas; e da existência do Estado democrático, que permite às classes possuidoras, principalmente aos seus estratos estratégicos dominantes ou elites no poder, intervir no controle dos processos sociais globais de estabilidade e mudança, suplementando e institucionalizando, assim, as funções da dominação de classe direta e proporcionando, o que é mais importante, a concentração e a centralização do poder real – ou poder especificamente político – nos órgãos de dominação estatal ou de dominação indireta da burguesia⁴⁴”.

No modo de produção capitalista, a violência permanece determinante, em última instância, manifestando-se de maneira tópica, quando os trabalhadores ocupam uma fábrica, por exemplo, e questionam o caráter individual da apropriação do produto social.

Igualmente, na política, o Estado ampliado e democrático impõe novas formas de luta. Os trabalhadores devem travar uma paciente guerra de posições para a conquista da hegemonia civil, criar sua própria institucionalidade alternativa, para somente depois transformar o fundamento do Estado burguês. A base oculta das relações sociais capitalistas, expressa no aparelho burocrático-militar (Estado restrito), é a força centrípeta que unifica a classe dominante em momentos de crise; tal coerção é *determinante em última instância*, embora o consentimento (nas democracias ocidentais) seja *dominante*; as variadas determinações do Estado, definidas na análise do objeto teórico (o modo de produção capitalista), aparecem transfiguradas no estudo de um objeto real, uma formação social concreta, mas seu vetor sobre-determinante pode estar oculto, nunca ausente. Isso levou Engels, num texto famoso pelas censuras grosseiras que a direção do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) lhe fez para permitir-lhe a publicação, a *Introdução às lutas de classe em França*, a afirmar que a mera luta de barricadas estava já superada, e, com ela, o mero assalto insurrecional ao poder, sendo necessário, antes do “grande ataque decisivo”, ir “avançando lentamente, de posição em posição, em uma luta dura e tenaz⁴⁵”. Mas isso não eliminava a necessidade de se travar a luta violenta de quebra do poder concentrado das classes dominantes. Apenas era preciso, face à nova situação, conquistar posições no interior da sociedade civil (maior espaço eleitoral e na opinião pública, nível de organização de massas etc.) que pudessem compensar o incremento das técnicas de dominação obtido pela burguesia. Num trecho censurado pelo SPD, Engels diz:

“Quer dizer isto que, no futuro, os combates de rua não desempenharão papel algum? Nada disso. Quer dizer unicamente que, desde 1848, as condições se fizeram muito mais desfavoráveis para os combatentes civis do que para as tropas. Portanto, uma futura luta de rua só poderá vencer se esta desvantagem da situação se compensa com outros fatores⁴⁶”.

Mas reduzir a disputa de hegemonia à institucionalidade burguesa, priorizando o parlamento, como se a hegemonia fosse apenas a somatória do número de deputados, é fazer uma leitura das aparências, apanhar as relações como coisas, fetichizando-as, reificando o Estado nos seus aparelhos. Uma relação social se altera quando um dos seus elementos acumula poder, objetivado em novas instituições, e não quando ocupa instituições que servem a uma outra lógica de dominação. O parlamento e o executivo são importantes para elevar a disputa de hegemonia a um novo patamar, como notou Engels, mas sua mera ocupação não muda seu caráter de classe e sua função indireta na reprodução ampliada do capital. A própria rotina do Estado (restrito) é antidemocrática, não incorpora novos direitos; destarte, Lênin pedia (*O Estado e a revolução*) a rotatividade nos postos burocráticos, para se evitar um antagonismo estrutural entre uma classe que realiza trabalho produtivo e outra que vive da mais-valia social gerada por aquela. Como se vê, a alternância no poder de diversos partidos e o pluralismo político estão no cerne da reflexão lenineana (nem sempre praticada, por diversos motivos que não convém aqui desenvolver).

Enfim, as determinações constitutivas do Estado precisam ser mediatizadas e transfiguradas em cada formação concreta, para que não se cometa o equívoco do dogmatismo exemplificado no esquerdismo, como foi o caso da política de classe contra classe no seio da III Internacional Comunista. Esta, vendo a burguesia como um todo sem contradições, rejeitou a aliança com a social-democracia alemã e facilitou objetivamente a ascensão do fascismo, estratégia que depois foi retificada pelas teses de Dimitrov, defensor da vitoriosa frente única antifascista.

Na atualidade, as classes subalternas têm como tarefa superar a mera fraseologia revolucionária e o esquerdismo dogmático, objetivamente separado do movimento operário, bem como o mero empirismo pragmático, para passarem ao que a luta de classes traz em seu íntimo: a acumulação de forças para a transformação democrática da sociedade brasileira – lenta e gradual, se as condições permitirem, rápida e fulminante, se assim a situação exigir; em qualquer um dos casos, porém, é preciso acumular forças numa longa guerra de posições no movimento social e na institucionalidade alternativa por este criada, bem como nas instituições tradicionais, tais como o parlamento e os executivos.

LINCOLN SECCO é membro da Coordenação do Núcleo de Estudos de *O capital*, do PT de São Paulo, e da editoria da revista *Praxis*.

Notas

(1) Uma adequada história da evolução do conceito de sociedade civil de Hegel a Gramsci, in: BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1987. Contudo, Bobbio afirma que tanto em Marx como em Gramsci a sociedade civil seria o momento ativo da dualidade dialética, só que em Marx ele seria infra-estrutural, e, em Gramsci, superestrutural. Mas, como já se afirmou, “É preciso ver que, se Gramsci usou uma expressão já usada por Marx com outro sentido para designar um novo conceito que estava formulando (...), isso não significa que, juntamente com o nome, devesse forçosamente deslocar ou importar a função (determinante) da sociedade civil. Afinal, se o conceito de sociedade civil em Gramsci não é o mesmo que em Marx, como Bobbio tão bem demonstrou, por que então atribuir à sociedade civil a mesma função determinante?”. MOCHKOVITCH, L.G. *Gramsci e a escola*. São Paulo: Ática, 1992, p.30.

(2) MARX, K. e ENGELS, F. *La ideologia alemana*. Barcelona: Grijalbo, 1974, p.38.

(3) Idem. *Obras Escolhidas*, v. I. Lisboa: Avante/ Moscou: Progresso, 1982, p. 109.

(4) id., *ibid.* p. 454.

(5) id., *ibid.* v. III, p. 24.

(6) Uma excelente apreciação dos motivos que condicionam uma visão fetichizada do Estado, mostrando sua constituição histórica nos marcos teóricos da crítica da economia política: FRANCO, Luís. *Notas históricas sobre as origens do fetichismo do Estado*. São Paulo, inédito, 1995.

- (7) id., *ibid.* p. 161.
- (8) Para uma análise da questão do trabalho produtivo e improdutivo, vide: SECCO, L. "Trabalho produtivo e serviços educacionais", in *Universidade e Sociedade*, n. 8, Brasília, ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 1995.
- (9) MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983-5, V. III, T. 1, p. 151.
- (10) Aqui cabe uma distinção: os trabalhadores improdutivos do ponto de vista do capital social (bancários, seguranças, advogados etc.) diferem daqueles cujos serviços revertem diretamente para o consumo produtivo da classe operária (professores até certo ponto, médicos, empregados dos transportes etc.), o que indica o caráter tático ou estratégico de cada aliança estabelecida pela classe operária. Quanto à "exploração" dos trabalhadores do comércio, por exemplo, embora não produzam mais-valia: explorar, aqui em sentido extra-econômico. Um trabalhador improdutivo também trabalha uma parte da jornada de trabalho para si, percebendo um salário, e uma parte para o capitalista, que constitui uma mais-valia, porém esta não é gerada ali, o que ocorre é uma transferência de valor do âmbito da produção que necessita de trabalho improdutivo para realizar (vender) as mercadorias; desse modo, o capitalista comercial, por exemplo, cobra do capitalista industrial os custos de circulação que deveriam ser representados só pelos salários dos comerciantes, se também não incluísse o lucro comercial – é assim que o capital comercial fraudava a sociedade cobrando um custo maior do que tem; ou, em outras palavras, rouba da sociedade o que não paga totalmente aos seus empregados. Mas uma paralisação dos trabalhadores do comércio e de várias categorias improdutivas não deixa de ter uma potencialidade revolucionária, se não se tratar de uma demanda exclusivamente corporativista. Vide: id., *ibid.* p.224-225. Também: SECCO, L. "Trabalho produtivo em Marx", in: *O ensaíador*, n.1. São Paulo: USP-Instituto de Física, 1994.
- (11) Vide MARX, K. *O capital*. Op.cit., v.III, t. 1, pp.65, 83, 85, 86, 90, 123, 140, 159, 160 etc.
- (12) GRAMSCI, A. *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*. Torino: Riuniti, 1991, p.48.
- (13) LÊNIN, V.I. "La Dualidad de Poderes", in *Entre dos revoluciones*. Moscou: Progreso, 1981, p.71.
- (14) id., *ibid.* p. 73.
- (15) id., *ibid.* p. 73.
- (16) GRAMSCI, A. *Revolução Russa e União Soviética*. Amadora, Portugal: Fronteira, 1977, p. 26.
- (17) LÊNIN, V.I. "Las tareas del proletariado en nuestra Revolución", in *Entre dos revoluciones*, op.cit., p. 80.
- (18) id., *ibid.* p. 78.
- (19) id., *ibid.* p. 81.
- (20) id., "Acerca de los Compromisos", *ibid.* p. 373.
- (21) id., *ibid.* p. 374.
- (22) id., *ibid.* p. 378.
- (23) TSE-TUNG, Mao. "Sobre la practica", in *Obras escogidas*, T. 1. Pekin: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1976, p. 318.
- (24) Mao relevou o papel da superestrutura neste texto antes mesmo que Stálin corrigisse sua visão unívoca de que a base determinava a superestrutura. SCHRAM, S.R. "Mao Tse-Tung", in BOTTOMORE, T. (ed). *Diccionario do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 232.
- (25) TSE-TUNG, Mao. "Sobre la contradiccion", in *Obras escogidas*, op.cit., p. 358-9.
- (26) COGGIOLA, O. *A Revolución Chinesa*. São Paulo: Ed. Moderna, 1985, p. 40.
- (27) TSE-TUNG, Mao. "Problemas estratégicos de la guerra revolucionária de China", op.cit., p. 264.
- (28) id., "Análisis de las Clases de la Sociedad China", *ibid.* pp. 9-18.
- (29) id., "Problemas estratégicos...", op.cit., p. 207.
- (30) id., "Sobre a ditadura democrática popular", in *Obras escolhidas*, T. 4. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 646.
- (31) O autor observa que os dois revolucionários viram o problema da base de massas da dominação burguesa mas não arrostaram concretamente a democracia burguesa, de tal forma que o "gramscianismo" (dos seguidores, obviamente) correria o risco de converter-se num "narcótico do marxismo ocidental". Cf. THERBORN, Goran. *Como domina la clase dominante?* 4. ed. México: Siglo XXI, 1989, pp. 308-309. Vide também: MACCIOCHI, M.A. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp. 214-19.
- (32) id., "Una sola chispa puede incendiar la pradera", in *Obras Escogidas*, cit., p. 127.
- (33) id., "Problemas estratégicos...", *ibid.* p. 260.
- (34) Uma pequena parte deste item é uma transcrição de um trecho de outro artigo nosso: SECCO, L. "Crise e revolução em Marx e Gramsci", in: *Princípios*, n. 35. São Paulo, nov./dez.1994/ jan.1995.
- (35) MARX, K. e ENGELS, K. *La ideologia alemana*, op. cit., p.52.
- (36) MATTEUCCI, N. *Antonio Gramsci e la filosofia de la prassi*. 2. ed. Milano: Giuffrè, 1977, p.157.
- (37) GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad. C. N. Coutinho. 3. ed. Rio: Graal, 1991, p.79.
- (38) GRAMSCI, A. *Revolução Russa e União Soviética*, op. cit., p. 149.
- (39) id., *ibid.* p.147.
- (40) GORENDER, J. "Coerção e Consenso na Política", in *Estudos avançados*, v. 2, n. 3. São Paulo: USP, set./dez. 1988, p. 58.
- (41) MARX, K. *O capital*, op.cit., V.III, T.2, p. 251. Evidentemente, "inúmeras circunstâncias empíricas distintas, condições naturais, relações raciais, influências históricas externas etc. provocam "infinitas variações e graduações em sua manifestação, que só podem ser entendidas mediante análise dessas circunstâncias empiricamente dadas" (id.,*ibid.* p. 252). Marx diferencia uma vez mais a análise abstrata do capital na sua "forma pura" e as infinitas possibilidades de análises concretas de situações concretas.
- (42) MARX, K. *O capital*, op.cit., v.I, t. 2, p. 130.
- (43) id., *ibid.*
- (44) FERNANDES, F. *A ditadura em questão*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982, pp. 131-132.
- (45) MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escogidas*. Moscú: Progreso, 1983, p. 680.
- (46) id., *ibid.* p. 687.

Programa socialista

Em agosto, os comunistas brasileiros aprovaram seu primeiro programa para a transição e construção socialista em nosso país. Este é o seu texto integral.

Apresentação

O Brasil encontra-se em profunda crise de natureza estrutural. Fracassaram os projetos políticos e econômicos das classes dominantes. O país enfrenta graves problemas. Milhões de brasileiros vivem o drama da fome, do desemprego crônico, da falta de assistência e de moradia decente. A soberania nacional degrada-se com a política de submissão e de venda do patrimônio público aos monopolistas e aos banqueiros internacionais.

Prementemente, o Brasil necessita de novo Projeto Nacional, expressando o interesse da maioria da nação, orientado para a construção de uma nova sociedade, de liberdade, progresso e justiça social.

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, que defende o socialismo científico, apresenta aos trabalhadores e ao povo um programa de transformações radicais, possível de ser realizado com sucesso, capaz de promover o bem-estar da população e o desenvolvimento progressista da nação.

Indicando esse caminho, o PCdoB reafirma suas convicções inabaláveis na superioridade do sistema socialista sobre o capitalismo decadente. Embora temporariamente derrotado na ex-União Soviética e no Leste europeu, o socialismo vive e continua sendo a esperança dos explorados e oprimidos, de todos os que almejam a liberdade e o progresso social. A experiência vem demonstrando que onde o socialismo é eliminado voltam a aparecer, com o capitalismo, os terríveis males da velha sociedade – desemprego, fome, injustiças sociais, drogas, insegurança geral, ao mesmo tempo que ocupam a cena os políticos reacionários e fascistas, juntamente com especuladores, ladrões do dinheiro público, os que somente se interessam pelos lucros de toda a espécie.

O socialismo é o futuro radioso dos povos. Triunfará inevitavelmente com a luta decidida dos trabalhadores e das massas populares sob a liderança do Partido Comunista.

- I -

A crise mundial do capitalismo

1. A CRISE estrutural que atinge o Brasil, embora com características próprias, não é fenômeno apenas brasileiro. Faz parte da crise mundial do capitalismo-imperialismo, parasitário e em decomposição. Baseado no mo-

nopólio, esse sistema conduziu – como previram os clássicos do marxismo – à gigantesca concentração da produção e da renda nas mãos de um punhado de monopolistas que domina e explora o mundo inteiro. A concentração toma forma mais precisa no aparecimento dos oligopólios de feição multinacional. Uns poucos oligopólios controlam ramos inteiros de indústrias fundamentais instaladas em diferentes regiões do globo. E, a partir desse controle, submetem a economia de inúmeros países. Tal concentração manifesta-se igualmente no capital financeiro, no reforçamento da oligarquia financeira internacional que promove a espoliação e submissão, econômica e política, de grande parte das nações.

2. A DECOMPOSIÇÃO do capitalismo expressa-se claramente no aumento do parasitismo, uma das marcas salientes da crise mundial do capitalismo. Grandes recursos já não são aplicados em empreendimentos produtivos, mas na especulação financeira. Desviam-se somas consideráveis para operações nas bolsas de valores ou em meras transações lucrativas. Dinheiro ganha dinheiro sem passar pelos processos da produção, da criação de riquezas e bens materiais destinados ao consumo das populações em crescimento constante. Esse parasitismo acarreta inevitavelmente o afastamento de grandes massas do trabalho socialmente útil. A burguesia já não participa da atividade produtiva. A direção das empresas é exercida pelos executivos, pessoas contratadas a soldo elevado, o que demonstra que a sociedade pode prescindir dos capitalistas na direção e administração da economia. Os ricos burgueses levam uma vida parasitária, são rentistas, ou seja, gente que vive do rendimento de fabulosas fortunas alcançadas pela violenta exploração dos trabalhadores e dos povos. Em nada contribuem para o progresso e o bem-estar da sociedade.

3. O SISTEMA capitalista revela elementos reais de estagnação, fator aceleratório da crise. Um desses elementos consiste em que o capitalismo já não consegue envolver o conjunto da sociedade no processo da produção. Cada vez é maior o número de pessoas marginalizadas, carentes de trabalho. A estagnação reflete-se também no fato de que o capitalismo se atrasa sempre mais em relação às imensas possibilidades que o avanço da ciência e da técnica abre ao progresso da humanidade. Suas contradições internas

freiam a utilização ampla dessas possibilidades. Com o nível alcançado no terreno científico e tecnológico, o conjunto da população mundial poderia usufruir, no presente, uma vida tranqüila e feliz.

4. CONTUDO, o capitalismo ainda se desenvolve apesar do parasitismo e da decomposição. Tenta um novo padrão de crescimento baseado no advento da microeletrônica, da biotecnologia e da revelação da estrutura do núcleo do átomo, que permite o surgimento de novos e modernos inventos tecnológicos aplicados em diversos domínios. Mas esse progresso no campo da tecnologia circunscreve-se a poucos países, os mais altamente industrializados, que dele se servem para impor sua hegemonia em âmbito mundial. É monopólio de pequeno grupo. A chamada tecnologia de ponta, um dos principais instrumentos para a obtenção de lucros extraordinários, visa assegurar a supremacia de diminuto número de países imperialistas sobre o mundo inteiro.

5. A CRISE do sistema capitalista-imperialista, decorrente das contradições que encerra, aprofunda-se incessantemente. Revela-se na recessão prolongada, nos tremendos desajustes sociais, na inflação persistente, no desemprego estrutural, na corrupção generalizada, na fome e miséria que se estendem por toda a parte, no abismo que separa os países ricos da imensa maioria das nações, na degradação da sociedade capitalista.

6. O CAPITALISMO é regime obsoleto, historicamente superado. Não tem condições de resolver os graves problemas por ele mesmo criados. Enquanto perdure, prosseguirá a decomposição do regime, acentuar-se-á a degenerescência em todos os aspectos da vida da sociedade humana.

- II -

A classe operária explorada e oprimida em todo o mundo

7. DECORRÊNCIA da crise estrutural do capitalismo, a classe operária se torna sempre mais explorada e oprimida. Ao passo que a burguesia acumula imensos recursos financeiros, a classe operária que produz a riqueza passa grandes dificuldades. Em contraste com o enriquecimento gigantesco dos capitalistas, aumenta aceleradamente o empobrecimento relativo e absoluto do proletariado. Este é o resultado da feroz exploração, hoje maior que nunca, dos trabalhadores, com o crescimento continuado da cota de mais-valia roubada aos produtores. Apoiada na nova revolução industrial, a burguesia modifica radicalmente os métodos de produção que lhe permitem sugar ao máximo a força de trabalho. Com reduzido número de operários qualificados, submetidos a um sistema flexível de gestão e organização do trabalho, obtém maior e melhor produção, consegue lucros fabulosos. O avanço da tecnologia, que deveria facilitar as condições de trabalho e de vida do pro-

letariado, é utilizado pela burguesia para intensificar a exploração da classe operária.

8. APROFUNDA-SE a crise social que atinge os trabalhadores em todo o mundo. O capitalismo cria forçosamente a superpopulação relativa, em aumento contínuo, gente que não acha trabalho e vive como pária, sem dispor de meios para satisfazer suas mínimas necessidades. O número de desempregados alcança nível altíssimo. São centenas de milhões de trabalhadores inativos sem nenhuma possibilidade de engajar-se na atividade produtiva. Cresce incessantemente o mercado de trabalho informal. Muitos outros milhões só conseguem ocupação temporária. O processo de terceirização da produção agrava a situação e acresce a atividade precária. Essa grande massa marginalizada subsiste num ambiente de miséria e indigência. Boa parte não consegue abrigo permanente, mora na rua. A degradação física e moral da população laboriosa, abandonada à própria sorte, é cada vez maior.

9. ALÉM DO desemprego e da pobreza, a classe operária tem seus direitos sociais e políticos violentados pelo Estado burguês. Embora a produtividade do trabalho venha aumentando incessantemente, a jornada de trabalho mantém-se elevada. Os salários, a não ser para o pequeno número de trabalhadores qualificados, não atendem à elevação do custo de vida. As greves são reprimidas, quando não pela força, com a demissão em massa de grevistas. No terreno político, os operários são discriminados e alienados com a intensa campanha anticomunista e nacional-fascista realizada pela reação. Os partidos proletários revolucionários, perseguidos, enfrentam muitos obstáculos para desenvolver sua atividade sócio-política e ideológica.

10. A LUTA de classe do proletariado prosseguirá, ainda que refreada pela ofensiva anticomunista da burguesia. Abrange não apenas os que trabalham, mas também a massa de desempregados e marginalizados. O proletariado não tem outra alternativa: ou luta por sua emancipação ou se afunda na degradação crescente gerada pelo capitalismo em decomposição. Motor do desenvolvimento histórico, a luta de classes acabará sobrepondo o proletariado à burguesia.

- III -

O socialismo, sucessor histórico do capitalismo

11. O FUTURO grandioso de todos os povos está ligado à substituição do sistema capitalista pelo socialismo científico. É uma exigência do desenvolvimento histórico, consequência inevitável da luta de classes. A humanidade já passou por vários estágios em sua evolução – comunidade primitiva, escravismo, feudalismo e o capitalismo que ainda sobrevive em sua última etapa. Do sistema capitalista, passar-se-á a outra formação econômico-social, o

socialismo em marcha para o comunismo. Em 1917, ocorreu a primeira grande revolução socialista na Rússia, experiência que durou quatro décadas e demonstrou, apesar de certos erros e incompreensões na edificação da nova vida, a exequibilidade do socialismo e suas enormes vantagens sobre o capitalismo.

12. O SOCIALISMO científico se caracteriza pela abolição do sistema de propriedade privada dos meios de produção e pelo estabelecimento da propriedade social desses meios de produção. Põe em harmonia as relações de produção com o caráter social das forças produtivas. Extingue, assim, a contradição básica do capitalismo (socialização da produção e apropriação privada dos bens produzidos) que determina a sua própria existência. O socialismo apóia-se no trabalho livre e no amplo desenvolvimento da técnica para assegurar ritmos de crescimento e de produtividade capazes de impulsionar o progresso ininterrupto da sociedade e garantir o aumento constante do bem-estar material e espiritual dos trabalhadores e do povo. É um sistema destinado a liquidar a exploração do homem pelo homem.

13. O SOCIALISMO resulta da revolução que põe termo à dominação capitalista. Cria novo tipo de Estado, representando interesses de classes distintos dos da época anterior. O proletariado industrial, em aliança com o campesinato e as massas pobres da população, constitui o elemento principal da construção socialista. O Estado socialista baseia-se em instituições de caráter democrático, com a mais ampla participação dos trabalhadores. Garante a liberdade para o povo, desenvolve a cultura. Assegura o respeito às leis e aos direitos dos cidadãos. Defende as conquistas revolucionárias face às tentativas de retrocesso da contra-revolução burguesa.

O objetivo superior do socialismo é o comunismo. Gradualmente, o socialismo deve transformar-se na sociedade comunista onde já não existirá o Estado, que se terá extinguido, e na qual prevalecerá o lema: "De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade".

14. O SOCIALISMO inspira-se nas teorias científicas de Marx e Engels, desenvolvidas por Lênin e outros revolucionários proletários. A teoria ilumina o caminho da prática que abre clareira ao avanço da civilização. Dá força de convicção à realização das grandes idéias de transformação profunda da sociedade, impulsiona a atividade dos homens e das mulheres na conquista de estágios mais altos do progresso humano.

- IV -

O Brasil em crise estrutural

15. O BRASIL vive uma fase de encruzilhada histórica no seu desenvolvimento sócio-econômico e político. A superação dos obstáculos que dificultam o seu progresso é uma exigência incontestável.

a) Atraso secular

16. EM 1822 o Brasil conseguiu sua independência, livrando-se do colonizador português, várias décadas depois da Revolução Francesa e da Norte-Americana que abriram caminho ao capitalismo, então florescente. A proclamação da independência não alterou substancialmente o regime econômico-social existente. A escravidão prevaleceu até 1888. O capitalismo embrionário aparecia mesclado com o escravismo. Até quase a metade do século XX, o Brasil era um país essencialmente agrícola, onde predominava o monopólio da terra. Exportava produtos primários e importava os bens de consumo de que necessitava. Esse sistema mantinha o atraso do país e o tornava dependente das nações industrializadas.

17. COM A independência, o Brasil adotou o regime político monárquico, tipicamente de elite, carente de democracia, a serviço dos grandes proprietários de terra. Instaurada a República (1889), instituiu-se a forma de governo presidencialista, também elitista. As Forças Armadas, decisivas na implantação da República, exerceram durante longo período certa tutela sobre a nação. A classe operária, ainda incipiente, e o campesinato sem terra não gozavam de nenhum direito. O eixo principal da economia centrava-se na monocultura do café e, em parte, do cacau.

18. EM 1930, inicia-se nova fase na vida do país. Um movimento armado, principalmente de militares, derruba a velha República. Desfraldando bandeira liberal, esse movimento representa interesses da burguesia, que crescera na década anterior, e refletia também contradições inter-imperialistas em relação à espoliação do país. Os novos governantes, com Getúlio Vargas à frente, propõem democratizar o regime político, estabelecer condutos para as lutas sociais dos trabalhadores, quebrar o exclusivismo do poder em mãos dos latifundiários de São Paulo e de Minas Gerais. Incentivam a industrialização, mantendo, no entanto, intacto o sistema do latifúndio e a condição de país exportador de produtos primários. O regime político, nas décadas seguintes, sofre largos períodos de arbítrio, com a supressão de liberdades democráticas.

b) A industrialização

19. O PROCESSO de industrialização do Brasil toma impulso a partir do decênio de 40. O fator fundamental foi a criação da siderurgia nacional (CSN), seguido da exploração e do monopólio estatal do petróleo. Posteriormente, construíram-se potentes hidrelétricas. A produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, setor estratégico do desenvolvimento econômico, progrediu aceleradamente com a criação da Eletrobrás. Cresceu o setor siderúrgico, surgiram empresas modernas, como a Usiminas, a Cosipa e outras fabricantes de laminados planos e aços especiais. Instalaram-se indústrias básicas de caráter estratégico – material ferroviário, produtos químicos e petroquímicos, elaboração de minérios, fábrica de armamentos. Iniciou-se

a construção de aviões e ampliou-se a indústria naval. Expandiram-se outros ramos industriais.

20. A PARTIR do final dos anos 50, intensificou-se a abertura do país ao capital estrangeiro. Implantaram-se empresas multinacionais em setores fundamentais – automobilístico, eletroeletrônico, petroquímico, farmacêutico, mineração, máquinas e equipamentos, fibras artificiais e sintéticas, informática, material de comunicações. Também na indústria química e na área de distribuição de derivados de petróleo. As empresas estrangeiras beneficiaram-se de isenções de tributos e contaram com subsídios do Estado, em particular na compra de materiais destinados à sua produção, bem como no fornecimento de energia elétrica por preços abaixo do custo, provenientes de empresas estatais, o que afetava gravemente a rentabilidade dessas empresas.

21. APESAR de imensas dificuldades, o Brasil chegou a criar uma base mínima industrial diversificada para o seu desenvolvimento econômico. Essa base refletia inúmeras contradições que a tornavam extremamente vulnerável. Construiu-se com capital estatal, capital privado e o de origem estrangeira. O elemento principal foi o capital estatal (propriedade coletiva sob controle da burguesia), dada a debilidade dos recursos privados e a oposição durante muito tempo do capital forâneo. Mais adiante, tanto o capital privado nacional como o estrangeiro trataram de pôr a seu serviço a economia estatal, causando-lhe sérios danos.

22. A PAR desse processo de desenvolvimento econômico, desdobrou-se um programa de empréstimos externos estimulado pelos banqueiros internacionais com amplo apoio das classes dominantes, em particular durante o período da ditadura militar. O país endividou-se pesadamente, envolvendo as empresas estatais. Com o abusivo aumento, no exterior, das taxas de juros estendidas genericamente a todos os empréstimos já concedidos, a dívida externa alcançou cifras elevadíssimas. O pagamento dos juros acarretou pesado ônus à economia nacional, impossibilitando o seu ulterior crescimento. A dívida transformou-se num dos elementos principais da crise estrutural que vive o país.

23. A BASE mínima industrial construída com grandes sacrifícios está ameaçada de destruição. Faltam meios financeiros para investimentos produtivos. O pagamento de juros dos empréstimos internacionais impossibilita a acumulação de recursos internos para tais investimentos. As empresas estatais são privatizadas em prejuízo dos interesses da nação. Passam às mãos de grupos estrangeiros, direta ou indiretamente. Boa parte da indústria nacional arruína-se, desaparece sob pressão da nova ordem internacional imperialista, ou tenta adaptar-se, em condições de inferioridade, às imposições da oligarquia financeira mundial.

c) Capitalismo dependente

24. O DESENVOLVIMENTO capitalista adotado pelo Brasil é essencialmente dependente e deformado. As-

enta-se numa estrutura atrasada que tem por base o monopólio da terra e a subordinação aos interesses do capital monopolista, em especial o dos Estados Unidos. Considerável parcela das classes dominantes compactua com a espolição estrangeira, torna-se sócia menor dos imperialistas, em detrimento do progresso e da soberania nacional. O avanço do capitalismo no campo orienta a produção agrícola para o mercado exterior, controlado pelos monopolistas estrangeiros. Isso se relaciona, em certa medida, com o esquema de acumulação de divisas para pagar juros da dívida externa. O sistema financeiro do país submete-se às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos bancos estrangeiros. Grande parte da mais-valia aqui produzida é transferida para fora, seja na forma de lucros das multinacionais e de pagamento de juros, seja como subsídios e vantagens cambiais concedidas às empresas estrangeiras e aos exportadores. Esse procedimento entorpece a acumulação interna, dificulta os investimentos produtivos. O país demanda permanentemente o ingresso de capital estrangeiro, sempre mais oneroso e exigente, sem o qual não pode passar. A interferência no campo econômico e financeiro acarreta imposições de ordem política que abalam a soberania nacional. Acentua-se, assim, a dependência econômica e política do Brasil aos magnatas da finança internacional.

25. O DESENVOLVIMENTO capitalista dependente agrava-se ainda mais na fase atual de mundialização da economia. A concentração do capital e da grande produção nas mãos de uns poucos miliardários que dominam e ditam as regras do mercado e dos investimentos financeiros cria uma situação de maior dependência dos países débeis ou medianamente desenvolvidos. Visando ao completo domínio do mundo, a oligarquia procura liquidar as barreiras nacionais impondo sistemas econômicos prejudiciais às nações que tentam progredir de maneira independente. O neoliberalismo é uma expressão dessa política geral que, no Brasil, leva à privatização das empresas estatais produtivas, à desproteção do mercado interno sujeito à concorrência desigual dos monopólios estrangeiros, à destruição de ramos importantes da indústria brasileira. O país se vê coagido a priorizar uma forma de produção atrasada, complementar da economia dos países ricos.

d) Superadas as classes dominantes

26. O DESENVOLVIMENTO deformado da economia nacional, o atraso e a subordinação aos monopolistas estrangeiros e, em conseqüência, a crise econômica, política e social cada vez mais profunda são o resultado inevitável da direção e do comando do país pelas classes conservadoras. Constituídas pelos grandes proprietários de terra, pelos grupos monopolistas da burguesia, pelos banqueiros e especuladores financeiros, pelos que dominam os meios de comunicação de massa, todos eles, em conjunto, são os responsáveis diretos pela grave situação que vive o país. Gradativamente, separam-se da nação e juntam-se aos opressores e espoliadores estrangeiros. As instituições

que os representam tornaram-se obsoletas e inservíveis à condução normal da vida política. Elitizam sempre mais o poder, restringindo a atividade democrática das correntes progressistas. A modernização que apregoam não exclui, mas pressupõe, a manutenção do sistema dependente sobre o qual foi construído todo o arcabouço do seu domínio.

27. TAIS CLASSES não podem mudar o quadro da situação de capitalismo dependente e deformado. Sob a direção da burguesia e de seus parceiros, o Brasil não tem possibilidade de construir sua economia própria, de alcançar o progresso político, social e cultural característico de um país verdadeiramente independente.

e) Um novo caminho

28. NA ENCRUZILHADA histórica em que se encontra o Brasil, somente o socialismo científico, tendo por base a classe operária, os trabalhadores da cidade e do campo, os setores progressistas da sociedade, pode abrir um novo caminho de independência, liberdade, progresso, cultura e bem-estar para o povo, um futuro promissor para nossa Pátria.

29. É ATENDENDO a essa exigência objetiva da situação do país que o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, apresenta à nação um Programa de caráter socialista, condizente com a realidade e com as aspirações nacionais, plenamente realizável.

- V -

Programa socialista para o Brasil

30. AO APRESENTAR o Programa socialista, o Partido Comunista do Brasil baseia-se na teoria científica do marxismo-leninismo e na experiência histórica tanto do nosso país e do nosso povo como do movimento revolucionário mundial. Tem uma compreensão nova dos problemas que envolvem as transformações radicais da sociedade, tirando ensinamentos dos sucessos e insucessos da luta pela edificação do socialismo na ex-URSS e em outros países.

Considerações gerais

31. O PROGRAMA do PCdoB deve levar em conta as peculiaridades do país, sua formação histórica, seu desenvolvimento contido, suas tradições de lutas populares, seu proletariado industrial recente – um país atrasado e submetido ao imperialismo, no qual o fator nacional e democrático tem sido elemento motivador e dinamizador dos movimentos progressistas. O Programa deve considerar também o estágio do desenvolvimento econômico e a correlação de forças estratégicas no plano mundial. Embora em suas linhas mestras o socialismo científico seja idêntico em todos os paí-

ses, sua concretização em cada lugar exige ponderar as particularidades locais, nacionais. Essas particularidades dão feição própria ao regime avançado que substitui o capitalismo. O modelo único de socialismo é anticientífico.

32. A CONSTRUÇÃO do socialismo, visando a meta do comunismo, é processo complexo que engloba várias fases. Possivelmente, no Brasil, a transição do capitalismo ao comunismo, que compreende todo um período histórico, terá três fases fundamentais: a da transição preliminar do capitalismo ao socialismo; a da socialização plena; e a da construção integral do socialismo e passagem gradual ao comunismo. São fases interligadas e sem limites rígidos, de duração relativamente larga, que comportam também etapas intermediárias. A primeira fase é indispensável para alcançar as premissas econômicas que favoreçam a implantação integral do socialismo, tendo presente que o Brasil é ainda pouco desenvolvido.

33. A FASE da transição preliminar do capitalismo ao socialismo realizará gradativamente as transformações indispensáveis. Nessa primeira fase não haverá confiscação geral, socialização total, expropriação generalizada. As medidas radicais, ligadas às exigências iniciais da construção socialista, terão cunho parcial. Em qualquer circunstância, será respeitada a propriedade pessoal conseguida com esforço próprio, honesto.

34. O PARTIDO Comunista do Brasil, vanguarda consciente da classe operária, fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação, constitui a força dirigente da luta pela implantação e construção do socialismo. Sua liderança é fundamental na direção do Estado e no processo de formação da consciência social socialista. Apoiado na teoria revolucionária, é o portador e o intérprete do projeto de transformação progressista da sociedade. O Partido, no entanto, não se sobrepõe ao Estado e às organizações criadas pelo povo, não impõe arbitrariamente ou mecanicamente suas decisões. Nem substitui no poder as classes e as forças sociais que lhe deram origem. Dirige o sistema político como parte integrante desse sistema, utilizando, tanto no governo quanto na atividade social, o método da persuasão para viabilizar suas opiniões.

35. O PRESENTE Programa não aborda a construção geral do socialismo, mas os problemas relacionados com a primeira fase da transição do capitalismo para o socialismo. Traça o caminho da luta para alcançar o poder na situação atual, pressuposto básico para a execução do Programa.

O poder, a questão essencial

36. O PCdoB considera fundamental a instauração no Brasil de uma República de trabalhadores e de amplas massas do povo, unindo a população que habita o país, integrando as diversas regiões do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O princípio fundamental da República é a valorização do trabalho físico e intelectual, aliada

à solidariedade humana e ao esforço comum de edificação da vida socialista.

37. A QUESTÃO essencial para atingir esse objetivo é a conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados – o campesinato, as massas populares urbanas, as camadas médias e a intelectualidade progressista, sob liderança firme e conseqüente. Sem o poder político nas mãos das forças sociais com interesses distintos dos agrupamentos que sustentam a ordem capitalista vigente, torna-se impossível proceder às mudanças que se fazem necessárias.

38. A REPÚBLICA de trabalhadores e de amplas massas do povo é um Estado de cunho democrático, mas não liberal, Estado de direito no sentido de que se regerá por leis estabelecidas pelos órgãos eletivos e manterá a legalidade socialista. A base da organização estatal será constituída por assembléias populares, livremente eleitas, com ampla participação de trabalhadores da cidade e do campo. O órgão supremo do poder estatal é a Assembléia Nacional formada por mandatários populares eleitos em todo o país. O Governo Central será indicado pela Assembléia Nacional. O Executivo e o Legislativo harmonizam-se na elaboração e execução da atividade estatal. Adotam-se normas gerais de descentralização administrativa. O Judiciário, composto por tribunais e juizes eleitos pelo povo, assegura justiça rápida e gratuita. O poder local obedece, em linhas gerais, à organização do poder central. Quanto às Forças Armadas, sob a direção do poder central, serão constituídas por corpo militar estável e de alta qualificação profissional. Suas bases mais numerosas são os Comitês Populares de Defesa Civil.

39. O REGIME político garante amplas liberdades para o povo – de reunião, de associação, de manifestação do pensamento, de demonstração pública, de culto religioso, de movimento e de profissão. O exercício de greve é assegurado aos trabalhadores na defesa de seus direitos. Resguardado o interesse coletivo e os objetivos fundamentais do movimento transformador da sociedade, são respeitadas as divergências e contestações às diretivas do Governo e, igualmente, a diversidade de organizações e partidos políticos democráticos e progressistas, desde que respeitem a legalidade socialista. É garantido o direito de cidadania a todos os brasileiros e aos estrangeiros radicados no país. Serão abolidas e combatidas todas as discriminações de raça, nacionalidade, religião, em especial as que têm por objeto o negro. Às mulheres será garantida a igualdade de gênero. Os indígenas contarão com proteção especial, defesa e demarcação de suas terras e ajuda ao seu desenvolvimento étnico. O Estado assegurará condições materiais para o funcionamento das entidades populares, culturais e científicas.

40. A FIM de possibilitar melhor distribuição de renda e de elevar o *status* social da classe operária e do proletariado em geral, as conquistas sociais dos trabalhadores e sua ampliação, inclusive a redução gradual da jornada de

trabalho, merecerão destaque na aplicação do Programa socialista. Os sindicatos de molde classista desempenharão importante papel na defesa das reivindicações do proletariado, enquanto força produtora, e na organização das massas, visando ao aperfeiçoamento da produção e à sua participação ativa na edificação socialista.

A construção econômica

41. NA PRIMEIRA fase da transição, além de uma economia coletiva, propriedade do povo, haverá espaço para o desenvolvimento do capitalismo, em especial sob a forma de capitalismo de Estado, com o objetivo de acelerar o crescimento das forças produtivas e consolidar o novo regime.

42. A ECONOMIA socialista será centralizada e planejada para impedir a dispersão e a anarquia da produção. Mas a planificação atingirá somente os setores fundamentais. Manter-se-ão os mecanismos de funcionamento do mercado, operando particularmente na área de distribuição de bens de consumo e de serviços e sinalizando as exigências da sociedade. Não terá caráter de reguladora da produção. O Estado controlará as atividades do mercado.

43. HAVERÁ diferentes tipos de retribuição do trabalho, tendo como critério a quantidade e a qualidade dos bens e serviços produzidos. A contribuição tecnológica ou científica destinada a promover maior e mais rápido desenvolvimento das forças produtivas ou aperfeiçoamento de serviços sociais contará com retribuição especial.

44. SERÃO nacionalizados os bancos, tendo em vista o controle do sistema financeiro, bem como os portos e os meios de transporte essenciais.

45. SÃO OBJETO de exclusiva exploração do Estado os recursos estratégicos do solo e do subsolo, o sistema de telecomunicação, correios e telégrafos, a utilização e lançamento de veículos espaciais.

46. A ECONOMIA socialista será constituída inicialmente pelas empresas de caráter estratégico, que passarão à condição de propriedade coletiva de todo o povo; pelas usinas fundamentais geradoras de energia elétrica; pelas empresas monopolistas que, na atualidade, impedem o livre desenvolvimento do país; por outras empresas e serviços de interesse público. Incluem-se na economia socialista o sistema bancário nacionalizado, os portos e meios de transporte essenciais e o Fundo Agrário Nacional.

47. O SISTEMA de direção estatal da economia combinará a administração individual das empresas com o controle do coletivo de trabalhadores. Incentiva, no âmbito da orientação geral, a autonomia das empresas no que se refere à introdução de melhorias técnicas tendentes a elevar a produtividade e reduzir os custos, bem como para expandir as atividades das empresas.

48. A ECONOMIA capitalista de Estado compreende as concessões a empresários particulares, nacionais e estrangeiros, para incrementar indústrias e serviços necessários ao progresso do país; o sistema de consociação de empreendimentos estatais com produtores isolados; a associação de capital estatal com: o capital privado na construção e ativação de empresas fundamentais; e outros tipos de economia, todos sob o controle do Estado. Dar-se-á prioridade às empresas que adotem processos de desenvolvimento científico e tecnológico avançado.

49. A PROPRIEDADE privada compreende o livre funcionamento de pequenas e médias indústrias; de empresas industriais e de serviços que contribuam para o desenvolvimento nacional; do comércio privado em setores circunscritos; dos proprietários rurais admitidos pela reforma agrária.

50. A PROPRIEDADE cooperativa terá duplo caráter: socialista, reunindo principalmente camponeses pequenos e médios; privada, agrupando produtores capitalistas, ou artesãos e pessoas de profissões rudimentares.

51. A ECONOMIA socialista, de todo o povo, é a base principal do desenvolvimento. Deve aumentar continuamente seu peso específico no conjunto da economia. Regula e dirige o processo de crescimento e de melhor aproveitamento dos bens de produção e de consumo.

Desenvolvimento agrário e organização rural

52. O MAPA agrário do Brasil apresenta forte domínio do monopólio da terra, os latifúndios, sobre os quais se desenvolveu o capitalismo no campo. Há variados tipos de cultura agrária: sistema de plantações (café, cacau, cana etc.); agricultura de amplo consumo; criação de animais (gado de corte, porco etc.); produção de aves para o abate (frango, peru etc.); matéria-prima de combustível (álcool-motor); plantas oleaginosas; árvores frutíferas etc. A exploração do solo é feita, em grande parte, pela burguesia agrária e pelos latifundiários aburguesados.

53. LIGADOS ao campo, existem empreendimentos industriais de vulto que, combinados com a produção agrícola, formam unidades econômicas produtivas. É o caso da indústria açucareira e da produção de álcool-motor; da criação e industrialização de aves; da produção de celulose; de preparação de sucos cítricos e bebidas alcoólicas etc.

54. BASEADO na realidade do campo brasileiro e visando à construção do socialismo, o PCdoB estabelece a sua orientação geral nesse setor de atividade. Considera que a nacionalização da terra – meio de produção fundamental – é indispensável à construção da nova sociedade. Entretanto, nessa primeira fase de transição do capitalismo para o socialismo, o PCdoB adota posição

intermediária e transitória. Não haverá nacionalização da terra. Far-se-á reforma agrária antilatifundiária, que consistirá basicamente em:

- fixação de teto máximo para as propriedades rurais, segundo as diferentes regiões do país. Isso permitirá a exploração da propriedade do solo por capitalistas de médio e grande porte;
- o excedente do teto máximo e as terras devolutas, considerados de interesse social, constituirão o Fundo Agrário Nacional, utilizado pelo Estado para suprir as necessidades do amplo desenvolvimento das áreas rurais;
- apoiado no Fundo Agrário, o Estado garantirá o acesso à terra a todos os que nela queiram viver e trabalhar. Dará proteção e ajuda aos pequenos e médios produtores agrícolas.

55. A PRODUÇÃO do campo estará subordinada ao plano geral de desenvolvimento da economia do país, tanto no que se refere ao mercado interno como às exportações.

56. NÃO SERÁ permitida a formação de cartéis ou de monopólios.

57. AS EMPRESAS e setores produtivos da área rural que inviabilizarem, por meios fraudulentos, o abastecimento da população, ou sabotarem e desorganizarem a economia nacional, serão expropriados e passarão a integrar o patrimônio público.

58. SOMENTE o Estado, apoiado no Fundo Agrário, poderá promover o arrendamento de terras. O arrendamento objetiva incrementar a produção em larga escala por investidores capitalistas. Os proprietários que não desejem cultivar o solo deverão vender a propriedade.

59. OS PEQUENOS e médios produtores que alimentam de matéria-prima as indústrias agrárias receberão, além do valor do produto entregue, uma parte proporcional do lucro dessas indústrias.

60. OS ASSALARIADOS agrícolas, que constituem a parte principal da força de trabalho do campo, serão organizados em cooperativas de prestação de serviços. Contarão com pleno apoio do Estado para negociar condições de trabalho e salário com os produtores capitalistas. Onde existirem cooperativas desse tipo não será permitida a contratação de trabalhadores rurais avulsos.

61. O ESTADO incentivará a criação de cooperativas de pequenos e médios camponeses, que integrarão a economia socialista no campo. Essas cooperativas contarão com ajuda e apoio do Estado.

62. O ESTADO organizará a economia socialista no campo, criando empreendimentos que possibilitem a produção em ampla escala, utilizando métodos modernos, técnicas especializadas e de alta produtividade.

63. SERÃO criados Centros Experimentais de culturas agrícolas e estabelecimentos de sementes selecionadas e de mudas.

64. CRIAR-SE-ÃO em todo o território agrário escolas e cursos de qualificação de mão-de-obra e de aprendizagem de técnicas modernas.

Urbanismo e questão habitacional

65. O SOCIALISMO procurará resolver, gradativamente, os problemas das grandes cidades, que apresentam sérias deformações, bem como a questão habitacional em crise, que atinge o proletariado e a classe média em geral. Milhões de pessoas, particularmente nas cidades metropolitanas, não dispõem de residência decente, e boa parte nem sequer consegue abrigo seguro.

66. AS DEFORMAÇÕES existentes nas grandes cidades são originadas do capitalismo. De modo geral, as cidades foram construídas segundo os interesses dos capitalistas, à revelia das aspirações dos que nelas habitam. Incentivando a valorização do solo urbano, eles promoveram um tipo desordenado de edificações que afeta a estética urbanística e prejudica o ambiente sadio indispensável à vida da população. Monopolizaram os terrenos urbanos, o que repercute no encarecimento cada vez maior dos aluguéis.

67. A SITUAÇÃO dos grandes centros urbanos agravou-se com o afluxo populacional vindo de diversas regiões do país. Esse afluxo é provocado pela precariedade de meios de existência em inúmeras localidades. Os fatores determinantes são o êxodo rural e a carência de atividades econômicas em boa parte do território nacional.

68. O PARTIDO Comunista do Brasil defende o princípio de que todo trabalhador tem direito a uma habitação decente, em ambiente saudável e a baixo custo. Com esse objetivo e, em relação à situação atual, propõe:

- a nacionalização do solo urbano, que não poderá ser objeto de especulação capitalista. Cabe à sociedade dele dispor conforme as necessidades da população e o crescimento das cidades;
- a incorporação ao patrimônio público dos imóveis pertencentes aos grandes proprietários ou consórcios capitalistas, de modo a atender à demanda de residências para o povo e de locais para serviços públicos;
- os pequenos e médios proprietários de imóveis terão assegurado seu direito de propriedade; será garantida igualmente a propriedade coletiva dos edifícios residenciais;
- as cidades obedecerão a planejamento adequado à sua expansão e modernização. Prevalecerá o interesse social sobre o interesse privado.

69. A FIM de evitar o afluxo populacional às grandes cidades, impõe-se realizar melhor distribuição territorial da

população, firmada numa profunda reforma agrária que ajude a fixação do homem no campo e num desenvolvimento econômico equilibrado das distintas regiões do país.

Bem-estar social e defesa ambiental

70. O PROGRAMA do PCdoB aponta as realizações sociais e a defesa ambiental como elementos primordiais à obra de construção socialista, cujo objetivo, em última instância, é a elevação permanente do nível das condições de vida material e espiritual do povo trabalhador. Constituem, portanto, tarefas que devem acompanhar, passo a passo, a edificação econômica e política.

71. O ESTADO garantirá a todos os cidadãos condições dignas de vida, seguridade social, compreendendo saúde, previdência e assistência social, segundo os princípios da universalidade, integralidade e equidade. Dedicará especial atenção à proteção à infância, à maternidade e ao idoso, ao saneamento e à qualidade do meio ambiente, bem como à higiene e à segurança do trabalho.

72. O COMPLEXO da construção social e defesa ambiental abrange:

- a edificação de residências para o povo, na cidade e no campo;
- a criação de parques e locais de recreação pública;
- a construção de estádios, ginásios e pistas esportivas;
- a organização de creches e escolas infantis;
- a instalação de serviços comunitários, tais como restaurantes, lavanderias e outros serviços de interesse coletivo;
- a defesa do meio ambiente e do ecossistema; medidas para evitar a poluição do ar, dos rios, dos lagos e do mar;
- a proibição da destruição de florestas e manguezais;
- a proteção contra radiações nucleares.

73. A PARTICIPAÇÃO das grandes massas, de maneira independente, nessas tarefas, contribui para forjar o espírito de comunidade socialista que desempenha importante papel na transformação da mentalidade individualista e na afirmação do esforço coletivo.

74. SERÃO estabelecidas taxas mínimas para aluguéis de imóveis e utilização de serviços comunitários.

75. CONCEDER-SE-Á permissão para a construção de casa própria, propriedade individual ou de grupo.

76. COM o fim de descentralizar a administração pública e possibilitar maior iniciativa das massas trabalhadoras e populares, serão criados órgãos que supervisionarão as construções sociais e a defesa do meio ambiente, com a participação majoritária de membros eleitos pelo povo.

Desenvolvimento cultural

77. A TRANSIÇÃO para o socialismo exige amplo desenvolvimento de múltiplas atividades culturais destina-

das a elevar o nível de conhecimento do povo, impulsionar a construção socialista, ajudar a formação da consciência social progressista. Diferentemente da cultura da época burguesa, reservada à minoria, a nova cultura, em luta contra o obscurantismo e as idéias retrógradas, orienta-se no sentido de alcançar a maioria da população.

78. PROCEDER-SE-Á à elevação do nível cultural com a liquidação do analfabetismo e a disseminação do ensino laico, de boa qualidade, que assegure a todos conhecimento técnico-científico universal. Far-se-á a reforma universitária de conteúdo democrático e progressista, garantida a liberdade de cátedra e de pesquisa universitária.

79. SERÁ estimulado e apoiado o desenvolvimento das artes em todas as modalidades: plástica, literária, musical, coreográfica, teatral, cinematográfica, artesã-popular, sendo garantida, como instrumento de progresso artístico, a liberdade de expressão e de criação.

80. COM A finalidade de disseminar a cultura entre o povo, construir-se-ão bibliotecas, museus, teatros, centros de exposições artísticas, institutos de divulgação e pesquisa da memória histórica, em especial das lutas populares.

81. A FIM de impedir a difusão em massa de idéias e concepções decadentes e reacionárias e assegurar o acesso dos trabalhadores e do povo aos meios de ampla comunicação social, os canais de televisão e as estações de rádio serão convertidos em propriedade estatal, ou de Fundações ligadas a entidades sociais e culturais, ou de centros de Estudos e Pesquisas científicas, ou, ainda, das Universidades.

Ciência e tecnologia

82. A PASSAGEM do capitalismo ao socialismo reclama atenção particular ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Uma e outra, interligadas, constituem elementos essenciais à edificação de uma sociedade moderna. A atividade tecno-científica deverá estender-se a todos os setores que necessitam de conhecimentos mais profundos para avançar. Em especial, a ciência e a tecnologia devem impulsionar a construção econômica que, por sua vez, nelas se apoiará para progredir.

83. O ESTADO investirá recursos suficientes para a formação, em larga escala, de pessoal técnico-científico de alta qualificação. Criará bases sólidas de educação e investigação científica. Propiciará também locais adequados à experimentação e prova de tecnologia de ponta.

84. EM DIFERENTES regiões do país criar-se-ão Institutos e Centros de pesquisas especializados, que abarquem desde a biotecnologia ao setor espacial.

85. SEM menosprezar as aquisições tecnológicas estrangeiras, será indispensável desenvolver tecnologia pró-

pria ligada às características do país, que contribua para o seu desenvolvimento independente.

86. NO CAMPO da ciência, dar-se-á importância ao estudo da filosofia, do materialismo dialético e histórico e das ciências em geral, notadamente da ciência social, visando promover e preservar as grandes conquistas do marxismo. A teoria será posta a serviço da prática, e a prática considerada como fonte do conhecimento científico.

87. SERÁ garantida a difusão de opiniões diferenciadas de natureza técnica ou científica, e também do materialismo e do idealismo.

88. ESTIMULAR-SE-Á a formação de quadros capacitados teoricamente, capazes de generalizar a experiência do movimento revolucionário e da luta de classes, estribados na teoria do progresso ininterrupto da sociedade.

89. FAR-SE-Á intensa difusão da teoria socialista firmada no materialismo dialético, a fim de enraizar a cultura avançada entre as massas e consolidar o sistema do socialismo científico. A luta constante contra a ideologia burguesa, individualista e mesquinha, é fundamental para forjar culturalmente o novo homem e tornar definitivamente vitoriosos os ideais do proletariado revolucionário.

Internacionalismo e soberania nacional

90. OS COMUNISTAS defendem o internacionalismo proletário. Apóiam a luta de todos os povos por sua emancipação nacional e social. São solidários com as nações e povos socialistas que sustentam firmemente a grande bandeira do progresso social, da construção da nova sociedade, mais humana, justa, culta e civilizada. A luta contra o capitalismo é tarefa estratégica de todos os trabalhadores e povos oprimidos. Enquanto existir o imperialismo, haverá guerra, fascismo, injustiças sociais, feroz exploração do homem pelo homem. Somente o socialismo libertará a humanidade de séculos de opressão, humilhações e sofrimentos.

91. O PROGRAMA do Partido Comunista do Brasil põe, igualmente, em relevo a luta intransigente em defesa da soberania e da independência do nosso país, luta que envolve não somente os inimigos externos, cada vez mais agressivos, como também os inimigos internos, boa parte da grande burguesia e seus comparsas acumpliciados com os monopolistas estrangeiros. Essa luta constitui uma das grandes tarefas da época que vivemos. A conquista do socialismo é inseparável do combate firme e decidido por uma pátria livre, soberana e independente. Em última instância, o internacionalismo proletário, na situação atual, é também a defesa da soberania nacional de todos os países.

O caminho para alcançar o socialismo

92. O PROGRAMA socialista do Partido Comunista do Brasil é uma grande bandeira de combate em prol da transformação radical da sociedade brasileira em crise permanente, a proposta correta para eliminar a dependência do país dos monopolistas estrangeiros e acabar com o domínio das forças reacionárias sobre a nação, o meio eficaz de liquidar as injustiças sociais, terminar com a fome e a miséria que crescem aceleradamente no pólo oposto ao do enriquecimento fácil de uma minoria de privilegiados e corruptos.

93. MAS A conquista do socialismo é um caminho de árdua disputa com as classes retrógradas que dominam o país. São forças poderosas que não cederão facilmente as posições que detêm. A máquina do Estado está em suas mãos. Utilizarão o engodo e as promessas jamais cumpridas, o monopólio da mídia, recorrerão ao arbítrio, apelarão para o fascismo, não vacilarão em juntar-se aos intervencionistas estrangeiros a fim de tentar conter e esmagar o movimento progressista. Todos os que almejam uma pátria livre e soberana, que desejam avanços contínuos nos terrenos político, econômico, social e cultural, terão de enfrentar decidida e persistentemente as forças inimigas.

94. O CAMINHO para o socialismo passa pela realização de inúmeras batalhas em diferentes níveis com a ampla participação do povo. Não pode ficar restrito à esfera da propaganda revolucionária. É indispensável atuar no curso dos acontecimentos políticos cotidianos. Defendendo as idéias socialistas, para esclarecer e educar os trabalhadores e as massas populares, os comunistas estarão presentes nos pequenos e nos grandes combates que envolvam o povo, sejam por motivos políticos, sejam por reivindicações econômicas e sociais.

95. O PROLETARIADO revolucionário, defensor dos ideais renovadores da sociedade, precisa lutar por sua hegemonia no processo político em curso, fortalecendo o seu partido, o PCdoB, estabelecendo alianças e desenvolvendo-se politicamente. Deve ser capaz de atrair, em cada fase do grande combate que dirige, aliados políticos, ainda que vacilantes e temporários. As alianças políticas bem conduzidas ajudam a derrotar a reação e facilitam o agrupamento de forças com projeções estratégicas.

96. IMPORTÂNCIA particular na mobilização das massas, buscando isolar ou neutralizar os inimigos, tem a fixação de objetivos concretos de nível mais elevado. Nesse sentido, adquirem significado primordial a defesa da soberania e da independência nacional; a exigência de democratização ampla e profunda da vida do país; os reclamos da questão social em constante agravamento. São objetivos relacionados com a conquista do poder, visando tirar o Brasil do atraso e da pobreza, garantir a liberdade para o povo, afirmar a identidade nacional. Essa luta apresenta não apenas aspecto tático.

Perdurará por largo período e somente terminará com a vitória definitiva das forças progressistas. As classes dominantes não têm alternativa. Insistirão até o fim na política entreguista, antinacional, persistirão na via antidemocrática e anti-social.

97. SIGNIFICADO importante tem igualmente a atuação no campo eleitoral e parlamentar. Se bem que o Parlamento, tal como existe presentemente, seja uma instituição burguesa elitista e conservadora, constitui, entretanto, uma tribuna de luta política que permite, em certa medida, às correntes democráticas e progressistas, denunciar as mazelas do regime, reclamar direitos para o povo, defender a soberania nacional e a ampliação da democracia. A disputa eleitoral, ainda que viciada e desigual devido à força do poder econômico e aos privilégios dos grandes partidos conservadores, possibilita, de algum modo, o esclarecimento do eleitorado, e contribui para o fortalecimento das organizações políticas que representam interesses fundamentais da nação.

98. AS FORMAS de luta, variadas e de múltiplos aspectos, devem corresponder à situação de cada momento e ao nível de aceitação e compreensão das grandes massas. Seria errôneo artificializar métodos de luta que entorpecem o movimento de massas e isolam a vanguarda.

99. TODO O procedimento político e organizativo, relacionado com o caminho para o socialismo, objetiva acumular forças, ganhar prestígio e influência no seio do povo. A conquista do socialismo é obra das amplas massas, dos trabalhadores em geral, sob a liderança do Partido Comunista. Exige, na atualidade, a criação de uma sólida frente nacional, democrática e popular, reunindo partidos, personalidades políticas democráticas, organizações de massas, defensores da soberania nacional, agrupamento decidido a derrocar as classes reacionárias e a realizar as transformações de que o Brasil necessita.

100. TAREFA de primeiro plano para alcançar o socialismo é a construção de um forte Partido Comunista, ligado às massas, em particular à classe operária. A fim de cumprir sua missão histórica, o PCdoB precisa multiplicar sua força militante, ampliar sua influência política em todos os setores de atividade, aprofundar os conhecimentos teóricos, aprender da experiência positiva e negativa do socialismo na ex-URSS e em outros países. O Partido deve colocar-se à altura do Programa Socialista que apresenta aos trabalhadores e ao povo.

101. O SOCIALISMO científico não é uma perspectiva longínqua, inacessível. É uma exigência do desenvolvimento histórico. Sua realização vitoriosa depende da justa direção dos comunistas do Brasil e do mundo inteiro, resulta da luta tenaz e consciente das massas ansiosas por liberdade e justiça social.

Este documento foi aprovado na 8ª Conferência do Partido Comunista do Brasil e ratificado em reunião do Diretório Nacional do PCdoB, no 2º semestre de 1995.

A The Way Viagens e Turismo oferece:

Sete dias na

China, Cuba ou Vietnã.



CHINA:

Exuberantes paisagens naturais;
exótica e refinada culinária;
história e cultura milenares;
povo hospitaleiro e mais:
como a economia chinesa
tem se mantido num crescimento
de 10% anuais num momento em que o
mundo todo apresenta sinais de recessão?
Vá constatar com seus próprios olhos os
encantos e mistérios da China.

**A partir de US\$ 1.350 você terá:
Pensão completa e traslados aéreos e
de trem entre Beijin (Pequin), Xian, Xangai,
Hangzou e Beijin.**

**Não está incluso o trecho aéreo
S. Paulo - Beijin - S. Paulo.**

VIETNÃ:

É comum lembrar de guerra quando
se fala em Vietnã. Este país, no entanto,
é agraciado pela natureza. Possui um
paisagismo tão fantástico quanto sua história.
O Vietnã de cultura milenar, é hoje
um país em grande desenvolvimento
econômico e avançadas conquistas
nacionais e sociais.

**A The Way oferece a melhor proposta
para você conhecer o Vietnã. Confira!**



CUBA:

Cuba não é apenas a maior e mais bela
ilha do Caribe. Cuba é um país de gente forte
e bonita que emana alegria e simpatia.
Cuba é a história viva de um povo de luta
e de talento nas artes e nas ciências.
Vá com a The Way, conhecer de perto a
beleza, a magia e a história da ilha e do
povo de Cuba.

**Nossos pacotes a partir de US\$ 1.100 incluem:
Passagem aérea S. Paulo - Havana - S. Paulo,
sete dias em Havana ou Varadero com
hospedagens em excelentes hotéis com
café da manhã.**

A **The Way** ainda oferece preços promocionais
para viagens em grupo, com pacotes voltados
para o turismo. Ou viagens voltadas para
o conhecimento científico, como participação
em congressos, seminários, feiras, etc.

Ligue para a **The Way** e conheça também
nossos planos de turismo pelo Brasil.

The Way

Viagens e Turismo

Av. Paulista, 171 - 7º andar - Conj. 02
CEP 01311-000 São Paulo - SP
Fone: (011) 251 - 1446
Fax: (011) 287 - 3430

DIFERENÇA NÃO É SÓ DE FORMA. A DIFERENÇA É CONTEÚDO.

Assine e dê PRINCÍPIOS de presente no final do ano.

Assinatura anual (4 edições) - 30,00

Assinatura bianual (8 edições) - 55,00

Mande cheque nominal com seus dados. Se preferir, ligue ou escreva dando nº de cartão Credicard e vencimento. Ou telefone para que enviemos a revista junto com boleto bancário.

Editora Anita Ltda. - Rua Monsenhor Passalaqua, 158 - CEP.: 01323-010 - São Paulo - SP - Tel.: (011)287-6492

Números disponíveis para assinatura especial ou compra avulsa: 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37 e 38. Preço: R\$ 5,00

Assinatura especial

(9 edições: 5 passadas + 4) - 45,00

Uma luz no fim do túnel

Sociedade dos socialistas vivos. Luiz Marcos Gomes, São Paulo, Editora Anita, 1995.

Estamos apresentando um livro sobre o qual não sabemos o que mais destacar: se a lucidez dos conceitos ou a coragem política de enunciá-los no atual momento. Explicome: o livro de Luiz Marcos Gomes sai exatamente no momento em que uma *unanimidade* artificialmente forjada coloca a proposta neoliberal como a única solução para os problemas do capitalismo (eufemisticamente chamado de *democracia*) e, por extensão, para os problemas que se apresentam diante da sociedade brasileira. Essa unanimidade nós encontramos na mídia eletrônica, jornais, estações de rádio, pronunciamentos dos formadores de opinião, Congresso Nacional, Poder Executivo, financistas, banqueiros, grandes empresários e até nas lideranças sindicais. É como se, de um momento para outro, todos pensassem da mesma forma, acreditassem nas mesmas soluções, supusessem que o chamado *neoliberalismo* fosse, de fato, o fim da história.

Em primeiro plano, apresentam como solução para os problemas do Brasil a execução e o bom êxito do Plano Real, que se confunde – para grandes setores da opinião pública – com a pessoa do atual Presidente Fernando Henrique Cardoso. Este, depois de uma campanha populista e demagógica onde se propunha a *acabar com a pobreza*, surge como o executor de um programa de cunho elitista, perverso, no qual os pobres irão ficar cada vez mais pobres e numerosos, e os ricos, cada vez mais ricos. Tudo isso é apresentado sob o manto de um projeto de modernização cujo conteúdo é simplesmente de recolonização do Brasil através do modelo elaborado pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. A chamada grande imprensa, inteiramente submissa a essa estratégia de dominação, repete, assim como a tevê e outros veículos de comunicação de massa, que o Brasil encontrou seu destino, e que o atual governo é o predestinado a transformá-lo em uma nação moderna e esplendorosa.

E o que seria esta *modernização*? Ela seria um projeto que só pode ser entendido na sua *totalidade* porque começa com a remodelação do Estado, passa pelos níveis econômico (privatização das estatais e estabelecimento da economia de mercado), social (lumpenização da população trabalhadora do país), sindical (pulverização do movimento sindical), cultural (abastardamento da cultura nacional), educacional (privatização do ensino público e destruição do papel das universidades), saúde (fim da Previdência e sucateamento da rede hospitalar do Estado) e político (voto distrital e extinção dos pequenos partidos).

O livro de Luiz Marcos Gomes é uma análise do novo capítulo em curso desse processo de neocolonização do Brasil e, por extensão, da América Latina. Nele o leitor encontrará, além de uma discussão teórica sobre o neoliberalismo (imperialismo tecnocrático), uma exposição dos mecanismos que estão sendo usados para implantá-lo no Brasil. Desde a montagem da campanha eleitoral de Fernando Henrique, a apresentação do Plano Real, o conteúdo das alianças partidárias, tudo já respondia às técnicas de dominação do imperialismo. Depois disso, com a vitória eleitoral, a aplicação do *Consenso de Washington* está sendo feita diante de uma opinião pública atônita, hipnotizada e silenciosa, que não teve tempo e/ou meios de fazer uma reavaliação política dos acontecimentos e responder a esse monólogo imposto pelo monopólio da informação e às mentiras oficiais. São capítulos nos quais o autor analisa os prolegômenos das atuais “reformas” como impostas pelo imperialismo, vendo “o que há atrás das reformas do Plano Real”, o conteúdo das eleições e as conseqüências da “década perdida”.

O problema da *estabilização da economia* nesse contexto vem demonstrar como o que os economistas chamam de *reajustes do plano* significa, na verdade, *desajustes sociais* nas áreas de trabalho, educação, cultura, saúde, família, habitação, locação fundiária e emprego. É um pano para lumpenizar a sociedade brasileira.

Um dos méritos deste livro é não discutir se o plano *vai dar certo*, ou *não vai dar certo*, dentro dos marcos do capitalismo e de seus interesses. O que está aqui em discussão é a essência de dominação global do plano, o seu conteúdo estratégico de *racionalização* da exploração imperialista no novo contexto internacional, surgido com a implosão da ex-URSS e do campo socialista.

É aqui que o autor se diferencia dos demais economistas que analisaram o plano e suas implicações de dominação dentro desta conjuntura internacional. Se o plano de FHC *der certo*, isso significará, por um lado, o enquadramento do Brasil no rol dos países satelizados e subordinados à dominação do capital internacional, especialmente dos Estados Unidos; e, por outro lado, o esvaziamento do Brasil como *ser nacional*.

Mas o mais lúcido no livro é a visão teórica. O autor não situa o plano neoliberal como simples saída econômica para o imperialismo. Questiona-o por ser uma solução que se contrapõe à solução socialista. Como eixo ideológico de toda essa problemática, está a luta contra o socialismo como solução capaz de acabar com a competição e a exploração, e a sua substituição por um tipo de economia planificada e sem conflitos estruturais – uma economia na qual o lucro não será o início e o fim de todas as coisas.

Clóvis Moura



NOVOS LANÇAMENTOS DA EDITORA ANITA GARIBALDI

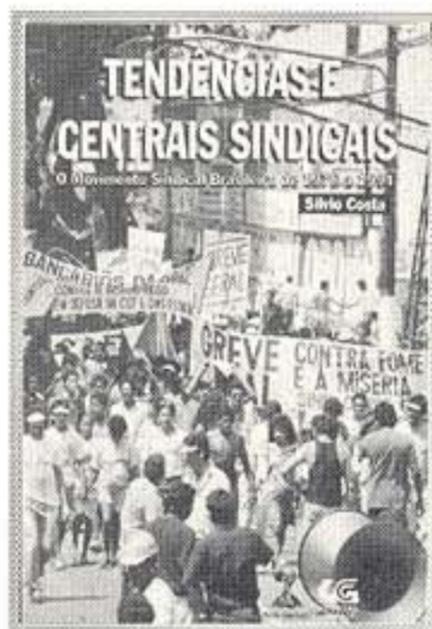


SOCIEDADE DOS SOCIALISTAS VIVOS

Ensaio contra o neoliberalismo

O livro de **Luiz Marcos Gomes** é uma crítica contundente ao neoliberalismo e à chamada "globalização". Dos artigos publicados, são inéditos: "O governo FHC e a greve dos petroleiros" e "Documento confidencial do Chase Manhattan Bank sobre a crise do México".

Preço: R\$ 12,00 (128 pgs.)



TENDÊNCIAS E CENTRAIS SINDICAIS

O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994

O livro de **Silvio Costa** é indispensável tanto para acadêmicos que acompanham a luta sindical como para ativistas do movimento operário e sindical que precisam conhecer a história recente da classe operária brasileira.

Preço: R\$ 18,00 (290 pgs.)

AMAZÔNIA/CARAJÁS

Na trilha do saque

O livro de **Marcos Kowarick** tem apresentação de **Bautista Vidal** e prefácio de **Orlando Valverde**. Como profundo conhecedor da Amazônia – sua gente, suas riquezas e grandes projetos industriais e agropecuários – Marcos enriquece muito a literatura conhecida a respeito.



Preço: R\$ 20,00 (336 pgs.)

RACISMO À BRASILEIRA

Raízes históricas

O livro de **Martiniano J. Silva** desenvolveu um trabalho sério de pesquisa e reflexão, oportuno e essencial no aniversário de 300 anos da morte do Zumbi. O autor contesta com vasta documentação o velho mito da "democracia racial brasileira". Anexa ao livro vasta legislação sobre a questão racial.



Preço: R\$ 18,00 (272 pgs.)



LUTA ARMADA

No Brasil dos Anos 60 e 70

Jaime Sautchuk é um jornalista experiente. Neste trabalho apresenta ao leitor as diversas faces da opção armada de resistência ao regime militar. Fala das organizações guerrilheiras urbanas e rurais e de seus principais líderes como **Lamarca** e **Mariguela**.

Preço: R\$ 10,00 (96 pgs.)

PROMOÇÃO DE FINAL DE ANO:

Na compra de 2 livros, desconto de 15%;
na compra de 3 ou 4 livros, desconto de 30%;
na compra de 5 ou mais livros, desconto de 45%.

Cheque para 15 dias, vale postal ou depósito em conta da Editora Anita Ltda.

Itaú - agência 0251 - cc nº 48678-3.

Pedidos para: Editora Anita Ltda.

Rua Mons. Passalaqua, 158 - CEP 01323-010

Fone: (011)287-6492

O envio pelo correio é por nossa conta. Não atendemos por reembolso postal.

O SOCIALISMO VIVE!

Sonhar, quem não sonha?

Quantos homens, mulheres, velhos, crianças, não sonham diariamente com uma vida digna e melhor?

Quantas mães e pais não são capazes de agüentar uma vida inteira de sofrimentos na esperança de um futuro melhor para seus filhos?

Eles tudo suportam porque confiam no futuro, sonham com algo diferente da vida atual.

Antes, para muitos, este futuro, este sonho tinha um nome: o socialismo, uma sociedade avançada, igualitária, onde todos poderiam usufruir a riqueza produzida socialmente.

Mas os poderosos se empenham em dizer e repetir que o sonho acabou, que miséria, pobreza e desigualdade são coisas que sempre vão existir.

Eles pretendem tirar das pessoas o direito ao emprego, à aposentadoria digna, à saúde e à educação.

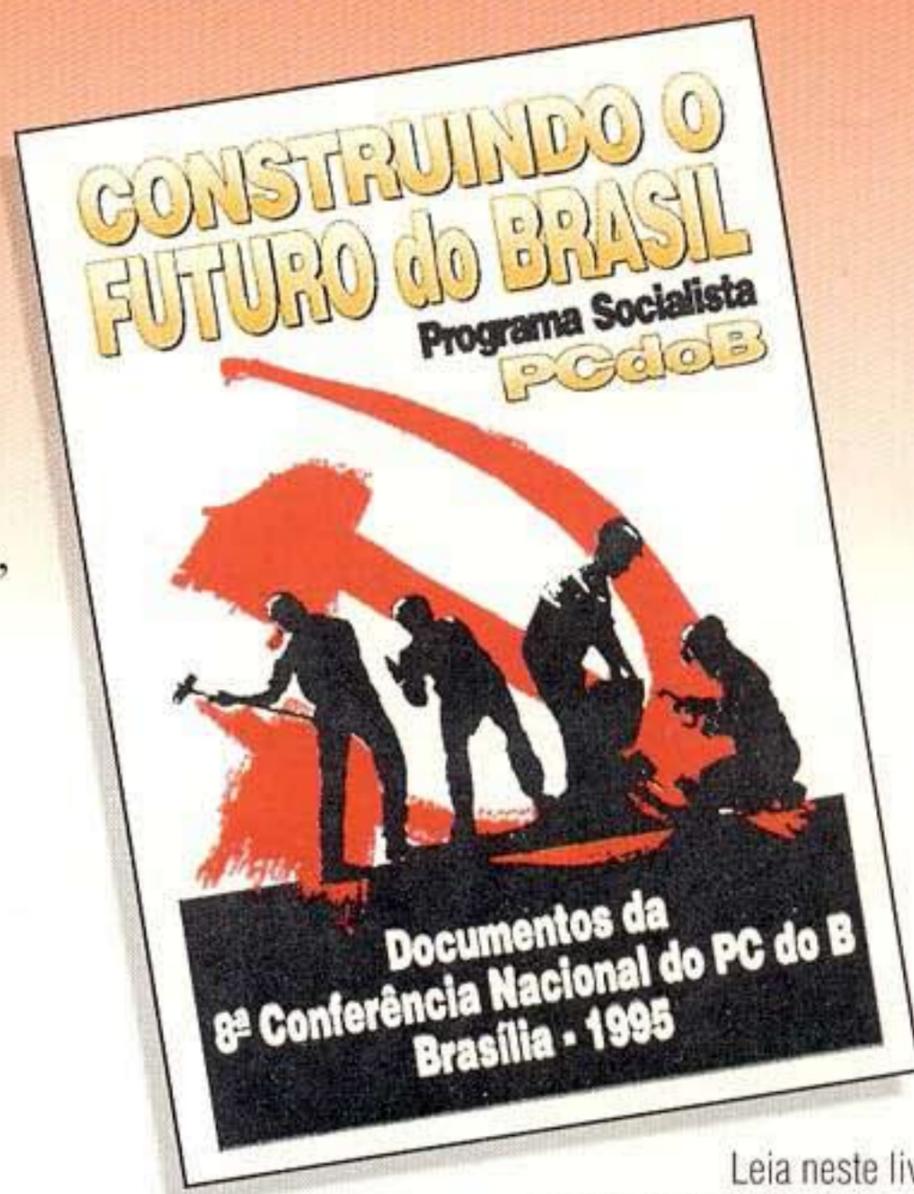
Mas não se limitam a isso.

Querem também destruir o sonho de uma sociedade mais justa, sem miseráveis, sem poderosos, sem supermilionários.

Precisamente aquele sonho que nos faz suportar tudo e não desistir, porque há esperança do futuro.

Nós repetimos com estes milhões de pessoas que hoje enfrentam todo o tipo de sofrimento: nosso sonho está mais vivo do que nunca, a sociedade pode e deve melhorar e nossos filhos podem sonhar com a felicidade.

O futuro nos pertence, o socialismo vive.



Leia neste livro os principais documentos da 8ª Conferência Nacional do PC do B, realizada em agosto de 1995, em Brasília, quando foi aprovado o seu novo programa socialista para o Brasil. Pedidos para: Editora Anita Ltda. – Rua Mos. Passalacqua, 158 – CEP 01323-010. Fone: (011) 2876492.

